

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIANA CAVALCANTI BRAZ BERGER

**O SERVIÇO SOCIAL E AS TRAMAS DO FETICHE DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NA PARTICULARIDADE DO SETOR ELÉTRICO NA AMAZÔNIA  
LEGAL: “velhas” e “novas” demandas profissionais**

SÃO LUÍS - MA  
2018

MARIANA CAVALCANTI BRAZ BERGER

**O SERVIÇO SOCIAL E AS TRAMAS DO FETICHE DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NA PARTICULARIDADE DO SETOR ELÉTRICO NA AMAZÔNIA  
LEGAL: “velhas” e “novas” demandas profissionais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Josefa Batista Lopes

SÃO LUÍS - MA  
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Berger, Mariana Cavalcanti Braz.

O Serviço Social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal : "velhas" e "novas" demandas profissionais / Mariana Cavalcanti Braz Berger. - 2018. 268 f.

Orientador(a): Josefa Batista Lopes.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Amazônia Legal. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Fetichismo. 4. Questão Ambiental. 5. Serviço Social. I. Lopes, Josefa Batista. II. Título.

MARIANA CAVALCANTI BRAZ BERGER

**O SERVIÇO SOCIAL E AS TRAMAS DO FETICHE DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NA PARTICULARIDADE DO SETOR ELÉTRICO NA AMAZÔNIA  
LEGAL: “velhas” e “novas” demandas profissionais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito para a obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas

Aprovada em:        /        /2018

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josefa Batista Lopes (Orientadora)  
Doutora em Serviço Social  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joana Valente Santana  
Doutora em Serviço Social  
Universidade Federal do Pará

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior  
Doutor em Ciências Humanas - Sociologia  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raimunda Nonata do Nascimento Santana  
Doutora em Serviço Social  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marina Maciel Abreu  
Doutora em Serviço Social  
Universidade Federal do Maranhão

**Para os meus pais  
Para Marcus**

## AGRADECIMENTOS

Pelo sonho, pela ousadia, pelo projeto! Com gratidão e alegria reconheço a paciência e a compreensão dos familiares, das professoras e professores, dos sujeitos entrevistados e das amigas e amigos que contribuíram para a construção desse trabalho.

À professora e orientadora Josefa Batista Lopes, com respeito e admiração, pela compreensão, pelo exemplo engajado nas lutas sociais, rigor metodológico com que conduziu toda a orientação e incentivo à pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas pelo aprendizado e entusiasmo em compor o quadro discente. Aos(as) professores(as) e colegas pelos debates e trocas em sala de aula. À Dona Izabel e ao Edson pela solicitude na Secretaria. Ao Júlio pela atenção de sempre, estímulo e descontração. À professora Ilse Gomes pelo afeto e ensinamentos.

Às professoras Franci Cardoso, Marina Maciel e Nonata Santana e ao professor Horácio Antunes pelas observações críticas, dicas, importantes sugestões e instigantes indicações bibliográficas, sobretudo, nos momentos de qualificação do projeto e de qualificação do texto preliminar da tese.

À banca examinadora composta pelas professoras Joana Valente, Marina Maciel e Nonata Santana e pelo professor Horácio Antunes por terem aceito o convite e pelas contribuições ao trabalho. E às professoras Cristiana Costa Lima e Elena Steinhorst por terem aceito o convite como suplentes.

Às alunas, professoras e pesquisadoras do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS) pelos encontros. Especialmente, à Lucilene pela agradável convivência e presteza nas minhas idas ao CRESS; à

professora Zaira pela disponibilidade e muitas contribuições e à professora Cristiana pelo afeto e estímulo em todas as fases desse trabalho.

Ao auxílio financeiro durante o curso com a bolsa de estudo da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema).

Ao Departamento e Coordenação do curso de Serviço Social da UFMA pelo aprendizado e oportunidade de compor o quadro na condição de professora substituta. Agradeço com carinho às professoras Silvane Magali, Silse Lemos, Zaira, Cristiana, Selma Brandão, Jeovana Nunes e Eunice Damasceno pelo empréstimo de livros e disponibilidade de contatos telefônicos dos sujeitos da pesquisa.

Às assistentes sociais pela disponibilidade para participarem da pesquisa e por compartilharem valiosos elementos da prática profissional, especialmente à Lourdes e à Edgair. Aos coordenadores dos cursos de graduação de Serviço Social e aos representantes das instituições de luta da categoria profissional pelas informações disponibilizadas. Aos atingidos pelas hidrelétricas, parte do objeto de estudo, na Amazônia Legal pela confiança e abertura ao diálogo. Aos sujeitos que estabeleci contato em Estreito (MA) pela receptividade, atenção e contribuições.

À família (grande) e bem representada pelas minhas avós, Edite e Laura, inspiração como mulheres e como professoras que foram há décadas de um Grupo Escolar no interior da Paraíba. Investiram com todas as forças nos estudos de suas filhas e filhos, demonstrando que o maior legado é a educação. Aos meus queridos irmãos, Suzana e Mateus, pela torcida carinhosa e amizade. A minha eterna gratidão aos meus pais, Sylvia e Ari, pelo amor e generosidade incansável de ensinar. O suporte ativo, terno e firme foi imprescindível também para elaboração desse trabalho. Ao amor Marcus pelo companheirismo, incentivo afetuoso, preciosas dicas e contribuições à pesquisa e confiança do apoio necessário.

## **Energia pra quê e pra quem?**

Compositores: Jadir Bonacina/Valter Israel da Silva

Estão gerando energia pode ser ilusão  
O povo paga a conta e tem medo de apagão  
Usa o sol, a água o vento e o carvão  
Querendo fazer barragem dizendo ser a solução

E, e, e, e, e Energia é um bem da humanidade, não é Mercadoria  
Deve estar a serviço da soberania

Expulsa o povo da terra sem nenhuma compaixão  
Entre o grupo atingido desmantela a relação  
A energia produzida vai parar em poucas mãos  
E ali perto da barragem o povo está na escravidão

A energia produzida quem controla é o capital  
A apropriação é privada e a produção é social  
Onde o povo que trabalha ganha pouco e vive mal  
É o governo brasileiro do sistema é serviçal

Este modelo pra energia ao nosso povo não convém  
É uma mercadoria e deveria ser um bem  
Quem mora perto da barragem quer energia e não tem  
Então esta energia é para quê e para quem?



## RESUMO

Análise das tramas do desenvolvimento sustentável como fetiche na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal. Considera-se sua importância para o projeto de desenvolvimento vigente no processo de acumulação capitalista e analisa-se a incidência nas diferentes dimensões do Serviço Social: formação profissional, produção do conhecimento, organização política e intervenção profissional, mediante a expressão de “velhas” e “novas” demandas colocadas para a profissão e seus profissionais ao se defrontarem com a questão ambiental, fundamental no acirramento da questão social na atualidade. Para o estudo e a análise, sob a orientação do método e da teoria crítica de Marx e do marxismo, realizou-se pesquisa bibliográfica; pesquisa documental, sobretudo na particularidade das usinas hidrelétricas; entrevistas com os atingidos por essas barragens e com assistentes sociais que intervêm no setor elétrico; aplicação de questionários com os coordenadores dos cursos de graduação de Serviço Social na Amazônia Legal e com representantes das entidades de luta da categoria profissional. Esse processo permite o desvelamento do fetiche do desenvolvimento sustentável através da indústria de geração de energia elétrica no Brasil, em um movimento em que os empreendimentos se apresentam como defensores do meio ambiente; uma farsa, na medida em que esses empreendimentos na Amazônia Legal com seus grandes projetos, como as usinas hidrelétricas, destroem a natureza, inundam vidas, produzindo transformações profundas no modo de ser e viver da população brasileira, sobretudo, dos afetados no entorno das barragens. Decorrem, portanto, da dinâmica do capitalismo que se apropria das riquezas convertendo-as em mercadorias. Essa realidade desafia o Serviço Social por meio de “novas” e “velhas” demandas profissionais em suas quatro dimensões. Constata-se que, na vinculação do Serviço Social à luta fundante do movimento concreto contra a destruição do meio ambiente natural, emergem “novas” demandas em cada dimensão profissional. Verifica-se que, no tocante à temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, a formação profissional, a produção do conhecimento e a organização política das entidades de luta da categoria profissional têm sido, em geral, expressão de resistência no campo teórico-político ideológico ao conservadorismo. No processo contraditório da realidade concreta, no entanto, há dilemas que ocorrem, fundamentalmente, na intervenção profissional entre as “velhas” demandas institucionais e o projeto ético-político profissional, vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Considera-se que o desvelamento do fetiche do desenvolvimento sustentável contribui para ruptura com a lógica produtivista; com os imperativos do mercado em proporção mundial e com a possibilidade de conciliação da preservação do meio ambiente em um sistema dominado pela ganância e lucro. Desafia a cultura crítica marxista bastante desenvolvida no Serviço Social, no contexto atual de avanço do conservadorismo, de profundos retrocessos na totalidade das relações sociais. Esses retrocessos incidem no Serviço Social, favorecendo velhas práticas profissionais a serem confrontadas na resistência e sustentação do projeto ético-político profissional.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Fetichismo; Desenvolvimento Sustentável; Questão Ambiental; Amazônia Legal.

## ABSTRACT

This work analyses the texture of the sustainable development as a fetish considering the electrical sector in the Amazon. Address its importance for the capitalist development project and its relationship with different dimensions of the Social Work: professional education, knowledge production, political organization and professional intervention, through the old and new demands for the profession and the social workers that cope with the environmental issue. What is fundamental due to the current worsening of the social issues. This thesis employs the method and critical theory of Marx and marxism, it uses bibliographic research; documental research, specially to understand the particularity of the hydroelectric power units; interviews with people affected by the dams and with social workers that acts in the sector. Besides that, the research comprises also the application of questionnaires for the coordinators of social work undergraduate courses in the Amazon region and representatives of the professional bodies. In this way, it is possible to uncover the fetish of the environmental development in the power generation industry of Brazil, despite the fact its main actors claim to be engaged with the environmental preservation. That is an absurdity, as these large projects destroy the habitats, flood people life and causes unrecoverable changes for the native population. It is due to the mechanism of capitalist, which appropriates riches to deliver goods. This reality challenges the social worker through old and new demands. It is observed that as the social work confronts the environment destruction, new demands arise regarding all professional dimensions. The addressment of the sustainable development and of the environmental issues by the professional education, knowledge production and political organization dimensions encourages the ideological resistance to the conservatism in the political-theoretical field. However, the reality is contradictory, there are the dilemmas with respect to the professional intervention and the ethical-political project, fundamentally connected to the interest of the workers class. The unveiling of the fetish of the sustainable development contributes to disrupt the productivist logic, that argues is possible to conciliates the habitat preservation and the world market demand, through a system controlled by greed and profit. The Marxist critical view, so developed by the Social Work, is faced by the conservatism and deep drawbacks concerning social relations. Theses drawbacks must be confronted through the reinforcement of ethical-political project.

**Key words:** Social Work; Fetishism; Sustainable Development; Environmental Issue; Amazon.

## LISTA DE SIGLAS

ABAS - Associação Brasileira de Assistentes Sociais

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

AIA - Avaliação de Impacto Ambiental

ALAETS - Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social

ALL - América Latina Logística

ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão

ANA - Agência Nacional de Águas

ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

ANELL - Agência Nacional de Energia Elétrica

BIG - Banco de Informações de Geração

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAF - Corporação Andina de Fomento

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social

CCQ - Círculo de Controle de Qualidade

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social

CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social

CELPA - Centrais Elétricas do Pará

CELTINS - Centrais Elétricas do Tocantins

CEMAR - Centrais Elétricas do Maranhão

CENEAS - Comissão Nacional Executiva das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais

CERON - Centrais Elétricas de Rondônia

CESTE - Consórcio Estreito Energia

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas

CGH - Central Geradora Hidrelétrica

CHESF - Companhia Elétrica do São Francisco

CMB - Comissão Mundial de Barragens

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRAS - Conselho de Referência de Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

DNAEE - Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EMESCAM - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

ENERAM - Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia

ENESS - Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

EpIA - Estudo Prévio de Impacto Ambiental

FASE - Fórum das Associações do Setor Elétrico Brasileiro

FENAS - Federação Nacional dos Assistentes Sociais

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FONPLATA - Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata

FURNAS - Furnas Centrais Elétricas

GE - *General Electric*

GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

GTP - Grupo Temático de Pesquisa

GW - Giga Watt

GSERMS - Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IIRSA - Infraestruturas Regionais Sul-Americanas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

KW - Kilo Watt

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LI - Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

LP - Licença Prévia

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MEC - Ministério da Educação

MESS - Movimento Estudantil de Serviço Social

MHuD - Movimento Humanos Direitos

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

NATURATINS - Instituto de Natureza do Tocantins

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBA - Projeto Básico Ambiental

PCH - Pequena Central Hidrelétrica

PIC - Projeto Integrado de Colonização

PIN - Programa de Integração Nacional

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPA - Plano de Preparação para Aposentadoria

PUC - Pontifícia Universidade Católica

RAS - Relatório Ambiental Simplificado

RIMA - Relatório de Impacto no Meio Ambiente

SAE - Santo Antônio Energia

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SESSUNE - Subsecretaria de Serviço Social na UNE

SIN - Sistema Integrado Nacional

SISEMA - Sistema Estadual do Meio Ambiente

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNIRH - Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

TFD - Tratamento Fora do Domicílio

TW - Tera Watt

UCPEL - Universidade Católica de Pelotas

UCSal - Universidade Católica de Salvador

UE - União Europeia

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UERN - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFASS - Unidade de Formação Acadêmica em Serviço Social

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UHE - Usina Hidrelétrica de Energia

UnB - Universidade de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

WCED - *World Commission Environment and Development*

WWF - *World Wide Fund for Nature*



**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Geração elétrica por fonte no Brasil (GWh).....	p.70
Tabela 2. Usinas Hidrelétricas (UHEs) em operação na Amazônia Legal - abril de 2016.....	p.74
Tabela 3. Usinas Hidrelétricas (UHEs) em construção no Brasil - abril de 2016.....	p.75
Tabela 4. Evolução da Potência Instalada da UHE Tucuruí.....	p.83
Tabela 5. População urbana e rural dos municípios com parte dos seus territórios alagados pela UHE Tucuruí.....	p.84
Tabela 6. Produto Interno Bruto dos Municípios com parte dos seus territórios alagados pela UHE Tucuruí.....	p.100
Tabela 7. Consumo industrial de energia por gênero na região Norte.....	p.101
Tabela 8. Domicílios com existência de Energia Elétrica no país e da região Norte.....	p.102
Tabela 9. Acesso à energia nos municípios da região da UHE Tucuruí.....	p.103
Tabela 10. Produto Interno Bruto dos Municípios atingidos pela UHE Estreito.....	p.113
Tabela 11. Produto Interno Bruto de Porto Velho.....	p.114
Tabela 12. Programas e Cursos de pós-graduação da área.....	p.175
Tabela 13. Periódicos vinculados aos Programas de pós-graduação na área Serviço Social.....	p.197

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Unidades Federativas que compõem a Amazônia Legal.....	p.73
Figura 2. Bacia Hidrográfica Amazônica em escala continental.....	p.76
Figura 3. Regiões Hidrográficas no Brasil.....	p.77
Figura 4. A Bacia Hidrográfica do Tocantins-Araguaia.....	p.79
Figura 5. Área da Represa da UHE Tucuruí.....	p.85
Figura 6. A UHE Estreito.....	p.91
Figura 7. Vegetação submersa com a formação do lago da UHE Estreito.....	p.94
Figura 8. Balanço Diário de Energia no país.....	p.107
Figura 9. Principais áreas de reassentamento da UHE Tucuruí.....	p.133
Figura 10. Área da represa da UHE Estreito.....	p.136
Figura 11. Área da represa das UHEs Santo Antônio e Jirau.....	p.141
Figura 12. Reassentamento Mirindiba.....	p.155
Figura 13. Reassentamento Mirindiba.....	p.155
Figura 14. Praia da Cigana.....	p.156
Figura 15. Galpão da Cooperativa dos pescadores de Estreito.....	p.157

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1. Capacidade instalada por estado.....p.104
- Gráfico 2. Intercâmbio de Energia entre as regiões do país.....p.108
- Gráfico 3. Evolução da produção de teses e dissertações da área de Serviço Social relacionadas à temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável....p.179
- Gráfico 4. Distribuição da produção de teses e dissertações da área de Serviço Social relacionadas à temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável por região.....p.182
- Gráfico 5. Produção de teses e dissertações da área de Serviço Social relacionadas à temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável por Instituição..p.183

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1. Programas de pós-graduação na área Serviço Social no Brasil.....p.176
- Quadro 2. Disciplinas em vigência na temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável em seus respectivos Programas de pós-graduação em Serviço Social.....p.185
- Quadro 3. Disciplinas na temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável em suas respectivas UFASS na região da Amazônia Legal.....p.192
- Quadro 4. Artigos na temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável em seus respectivos periódicos.....p.199
- Quadro 5. Artigos na temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável vinculados ao Serviço Social.....p.205

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO.....p.21**

### **CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DESTRUIÇÃO AMBIENTAL**

**1.1. PADRÃO DESTRUTIVO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: a incompatibilidade entre produção capitalista e preservação ambiental.....p.36**

**1.2. EXPANSÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA LEGAL: contradições e conflitos.....p.45**

**1.3. CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA: o projeto de desenvolvimento brasileiro.....p.53**

### **CAPÍTULO 2: AS USINAS HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA LEGAL E O FETICHE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**2.1. O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO NA LÓGICA DE MERCADO.....p.65**

**2.2. FONTES DE ENERGIA ELÉTRICA: a primazia das Usinas Hidrelétricas na geração de energia elétrica no Brasil.....p.69**

**2.3. A AMAZÔNIA LEGAL NO PROJETO NACIONAL DE EXPANSÃO DA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA.....p.72**

### **CAPÍTULO 3: A DESTRUTIVIDADE DO AMBIENTE PARA ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA E SUAS MANIFESTAÇÕES NA QUESTÃO AMBIENTAL E NA QUESTÃO SOCIAL: demandas para o Serviço Social**

**3.1. QUESTÃO AMBIENTAL E QUESTÃO SOCIAL.....p.116**

**3.2. RACIONALIDADES EM CONFRONTO: os impactos para os grupos sociais atingidos pelas Usinas Hidrelétricas na Amazônia Legal.....p.125**

**3.3. “VIDAS INUNDADAS”: a luta dos atingidos por barragens.....p.147**

**CAPÍTULO 4: O SERVIÇO SOCIAL EM MEIO ÀS CONTRADIÇÕES DAS DEMANDAS DA QUESTÃO AMBIENTAL PARA A PROFISSÃO NO SETOR ELÉTRICO NA AMAZÔNIA LEGAL**

**4.1. A QUESTÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA FORMAÇÃO E NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL.....p.162**

**4.2. A PRÁTICA INTERVENTIVA ENTRE AS “VELHAS” E AS “NOVAS” DEMANDAS.....p.208**

**4.3. DEBATE E LUTAS NAS ENTIDADES DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS.....p.229**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....p.240**

**REFERÊNCIAS.....p.251**

## INTRODUÇÃO

A relação Serviço Social e desenvolvimento sustentável é a referência central deste trabalho que ora apresentamos como produto de um estudo que procura compreender essa relação, nas diferentes dimensões da profissão: formação profissional, produção do conhecimento, organização política e intervenção profissional, no que denominamos as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável, considerando a particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal<sup>1</sup>.

O interesse pelo tema resulta de inquietações em torno do caráter destrutivo do desenvolvimento capitalista e, particularmente, do projeto de desenvolvimento brasileiro, no qual a agressão ao meio ambiente natural<sup>2</sup> é avassaladora. Daí decorre o interesse pelo chamado desenvolvimento sustentável como uma temática que vem ganhando importância entre os estrategistas do desenvolvimento, de intelectuais estudiosos da temática e do capital, a partir das críticas à agressão e destruição da natureza. E, em consequência, como profissional do Serviço Social, veio a pergunta sobre a vinculação dessa profissão com a temática, em cujo aspecto destaco a inserção no Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS), vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA) pela contribuição para a reflexão teórica sobre a profissão nos processos do desenvolvimento capitalista e à articulação com os movimentos de resistência e das lutas sociais (campo e cidade).

Essas inquietações surgiram em um momento específico da trajetória profissional: a) em que estive motivada pelo interesse em investigar a profissão; b) de

---

<sup>1</sup> A Amazônia está localizada em nove países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Peru, República da Guiana, Suriname e Venezuela, com 60% no território brasileiro e os 40% restantes distribuídos nos demais países amazônicos. Na década de 1950, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Lei 1.806/1953, reconfigurou a conformação territorial da Amazônia brasileira ao incorporar o estado do Maranhão (oeste do meridiano 44º), o estado de Goiás (norte do paralelo 13º de latitude sul, correspondente ao atual estado de Tocantins) e o estado de Mato Grosso (norte do paralelo 16º latitude sul), passando a ser chamada de Amazônia Legal. No território definido como Amazônia brasileira ou Amazônia Legal existem subdivisões, quais sejam: Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) e Amazônia Oriental (Amapá, Mato Grosso, Pará, Tocantins e Maranhão).

<sup>2</sup> O meio ambiente natural ou físico corresponde ao conjunto formado pela água, ar, solo, energia, fauna, flora. O significado de meio ambiente em sua totalidade considera além do aspecto natural, o artificial (alterações materiais e construções realizadas pelo homem) e o cultural (costumes, leis, religião, linguagem, conhecimentos).

aproximação com o estudo da temática dos Direitos Humanos, na qual o Direito ao Meio Ambiente tem destaque na agenda pública (nacional e internacional); e c) de efervescência da discussão na conjuntura nacional com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro no mês de junho de 2012.

A temática ambiental como campo de pesquisa e debate aparece com maior expressão no Serviço Social a partir dos anos 2000, “período em que cresce a produção acadêmica nesta área” (SILVA, 2010, p. 145). Mas, o Serviço Social tem sido requisitado para intervir nessa temática décadas atrás, por exemplo, no processo da construção da hidrelétrica de Boa Esperança, nos anos 1970, no estado do Piauí. Estas inserções do Serviço Social advêm das necessidades impostas pela dinâmica expansionista do capital para a qual surgem novos espaços ocupacionais e demandas profissionais.

Essas considerações nos motivaram a formular como objetivos específicos:

- a)** identificar e analisar as tramas do desenvolvimento sustentável como fetiche na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal, considerando sua importância para o projeto de desenvolvimento vigente no processo de acumulação capitalista;
- b)** analisar e identificar nas diferentes dimensões da profissão - formação profissional, produção do conhecimento, organização política e intervenção profissional - a relação do Serviço Social com o desenvolvimento sustentável.

Em todas as suas fases, o desenvolvimento capitalista tem provocado alterações na disposição do meio ambiente, extirpando os bens naturais para além das necessidades humanas, assim como, historicamente, se apropria do excedente da força de trabalho. Contudo, na esfera prevalecente da dominação mundial do capital financeiro as consequências ambientais destrutivas da acumulação estão materializadas em formas agravantes e ritmo intenso.

O sistema capitalista necessita permanentemente reafirmar o seu poderio ampliado de reprodução que se faz em escala crescente e alarmante de exploração, nas palavras de Marx (2013, p. 574), “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”. Essas duas fontes de riqueza



são o motor da produção capitalista, marcada pela subsumção do trabalho e da natureza pelo capital.

A dinâmica do capitalismo gera contradições na medida em que o capital se apropria historicamente de suas fontes de riqueza de forma destrutiva e convertendo-as em mercadorias. Nestas se inclui, destacamos, a produção destrutiva da natureza como uma de suas manifestações mais drásticas. Desse modo, a acumulação privada de riqueza na Amazônia Legal, na qual o setor elétrico é expressivo, produz e reproduz a questão ambiental e a questão social, as quais convocam o Serviço Social por meio de demandas profissionais.

Partimos da concepção que relaciona o entendimento da questão ambiental à questão social como uma unidade, organicamente vinculadas e decorrentes do modo de produção capitalista. Assim, compreendemos que há uma relação entre a degradação dos solos, a perda da fauna e flora, a retirada da cobertura vegetal, a especulação imobiliária, a superexploração da força de trabalho, o aumento das doenças, a produção em massa de bens de consumo, a expulsão das populações tradicionais de suas localidades de origem, a desigualdade social e a concentração de renda, propriedade e poder.

Nessa unidade reside, portanto, o núcleo de nossa investigação, a análise da relação entre Serviço Social e desenvolvimento sustentável, considerando as demandas que convocam a profissão em suas diferentes dimensões, particularmente no setor elétrico na Amazônia Legal.

A partir da teoria social crítica nos aproximamos das categorias: totalidade, contradição, desenvolvimento, fetiche, questão ambiental, consideradas indispensáveis para investigação. O estudo das categorias, que “exprimem formas de vida, determinações de existência” (MARX, 2008, p. 263), na tradição teórica marxista deve abranger aspectos da formação da sociedade e aspectos mais atuais da organização, posto que, enfatiza Cardoso (2007, p. 35), “são expressões de formas de existência de objetos históricos e são reconstruídas pelo conhecimento que se formula sobre esses objetos”.

No movimento de aproximação ao objeto de estudo levantamos como hipóteses de trabalho:

- a) o desenvolvimento sustentável consiste em um fetiche que se revela nos processos de geração de energia elétrica na Amazônia Legal, na medida

em que privilegiam os interesses econômicos dos empreendimentos com graves impactos sociais e ambientais;

- b)** a acumulação privada de riqueza no capitalismo produz e reproduz a questão ambiental, para a qual o desenvolvimento sustentável consiste em uma estratégia capitalista de enfrentamento; assim, a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável convocam o Serviço Social nas suas diferentes dimensões profissionais.

Encontramos amparo para essas hipóteses no estudo sobre o desenvolvimento capitalista em sua trajetória histórica, sobretudo, na adesão do Brasil a este projeto por meio de um desenvolvimento desigual e combinado (MARINI, 2000; LÖWY, 2012) com suas consequências ao meio ambiente natural. Em todo o mundo a revolução industrial desencadeou processos de destruição da natureza, os quais ocorreram, no pós-1945, em maiores proporções e de forma acelerada devido aos avanços tecnológicos, suscitando interesses e reflexões em torno da questão ambiental.

O capitalismo reconhece a existência da questão ambiental. Mas, a trata de maneira peculiar com estratégias fragmentadas e que obscurecem a sua raiz, das quais o desenvolvimento sustentável aparece atrelado à fé no mercado e como forma de enfrentamento à questão ambiental. Desse modo, são estratégias perversas para a força de trabalho e ao ambiente natural e dirigidas para sua manutenção, acumulação e lucro.

Predominam na sociedade capitalista valores direcionados ao “ter”, às mercadorias e ao mercado, que impõem a fetichização acima de todas as relações sociais. As mercadorias, ponto de partida da análise de Marx em *O Capital*, são produtos intercambiados, porém, o que realmente transforma o produto “em mercadoria é pura e simplesmente o fato de que à coisa, ao produto está ligada uma relação entre duas pessoas ou comunidades, a relação entre o produtor e o consumidor, que aqui não mais se confundem na mesma pessoa” (ENGELS, 2008, p. 281). Desse modo, destaca-se a descoberta relevante de Marx para a Economia, de que esta “não se trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes, apesar de essas relações estarem sempre unidas a coisas e aparecerem sempre como coisas” (ENGELS, 2008, p. 282).

Significa que por trás de toda e qualquer mercadoria existem relações sociais, só que as coisas dominam os homens em um processo que Holloway (2003) chamou de ruptura entre o fazer e o feito, pois os trabalhadores não se enxergam na

mercadoria produzida e vivenciam a “personificação das coisas” e a “reificação das relações de produção” entre as pessoas.

Podemos, através da questão ambiental, enxergar a contradição do sistema, pois o capital ao se expandir promove a destruição da natureza e da humanidade. Assim, essa questão assume mais intensamente proporções de “um imperativo humanista” (LÖWY, 2004; 2005) e surge mundialmente em sua forma fetichizada.

Em alusão ao fetichismo desvendado por Marx (2013), partimos da proposição de que o desenvolvimento sustentável aparece na cena contemporânea como um fetiche. A defesa em torno desse conceito oculta o antagonismo do capitalismo para sua produção e reprodução.

No sistema capitalista o fetichismo domina a aparência dos fenômenos em todas as relações sociais, constitui-se como uma manifestação específica das relações humanas. Em uma sociedade onde os homens se expressam senão através de coisas, os recursos naturais convertem-se em objeto de troca e tendem a se tornar mercadorias cada vez mais escassas.

Desse modo, para a crise estrutural do capital, que engloba a crise ambiental, saídas são formuladas estrategicamente visando à administração das contradições inerentes ao sistema para garantir sua reprodução.

O debate ambientalista expandiu-se na década de 1960 quando eventos, conferências e reuniões na esfera internacional, compostas por líderes, pesquisadores e militantes problematizaram a temática ambiental. Como questão foi inserida na agenda internacional e em decorrência dos encontros e debates - imbricados com a agudização da crise ambiental - culminou, em 1987, na proposta hegemônica do desenvolvimento sustentável, a qual propõe equilibrar o crescimento econômico com a preservação da natureza para que as gerações futuras usufruam dos mesmos recursos naturais que as gerações atuais, com ações dirigidas às dimensões ambiental, econômica e social (WCED, 1987).

O conceito de desenvolvimento sustentável, tão difuso quanto contraditório, provoca controvérsias e questionamentos: como é possível um futuro comum entre as diferentes classes sociais no sistema capitalista? Como discutir sobre sustentabilidade em uma sociedade de práticas insustentáveis?

Essas inquietações nos instigaram a compreender no movimento concreto a incompatibilidade entre o capitalismo e a preservação do ambiente natural. Assim,

analisamos o fetiche do desenvolvimento sustentável a partir de um dos pilares centrais do projeto de desenvolvimento capitalista: a geração de energia elétrica.

Abstraímos da nossa escolha investigativa os segmentos de transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica, bem como a diversidade de fontes de geração de energia ao nos determos na análise da geração da fonte hidráulica. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (2015), consiste na principal fonte geradora no Brasil, pois mais de 60% da energia provém de Usinas Hidrelétricas de Energia (UHEs).

O Brasil possui ampla oferta de água doce, sendo considerado o país com maior potencial hidrelétrico por causa da Bacia Hidrográfica Amazônica<sup>3</sup>, a mais extensa do mundo. A quantidade de recursos hídricos que conformam essa bacia desperta o interesse pela exploração hidrelétrica por causa das grandes quedas características dos rios amazônicos.

Nesse sentido, o Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 prevê: “nas bacias da região Norte e Centro-Oeste, os inventários hidrelétricos apontam projetos importantes que poderão ser viabilizados nos próximos anos” (BRASIL, 2015, p. 87). A projeção para os anos seguintes é de contínua expansão, com um número maior de barragens planejadas para a Amazônia Legal.

A lógica do capital marcada pela necessidade de “descoberta” de novos territórios e de exploração de riquezas naturais resulta na cobiça e interesse pela biodiversidade da maior floresta tropical do planeta. Esse é um processo que percorre séculos com transformações econômicas, sociais e ambientais.

A atual expansão do desenvolvimento energético para a Amazônia Legal remete à política de incentivos para ocupação desse território nos anos da ditadura empresarial-militar. Reproduz, portanto, a opção da política energética do governo brasileiro no decorrer do processo histórico, ainda mais enfática com a adesão ao neoliberalismo e a dominância do mercado nesse setor. As medidas de intervenção nessa região são arquitetadas a partir dos centros hegemônicos e não dos povos da Amazônia, ou seja, ocorreram por determinações externas, provenientes dos centros hegemônicos dominados por interesses que se sobrepõem aos dos que vivem na região.

---

<sup>3</sup> É a maior reserva de água doce do planeta, ocupa o território de nove países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela) da América do Sul em uma área de 6.110.000 km<sup>2</sup>.

Na “encruzilhada” do desenvolvimento capitalista, a obtenção do crescimento da produção de mercadorias implica poluição, degradação ambiental e exploração da força de trabalho. Consiste em uma “ilusão, portanto, pensar em um desenvolvimento que seja sustentável porque toda produção de mercadorias causa empobrecimento dos recursos naturais” (VASAPOLLO, 2007, p. 59).

A energia, além de “útil, essencial e imprescindível para a sociedade” (BENINCÁ, 2011, p. 191), tem sido uma valiosa mercadoria para a acumulação capitalista. Desse modo, questionamos: há necessidade para a população brasileira de tantas hidrelétricas? Quais os interesses que impulsionam a opção pela expansão do desenvolvimento energético na Amazônia Legal? Quais os impactos causados por esses grandes empreendimentos?

O recorrente argumento do governo brasileiro e do empresariado sobre a necessidade de expansão de energia para uma promessa de desenvolvimento nacional é questionado pelo movimento de resistência e luta dos atingidos. A indagação “energia para quem e para quê?” expressa um posicionamento crítico do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), uma vez que o ponto crucial encontra-se “na finalidade para a qual a energia se destina” (BENINCÁ, 2011, p. 192).

Entre tantos elementos de discordâncias entre o MAB e os empreendimentos, é fundamental a distinção da concepção de um e de outro sobre o conceito de atingido.

A noção de atingido tem sido questionada por alguns autores que consideram que esta “condiciona uma posição passiva e reificada, distanciada da perspectiva de uma cidadania ativa” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 52). O termo atingido é adotado nos documentos técnicos com o significado de que a população afetada pelo empreendimento encontra-se em “um estado passivo: as populações são parte do cenário de inserção do empreendimento e, nessa condição, também se enquadram como objetos da ação modificadora do projeto” (TEIXEIRA, 2011, p. 137). Nesse sentido, “a palavra expressa o objeto de um controle, de uma manipulação, levando à subordinação dos grupos locais” (TEIXEIRA, 2011, p. 138).

Por outro lado, destacam Zhouri e Oliveira (2005, p. 52), o MAB defende “por meio de sua organização, uma resignificação do sentido passivo de ‘atingido’”. Adotamos, neste estudo, a compreensão do termo atingido com base na perspectiva dos sujeitos de luta, de modo que nesta perspectiva o termo atingido

reflete um deslocamento semântico. Não se trata de um público-alvo ou do objeto da ação de um sujeito externo. Ao contrário, trata-se de evidenciar a existência local de sujeitos políticos, portadores de direitos e enunciadores

de seus próprios projetos. Trata-se não de homogeneizar, mas de construir uma identidade coletiva de caráter político. É através desse deslocamento semântico, o qual inverte o sentido de termo 'atingido', que se compõem e se atualizam identidades e modos de significação do espaço. Sob o território e sob aqueles que o ocupam repousa um novo olhar (TEIXEIRA, 2011, p. 138).

Ademais, corroboramos com a perspectiva do MAB que compreende como atingidos não apenas os diretamente afetados pelas obras das barragens, mas toda a população brasileira, entre aqueles que foram deslocados de seu território, os que ficam às margens das obras de construções das hidrelétricas, estes nem são considerados nas políticas compensatórias, e todos os trabalhadores que sofrem os efeitos das altas tarifas de energia no país, da privatização dos recursos naturais (água e energia), entre outros.

Assim, o MAB atua em uma luta - articulada aos grupos afetados e entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) - essencial para o país, enquanto coletividade, ao organizar, resistir e denunciar os danos socioambientais e a política energética brasileira e reivindicar que o poder público e os empreendimentos sejam responsabilizados pelas "vidas inundadas".

A energia hidrelétrica provém de um recurso natural, a água, ou nos termos de Benincá (2011, p. 194), "de um processo de captação de uma força da natureza", ao mesmo tempo que é produto da força de trabalho humana. A água e a energia são riquezas coletivas apropriadas privadamente como mercadoria.

Devido às suas particularidades, a construção de usinas hidrelétricas na região Amazônica requer uma análise diferenciada, pois trata-se de um território de abundante biodiversidade com a presença de etnias e ecossistemas.

Segundo o Banco de Informações de Geração (BIG) da Aneel, em abril de 2016, existem vinte e cinco UHEs em operação na Amazônia Legal. Estabelecemos o critério de potência instalada maior que 1.000 MegaWatts (MW) para análise dos impactos econômicos, ambientais e sociais desses grandes empreendimentos para a região e para os grupos sociais afetados, de modo que quatro são as usinas que possuem capacidade de geração maior que 1.000 MW de energia: UHE Tucuruí (PA), UHE Estreito (MA), UHE Santo Antônio (RO) e UHE Jirau (RO).

A implementação das usinas favorece a acumulação de riqueza para os grandes grupos do capital: com a comercialização de equipamentos e máquinas pesadas; com a comercialização de materiais para construção de obras de engenharia e com a comercialização de energia. No movimento antagônico que comanda a

sociedade capitalista, essas obras têm sido impulsionadoras de graves consequências sociais, ambientais e econômicas para a classe trabalhadora. Consoante Benincá (2011, p. 159),

Na receita capitalista, não existe possibilidade de uma saída vantajosa para todos. Enquanto, para a classe dominante, o presente e o futuro são orientados pela segurança do capital, para os pobres e excluídos, o presente é dramático e o futuro foi roubado.

A categoria da totalidade é fundamental no pensamento marxiano, esclarece Carvalho (2007, p. 181) que, “o conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade, porque o que confere significado tanto ao todo quanto às diversas partes que o formam são determinações, dispostas em relações, que exatamente perpassam e completam a transversalidade do todo”. Assim, requer para a análise de uma totalidade sucessivas aproximações, conforme Marx (2008, p. 258), “a categoria simples pode exprimir relações dominantes de um todo pouco desenvolvido ainda, relações que já existiam antes que o todo tivesse se desenvolvido na direção que é expressa em uma categoria mais completa”.

Com base no método histórico e da teoria social de Marx e do marxismo, entendendo que todos os elementos “são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade” (MARX, 2008, p. 255), interessa ao nosso estudo, sobretudo, as transformações profundas às populações dos estados do Pará, Maranhão e Rondônia, onde foram implantadas, respectivamente, as usinas Tucuruí, Estreito, Santo Antônio e Jirau. Desse modo, os períodos históricos e as localidades diferentes que marcam o planejamento, construção e operação dessas usinas sinalizam as particularidades que analisamos.

Destacamos dois aspectos, a respeito dessas quatro hidrelétricas, que acompanharam este estudo: a) embora a composição empresarial dessas usinas seja diferente - Tucuruí é controlada pela estatal Eletronorte, Estreito é controlada por um Consórcio formado em sua maior parte por empresas de capital privado e Santo Antônio e Jirau de capital misto (compostas por empresas públicas e privadas) - são regidas pela finalidade de atender ao processo industrial e ao mercado; b) quando Tucuruí foi planejada e construída, em sua Fase I, a legislação ambiental brasileira, quanto aos grandes empreendimentos, era inexistente. Esse contexto normativo difere dos períodos de construção da Fase II de Tucuruí, de Estreito, de Santo Antônio e de Jirau, nos quais havia normas regulamentando o meio ambiente, bem como o

conceito de desenvolvimento sustentável difuso nas várias esferas (estatal, empresarial, organizações não governamentais, institutos de pesquisa) da sociedade.

O conceito oficial de desenvolvimento sustentável inspirou o texto da Constituição Federal do Brasil de 1988 explícito no *caput* do artigo 225

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A divulgação dos danos ambientais ocorreu no Brasil, sobretudo no final da década de 1980, em função da mobilização e pressão do movimento social exercida sobre os constituintes em um momento de visibilidade da discussão ambiental e de redemocratização do país. O Estado se compromete com a preservação do meio ambiente definindo ações específicas para assegurar a efetividade desse direito. Dentre essas destacamos o inciso IV, “para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, [exige-se] estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (BRASIL, 1988).

Os projetos de geração de energia elétrica devem seguir instrumentos técnicos de avaliação e estudo de impacto ambiental - a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EpIA) ou Estudo de Impacto Ambiental (EIA), as Licenças Ambientais e o Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA) - previstos na Política Nacional do Meio Ambiente, que tem como órgão executor o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Para compreensão do nosso objeto de estudo realizamos pesquisa documental referente a esses instrumentos, e percebemos a restrita disponibilidade e as dificuldades de acesso às informações.

A fim de ampliar nossa compreensão, buscamos o relato das pessoas que, de modo significativo e intenso, foram afetadas por esses empreendimentos. Assim como, através destas e dos representantes das entidades de organização da luta, buscamos os(as) assistentes sociais inseridos(as) nesses processos. Desse modo, a aproximação com a realidade concreta ocorreu através de estudo bibliográfico e documental referente à particularidade das quatro usinas; e de entrevistas, no período de julho a outubro de 2016, com onze atingidos por essas barragens e militantes do MAB e da CPT que contribuíram com a organização da resistência e da luta em Tucuruí, Estreito, Santo Antônio e Jirau.



A análise desse material deu pistas do quanto a experiência da usina Estreito é expressiva e que a dominância dos interesses do capital e dos impactos que acarreta é síntese do todo, tendo em vista os estudos realizados em paralelo sobre os impactos das usinas Tucuruí, Santo Antônio e Jirau. Diante de um objeto de estudo complexo e extenso em termos territorial, a pesquisa de campo em Estreito é parte constitutiva da totalidade da pesquisa. Além da oportunidade de relacionar organicamente o estudo teórico com essa realidade concreta.

A usina Estreito é a primeira grande usina hidrelétrica (com potência maior que 1.000 MW) em operação no território da Amazônia Legal, no século XXI. Significa que foi planejada e construída em um contexto histórico-político marcado pelo discurso do desenvolvimento sustentável, de formalização de políticas públicas ambientais e de instrumentos técnicos de licenciamento ambiental. Nesse contexto, nos questionamos: em que medida esses procedimentos normativos interferem no uso (exploratório) dos recursos naturais reduzindo os danos para a população?

No município de Estreito (MA) e em Araguaína (TO), entre os dias 25 a 30 de outubro de 2016, entrevistamos sete representantes de grupos sociais (quatro pescadores, um agricultor e dois barraqueiros); alguns destes são militantes do MAB. Como o recorte da pesquisa privilegiou a etapa da geração de energia elétrica, buscamos a intervenção profissional frente aos processos de implementação da Usina Hidrelétrica Estreito, onde foi possível contatar uma assistente social contratada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), no período de 2008 a 2015, ainda residente na região<sup>4</sup>. Também entrevistamos gestores municipais e assistentes sociais que trabalham no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Estreito.

O setor elétrico na Amazônia Legal é uma área onde o Serviço Social é chamado a intervir, e campo de pesquisa quanto à análise da dimensão interventiva da profissão, diferenciando-se dos movimentos da pesquisa em relação às demais dimensões - formação profissional, produção do conhecimento e organização política.

A temática ambiental tem sido abordada por diferentes correntes de pensamento, as quais divergem em suas concepções sobre a relação entre sociedade-natureza e quanto às respostas construídas para amenizar os efeitos da crise ambiental. Algumas dessas perspectivas teóricas costumam acusar Marx de

---

<sup>4</sup> Para entrevistá-la fui até Araguaína (TO), 124 Km de distância de Estreito, onde atualmente reside. Na equipe técnica do consórcio não há mais assistentes sociais. Ao longo de todas as fases de implantação da usina foram contratadas pelo CESTE três assistentes sociais em períodos diferentes.

alheio a uma preocupação com a natureza. Apesar de em sua obra não abordar a crise ambiental, Marx contribui com a análise crítica do padrão destrutivo capitalista através do método materialista histórico.

O estudo do Serviço Social como totalidade histórica e como prática profissional está fundamentado na categoria marxiana da práxis, que

representa no pensamento marxiano a categoria mais geral que dá conta da totalidade da prática social ou objetivações humanas na produção material e imaterial, na produção e reprodução da sociedade, na produção e reprodução da vida social. É, portanto, uma totalidade histórica (CARDOSO; ABREU, 2014, p. 315).

Contudo, o debate intelectual que concebe o Serviço Social como uma expressão da práxis (CARDOSO; ABREU, 2014) não é consenso entre os pesquisadores do Serviço Social com suas diferentes interpretações no campo do marxismo. Entre as principais concepções que se contrapõem ao Serviço Social como práxis, destacam-se: a compreensão, de autores como Sérgio Lessa (2000), de que não é trabalho a atividade desenvolvida pelos(as) assistentes sociais e a reflexão de Marilda Iamamoto (2001) e outros autores, que considera trabalho a atividade realizada pelos(as) assistentes sociais.

A linha condutora do Serviço Social como prática profissional entende que esta “envolve a dimensão interventiva, em que se insere o trabalho profissional, a formação, a produção de conhecimento e a organização política dos profissionais” (CARDOSO; ABREU, 2014, p. 317). Consiste, portanto, em uma totalidade na qual essas quatro dimensões apresentam particularidades, mas conformam uma unidade. A dimensão interventiva expressa a organicidade dessa totalidade, na qual os(as) assistentes sociais desenvolvem o trabalho profissional através da prestação direta de serviços assistenciais nas suas diferentes inserções na dinâmica da sociedade mediada pelo mercado de trabalho (CARDOSO; ABREU, 2014). Ainda conforme essas autoras, nessa perspectiva a prática profissional não se confunde com o trabalho social, vez que este é a concretude, a parte principal, mas não a única, do complexo de mediações que compõe a práxis, ou seja, a totalidade histórica.

Assim, as dimensões da profissão constituem totalidades “em menor nível de complexidade, como uma síntese das relações estabelecidas entre as demais, perpassadas pelas múltiplas mediações que as formam e as particularizam na unidade dessas relações” (ABREU; CARDOSO; LOPES, 2014, p. 4), e expressão de um conjunto de determinações das forças contraditórias em luta. Na dimensão da

formação profissional investigamos a penetração da temática, a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável através do sítio eletrônico das Unidades de Formação Acadêmica em Serviço Social (UFASS) e da realização de questionários, no período de fevereiro a abril de 2017, com os coordenadores dos cursos de graduação de Serviço Social, modalidade ensino presencial público e privado, nos nove estados da Amazônia Legal. No âmbito da produção do conhecimento analisamos o quantitativo de teses e dissertações publicadas na área Serviço Social da CAPES, bem como os periódicos<sup>5</sup> vinculados aos Programas de Pós-graduação em Serviço Social e relacionados com a temática em estudo.

Para a análise da penetração da temática, a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, na dimensão da organização política do Serviço Social aplicamos questionários, nos meses de maio e junho de 2017, com as presidentes do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e com três representantes da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), pois essas entidades representativas da categoria profissional são mediações centrais em defesa do projeto ético-político do Serviço Social.

Com relação à dimensão interventiva, entrevistamos tanto uma assistente social vinculada ao processo de implementação de uma usina hidrelétrica, conforme mencionamos, e dez assistentes sociais que trabalham na Eletronorte<sup>6</sup>. Cabe ressaltar que analisamos a prática interventiva nessa empresa estatal devido a sua representatividade no setor elétrico na Amazônia Legal, por ser um espaço importante de intervenção profissional e por causa do discurso que assume de adesão à proposta hegemônica do desenvolvimento sustentável.

Além da Eletronorte, as empresas geradoras de energia de Estreito, Santo Antônio e Jirau, respectivamente: CESTE, Santo Antônio Energia e Energia Sustentável do Brasil, propagam o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e a geração de energia sustentável como missões e valores a serem efetivados pelos empreendimentos e suas equipes de trabalho. A

---

<sup>5</sup> Entre os quais: Praia Vermelha, Políticas Públicas, Temporalis, Katálýsis e Textos e Contextos.

<sup>6</sup> Há unidades regionais da Eletronorte nos nove estados da Amazônia Legal. Entrevistamos, no período de janeiro a julho de 2016, as assistentes sociais do Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima e Tocantins, pois não conseguimos resposta da assistente social de Rondônia e no Acre, no momento da pesquisa, não tinha assistente social na equipe técnica. Também entrevistamos a coordenadora da equipe de Serviço Social da Sede, localizada em Brasília.

divulgação fetichizada desses temas nas agendas empresariais obscurece os interesses mercadológicos envolvidos na preocupação com a natureza e dissimula a exploração dos recursos naturais.

A pesquisa desvelou o fetiche do desenvolvimento sustentável através da indústria de geração de energia elétrica no Brasil, na qual aparecem os empreendimentos como defensores do meio ambiente. Contudo, na aproximação à realidade, os grandes projetos, como as usinas hidrelétricas, na Amazônia Legal inundam vidas, destroem o meio ambiente e produzem transformações profundas no modo de ser e viver da população brasileira, sobretudo, dos afetados no entorno das barragens. Decorrem, portanto, da dinâmica do capitalismo que se apropria das riquezas, convertendo-as em mercadorias. Essa realidade desafia o Serviço Social por meio de “novas” e “velhas” demandas profissionais em suas quatro dimensões, dentre as quais é convocado a intervir no setor elétrico, podendo contribuir nas relações contraditórias com as “vidas inundadas”.

Os resultados estão expostos neste trabalho em quatro capítulos:

No primeiro capítulo resgatamos na trajetória histórica o padrão destrutivo do capitalismo. Frente aos processos intensos de exploração dos recursos naturais, que integram a crise estrutural do capital, saídas são propagadas, como o desenvolvimento sustentável, para manutenção do sistema. Para fins de acumulação de riqueza expande-se esse padrão para territórios profícuos, como a região amazônica, gerando contradições e conflitos. A Amazônia Legal, inserida no projeto de desenvolvimento brasileiro, é parte do capitalismo dependente no Brasil e na América Latina através do qual a energia consiste em um dos pilares nos processos de acumulação capitalista.

No capítulo seguinte analisamos as usinas hidrelétricas na Amazônia Legal como expressão do projeto nacional de expansão da geração de energia elétrica. O setor elétrico é central para o desenvolvimento capitalista e assume no Brasil a lógica de mercado, sobretudo, após o processo de desestatização nos anos 1990. No movimento concreto desvendamos o fetiche do desenvolvimento sustentável a partir dos impactos econômicos, sociais e ambientais dos grandes projetos do capital, como as hidrelétricas, para a classe trabalhadora.

Diante do acirramento das contradições capitalistas, identificamos no terceiro capítulo a questão ambiental e a questão social nos processos de implementação de usinas hidrelétricas na Amazônia Legal. Problematizamos as racionalidades em

confronto nesses projetos, tendo em vista os interesses dos empreendimentos em antagonismo aos grupos sociais. Resultam das usinas hidrelétricas na Amazônia Legal “vidas inundadas”, mas não passam sem resistência e luta dos atingidos. Consideramos que esse contexto impulsiona demandas para o Serviço Social, que é convocado a atuar frente a esses processos.

No quarto capítulo analisamos a penetração da temática, a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável nas diferentes dimensões do Serviço Social, na formação profissional e na produção do conhecimento, bem como se insere no debate e nas lutas das entidades de organização política da profissão e na prática interventiva no setor elétrico na Amazônia Legal. Identificamos que em meio aos processos contraditórios, “novas” e “velhas” demandas interpelam o Serviço Social.

Consideramos, por fim, que o desvelamento do fetiche do desenvolvimento sustentável contribui para ruptura com a lógica produtivista; com os imperativos do mercado em proporção mundial e, sobretudo, com a possibilidade de conciliação da preservação do meio ambiente em um sistema dominado pela ganância e lucro. Desafia a sociedade rumo à construção de relações sociais em oposição à exploração da força de trabalho, de classe, etnia e gênero e à destruição ambiental, assim como desafia a prática profissional dos(as) assistentes sociais na construção de estratégias em direção à perspectiva emancipatória.

## **CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DESTRUIÇÃO AMBIENTAL**

### **1.1. PADRÃO DESTRUTIVO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: a incompatibilidade entre produção capitalista e preservação ambiental**

Com o modo de produção capitalista surgiram grandes transformações em todos os aspectos da vida social. Assim, à medida que o capitalismo se expande ocorrem transformações societárias, arquitetônicas, tecnológicas e culturais, as quais alteram a relação sociedade-natureza, introduzindo novos valores e costumes.

Neste processo histórico, segundo Gonçalves (2005a, p. 34), alguma “tentativa de pensar o homem e a natureza de uma forma orgânica e integrada torna-se agora mais difícil, até porque a divisão não se dá somente enquanto pensamento”. Esta divisão foi ampliada com o apogeu da civilização industrial, na qual a divisão social e técnica do trabalho impôs a especialização<sup>7</sup> das atividades produtivas, bem como a indústria (têxtil) separada da agricultura; em outras palavras, a separação entre trabalho industrial e comercial e trabalho agrícola. As fábricas que nasciam com o desabrochar das máquinas modernas, do uso do vapor e de novas formas de utilização de matérias-primas de origem mineral (ferro e bauxita que com o avanço do processo de produção originaram, respectivamente, o aço e o alumínio) e o desenvolvimento de outras fontes de energia (eletricidade e petróleo) impulsionaram o deslocamento de parcela expressiva da população rural para o espaço urbano.

A revolução industrial consiste em um marco histórico, pois aprofundou a oposição campo-cidade decorrente da divisão do trabalho constitutiva da ordem burguesa. Porém, registra-se que tal oposição já estava ocorrendo, haja vista que, como afirmaram Marx e Engels (1991), é característica esta divisão da propriedade comunal e estamental que se encontra na Antiguidade com a formação das cidades e relações de classe (escravos e cidadãos) definidas.

---

<sup>7</sup> A especialização inaugurou novas formas de organização societária. Com a divisão do trabalho que deu origem à especialização, cada trabalhador executa sua tarefa “repetidamente e, em consequência, torna-se perito nela. Isso poupa tempo e acelera a produção. Outras modificações se impuseram, para atender às necessidades do mercado em expansão” (HUBERMAN, 1986, p. 110).

Esses autores já alertavam, na primeira metade do século XIX, que nasce com a estrutura das cidades um aspecto ideológico, em geral ainda persistente nos dias atuais, no tocante à compreensão da cidade como o lugar dos homens, do desenvolvimento dos meios de produção, da satisfação das necessidades, enquanto o campo representa o oposto, o lugar do atraso e do isolamento. “A oposição entre a cidade e o campo só pode existir nos quadros da propriedade privada”, segundo esclareceram Marx e Engels (1991, p. 78).

O grau de aprimoramento das forças produtivas reflete no desenvolvimento da divisão do trabalho em uma nação; temos o exemplo do feudalismo onde era restrita essa divisão. Portanto, a divisão do trabalho e a propriedade privada se combinam, “a primeira enuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade” (MARX; ENGELS, 1991, p. 46).

Marx concebe a divisão do trabalho como mediação alienante que encobre o caráter social do trabalho, governando a vida independente do homem, bem como a lei da oferta e da procura também comanda a produção dos homens e de qualquer outra mercadoria. A divisão do trabalho implica na separação do homem do seu poder de decisão no âmbito do sistema capitalista, “que ‘vela’ e falseia de forma fetichista ‘o caráter social do trabalho privado e as relações sociais entre os produtores individuais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 867).

A separação homem-natureza e campo-cidade favorece a lógica do mundo capitalista, promovendo o afastamento e a ausência de pertencimento enquanto unidade, o que interessa ao mercado, como indaga Gonçalves (2005a, p. 116):

Alguém compraria o seu arroz e o seu feijão se dispusesse de condições naturais para produzi-las por conta própria? Alguém compraria máscaras de oxigênio, como já ocorre no Japão, se o ar da sua cidade fosse puro? [...] Separar o homem da natureza é, portanto, uma forma de subordiná-los ao capital.

Tanto quanto o capital subjuga o homem ao separá-lo da terra e dos seus meios de produção, de acordo com Huberman (1986, p. 162), não é

‘natural’ que exista uma classe de pessoas ansiosas para entrar em uma fábrica, a fim de trabalhar em troca de salários [...] Somente quando os trabalhadores não são donos da terra e das ferramentas – somente quando foram separados desses meios de produção – é que procuram trabalhar para outra pessoa. Não o fazem por gosto, mas porque são obrigados, a fim de conseguir recursos para comprar alimentos, roupa e abrigo, de que necessitam para viver. Destituídos dos meios de produção, não têm escolha. Devem vender a única coisa que lhes resta – sua capacidade de trabalho, sua força de trabalho.

Desse modo, o desenvolvimento capitalista intensificou a divisão entre cidade e campo, com o contínuo esvaziamento daquele e a propagação da urbanização. Na era industrial foi em torno das fábricas que se formaram as grandes aglomerações urbanas, o que ilustra desde o princípio “que os fluxos migratórios seguem o rumo da expansão do capital” (GONÇALVES, 2005a, p. 113).

O modo de produção capitalista é determinado pelo lucro incessante, pelas trocas e vendas lucrativas que geram a necessidade de consumo, assim, o objeto e o modo de consumo possuem implicações diretas na lógica de organização e funcionamento do sistema. Antes, “no sistema produtivo do artesanato urbano” (MÉSZÁROS, 2002, p. 659), a produção e o consumo estavam limitados à demanda que pouco aumentava e aumentava aos poucos, pois o desejo pelo consumo era pequeno e era alta a taxa de utilização dos produtos. Além disso, o foco da produção era a própria manutenção do produtor e havia um entrelaçamento entre o mestre-artesão e seus meios de produção, predominando enquanto resultado do seu trabalho o valor de uso.

A separação do trabalhador dos seus meios de produção inaugurou a força de trabalho como mercadoria e dinamizou o processo produtivo a partir de estímulos à demanda com a ampliação da oferta de mão de obra. Esse dinamismo modificou a importância do valor de uso diante do valor de troca, traço marcante do capital que resulta na “subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca [...] O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca, e poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa” (MÉSZÁROS, 2002, p. 606).

Essas modificações demarcam a contradição do sistema, que, por um lado, consegue impulsionar a economia através do consumo e da superprodução em massa de mercadorias, por outro, perde o domínio de limitar os procedimentos produtivos excessivos, com rebatimentos ao meio ambiente natural (MÉSZÁROS, 2002).

Uma das estratégias do capital para garantir o consumo é que as mercadorias produzidas não percam a vendabilidade, mesmo que alguns produtos surjam fadados a não serem utilizados<sup>8</sup>, sendo, portanto, superados por outros mais modernos ou que

---

<sup>8</sup> Resulta da produtividade incessante a necessidade maior de consumidores. Para manter em expansão o consumo e intensificar a taxa de exploração, na metade do século XX, o capitalismo lançou mão do mecanismo da obsolescência programada ou também conhecida como obsolescência planejada que significa “reduzir deliberadamente a taxa de utilização dos produtos com o fito de ampliar a ‘propensão ao consumo’” (GOMEZ; BLANK, 2012, p. 53).



possuam características como a baixa durabilidade<sup>9</sup>. Para promover a multiplicação do sistema, a tendência passa a ser a da taxa de utilização decrescente, tanto de bens e serviços socialmente produzidos, quanto das forças produtivas e dos instrumentos a serem empregados na produção.

Na corrida pela maximização do lucro para o desenvolvimento da produtividade, nos questionamos: o que faz o capital com os excedentes frente à demanda? Simplesmente os despreza, são “partes relativamente ineficientes do capital social total” (MÉSZÁROS, 2002, p. 665). Os processos produtivos são dominados pelo fetichismo da quantificação<sup>10</sup>, podendo as mercadorias até imediatamente tornarem-se lixo, desde que preservem o imperativo da lucratividade<sup>11</sup>.

Desse modo, o surgimento da sociedade mercantil capitalista inverte a lógica dos processos produtivos, reforçando a crescente escala de produção. A superprodução já desaguou em uma crise econômica do sistema “caracterizada não pela escassez, mas pela superabundância” (HUBERMAN, 1986, p. 258). Interessa ao capital não a produção *per se* de coisas, mas que gerem lucro, pois “apenas o lucro põe em movimento as rodas” (HUBERMAN, 1986, p. 259).

Conforme Mézáros (2002, p. 635), “a medida do progresso do ‘capitalismo avançado’ tornou-se a eficácia com que o *desperdício* pode ser gerado e dissipado em escala monumental”. A sociedade do desperdício é inerente ao capitalismo, o qual é incompatível com o adjetivo “verde” ou a terminologia “ecologicamente sustentável”.

Contradições derivam desse padrão falacioso de valores exacerbados que devasta intensamente os recursos naturais. Ao reconhecer que necessita da natureza tanto quanto a degrada, gera medidas que na aparência discursam conciliação, mas na essência são imprescindíveis para sua manutenção. Desse modo, relacionamos a

---

<sup>9</sup> Essa estratégia de produzir mercadorias com baixa durabilidade (entendendo-a como qualidade física) não significa que o capital “seja inimigo da durabilidade [...] as manifestações dessa tendência devem ser justificadas em função da necessidade de competição, da utilização racional dos recursos do trabalho - ambas tratadas como necessidades (ideais) inteiramente benéficas - e coisas do tipo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 636).

<sup>10</sup> O fetichismo da quantificação subordina a produção direcionada para a necessidade, qualidade e valor de uso, implica em consequências para as funções do trabalho vivo (trabalho humano que compete com a maquinaria) e para a preservação dos recursos naturais.

<sup>11</sup> Na história da humanidade registra-se que a busca feroz pela lucratividade impulsionou o desenvolvimento tecnológico na perspectiva de superar a concorrência. E “vale(u) tudo” para vencer a concorrência, como por exemplo, a guerra e a preparação da guerra, que contribuíram intensamente com o avanço técnico e econômico. Conforme Gomez e Blank (2012, p. 55), os Anos Dourados “do pós-Segunda Guerra foram comprados com maciços dispêndios militares – e, junto com ele, com um terrível rastro de destruição: Guerra da Coreia, Guerra do Vietnã, Guerra Fria, além de inúmeras conflagrações, golpes militares e ditaduras sanguinárias”.

incompatibilidade entre produção capitalista e preservação ambiental com a teoria de Marx sobre o fetichismo da mercadoria, ao concebermos o desenvolvimento sustentável como um fetiche.

O significado do termo fetiche em português remete a magia, feitiço, algo sobrenatural. Marx fez uma analogia com a religião, já que o termo fetichismo era comum na filosofia clássica alemã, nos temas teológicos. A teoria do fetichismo de Marx foi acusada de compilar “uma síntese específica de Hegel, Feuerbach e Ricardo’ [...] A teoria do fetichismo transfere a teoria filosófica-religiosa de Feuerbach sobre a alienação para o domínio da economia” (RUBIN, 1987, p. 69).

Marx utilizou a expressão fetichismo ao tratar de um aspecto central do modo de produção capitalista, segundo o qual as relações sociais que definem esse modo de produção adquirem um certo caráter fantasmagórico e misterioso, que escapa aos homens apesar de ter sido produto do agir humano.

De acordo com Rubin (1987, p. 68), a “origem e desenvolvimento da teoria de Marx sobre o fetichismo permanece até hoje completamente não examinada”. A sua teoria do fetichismo foi registrada no livro a Sagrada Família, percorrendo o processo de construção do socialismo utópico até o socialismo científico exposto no livro Miséria da Filosofia, transpondo dos elogios às críticas proferidos à Proudhon<sup>12</sup>. Neste momento descobriu que para além da mercadoria existem relações sociais de produção e o questionamento acerca da razão dessas relações receberem a forma material de coisas só o desperta no texto Contribuição à Crítica da Economia Política e o seu desenrolar em O Capital, livros I e III (RUBIN, 1987).

Em seus estudos, Marx desvendou que as “relações de produção não surge[m] de ‘hábitos’, mas da estrutura interna da economia mercantil. O fetichismo é não apenas um fenômeno da consciência social, mas da existência social” (RUBIN, 1987, p. 73). Daí o nosso pressuposto de que sob a dominância do capital todas as relações sociais são fetichizadas, desde a mercadoria. O fetichismo é inerente ao capitalismo e impregna toda a sociedade, garantindo “a penetração do poder-sobre capitalista no núcleo do nosso ser, em todos os nossos modos de pensar, em todas as nossas

---

<sup>12</sup> Pierre-Joseph Proudhon, intelectual francês, autor do livro Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da Miséria (1846), estabeleceu com Marx uma relação mais próxima entre os anos 1844-1845. Se desentenderam radicalmente em 1847, quando Marx respondeu em tom crítico ao livro de Proudhon com um texto intitulado Miséria da Filosofia.

relações com as outras pessoas” (HOLLOWAY, 2003, p. 80) e transforma essas relações em relações entre coisas.

Na sociedade capitalista as relações entre as pessoas estabelecem-se pelas coisas e através das coisas e os recursos naturais adquirem pelo agir humano características sociais específicas e cada vez mais valiosas, tanto quanto todas as coisas de interesse do mercado. Ao reproduzir o caráter fetichizado e pretensamente neutro da relação do capital com o meio ambiente natural, as estratégias de enfrentamento impulsionadas pelo grande capital à questão ambiental estão direcionadas ao propósito de reforçar as suas bases hegemônicas e converter em seu próprio benefício os efeitos drásticos da produção capitalista.

Apesar dos ciclos de crises, o capital vem demonstrando “êxito” em conseguir formas de aumentar a produtividade do trabalho, a qual possui o propósito de produzir mais mercadorias. Contudo, reconhecendo suas contradições em todas as esferas da vida social, propõe “paliativos temporários”, como o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de centralizar o debate ambiental em temas superficiais. As saídas propostas à crise ambiental vão em direção ao que Mézáros (2002, p. 613) denominou de

as falsas dicotomias – como, por exemplo, ‘crescimento e colapso catastrófico ou equilíbrio global por meio de crescimento zero’ – como resultado de sua incapacidade de questionar o círculo vicioso do sistema reificado do capital orientado para a riqueza.

A crise ambiental decorre da dinâmica do modo de produção capitalista, enraizada na propriedade privada, na mercadoria e no lucro com apropriação restrita da riqueza produzida coletivamente. Nessa direção, Foladori e Tommasino (2012, p. 81, tradução nossa) elucidam ideias que são reproduzidas sobre a degradação ambiental, como o dito de

que os países da ex União Soviética, que não eram capitalistas, tinham tecnologia industrial, e portanto eram tão poluidores quanto os capitalistas com igual tecnologia. Mas não dizem que a ex União Soviética herdou a tecnologia capitalista<sup>13</sup>.

Argumentam estes autores, no sentido de desmistificar a crise ambiental como um problema técnico, se assim fosse bastaria uma solução técnica, pois consideram

---

<sup>13</sup> No original: *que los pueblos primitivos vivían en equilibrio con la naturaleza; lo cual es falso. Los pueblos primitivos, a pesar de sus tecnologías atrasadas, depredaban e inclusive extinguieron especies. En sentido opuesto, también se dice que los países de la ex Unión Soviética, que no eran capitalistas, tenían tecnología industrial, y por tanto eran tan contaminantes como los capitalistas con igual tecnología. Pero no se dice que la ex Unión Soviética heredó la tecnología capitalista.*

todas as alternativas técnicas, no marco das relações capitalistas, apenas uma substituição dos problemas de um local para outro. Ademais, as causas da crise ambiental não estão localizadas na população crescente de pessoas nem na pobreza, vez que tem sido recorrente a “defesa do padrão de consumo dos países centrais – isentando-os de sua condição de poluidores – ao mesmo tempo que responsabilizam ‘os pobres’ pela degradação do planeta” (SILVA, 2010, p. 168). Dessa forma, entendemos que a intensificação do desequilíbrio ambiental está nas relações sociais capitalistas que impactam e pressionam “para que os ciclos de produção sejam cada vez mais curtos, usando mais matéria-prima e produzindo mais resíduos”<sup>14</sup> (FOLADORI; TOMMASINO, 2012, p. 82, tradução nossa).

Apesar de as reflexões sobre a destruição da natureza antecederem ao século XX, não possuíam características que conformassem um movimento social, sendo secundarizadas ao longo de décadas. Somente em 1960, inicialmente na maior parte dos países europeus, houve ensaios no sentido de estruturar o movimento ambientalista que sofreu a influência da conjuntura histórica marcada pelos primeiros movimentos pacifistas, *hippie*, de contracultura, em resposta aos efeitos provocados pela Segunda Guerra Mundial<sup>15</sup>, bem como ao modo de vida norte-americano. A pauta de reivindicações naquele contexto era ampla, o que de certa forma justifica as várias vertentes do movimento ambientalista: alternativos, neomalthusianos, zeristas, marxistas, fundamentalistas, eco-tecnistas, entre outras.

Ao mesmo tempo que se expandiram estudos e discussões a respeito do meio ambiente natural, emergiu, posterior à Segunda Guerra Mundial, e tornou-se objeto ideológico do Ocidente o debate sobre desenvolvimento. A concepção de desenvolvimento capitalista encara a história como uma sucessão de etapas, na qual todos os países devem seguir as respectivas fases: subdesenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos.

A ideia de acrescentar ao substantivo desenvolvimento o adjetivo sustentável adveio da ideologia hegemônica do capital apresentada pelos países de capitalismo central e suas organizações internacionais, como se fosse possível conciliar crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais. Na definição oficial

---

<sup>14</sup> No original: *para que los ciclos de producción sean cada vez más cortos, usando más materia prima y produciendo más residuos.*

<sup>15</sup> Consequências da Segunda Guerra Mundial impuseram a necessidade de intervenção sobre novos debates que conformaram uma terceira dimensão de Direitos Humanos, referente aos direitos voltados à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à autodeterminação dos povos.

estabelecida no Relatório Nosso Futuro Comum, desenvolvimento sustentável significa o atendimento às necessidades da atual geração sem comprometer as necessidades das gerações futuras (WCED, 1987).

A formulação desse conceito é decorrente de um processo no qual o debate ambiental alcançou visibilidade na agenda pública por meio de reuniões e acordos internacionais. A crescente percepção da crise ambiental na década de 1960 resultou no ano de 1968 na criação do Clube de Roma, “uma associação informal e internacional”, a partir da qual “um grupo formado por ‘cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos de nível nacional e internacional’” (SANT’ANA JÚNIOR; MUNIZ, 2009, p. 259) produziram um relatório denominado Limites do Crescimento, publicado quatro anos depois.

De acordo com Sant’Ana Júnior e Muniz (2009, p. 259),

O relatório do Clube de Roma configura-se como um alerta significativo, pois é elaborado a partir da iniciativa de agentes sociais identificados com a elite econômica, intelectual e política do mundo capitalista e, ao demonstrar os limites do crescimento, amplia as possibilidades de questionamento das bases do sistema produtivo que mantém este mesmo mundo, gerando embaraços para os discursos de justificação da necessidade imperiosa de crescer e desenvolver.

O debate levantado pelo Clube de Roma e pela I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, realizada no ano de 1972 em Estocolmo, através da Organização das Nações Unidas (ONU), direcionava para os “principais problemas ambientais” por eles assim tratados e considerados: industrialização e crescimento urbano e populacional. Eventos como estes contribuíram para introduzir os assuntos ambientais na agenda de negociações e para criar instituições, documentos e encontros de proporção mundial voltados à proteção ambiental, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) indicado pela Conferência Mundial (SILVA, 2010).

No ano de 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD)<sup>16</sup> que se reuniu quatro anos depois na Noruega. O produto de maior visibilidade dessa Comissão, presidida na época pela primeira ministra *Gro Harlem Brundtland*, foi o Relatório Nosso Futuro Comum, conhecido também como Relatório *Brundtland*. Com 30 anos de existência, destacamos a

---

<sup>16</sup> Esta comissão possuía como atribuições preparar a segunda conferência, e recebe na língua inglesa a denominação *World Commission Environment and Development* (WCED). Sant’Ana Júnior e Muniz (2009, p. 260) chamam atenção para a introdução do vocábulo desenvolvimento ao seu título, “sinalizando para a perspectiva de associação entre preocupações ambientais e o desenvolvimento”.

principal demanda do capital posta no relatório: possibilitar a relação entre desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente - expandida para toda a humanidade indistintamente - atrelada inclusive à superação da pobreza nos países em desenvolvimento, de forma que proporcione crescimento contínuo aos países desenvolvidos.

Segundo os apologistas do capital, o crescimento populacional e as aglomerações humanas são as causas da questão ambiental em decorrência do impacto que exercem sobre os recursos naturais do planeta Terra. O conceito vem gerando um apelo de enfrentamento à questão ambiental, mas suas raízes estão situadas em um grupo bem definido e alinhado com o projeto neoliberal e com a defesa das políticas de ajuste macroeconômico.

Embora desde os anos 1970 tenham surgido negociações em todo o mundo com o propósito de promover novas modalidades de desenvolvimento, sob ideais ecológicos, como a proposta do desenvolvimento sustentável, a questão ambiental não galgou as mesmas ações e estratégias nos diferentes países. Resultando em ideais, teorias, políticas e atividades diferenciadas, conseqüentemente, com “soluções” sociais e tecnológicas variadas.

Assim, enquanto a preocupação ambiental era discutida nos países de capitalismo central, no Brasil não havia legislação à proteção do meio ambiente e o governo brasileiro adotava publicamente, como na I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, o posicionamento de atrair indústrias potencialmente poluidoras. O padrão de desenvolvimento ignorava a degradação ambiental, reforçando o processo de concentração de riquezas, que promove nos países de capitalismo periférico um “desenvolvimento que desenvolve a desigualdade” (GALEANO, 2009, p. 19).

Nesse rumo, o território da Amazônia tem sido objeto de exploração do suposto desenvolvimento, o qual se manifesta por meio da incompatibilidade entre produção capitalista e preservação ambiental.

## **1.2. A EXPANSÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA LEGAL: contradições e conflitos**

Constitui-se a Amazônia uma região que abriga a maior floresta tropical do planeta Terra com dimensões extraordinárias e exuberantes. Os dados e números expressam a sua biodiversidade, em quantidade e qualidade, pois são “50 mil quilômetros de rios navegáveis [...] podem ser encontradas na região 80% das variedades de vida do planeta” (PICOLI, 2006, p. 21). Também abrangente na extensão territorial ao perpassar nove países da América do Sul, e por causa do fornecimento de produtos naturais, possibilita a elaboração de medicamentos e cosméticos, interessando ao mercado mundial.

No entanto, para além desses dados difundidos por pesquisadores e estudiosos de diferentes nacionalidades, em alguns casos sob uma perspectiva romantizada da região, a Amazônia consiste em uma complexidade sobre a qual poderíamos nos referir no plural. Assim como intitulou Gonçalves (2005b): Amazônia, Amazônias.

Há uma natureza viva de esplendor que convive com conflitos, violência, exploração, devastação e miséria. Realidades distintas e não recentes cravadas nas várias fases de sua ocupação. Destacamos como ponto em comum em todas as fases a sua posição subordinada em um processo histórico de desenvolvimento desigual e combinado (MARINI, 2000; LÖWY, 2012) e o interesse pela sua potencialidade econômica, a qual desperta cobiça pela sua exploração.

Consideramos importante a compreensão das contradições da realidade Amazônica para romper com as fantasias a respeito da região. A Amazônia expressa, portanto, a unidade na diversidade.

Os processos históricos nos fornecem subsídios para romper com os mitos ideologicamente impostos do “bom selvagem”, com aquele que considera o que é próximo da natureza como atrasado e tradicional e que, por isso, precisa se (des)envolver, ou seja, perder o seu envolvimento para que incorpore as noções de progresso e de modernidade determinadas de fora (GONÇALVES, 2015b). Ainda nesse sentido, afirma Gonçalves (2005b, p. 21), “des-envolver significa tirar daqueles que são do lugar o poder de decidir sobre o seu destino”.

Entre a ideologia dominante é comum, ao referir-se à Amazônia, a percepção da região como uma reserva de recursos naturais em abundância e que devido à grandiosidade de recursos precisa ser controlada para efetiva exploração. Vinculada a esta é a ideia de vazio demográfico e cultural, assim, deveria ser ocupada implicando em um entendimento contraditório de que “os que lutavam contra esse modelo [da Amazônia como um território vazio a ser ocupado] eram vistos como que lutando contra o Brasil e não, como era de fato, travando lutas contra as injustiças cometidas” (GONÇALVES, 2005b, p. 57). Essa ideia foi reiterada para garantir a “integridade territorial”, contemplada na promessa de desenvolvimento à região. Ademais, desconsidera as populações originárias, os conflitos e a resistência que são fundamentais para romper com essa noção.

A perspectiva de que a Amazônia é um território grandioso e desconhecido remete historicamente à preocupação com a “segurança nacional”, o que justificaria a necessidade de ser controlado. Entretanto, nem é o território um vazio nem são os recursos tão desconhecidos. A respeito dos recursos da floresta existe o conhecimento acumulado por pesquisadores e pelas populações locais, como: a prática dos sistemas agroflorestais e o conhecimento da medicina que contribui com a elaboração de remédios nos laboratórios. O denominado saber tradicional subsidia tecnologias avançadas, como a biotecnologia (GONÇALVES, 2005b).

Os conflitos sociais vinculados à apropriação desigual das terras são expressões da desigualdade política e econômica da sociedade brasileira. Na particularidade da Amazônia, apesar da propagação da disponibilidade de terras, os conflitos demonstram a ganância, a histórica distribuição desigual e que existe muita terra para poucos latifundiários.

Marca da formação política desde o período colonial, a relação entre o Estado brasileiro e as elites dominantes foi estabelecida privilegiando a lógica da incorporação do patrimônio público para benefício privado. O estímulo à migração para a Amazônia ocorreu tanto para sujeitos de diferentes regiões do país quanto de diferentes classes sociais (empresários, latifundiários, camponeses, sem-terra) que se confrontaram com as populações (indígenas, ribeirinhas, negras) que já habitavam o território. Nessas diferenças encontra-se a riqueza (política, social e cultural) da Amazônia ao mesmo tempo que agudiza os conflitos pela terra, com mais ênfase ao longo dos eixos hidro e rodoviários.



Malgrado a colonização (por exploração) do Brasil ter início no ano de 1500, o contato dos primeiros europeus com os legítimos povos da floresta só aconteceu anos mais tarde e justificado pelos interesses dos colonizadores nos produtos da região. Segundo Picoli (2006, p. 21), “a Amazônia foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa”, conquista porque os portugueses expulsaram, em 1616, a priori mais por motivos políticos do que econômicos, os primeiros ocupantes europeus (ingleses e holandeses).

Inicialmente os portugueses não se interessaram em explorar a Amazônia, projetando que seria uma reserva para o futuro e, portanto, precisava ser garantida a sua soberania. Desse modo, executaram a política de domínio territorial vinculando-se à Igreja, a qual garantiria para os portugueses o domínio territorial.

A exploração da Amazônia, nos anos seguintes, aconteceu de forma rudimentar em busca das especiarias, denominadas “drogas do sertão”, através do extrativismo para benefício da colônia, das ordens religiosas e do mercado europeu. Assim, essa exploração foi marcada pela seleção intencional dos recursos naturais e provocou alterações no modo de viver dos indígenas, que ou foram capturados pelos aldeamentos missionários ou fugiram, pois conheciam o território.

Segundo Gonçalves (2005b), no século XVIII, algumas medidas - doação de terras aos colonos e introdução do trabalho escravo destinado à agricultura e pecuária - foram executadas com o objetivo de modernizar a região em uma nova fase de adequação da Amazônia ao controle colonial português com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, no governo do Marquês de Pombal. Apesar da sucessão do ciclo das “drogas do sertão” pelo ciclo da atividade agrícola, aquele permaneceu como uma atividade socialmente importante na região.

Devido a Revolução Industrial houve uma demanda pela borracha produzida na região resultando na reorganização da divisão do trabalho. A borracha, então, emergiu como matéria-prima para acumulação capitalista no século XIX, apesar de os índios amazônicos já conhecerem a sua elasticidade, com a qual faziam bolas e praticavam atividades. Quando apropriada pela sociedade capitalista integrou-se ao circuito internacional da acumulação e tornou-se objeto de interesse econômico, sendo importante para os procedimentos industriais (máquinas, fabricação de fios para redes elétricas e de comunicação - telégrafo, telefone, energia) e, posteriormente, no “modo de vida urbano com os automóveis e bicicletas”,

incentivando o rodoviarismo, como sistema de transporte (GONÇALVES, 2005b, p. 83).

Nas várias fases de sua ocupação, a Amazônia atendeu a interesses específicos do capital, e, por sua biodiversidade, desperta a curiosidade interventiva de muitos países, entretanto, há uma variação de intensidade em determinados períodos. Leal (1995, p. 2) analisa por períodos históricos o processo de transformação na organização do território e nas relações sociais e os enumera em quatro, com suas respectivas subdivisões:

1) o que poderíamos chamar de período exploratório, que compreende o século XVI, e no qual já se tem uma clara amostra do que iria advir nos séculos seguintes; 2) o verdadeiro período colonial português, que, grosso modo, pode ser compreendido entre o ano da fundação de Belém (1616) e o início do Império (1822); 3) o período de vinculação às economias capitalistas hegemônicas, do século XIX em diante (cujo início coincide com a vinculação dependente do Brasil à Inglaterra, por força da existência de uma independência política formal mas uma dependência econômica *de facto*); e 4) a fase da atualidade recente, onde essa vinculação é redefinida em função da redefinição da Divisão Internacional do Trabalho após a Segunda Guerra Mundial, que se materializa a partir do surgimento do Golpe militar, e se consolida com a vigência da ditadura. Todos esses períodos refletem a atitude que a colonização sempre guardou em relação à Amazônia, entendendo-a, desde o primeiro momento, como mero espaço de saque.

Com base nessa periodização demarca-se o terceiro período como o início de maior visibilidade econômica da região, nas esferas nacional e internacional, por causa da demanda de expansão e exploração dos recursos naturais. Não que estas estivessem ausentes nos períodos anteriores, mas estavam direcionadas para a questão política com o propósito de manutenção do controle do território pela metrópole portuguesa.

Esse marco deriva da apropriação de um produto nativo da região. O ciclo da borracha impulsionou o maior fluxo de ocupação para a Amazônia e em torno dele formou-se um sistema de trabalho onde,

o seringalista, que comandava a extração da borracha, estava vinculado a uma casa aviadora de Belém ou de Manaus, de quem recebia adiantamentos de víveres e utensílios necessários à extração da borracha, mediante a obrigação de a ela entregar toda a sua produção (GONÇALVES, 2005b, p. 86).

As relações de trabalho foram caracterizadas pela dependência, nas quais o seringueiro era obrigado a produzir apenas a borracha e com o acúmulo de suas dívidas (começavam desde os custos da própria viagem, os utensílios de trabalho e os alimentos que lhes eram antecipados), aumentava a dependência de maior

produção (GONÇALVES, 2005b). O sistema era marcado por dois momentos: um de subir os rios levando os alimentos e o outro de descer o rio trazendo borracha, esse sistema sustentado pelo seringueiro viabilizava o aviamento, as casas aviadoras e os coronéis de barranco<sup>17</sup>. Porém, sem alcançar o “saldo” para pagar as dívidas não conseguiam concretizar o retorno para os seus locais de origem<sup>18</sup>.

Nesse sentido, a produção gomífera reproduziu na sua base relações de exploração da força de trabalho em um sistema de trabalho vinculado às exigências da acumulação e preso às condições naturais e sociais da região. A colonização criou uma miséria social que o capital reproduziu como parte da exigência para acumulação, assim como a sobre-exploração da força de trabalho é uma necessidade da própria valorização, “somente a imposição de uma subremuneração brutal compensaria a baixa produtividade do trabalho decorrente dessas condições de produção” (LEAL, 1995, p. 23).

O transporte era possível, em parte, pela preexistência da navegação fluvial, mas os trechos navegáveis encontravam as cachoeiras dos altos-rios, que ao mesmo tempo que esses obstáculos eram insuperáveis, eram também as únicas vias para áreas abundantes em borracha. Diante do tamanho interesse capitalista “tentou-se vencer de qualquer modo a barreira da floresta, e, em 1873, implantou-se a construção da estrada de ferro que, mais tarde, viria a ser a Madeira-Mamoré”<sup>19</sup> (LEAL, 1995, p. 23).

Destaca-se o período entre os anos 1850-1910 como um dos principais ciclos históricos na exploração da borracha, que projetou a Amazônia ao mercado mundial:

---

<sup>17</sup> O aviamento consistia em um sistema de comercialização onde eram adiantadas mercadorias (bens de consumo e utensílios de trabalho) para os seringueiros e as casas aviadoras eram os estabelecimentos comerciais responsáveis pelo fornecimento dessas mercadorias em troca de pélas de borracha. Segundo Gonçalves (2005b, p. 87), as casas aviadoras “não só compravam borracha, mas também vendiam alimentos, utensílios e outros supérfluos, estes sobretudo aos ‘bons seringueiros’, que tinham ‘saldos’, para que, aumentando suas dívidas, aumentasse sua dependência de maior produção de borracha”. Nessa produção de borracha existiam os coronéis de barranco com a função de obrigar os indígenas e nordestinos, de forma violenta, a trabalhar para eles, também conhecidos como seringalistas.

<sup>18</sup> Para atender “a falta de trabalhadores e a impossibilidade de obtê-los, quer por importação, como assalariados (pelo custo proibitivo), quer entre os índios (já que a extração gomífera – como atividade produtiva maior – era incompatível com a sua cultura) [...]. A solução do problema foi ajudada pela transferência de grandes contingentes de população excedente nas áreas do Nordeste, onde as sêcas retiravam da terra a capacidade de suporte dessas populações” (LEAL, 1995, p. 22).

<sup>19</sup> A estrada de ferro Madeira-Mamoré localizada no estado de Rondônia liga a capital Porto Velho ao município de Guajará-Mirim. Construída no início do século XX contribuiu para ocupação de grandes extensões no território amazônico, para fundação de cidades e como meio para escoar a produção.

o apogeu da produção e da venda a partir da seiva da seringueira. Contudo, entrou em crise por causa da

concorrência dos seringais de cultivo implantados no Sudeste Asiático, por ingleses que, contrabandeando mudas de *Hevea brasiliensis*, plantaram-nas de forma racional e passaram a utilizar novas tecnologias para a extração e beneficiamento do látex, o que permitiu rentabilidade muito maior e sensível redução nos custos de produção (SANT'ANA JÚNIOR, 2005, p. 4).

Desse modo, o monopólio foi rompido e a Amazônia “perdeu o seu maior tesouro, pois as sementes da seringueira tinham sido levadas para Londres, e de lá as mudas foram transplantadas no Ceilão e depois em Cingapura e na Malásia” (PICOLI, 2006, p. 29). Apesar das tentativas realizadas por brasileiros e estrangeiros para reverter a situação, como a iniciativa de Henry Ford<sup>20</sup>, ressalta-se que não foi a única, embora a mais expressiva.

A crise do seringalismo na Amazônia foi de cunho técnico e político. Houve uma série de problemas que corroboraram a crise, como: dificuldades com a introdução de tecnologias e com a natureza (por exemplo, a ocorrência de pragas e doenças na seringueira); na organização do regime de assalariamento e controle sobre a força de trabalho nos seringais; no sistema de aviamento devido a não obtenção de divisas com a exportação de borracha, provocando a perda da importação dos artigos de primeira necessidade e, assim, desaguando na crise de todo o complexo seringalista (GONÇALVES, 2005b).

Ademais, esclarece Gonçalves (2005b, p. 91),

Deveríamos considerar para explicar o sucesso da produção asiática em relação à produção amazônica o fato de que os países importadores de borracha, no caso os países industrializados, mantinham à época uma relação de controle colonial sobre os países asiáticos tendo, assim, todas as fases da produção, comercialização, distribuição e consumo submetidos diretamente aos seus ditames. Observemos que o mesmo não acontecia no caso da Amazônia onde, por mais que os grandes importadores europeus condicionassem as Casas Aviadoras de Manaus e de Belém, tinham que partilhar com elas parte dos lucros da atividade gomífera.

---

<sup>20</sup> De acordo com Picoli (2006, p. 30), no ano de 1927, “Henry Ford fez um acordo com o governo do Pará e iniciou os arrojados trabalhos da chamada Fordlândia, nas margens do rio Tapajós. Com essa atitude, o governo brasileiro passou a intensificar o processo de internacionalização da Amazônia. O empreendimento multinacional conduzido por Henry Ford tinha interesses dúbios. O projeto faraônico foi mal conduzido por pessoas não adaptadas à terra e terminou quando o governo do Pará retomou as glebas doadas, após a morte de Henry Ford”. Nesse rumo, destaca Leal (1995, p. 28), que o projeto foi a falência “por não ser possível obrigar o nativo regional à aceitação de sistemas de trabalho incompatíveis com a sua cultura, enquanto não se encontrar um meio de tornar a terra inacessível e ele como meio de produção”.

Embora ainda exista na região a produção da borracha, no período áureo garantiu “muita prosperidade aos grupos econômicos ali instalados, tendo em vista que a economia do látex quebrou o isolamento, integrando a região ao mercado mundial” (PICOLI, 2006, p. 28). O ciclo da borracha subjugou o extrativismo de outros produtos nativos e a agropecuária, os quais foram intensificados após o seu declínio reproduzindo-se por uma racionalidade ausente de proposições quanto aos impactos (desmatamentos intensivos, alterações nos índices pluviométricos, perda da biodiversidade, entre outros) provocados por estas atividades.

A região Amazônica se organizava, até a década de 1960, sob a hegemonia do capital comercial (local e regional), nos anos seguintes penetrou o capital financeiro e industrial na região, sem vínculos com o território e indiferente à realidade social, cultural e ambiental.

Enquanto parte da economia latino-americana, que possui peculiaridades na formação da economia capitalista mundial, a Amazônia apresenta um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se relacionado com o capital nacional e mundial. Desde os primórdios, o capital requisita novas fontes de acumulação, mesmo quando atinge um determinado grau de desenvolvimento, para garantir sua reprodução com o objetivo de expandir as suas fronteiras a todas as regiões do mundo e a sua lucratividade. Na fase de desenvolvimento do capital mercantil este processo transformou o “novo mundo” em regiões subdesenvolvidas da economia mundial.

A Amazônia cumpre função estratégica para expansão do capital, estando vinculada às dinâmicas externas de possibilidades da acumulação capitalista através da extração de matérias-primas, seja no contexto de predomínio da empresa seringueira; nos denominados períodos desenvolvimentistas e desde a falência desse padrão aos dias atuais. Em todos esses períodos históricos, definida como uma inserção subordinada ao capital, fortemente determinada pelas demandas exógenas, fundada em uma racionalidade econômica que se apropria objetivamente da natureza como mercadoria.

Sobre os processos de acumulação primitiva permanente, afirmou Brandão (2010, p. 48) que, no Brasil “todas as heterogeneidades estruturais e as diversidades produtiva, urbana, social e ambiental estiveram subordinadas à lógica econômica da valorização fácil e rápida, isto é, de natureza imediatista, rentista e patrimonialista”. Desse modo, historicamente o desenvolvimento capitalista brasileiro possui um conjunto de rupturas e conflitos que marcam um “complexo processo de

desenvolvimento desigual de seus espaços regionais e urbanos” (BRANDÃO, 2010, p. 50).

O processo de ocupação e exploração dessa região reflete a condição de dependência capitalista do Brasil inserido no conjunto das formações sociais periféricas do sistema mundial. No âmbito da experiência latino-americana, Löwy (2012, p. 59) aponta como principais expoentes da teoria da dependência: Andre Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, os quais “insistem sobre a natureza capitalista (dependente) da colonização e, no século XX, do ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ na América Latina”. Contudo, esclarece Löwy (2012, p. 59), que os “teóricos da dependência (especialmente Gunder Frank) distinguem-se, entretanto, dos partidários da concepção do desenvolvimento desigual e combinado”.

Ademais, a tese de Marini sobre a concepção de capitalismo periférico na América Latina se contrapõe à formulação da teoria Centro-Periferia, de Raul Prebisch, e de toda a Escola Cepalina<sup>21</sup>, com destaque para as elaborações de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

Marini (2000) analisou em que medida e com qual força os determinantes internacionais exerciam influência sobre os assuntos internos, a partir do pressuposto da existência da influência das economias centrais, dominantes em relação aos países periféricos, as quais geram um aprofundamento da dependência por meio de um desenvolvimento desigual e combinado que obstaculiza as articulações internas. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado há anos é uma das teses marxista mais debatidas por estudiosos com o propósito de compreender qual a natureza da dominação exercida pelo capital nas formações sociais, ou seja, “para tentar dar conta das particularidades das formações sociais em questão, e das raízes socioeconômicas dos movimentos de liberação” (LÖWY, 2012, p. 59). Para Löwy (2012, p. 54), essa teoria “é uma tentativa de explicar estas ‘modificações’ e, por consequência, de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo”.

---

<sup>21</sup> A CEPAL, de acordo com Marini (2010, p. 104), “trata-se de uma agência de difusão da teoria do desenvolvimento surgida nos Estados Unidos e na Europa ao final da Segunda Guerra Mundial. Essa teoria tinha, então, um propósito definido: responder à inquietude e à inconformidade manifestadas pelas novas nações que emergiam para a vida independente, a partir dos processos de descolonização, ao se darem conta das enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais”.

Desse modo, nos detemos nos meandros do projeto de desenvolvimento capitalista dependente na América Latina, sobretudo, na particularidade brasileira, analisando o setor de energia como um pilar estratégico nesse processo.

### **1.3. CAPITALISMO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA: o projeto de desenvolvimento brasileiro**

O processo de desbravamento do “novo mundo” dirigido pela burguesia europeia para “catequizar” as sociedades primitivas ou pré-colombianas, resultou em dizimar milhões de seres humanos. Os colonizadores obtiveram grandes lucros para as metrópoles graças à abundância dos recursos naturais e a máxima exploração do trabalho dos indígenas e, posteriormente, dos escravizados africanos e dos trabalhadores europeus.

Tamanha crueldade marca a origem de diversos territórios, entre eles o latino-americano, que não esconde as suas cicatrizes, no *status* que ocupa frente ao mundo, de subdesenvolvimento. Segundo Galeano (2009, p. 18), “a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, [...], a história do desenvolvimento do capitalismo mundial”. Isso porque tudo o que foi usurpado desses países se transformou em “capital europeu”, em privilégio e luxo em nome da morte, pobreza e humilhação dos nativos, “a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e consumo, os recursos naturais e os recursos humanos”.

A partir do século XVI a burguesia<sup>22</sup> se consolidou enquanto classe dominante, no berço do pragmatismo-utilitarista (herdado do pensamento cartesiano), do antropocentrismo, do mercantilismo e do aprimoramento da técnica, leia-se trabalho. Esses elementos históricos contribuíram para quebrar paradigmas, reforçar o controle do homem sobre a natureza e traçar um novo rumo para a humanidade.

O capital para expandir suas fronteiras destrói e transforma civilizações através da espoliação dos recursos dos colonizados e da extração de lucros. A referência à

---

<sup>22</sup> A burguesia mercantil despreza o ócio, exalta a produtividade com o propósito de ampliar a oferta de produtos no mercado. A burguesia introduz ao trabalho uma adjetivação positiva que se ampliou com a maquinaria.

destruição ambiental é destacada por Leff (2009, p. 34) ao analisar o quanto o “processo de dependência e exploração destruiu o patrimônio cultural e ambiental dos povos da América Latina, degradando o potencial produtivo dos ecossistemas naturais”.

A invenção e o desenvolvimento da indústria provêm da exploração dos metais preciosos e dos gêneros inusitados extraídos das colônias, que aumentaram o fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, contribuindo com o acúmulo do capital comercial e bancário na Europa e com o sistema manufatureiro.

Na teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky a análise além de econômica é social e cultural, em estágios que articulam, no desenvolvimento capitalista, condições atrasadas com avançadas. Acrescenta Löwy (2012, p. 55) que sobre esta “combinação, as relações engendradas pelo capitalismo determinam todas as outras, segundo a fórmula de Marx em seu texto de 1857, seu lugar e sua importância”. A inserção da América Latina na dinâmica capitalista expressa a afirmação de que um país periférico “rebaixa frequentemente aquilo que ele empresta ao exterior para se adaptar à sua cultura mais primitiva. O próprio processo de assimilação toma, nesse caso, um caráter contraditório” (TROTSKY, 1980 apud LÖWY, 2012, p. 57).

A independência das colônias latino-americanas se restringiu a uma independência formal, visto que continuaram dependentes do centro em um processo no qual “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000, p. 109). As relações comerciais da América Latina com os países capitalistas europeus se limitaram à produção e exportação de bens primários em troca de manufaturas de consumo. Aprofundando, assim, a divisão do trabalho, caracterizada pela especialização, com os países industriais como produtores mundiais de manufaturas, enquanto os países latino-americanos como fornecedores de bens primários.

Além da oferta mundial de alimentos, condição necessária para a sua inserção na economia capitalista internacional, a América Latina contribui para a formação de um mercado de matérias-primas industriais. Considera Marini (2000, p. 112), “que as funções que a América Latina desempenha na economia capitalista mundial transcendem à simples resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais”. Posto que a sua participação ao facilitar o crescimento



quantitativo da acumulação nos países industriais, o faz deslocando o eixo da produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa (MARINI, 2000).

O aparente ordenamento que se estabelece, na esfera do mercado mundial, entre a exportação de matérias-primas e a importação de bens de consumo europeus encobre a dominância da economia internacional e a dependência no ciclo do capital, que está submetida à economia latino-americana para atender às exigências da circulação capitalista, independe da capacidade interna de consumo para a sua produção. De acordo com Marini (2000, p. 132), a separação das etapas de produção e circulação de mercadorias, consideradas fundamentais no ciclo do capital, expressa “a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias”. Embasado nas análises de Marx, ele afirma que esta oposição gera o duplo caráter do trabalhador: enquanto compradores de mercadorias, os operários são importantes para o mercado, e como vendedores da sua força de trabalho, o capitalista os reduz ao mínimo.

Para a acumulação capitalista a economia dependente assume posição secundária. Diferente dos países centrais que contribuem com a capacidade produtiva do trabalho, os países periféricos fazem mediante a superexploração do trabalhador. Esta contradição é o ponto fulcral da dependência latino-americana (MARINI, 2000).

Como não é nosso propósito estudar as formas econômicas particulares que existem na América Latina; o que nos interessa é a condição de país dependente na qual está inserido o Brasil, sobretudo, quando ingresso na etapa capitalista de produção no imperialismo, no sentido de compreendermos a importância que a Amazônia Legal desempenha na conformação do desenvolvimento capitalista desigual e combinado. Segundo Sader (2000), um desenvolvimento que só ocorre acirrando a dependência e desarticulando internamente as situações: econômica, social, política e ideológica.

Dentre essas situações, Leff (2009) considera que além da superexploração da força de trabalho, as disparidades entre os países centrais e os periféricos são determinadas pelo processo de transferência da riqueza também gerada pela superexploração dos recursos naturais. De modo que a condição de dependência não se manifesta apenas pelo aspecto econômico, como a transferência permanente do excedente econômico dos países dominados para os países dominantes, mas, outrossim, determinada pela destruição dos recursos naturais e culturais, que poderiam ser aproveitados para valorização dos países dominados.

Assim, o que ocorre na Amazônia Legal expressa a condição do Brasil na rota do capital. Apesar de não se propor a analisar em detalhes o processo de industrialização na América Latina, Marini (2000, p. 136) problematiza que, “por significativo que tivesse sido o desenvolvimento industrial no seio da economia exportadora [...] não chegou nunca a conformar uma verdadeira economia industrial que, [...] produzisse uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países”. Por um período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, com a crise da economia capitalista internacional, o eixo de acumulação passa a ser a indústria, despontando a economia industrial latino-americana. E a acumulação que era baseada na produção para o mercado externo por causa da crise fora deslocada para a produção interna.

Desse contexto provém a tese da industrialização substitutiva de importações, central na ideologia desenvolvimentista com suas distintas correntes, na década de 1950. Defendiam os teóricos desenvolvimentistas “que os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana eram devidos a uma insuficiência de seu desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer” (MARINI, 2000, p. 137). Acreditava-se que a industrialização resolveria *per se* todos os conflitos e desigualdades sociais.

No entanto, a industrialização (da substituição de importações às políticas neoliberais) não satisfaz a demanda crescente de empregos, provocando a perda do poder aquisitivo e maior pauperização da classe trabalhadora. Marini (2000), apesar de reconhecer a existência de atividades industriais, questiona o termo industrialização no seio da economia exportadora, pois considera que não ocorre um processo de industrialização. Para este autor, “industrialização não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda já constituída e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 2000, p. 140).

Trata-se de uma economia industrial dependente com acumulação de capital assentada na superexploração do trabalhador. Esclarece Marini (2000), que o conceito de superexploração vai além ao de mais-valia absoluta, inclui também a produção de mais-valia relativa, decorrente do aumento do trabalho. Conformam-se uma nova hierarquização da economia capitalista mundial caracterizada pela transferência de etapas inferiores da produção industrial aos países dependentes e disputas entre os centros imperialistas industriais das etapas mais avançadas.

Condições que se aprimoraram no contexto das ditaduras empresarial-militares, quando países da América Latina foram tomados pelo discurso de restabelecer e manter a ordem capitalista diante do medo da disseminação das ideias comunistas. No Brasil, nesse contexto, houve benefício de grupos econômicos que assumiram o controle dos movimentos políticos e econômicos do país com ausência de participação e debate democrático.

A respeito do golpe de abril de 1964, Marini (2000) considera simplista a interpretação que o vê como uma ação exterior à realidade brasileira. Este autor reconhece a influência norte-americana nos acontecimentos, a partir de interferências em vários setores nacionais. Mas não compreende o regime militar instaurado em 1964 como resultado restrito de uma ação externa.

Demonstra que a situação interna, da sociedade brasileira, em uma conjuntura de crise e de forças políticas em confronto – apoio da pequena burguesia e adesão das classes dominantes ao projeto dos militares – corroboraram a intervenção militar. Assim, a burguesia preocupou-se unicamente em salvar o próprio sistema, de modo que

A ditadura militar aparece assim como a consequência inevitável do desenvolvimento capitalista brasileiro e como uma tentativa desesperada para abrir novas perspectivas de desenvolvimento. Seu aspecto mais evidente foi a contenção pela força do movimento reivindicativo das massas (MARINI, 2000, p. 94).

A intervenção externa se aprofundou, visto que na ditadura empresarial-militar criaram-se estímulos e atrativos para os investimentos estrangeiros, principalmente, dos Estados Unidos. Uma nova dinâmica foi inaugurada na política externa brasileira, marcada pela adequação dos interesses nacionais à política imperialista norte-americana.

A política externa incorporada pela diplomacia brasileira no governo Castelo Branco (1964-1967), intitulada Política de Interdependência Continental, foi indicada pelos Estados Unidos e, portanto, estava de acordo com a dinâmica da economia capitalista mundial. Esclarece Marini (2000, p. 87)

essa penetração de capital imperialista apresentou três características principais: dirigiu-se, quase na sua totalidade, à indústria manufatureira e de base; processou-se sob a forma de introdução no país de máquinas e equipamentos já obsoletos nos Estados Unidos; e se realizou em grande parte através da associação de companhias norte-americanas com empresas brasileiras.

A política de integração ao imperialismo impulsionou a capacidade produtiva da indústria e a disparidade entre o crescimento industrial e a criação de empregos pela indústria, reduziu a oferta de empregos para as novas vagas e a participação da mão de obra empregada. O resultado foi o aumento do desemprego.

Na integração ao imperialismo esses são indícios da tendência do capitalismo industrial brasileiro, ou seja, não cria mercados na proporção de seu desenvolvimento e restringe os existentes. Expressão da contradição do sistema capitalista, Marini (2000, p. 97) diz que o

capitalismo brasileiro o leva à mais total irracionalidade, isto é, expandir a produção, restringindo cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, comprimindo os níveis internos de consumo e aumentando constantemente o exército industrial de reserva.

Os países de capitalismo central buscaram saídas para esta situação via aprimoramento tecnológico para atender ao seu mercado e para expandir mercados externos. Como no Brasil a tecnologia é, principalmente, produto de importação, o país busca expandir mercados para o exterior como tentativa de compensar a sua incapacidade de ampliação do mercado interno. O impulso da economia brasileira para o mercado exterior sem capacidade para ampliar o mercado interno é definido por Marini (2000, p. 151) como um subimperialismo, em outros termos, “uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no âmbito do capitalismo dependente”. Faz a ressalva de que “o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente” (MARINI, 2000, p. 150).

O pós-Segunda Guerra Mundial imprimiu significativas mudanças em todo o mundo nos mais diversos setores, em meados da “década de 1950 os grupos multinacionais se voltavam para a África e Ásia como celeiros de recursos naturais” (MARQUES, 2007, p. 205). Entretanto, a conjuntura política desses continentes modificou-se com a “independência” dos países - antes colonizados - e a pressão dos movimentos ambientalistas (pela aprovação de legislações de proteção ao meio ambiente) que levaram a reconfigurações nas estratégias de reprodução do capital.

Dentre as quais as transferências das empresas multinacionais para novos territórios, como o Brasil e, particularmente, a Amazônia Legal, com disponibilidade de “matérias-primas, legislação liberal e frágil controle sobre o meio ambiente; mão-de-obra barata e pouco organizada sindicalmente; e mercado para seus produtos” (MARQUES, 2007, p. 205).

Gonçalves (2005b, p. 79) destaca a existência de dois tipos contraditórios de organização do território Amazônico: a) rio – várzea – floresta e b) estrada – terra firme – subsolo. Esses dois tipos se conformaram ao longo da formação social e se expressam nesse território, demonstrando o antagonismo e os conflitos de interesses entre os diferentes grupos e classes sociais. Cada uma dessas perspectivas implica usos diferentes da natureza, para o indígena, extrativista, madeireiro e pecuarista, e, conseqüentemente, diferentes formas de organização do espaço.

Antes da década de 1960, a região era mais explorada pelo capital com intervenções externas e em torno do rio – várzea – floresta se organizava prioritariamente a vida da população amazônica. A modificação expressou o projeto de desenvolvimento capitalista no país executado pelos militares e pela burguesia com a implantação de indústrias na região, ou seja, com intervenções dentro do território.

Estas intervenções foram arquitetadas a partir dos centros hegemônicos e não dos povos da Amazônia, de modo que ocorreram por determinações externas, provenientes dos centros hegemônicos dominados por interesses que se sobrepõem aos dos que vivem na região. Segundo Gonçalves (2005b, p. 60), a Amazônia foi “internacionalizada por cima, pelos de cima e para os de cima da hierarquia social”.

O padrão de desenvolvimento imposto e efetivado pelo grande capital em articulação com o Estado e instituições multilaterais de crédito foi reforçado no território amazônico nos períodos de ditadura empresarial-militar quando também se intensificaram os equívocos da noção da Amazônia como “vazio demográfico”, reserva de recursos e fronteira a ser ocupada. Ruiu a política que dava sustentação às velhas oligarquias regionais e as populações de trabalhadores tiveram que se defrontar com os “novos” colonizadores.

As medidas instituídas demonstraram a substituição das elites tradicionais da região, sobretudo vinculadas ao extrativismo, pelo grande capital nacional e internacional. E a subordinação das elites regionais à tutela federal ao controlar a gestão de parte de seus territórios, o que aconteceu através de incentivos<sup>23</sup>, isenções fiscais e campanhas para convencer os trabalhadores a ocuparem o “vazio

---

<sup>23</sup> Os incentivos fiscais da SUDAM voltaram-se, principalmente, para os grandes projetos pecuários e para os pólos de exploração mineral. Para a exploração mineral foi feito, em 1965, um levantamento aerofotogramétrico pela USAF (*United State Air Force*) e pelo Projeto Radam. Exigências além da mão de obra para a infraestrutura, no setor de transportes e de energia.

demográfico” amazônico, pois a força de trabalho é imprescindível para acumulação capitalista. Demonstraram também a generosidade do Estado brasileiro no propósito de atrair capitais para investir na Amazônia, em articulação com o capital internacional, buscando apoio nas agências multilaterais para realizar as grandes obras de infraestrutura nos setores de comunicação, transporte e energia.

Entre os órgãos governamentais criados para intervir no território amazônico destaca-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que substituiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1966, voltada para incentivar a ocupação da Amazônia por parte dos grupos econômicos nacionais e internacionais. No ano seguinte foi reformulada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que estabeleceu incentivos fiscais por trinta anos para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia.

Em 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), promotor do Projeto Integrado de Colonização (PIC), no qual as famílias migrantes receberam lotes de 100 hectares. A colonização realizada por meio da transferência de famílias sem-terra, advindas de locais onde a pressão por reforma agrária era crescente, para a Amazônia consistiu em uma das medidas de ocupação, a qual deveria ter representatividade do capital. O objetivo desse projeto, declarado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici (1970-1974), era levar “homens sem terra, para uma terra sem homens”.

O Estado investiu em campanhas publicitárias para atrair migrantes de todo o país com o *slogan* nacionalista Integrar para não Entregar. O número de pessoas que migraram para a região “por conta própria” (sem vínculos e desamparados sem suporte institucional de segurança e sem assentamento, sobretudo, por causa da ausência de políticas direcionadas para a pequena propriedade familiar) era muito maior do que aqueles vinculados aos projetos governamentais. Nas áreas com mais projetos de desenvolvimento intensificaram-se os conflitos e a violência entre os migrantes provenientes de diferentes regiões por terras para trabalhar, os fazendeiros que buscavam terras para capitalizar e os povos originários para sobreviver.

O principal beneficiário do projeto SUDAM foi o grande capital, “que efetivou a acumulação na região, por meio da expansão da nova fronteira” (PICOLI, 2006, p. 37). Desse modo, os investimentos na região estiveram integrados, em sua maioria, ao mercado mundial. Segundo Picoli (2006, p. 46), foi efetivada uma nova fase para o

desenvolvimento do capitalismo dependente do Estado brasileiro por meio de duas vias de integração: vinculando a região ao mercado mundial via exportação e internacionalizando os produtos através da produção.

Foram formulados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), enquanto estratégias da intervenção estatal na economia, com o propósito de integrar as regiões consideradas “atrasadas” ao centro dinâmico da economia dentro e fora do país e, com isso, expandir o mercado interno e as exportações. Em relação à energia nesse planejamento governamental, afirma Lemos (2007, p. 298) que,

verificou-se uma mudança significativa na passagem do I PND (1972-1974) para o II PND (1975-1979) e o III PND (1980-1985). No I PND ainda havia uma preocupação regional embutida nos investimentos em energia elétrica, nas pesquisas em hidreletricidade voltadas para o atendimento às necessidades de consumo regionais e na dotação de recursos para a instalação dos pólos de desenvolvimento, sob a coordenação da SUDAM, apesar do enfraquecimento orçamentário desta superintendência e transferência de recursos para o PIN/Proterra. Já nos II e III PNDs, a política energética transcendeu a região, adquirindo claramente um sentido trans-regional. Além de gerar divisas para o país e economizar combustíveis fósseis, a política energética se voltou para a integração da região ao mercado internacional, com o uso da energia gerada em grandes plantas hidrelétricas como insumo para os produtos eletro intensivos. O suprimento energético da própria região ficou, então, em segundo plano.

Nesse contexto, a Amazônia acentuou-se como região de expansão capitalista para grupos nacionais e internacionais, impondo a exploração da mão de obra e do meio ambiente natural. As estratégias governamentais e empresariais voltadas para reforçá-la como produtora de recursos naturais para o mercado internacional revelam o aumento do interesse por esta região.

Ademais, foram propostas para Amazônia a “modernização da agricultura e a expansão da fronteira agrícola, via apoio técnico e distribuição de incentivos e créditos” (MARQUES, 2007, p. 184). A construção de redes técnicas (viária, energia elétrica e telecomunicações) reforçou a defesa da integração dessa região, explícita no Programa de Integração Nacional (PIN). Assim, a política dos governos militares impulsionou iniciativas de sua integração, despertando-os para a sua exuberância. Contudo, segundo Vainer (2007, p. 120), as iniciativas foram de caráter “socialmente injusto e ambientalmente irresponsável”.

Com o discurso de promover o desenvolvimento dessa região, os militares iniciaram a construção de grandes programas e projetos, como: a Transamazônica; a Polamazônia (Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia); as

hidrelétricas de Coroacy Nunes, Tucuruí e Balbina; o complexo mineiro metalúrgico (Programa Grande Carajás<sup>24</sup> e Albrás-Alunorte) e o projeto de celulose de Jari.

Parte dos Grandes Programas de Investimentos, como: a abertura de estradas e a incorporação de suas terras e recursos ao sistema de preços nacionais possibilitaram a integração da Amazônia ao centro-sul do país. De um lado, o fato de estar mais distante dos centros dinâmicos torná-la menos competitiva por causa dos custos de produção, por outro lado, as vantagens estavam no preço mais barato das terras e na diversidade dos recursos naturais da região. Essas condições despertaram a noção de que, com determinadas atividades, se obteria grandes lucros, por exemplo, com a pecuária por ser uma atividade que requer extensões abundantes de terra e o entendimento de que para explorar os recursos naturais (minerais, hídricos e vegetais) são necessários investimentos na infraestrutura.

Assim, a construção de estradas favoreceu a penetração dos capitalistas, dos colonos, dos trabalhadores e despossuídos, sendo fundamental para reinscrever a Amazônia como exportadora de *commodities*. Além da construção de estradas, o Estado interveio no processo de barramento dos rios para produção de energia, aumentando a capacidade do capital de transformar a natureza. A perspectiva era “transformá-la em um pólo exportador de minério, via grandes projetos governamentais. Estes projetos foram empreendimentos de grande porte, com tecnologia avançada” (MARQUES, 2007, p. 220) e com o objetivo de desviar os agravos sociais e atender a ideologia da “segurança nacional”.

A exportação de produtos básicos realizou uma função primordial no processo de acumulação de capital no período denominado de milagre brasileiro, destinado ao pagamento da dívida externa, que aumentou (oficialmente) devido às obras de infraestrutura em todo o país. Justificava, portanto, o incentivo à migração intensa (através da iniciativa privada e de projetos estatais) e de políticas em torno dos Polos de Desenvolvimento. Entretanto, a crise da dívida contribuiu, entre outros elementos, à decadência da ditadura empresarial-militar e à adesão dos países latino-americanos ao ajuste estrutural imposto pelo neoliberalismo. Assim, foram plantadas as condições propícias às ideias neoliberais e às reformas empreendidas pelo programa no Brasil.

---

<sup>24</sup> A descoberta de minério na Serra do Carajás, em 1967, impulsionou a exploração de jazidas minerais da região (ferro, cobre, manganês, entre outras) e em articulação com o complexo Albrás-Alunorte demandaram a construção da hidrelétrica de Tucuruí, com a missão não declarada de dar suporte para esses dois projetos (MARQUES, 2007).



Anteriormente à década de 1960, o setor elétrico brasileiro se expandiu de forma desigual entre as regiões, sendo limitada a intervenção do Estado brasileiro no Norte do país. A Amazônia foi inserida como exportadora de energia, para viabilizar o estabelecimento do projeto industrial, através da implantação de usinas hidrelétricas e de plantas industriais eletrointensivas<sup>25</sup>. Essas medidas estiveram articuladas ao crescimento do movimento ambientalista nos países de capitalismo central e ao encarecimento da energia elétrica, resultante da crise do petróleo nos anos 1970, a partir da qual fez-se necessário produzir energia a partir de outras fontes.

Nesse contexto o setor elétrico era composto por uma empresa estatal, a Eletrobrás<sup>26</sup> (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), e suas quatro subsidiárias: Chesf, Furnas, Eletrosul e Eletronorte. A Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil) foi instituída durante o governo Médici, Lei 5.899/1973, a partir da sugestão do Eneram (Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia) de criar uma empresa de energia elétrica para a região amazônica, que seria responsável pela coordenação geral, construção e operação de centrais elétricas e sistemas de transmissão nessa região.

O Eneram após constatar que “existem rochas no fundo dos rios, um elemento fundamental para a construção de barragens” (CABRAL, 2004, p. 37) e estudar os potenciais hidráulicos e de mercado do local reconheceu o potencial energético da Bacia Hidrográfica Amazônica. E “recomendou que o prosseguimento dos estudos hidroenergéticos na Amazônia deveria ficar a cargo de entidade especializada, subsidiária da Eletrobrás, que, integrada nas particularidades da região, pudesse acompanhar a dinâmica de sua evolução” (CABRAL, 2004, p. 28).

Assim, a Eletronorte com o objetivo de planejar e implantar a infraestrutura da geração e transmissão de energia no território da Amazônia Legal, tinha como principal projeto a construção da hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Pará. Declarada pelo militar Ernesto Geisel (presidente da República entre 1974-1979) que foi

---

<sup>25</sup> Indústrias eletrointensivas são grandes consumidoras de energia elétrica nos ramos de alumínio, aço, papel, celulose, entre outros. Para tanto buscam nos empreendimentos hidrelétricos suprir suas necessidades, instalando-se em países periféricos com recursos naturais mais vantajosos e abundância do potencial energético.

<sup>26</sup> O projeto foi proposto pelo presidente Getúlio Vargas, em 1954, aprovada a sua construção apenas sete anos depois e a sua instalação no ano de 1962 no Rio de Janeiro. A Eletrobrás, empresa de capital aberto, consolidou-se no setor de energia elétrica como a maior da América Latina, composta por doze subsidiárias, uma empresa de participações, um centro de pesquisas e metade do capital de Itaipu Nacional. É responsável por realizar estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica.

construída para “aproveitar a bauxita de Oriximiná, às margens do rio Trombetas, para a produção de alumínio em grande escala” (CABRAL, 2004, p. 23). Conforme ele afirmou anos depois, “procuramos desenvolver a produção de alumínio no Norte, no Pará e no Maranhão. Mas não havia energia elétrica, que é o principal insumo da produção de alumínio, e por isso, resolvemos fazer Tucuruí” (CABRAL, 2004, p. 23).

A empresa apresentou o projeto ao Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE), em 1974, com base nos Estudos de Viabilidade (Engevix-Ecotec). Demonstra a afirmação de Geisel os reais interesses que estavam diretamente vinculados a este projeto, além de a construção dessa hidrelétrica ter sido custeada com recursos públicos, as metalúrgicas implantadas receberam subsídios no valor da tarifa da energia a ser fornecida a 1/3 da tarifa real (LEAL, 1995).

O Relatório de Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens sobre a Usina Hidrelétrica Tucuruí (CMB, 2000a, p. 12), indaga: “Como explicar a concepção e a implantação de rodovias e de uma grande usina hidrelétrica em plena selva, pouco habitada e conhecida, e baseada em uma economia extrativista?”. As indústrias eletrointensivas de capital privado subsidiadas pelo governo brasileiro, em associação aos capitais nacionais, procuraram territórios onde a legislação ambiental fosse frágil ou inexistente, já que as entidades ambientalistas dos países centrais estavam incorporando a pressão quanto ao caráter poluidor dessas empresas - também as do ramo de papel e celulose, altamente consumidoras de água e energia -, o que levou à redefinição da localização dessas plantas em função dos subsídios dos governos e do restrito rigor da legislação ambiental.

Diante da propagada necessidade de expansão da geração de energia elétrica para o desenvolvimento capitalista contemporâneo, analisamos o fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade da Amazônia Legal no projeto nacional de expansão hidrelétrica.

## **CAPÍTULO 2: AS USINAS HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA LEGAL E O FETICHE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **2.1. O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO NA LÓGICA DE MERCADO**

A energia elétrica pode ser gerada a partir de diversas fontes. A principal fonte geradora no nosso país é a hidráulica, mais de 60% da energia advém de Usinas Hidrelétricas (EPE, 2015), que consiste em um processo de várias etapas com impactos antes, durante e após a finalização das obras.

Durante a fase de construção da barragem, os principais impactos decorrem dos desmatamentos iniciais e da obstrução do fluxo normal do rio através do desvio do rio, da movimentação dos solos, construção da ensecadeira<sup>27</sup>. Como consequência imediata da interrupção do fluxo normal do rio, ocorre um barramento das populações de peixes, o que gera alterações sobre a pesca local (comercial e de subsistência) e sobre as condições de sobrevivência da população. Daí que há uma relação direta entre os impactos (ambiental, social e econômico) que estamos considerando.

Posterior à construção ocorre a fase de enchimento do reservatório; nesta os impactos considerados mais sérios são “o afogamento da flora e fauna terrestre e os impactos sobre a ictiofauna<sup>28</sup>, com grandes mortandades de peixes” (CMB, 2000a, p. 64), deslocamento compulsório<sup>29</sup> e ruptura de vínculos afetivos dos que

---

<sup>27</sup> Conhecida também como barragem significa uma proteção à prova d'água para que os trabalhadores possam executar a tarefa em um local seco.

<sup>28</sup> Ictiofauna significa o conjunto das espécies de peixes de uma determinada região biográfica.

<sup>29</sup> Nossas principais referências para compreensão do tema do deslocamento compulsório foram Almeida (1996) e Magalhães (2007). Com base em Almeida (1996, p. 30), que analisa esse tema “mediante categorias específicas de representação e processos reais, evitando reduzi-lo ao que o senso comum intelectual designa como ‘migração’ ou ‘êxodo’ [...] e suas respectivas derivações: ‘migração forçada’, ‘involuntária’ e ‘dirigida’”. Magalhães (2007, p. 14), analisou em sua tese de doutorado o deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens entendendo-o como “o processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social, advindo de uma intervenção externa. Processos desta natureza [...] recebem as mais variadas denominações: relocação, migração forçada, reassentamento, transferência de população, remanejamento, deslocamento forçado e outras”. Mas, ainda segundo a citada autora, “estas denominações não são

historicamente habitavam o território. Os impactos ambiental, social e econômico são muitos, pois para a construção de uma hidrelétrica fazem-se necessárias grandes vazões de água represada que origina as barragens, e, para tanto, deslocam compulsoriamente as populações locais, impondo um projeto que não as representa e que tem se apropriado privadamente dos bens naturais.

Conforme destaca Becker (2012, p. 783), na Amazônia esses impactos se intensificam por causa do

i) maior paradoxo entre abundância de água e inacessibilidade social ao recurso; ii) grande parte das hidrelétricas planejadas para o país será ali construída, com risco dos graves impactos conhecidos; iii) a cogitada obrigatoriedade da construção de eclusas em todas as hidrelétricas, proposta pelo setor industrial em benefício da navegabilidade dos rios, deverá propiciar, na verdade, o escoamento de *commodities* produzidas na região Centro-Oeste.

Trata-se do projeto do capital que transforma a água em energia e a energia em mercadoria, com mais ênfase no contexto de dominância do ideário neoliberal. Desse modo, ambas são transformadas em mercadoria, “a mercadoria em obsessão de consumo; o consumo em sinônimo de desenvolvimento, o desenvolvimento em destruição da natureza e exclusão dos pobres” (BENINCÁ, 2011, p. 27).

O setor elétrico<sup>30</sup> brasileiro tem-se modificado ao longo da história. Benincá (2011) destaca quatro principais momentos: a) da Proclamação da República em 1889 a 1930 a economia do país concentrava-se na produção primário-exportadora, o carvão vegetal era a principal fonte energética. A indústria do café impulsionou a urbanização que requereu maior consumo de energia elétrica. Já no início do século XX empresas de capital estrangeiro compuseram o quadro da indústria de energia elétrica do país, sobretudo na área de usinas térmicas e hidrelétricas. Estas empresas cresceram, assim como a capacidade instalada, controlando a indústria de energia elétrica no país, através do controle das condições dos contratos, remuneração do capital e o controle do desenvolvimento tecnológico. Dividindo, assim, o setor elétrico brasileiro, no início deste século, em dois setores, um considerado “moderno” e o outro “arcaico”. Eram instituídos privilégios para os investimentos privados e até os anos 1930 a indústria de energia elétrica se desenvolveu sem impedimentos estatais (LE MOS, 2007); b) de 1930 ao ano de 1945 o país passou a investir na

---

neutras e o seu uso indiferenciado ou intercambiado tende a obscurecer as determinações que conferem especificidade a este processo social”.

<sup>30</sup> O setor elétrico compreende os processos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica nas esferas estatal e privada.

industrialização, o Estado assumiu a função de principal regulador do setor ao estruturar a política energética. Com a consolidação do Código de Águas (Decreto 24.643/1934) que trata nos artigos 139 a 144 a respeito da energia hidráulica e seu aproveitamento, regulamentando na “esfera federal a outorga de autorizações e concessões de aproveitamentos hidráulicos para a exploração de energia elétrica” (LEMOS, 2007, p. 121). A União assumiu o controle sobre a propriedade e uso dos cursos d’água, como uma questão de soberania nacional; c) de 1945 ao final da década de 1980 o Estado brasileiro interveio diretamente no setor elétrico; neste período marcado por duas décadas de ditadura empresarial-militar, esse setor foi relevante nos grandes projetos desenvolvimentistas adotados a serviço dos interesses do capital multinacional. Os investimentos na exploração dos recursos hídricos objetivavam atender à demanda industrial, dentre as muitas obras construídas, a hidrelétrica Tucuruí é emblemática na estratégia desenvolvimentista do período militar sob o comando do capital; d) o período dos anos 1990 aos dias atuais tem sido marcado pela adesão ao neoliberalismo articulado às medidas de privatização do setor elétrico. As empresas estatais presentes em todos os segmentos industriais sofreram desmonte e o setor elétrico ficou sob o controle de um número restrito de empresas multinacionais.

Anterior à década de 1980 vigorava em todos os estados a mesma tarifa de energia e eram públicas todas as empresas distribuidoras de energia. Contudo, na década seguinte o setor foi reestruturado a partir de mudanças institucionais e operacionais implementadas pelo Ministério de Minas e Energia. A reestruturação implicou um processo de desestatização, o que não significou expansão na oferta de energia, tendo em vista a crise energética em 2001.

A falta de energia no país naquele ano, decorrente da ausência de planejamento, motivou novos ajustes nos anos seguintes e o discurso da necessidade de maior geração de energia através da exploração hidrelétrica em um processo que resulta na apropriação privada da energia, do território, dos rios e das florestas. A partir de então, a região Amazônica ocupa posição de destaque nos Planos Nacionais de Energia Elétrica como potencializadora da implantação de grandes hidrelétricas, entre as quais se destacam e são objeto de estudo deste trabalho as hidrelétricas Estreito, Santo Antônio e Jirau.

O abastecimento da Amazônia, antes da intensificação da geração de energia por meio de grandes hidrelétricas, advinha predominantemente das centrais

termelétricas a óleo diesel e das pequenas hidrelétricas Coaracy Nunes (AM) e Curuá-Una (PA). Mas, devido ao processo de ocupação acelerado e de industrialização, não seriam mais suficientes para atender ao consumo proveniente do setor urbano-industrial. De modo que hoje os municípios atendidos por termelétricas são considerados “sistemas isolados”, não participam do Sistema Integrado Nacional (SIN)<sup>31</sup> e possuem, por vezes, função complementar, porque grande parte da região é suprida por usinas hidrelétricas, seguindo a tendência nacional. Embora existam em operação muitas termelétricas na região.

As termelétricas, sobretudo a óleo diesel, geram um alto custo ambiental e econômico, sendo este um dos pontos de reforço ao discurso de que as hidrelétricas são “melhores” nestes aspectos, por serem consideradas fontes renováveis de geração de energia e por terem uma vida útil projetada, em média, em cinquenta anos, com baixos custos de operação. No entanto, as usinas hidrelétricas também causam sérios impactos; assim, trata-se de um entendimento controverso conceber a hidroeletricidade como energia limpa, renovável e barata.

Contrariando a noção de que são muitas as vantagens da hidroeletricidade, destacamos outra problemática causada pela concentração da geração nesta fonte, ou seja, a total dependência da necessidade de exportar a energia. As linhas de transmissão são imprescindíveis para transportar a energia gerada nas usinas hidrelétricas, como estas, geralmente, encontram-se distantes dos grandes centros consumidores, exigem-se maiores extensões. Nesse percurso há perdas de energia, pois nem toda energia transmitida será recebida pelos consumidores finais. Ademais, acarretam impactos econômicos, sociais e ambientais, como: desmatamento, risco de acidentes para a população e o custo envolvido na transmissão, vez que as empresas transmissoras cobram taxas de pedágio para enviar a energia por grandes distâncias, o que encarece a tarifa da energia. E quem absorve esse custo? Mais uma vez o trabalhador.

Essa breve contextualização do setor elétrico no Brasil a partir dos principais períodos históricos possibilita percebermos as transformações pelas quais vêm passando e o quanto a energia é imprescindível ao projeto de desenvolvimento do

---

<sup>31</sup> O SIN é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do país, no qual predomina a presença das usinas hidrelétricas e possui várias empresas proprietárias. A porcentagem de energia elétrica produzida no país que encontra-se fora desse sistema é pequena, localizada em pequenos sistemas isolados, sobretudo, na região Amazônica e baseada em usinas termelétricas a óleo diesel.

capital. Esteja o Estado intervindo diretamente no setor, a exemplo da construção da hidrelétrica Tucuruí controlada pela estatal Eletronorte, ou corroborando a sua desestatização, através das medidas de privatização, é real a direção articulada entre Estado e capital, a serviço dos interesses concentradores e excludentes.

Devido às suas particularidades, a construção de usinas hidrelétricas na região Amazônica requer uma análise diferenciada, pois se trata de uma floresta tropical de rica biodiversidade com a presença de etnias e ecossistemas. Para escolha das hidrelétricas, objeto deste estudo, utilizamos o critério de potência instalada maior que 1.000 MW, - de modo que das vinte e cinco UHEs em operação com a capacidade máxima instalada na Amazônia Legal atendem a este critério: Tucuruí, Estreito, Santo Antônio e Jirau - haja vista a relevância na esfera nacional e regional diante de suas potencialidades tanto para o projeto de desenvolvimento capitalista, ao contribuir para acumulação de riqueza, quanto aos drásticos impactos que provoca no meio ambiente, nas condições de vida da população e na dinâmica da região.

## **2.2. FONTES DE ENERGIA ELÉTRICA: a primazia das Usinas Hidrelétricas na geração de energia elétrica no Brasil**

A primeira hidrelétrica do mundo foi construída, em 1886, nas Cataratas do Niágara (localizada na América do Norte, entre os Estados Unidos e o Canadá), quando o carvão era o principal combustível na produção de energia e as possibilidades sobre a utilização do petróleo para geração de energia elétrica estavam em investigação. Também no século XIX, no ano de 1889, foi construída a primeira hidrelétrica no Brasil, em Diamantina (Minas Gerais), com potência de 0,5 MW (MegaWatt)<sup>32</sup> e dois quilômetros de linha de transmissão (ANEEL, 2008).

Cerca de mais de 100 anos depois a potência chega a 14.000 MW, em Itaipu<sup>33</sup>, a maior hidrelétrica em operação no Brasil. Ao longo das décadas, as tecnologias e a

---

<sup>32</sup> O Watt é a unidade de potência definida no Sistema Internacional de Unidades. Para quantificar a geração de energia elétrica, devido aos elevados valores, são utilizadas as potências desta unidade, quais sejam: KiloWatt (KW), MegaWatt (MW), GigaWatt (GW), TeraWatt (TW). Desta forma temos as seguintes equivalências: 1 (hum) KW equivale a 1.000W, 1 (hum) MW equivale a 1.000 KW, 1 (hum) GW equivale a 1.000 MW, 1 (hum) TW equivale a 1.000 GW.

<sup>33</sup> A UHE de Itaipu é binacional (Brasil e Paraguai), em 1974 foi iniciada sua construção e passado um período de 10 anos começou a gerar energia, no dia 05 de maio de 1984, inicialmente de 277 MW.

confiabilidade do sistema evoluíram bastante, mas o modo de funcionamento para geração e transmissão de energia permanece o mesmo.

A energia elétrica é recorrente nas promessas de desenvolvimento por ser um eixo fundamental, podendo, na atualidade, provir de diversas fontes: hidráulica, biomassa, eólica, solar, biogás, geotérmica e mar (consideradas renováveis) e gás natural, derivados de petróleo, nuclear e carvão mineral (não renováveis). Segundo os dados do Anuário Estatístico de Energia Elétrica publicado em setembro de 2015, referente ao ano de 2014, pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no Brasil foram geradas 590 TWh (TeraWattthora) de energia elétrica, resultando em um aumento de 3,6% em relação ao que foi gerado em 2013. Conforme demonstra a tabela 1, a fonte hidráulica respondeu por 63,2% do total produzido no país em 2014, comparando ao ano de 2013 a sua participação reduziu em 4,5%, devido ao período de estiagem, sendo compensada pela geração termelétrica (proveniente do gás natural, derivados de petróleo e carvão).

**Tabela 1. Geração elétrica por fonte no Brasil (GWh)**

	2010	2011	2012	2013	2014	▲% (2014/13)	Part. % (2014)
Gás Natural	36.476	25.095	46.760	69.003	81.075	17,5	13,7
Hidráulica*	403.290	428.333	415.342	390.992	373.439	-4,5	<b>63,2</b>
Derivados de Petróleo**	14.216	12.239	16.214	22.090	31.668	43,4	5,4
Carvão	6.992	6.485	8.422	14.801	18.385	24,2	3,1
Nuclear	14.523	15.659	16.038	15.450	15.378	-0,5	2,6
Biomassa***	31.209	31.633	34.662	39.679	44.733	12,7	7,6
Eólica	2.177	2.705	5.050	6.578	12.210	85,6	2,1
Outras****	6.916	9.609	10.010	12.241	13.590	11,0	2,3
Total	515.799	531.758	552.498	570.835	590.479	3,4	100

Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2015 (EPE, 2015, p. 59).

Notas: \* Inclui autoprodução

\*\* Derivados de petróleo: óleo diesel e óleo combustível

\*\*\* Biomassa: lenha, bagaço de cana e lixo

\*\*\*\* Outras: recuperações, gás de coqueria e outros secundários



As usinas hidrelétricas geram energia elétrica através do uso da energia hidráulica, ou seja, do aproveitamento do fluxo das águas (dos rios). A potência instalada determina a classificação pela Aneel (2008) em três tipos de usinas: Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Usinas Hidrelétricas de Energia (UHEs), respectivamente, até 1MW, entre 1,1 MW a 30 MW, e com mais de 30 MW.

Conforme a Aneel (2008, p. 50), “a estrutura da usina é composta, basicamente, por barragem, sistema de captação e adução de água, casa de força e vertedouro, que funcionam em conjunto e de maneira integrada”. As barragens<sup>34</sup> são grandes obras de infraestrutura que requerem a participação da indústria da construção pesada, “são comumente associadas a uma promessa de desenvolvimento e progresso da região visada pelos empreendimentos propostos” (NOBREGA, 2011, p. 135).

Os setores interessados divulgam os dados “positivos” com a construção de uma barragem, como: os investimentos em infraestrutura, os empregos gerados e o movimento da economia local. No entanto, do ponto de vista socioambiental as barragens desencadeiam uma ruptura ecológica e conflitos sociais, ao alterar as condições de reprodução da população direta e indiretamente afetadas (NOBREGA, 2011). Modifica-se a dinâmica da paisagem amazônica, vez que “a floresta é derrubada; o rio é barrado para fornecer mais energia ou é poluído pela turbidez dos desbarrancamentos das suas margens ou contaminado pelo mercúrio” (GONÇALVES, 2005b, p. 105).

A barragem é construída para interromper o fluxo natural do rio; isto forma o reservatório, que objetiva, além de acumular água, “a formação do desnível necessário para a configuração da energia hidráulica, a captação da água em volume adequado e a regularização da vazão dos rios em períodos de chuva ou estiagem” (ANEEL, 2008, p. 50). As usinas, independente da potência instalada, causam impactos com a formação de reservatórios (sejam classificados a fio d’água ou por acumulação<sup>35</sup>), responsáveis pelas interferências na fauna e flora local, com o

---

<sup>34</sup> Utilizamos neste trabalho as terminologias barragem ou represa e reservatório. Barragem ou represa referem-se à estrutura construída pelo homem para interrupção do curso do rio e acumulação de água, e reservatório corresponde ao volume de água acumulado.

<sup>35</sup> Os reservatórios a fio d’água utilizam o fluxo natural do rio para gerar energia e possuem pouca capacidade de armazenamento de água. Já os reservatórios por acumulação são aqueles que

deslocamento compulsório de grupos e comunidades e com a interrupção dos meios de subsistência, entre outros. Assim, as manifestações da questão ambiental estão imbricadas com a questão social.

Quanto maior a usina, mais provável que esteja afastada dos principais centros urbanos - o que requer a construção de grandes linhas de transmissão em altas tensões que passam por vários estados - e maior também o efeito destrutivo por causa da construção de grandes reservatórios.

Segundo o Banco de Informações de Geração (BIG) da Aneel (2016a), em abril de 2016, oriundas da fonte hidrelétrica existem em operação no Brasil 1.216 empreendimentos, dos quais 556 são CGHs, com potência instalada de 431 MW; 457 PCHs, com 4.825 MW de potência instalada e 203 UHEs com potência instalada de 87.136 MW. Ainda no país temos em construção 48 empreendimentos, entre os quais: 1 CGH; 37 PCHs e 10 UHEs, e com relação às usinas com construção não iniciadas são 171 empreendimentos: 41 CGHs; 124 PCHs e 6 UHEs.

### **2.3. A AMAZÔNIA LEGAL NO PROJETO NACIONAL DE EXPANSÃO DA GERAÇÃO HIDRELÉTRICA**

O parque hidrelétrico nacional se desenvolveu a partir do Nordeste quando foi construída pelo governo brasileiro a primeira usina de grande porte na Bahia, em 1964, Paulo Afonso I, com potência de 180 MW. Ao longo dos anos, a construção de usinas foi-se concentrando nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Desse modo, quando considerado “praticamente esgotado o potencial hidrelétrico dos melhores eixos da região Sudeste, a indústria barrageira tem se voltado para a Amazônia, caracterizada como uma nova fronteira hidrelétrica” (NOBREGA, 2011, p. 135). Processo que vem ocorrendo desde a década de 1970, quando o governo investiu na exploração da região Norte, ao construir no Amapá, em 1975, a hidrelétrica Coaracy Nunes, com potência de 76 MW.

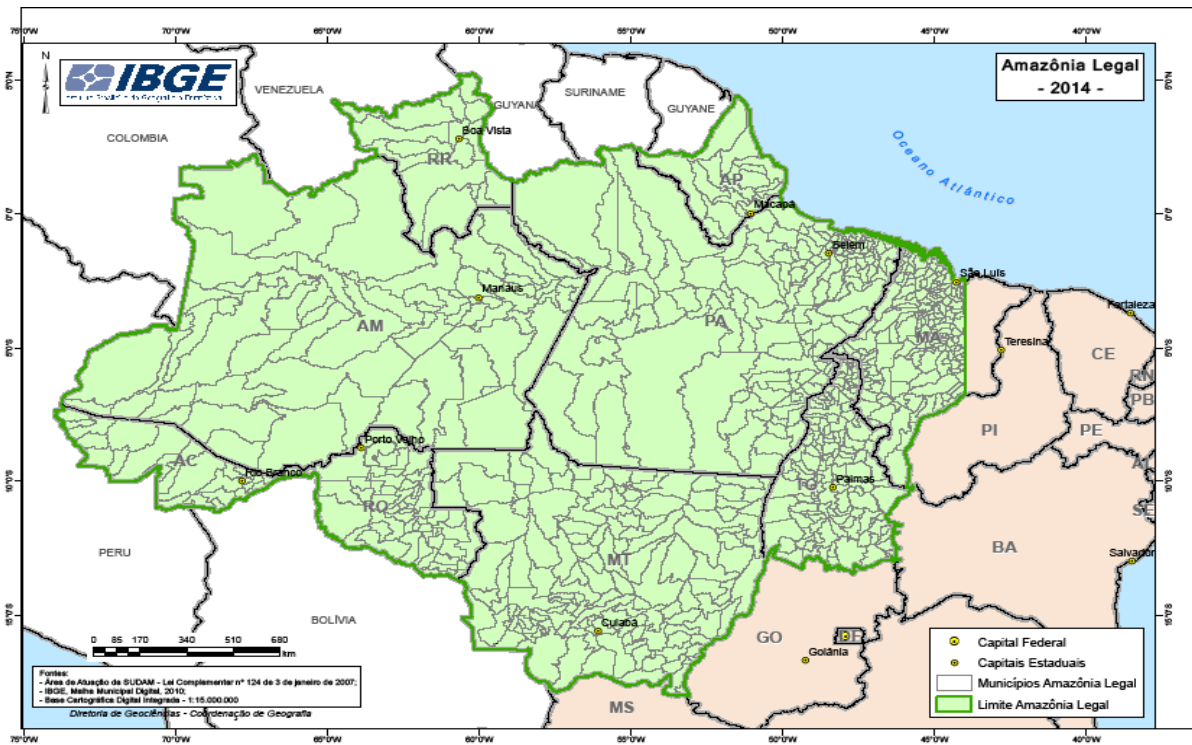
Ainda segundo Nobrega (2011, p. 135),

---

acumulam grande quantidade de água e por isso possuem reserva para os períodos de estiagem, no entanto, necessitando de áreas alagadas ainda maiores.

Tais projetos inserem-se em uma estratégia de exploração dos rios amazônicos que atualiza as políticas desenvolvimentistas executadas pela ditadura militar na região a partir dos anos 1960 e que têm ameaçado e expropriado povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, camponeses, entre outros grupos sociais.

**Figura 1. Unidades Federativas que compõem a Amazônia Legal**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

No território que compreende a Amazônia Legal, figura 1, existem em operação vinte e cinco UHEs, nos estados do Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, conforme a tabela 2.

**Tabela 2. Usinas Hidrelétricas (UHEs) em operação na Amazônia Legal - abril de 2016**

	USINA	ANO	RIO	POTÊNCIA MW
AM	Balbina	1989	Uatumã	249
	Pitinga	1986	Pitinga	24
AP	Coaracy Nunes	1975	Araguari	76
	Santo Antônio do Jari	2014	Jari	373
	Ferreira Gomes	2014	Araguari	252
MA	Estreito	2011	Tocantins	1.087
MT	Casca III	1970	Casca	12
	Guaporé	2003	Guaporé	124
	Jauru	2003	Jauru	121
	Juba I	1995	Juba	42
	Juba II	1995	Juba	42
	Manso	2000	Manso	210
	Ponte de Pedra	2005	Correntes	176
	Itiquira (Casas de Forças I e II)	2002	Itiquira	156
	Dardanelos	2011	Aripuanã	261
PA	Tucuruí I e II	1984	Tocantins	8.535
	Curuá-Uma	1977	Curuá-Uma	30
	Teles Pires	2015	Teles Pires	728
RO	Samuel	1989	Jamari	216
	Rondon II	2011	Comemoração	73
	Santo Antônio	2012	Madeira	2.861
	Jirau	2013	Madeira	3.150
TO	Luís Eduardo Magalhães (Lajeado)	2011	Tocantins	902
	Peixe Angical	2006	Tocantins	498
	São Salvador	2009	Tocantins	243

Fonte: Elaboração própria com base no BIG (ANEEL, 2016a).

De acordo com o BIG, em abril de 2016, estão em construção no Brasil dez UHEs, das quais sete estão localizadas no território da Amazônia Legal. Demonstra a tabela 3, a existência de unidades importantes na região a partir da capacidade de geração de energia elétrica, responsável por 96,07% (12.927 MW) do total da potência outorgada (13.456 MW) no país.

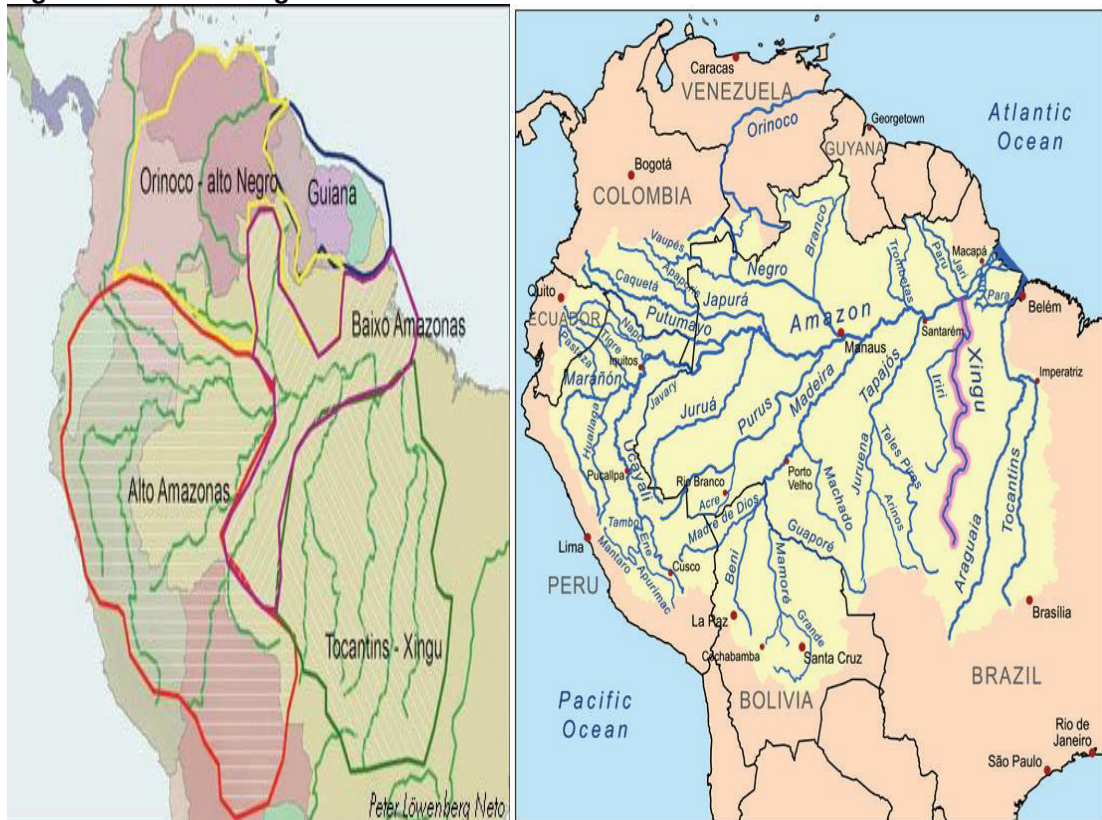
**Tabela 3. Usinas Hidrelétricas (UHEs) em construção no Brasil - abril de 2016**

	USINA	RIO	POTÊNCIA MW
AP	Cachoeira Caldeirão	Araguari	219
MT	Ponte de Pedra	Ponte de Pedra	30
	Colíder	Teles Pires	300
	Salto Apicás	Apicás	45
	Sinop	Teles Pires	400
PA	Belo Monte	Xingu	11.233
	São Manoel	Teles Pires	700
PR	Salto Curucaca	Jordão	37
	Baixo Iguaçu	Iguaçu	350
SC	São Roque	Canoas	141
Total			13.456

Fonte: Elaboração própria com base no BIG (ANEEL, 2016a).

O Brasil é considerado o país com maior potencial hidrelétrico por causa da Bacia Hidrográfica Amazônica, a mais extensa do mundo, em nove países da América do Sul corresponde a uma área de 6.110.000 km<sup>2</sup>. De acordo com Bermann (s/a, p.1), “são mais de 1.000 afluentes principais que drenam a bacia”, constituída por 5 sub-bacias, onde têm UHEs em operação, em construção ou planejamento, a bacia **Alto Amazonas** (Colômbia, Equador, Bolívia, Peru e no Brasil); **Baixo Amazonas** (Brasil); **Orinoco-Alto do Rio Negro** (Colômbia, Venezuela e Brasil); **Tocantins-Xingu** (Brasil) e **Guiana** (Guiana, Suriname e Guiana Francesa).

**Figura 2. Bacia Hidrográfica Amazônica em escala continental**



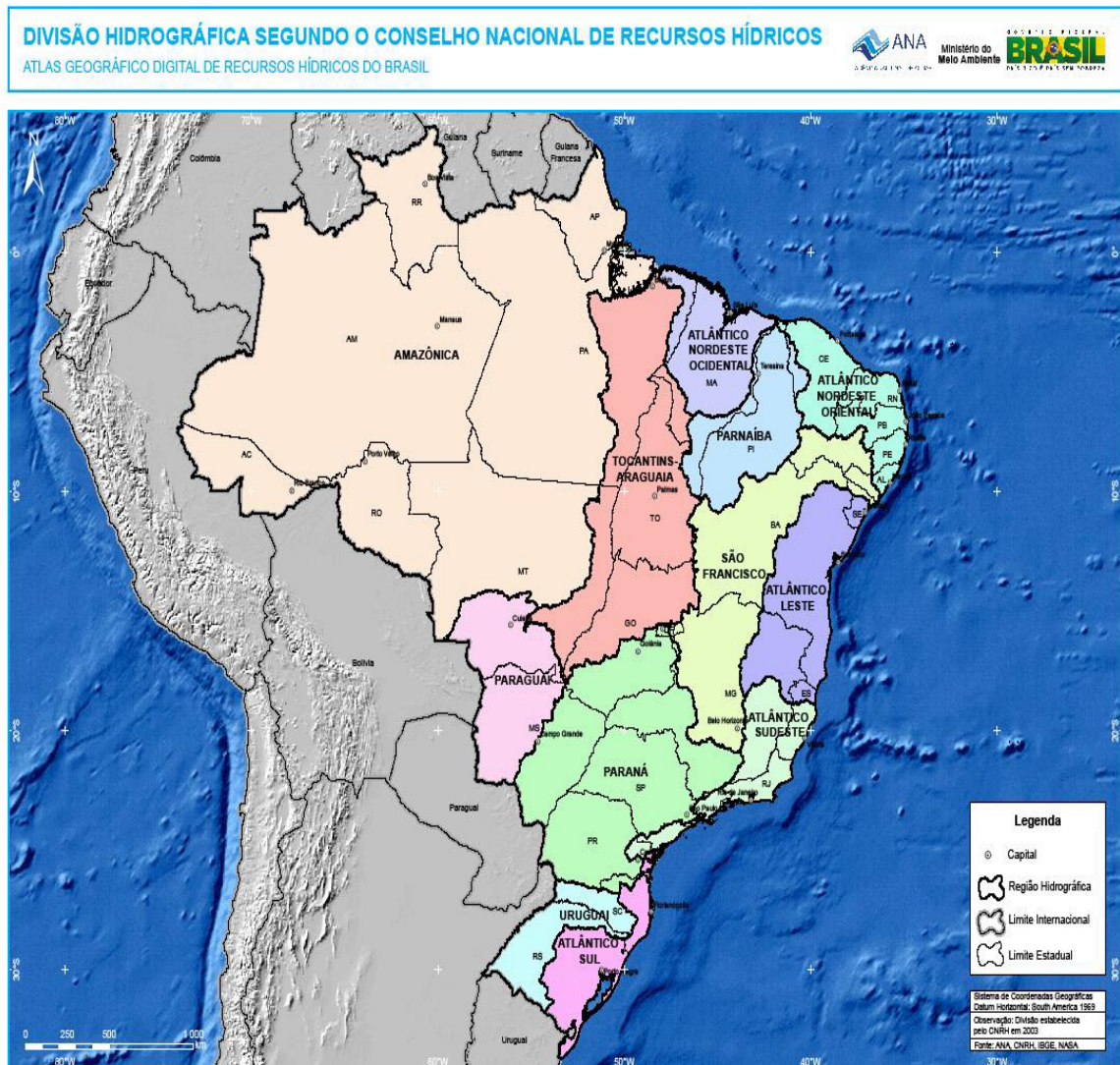
Fonte: BERMANN (s/a).

Essa bacia nasce nos Andes peruanos e deságua no oceano Atlântico. No Brasil, cobre uma área de 3.869.953 km<sup>2</sup> - de um total de 6.110.000 km<sup>2</sup> -, equivalente a 63,3% da área nacional. Sua grandiosidade, em volume de água, pode ser demonstrada “observando-se que passam no território brasileiro em média cerca de 260.000 m<sup>3</sup>/s, dos quais 205.000 m<sup>3</sup>/s estão na bacia do rio Amazonas, sobrando para o restante do território 55.000 m<sup>3</sup>/s de vazão média” (ANA, 2015b, p. 25).

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a partir da Resolução nº 32/2003, estabeleceu a Divisão Hidrográfica Nacional em 12 Regiões Hidrográficas: Região Hidrográfica Amazônica; Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental; Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental; Região Hidrográfica Atlântico Leste; Região Hidrográfica Atlântico Sudeste; Região Hidrográfica Atlântico Sul; Região Hidrográfica do Paraná; Região Hidrográfica do Paraguai; Região Hidrográfica do Parnaíba; Região Hidrográfica do São Francisco; Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia e Região Hidrográfica do Uruguai.



Figura 3. Regiões Hidrográficas no Brasil



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Segundo a ANA (2015a, p. 15),

Essa divisão partiu da premissa de se considerar como região hidrográfica o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e o gerenciamento dos recursos hídricos.

Os estados da Amazônia Legal estão localizados em cinco dessas regiões: Região Hidrográfica Amazônica (AM, AC, RO, RR, AP, PA e MT); Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental (MA e PA); Região Hidrográfica do Paraguai (MT); Região Hidrográfica do Parnaíba (MA) e na Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia (MA, MT, PA e TO). Com base nessa divisão da ANA (2015a), destacamos algumas características: a) Na **Região Hidrográfica Amazônica**, constituída pela Bacia

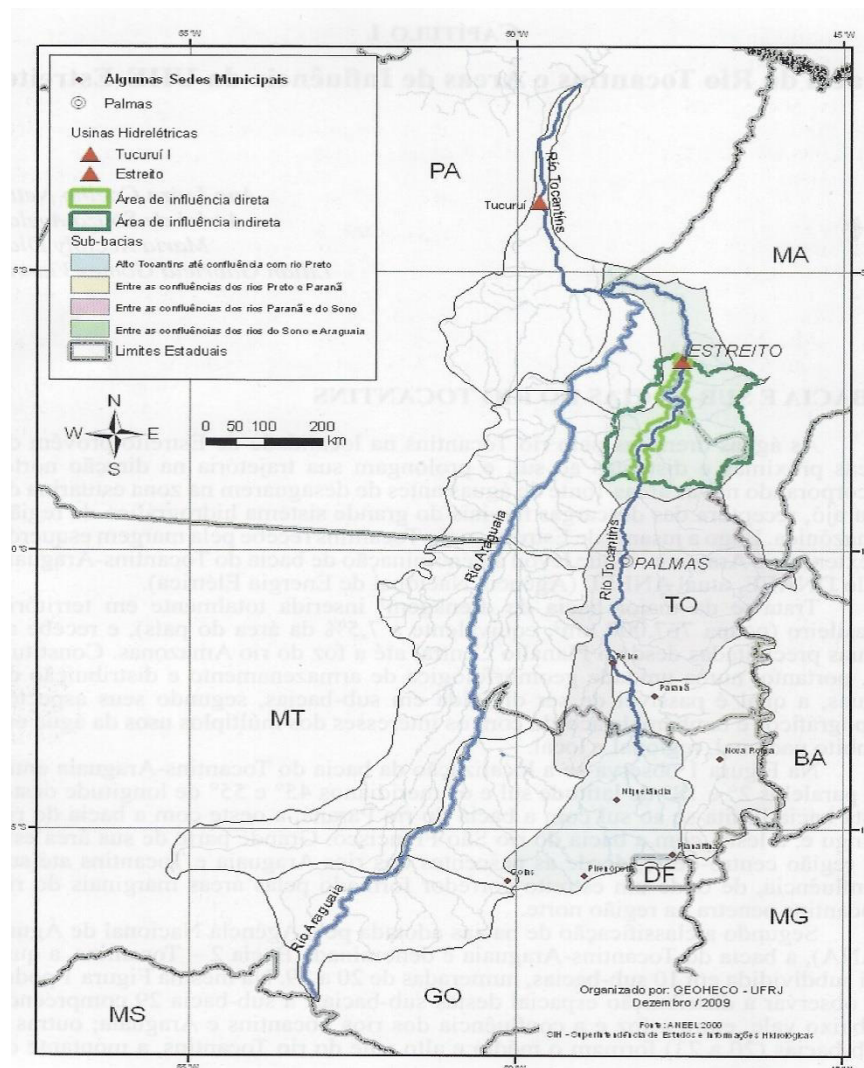
Hidrográfica do rio Amazonas, as principais demandas pelo uso da água, para o abastecimento humano e animal, ocorrem nas sub-bacias dos rios Tapajós, Madeira e Negro; b) Na **Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental** as maiores sub-bacias são dos rios Gurupi, Mearim, Itapecuru e Munim; nessa região 61% dos habitantes vivem nas áreas urbanas, onde 48% da demanda por água é para uso urbano. Destaca-se que 7% da demanda é para o setor industrial, concentrado no Distrito Industrial de São Luís e nos projetos minero-metalúrgicos da Vale e da ALUMAR (Consórcio de Alumínio do Maranhão); c) A **Região Hidrográfica do Paraguai** é constituída pelo rio Paraguai, 33% de sua extensão encontra-se no Brasil (onde nasce) e o restante na Argentina, Bolívia e Paraguai. O desmatamento e a erosão têm aumentado na região desde a década de 1970 em decorrência da expansão da pecuária e da soja; d) A **Região Hidrográfica do Parnaíba** possui como principais afluentes do rio Parnaíba, os rios Balsas, Poti, Portinho, Canindé, Piauí, Uruçui-Preto, Gurguéia e Longa. Os aquíferos dessa região apresentam o maior potencial hídrico do Nordeste; e) A **Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia** possui como principais rios: o Tocantins e o Araguaia. Esses dois rios banham cinco estados brasileiros (Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Pará), nascem no estado de Goiás, mas se encontram na região do “Bico do Papagaio” (entre os estados Tocantins, Maranhão e Pará), a partir de onde seguem apenas como rio Tocantins, o qual deságua na Baía da Ilha de Marajó, no Pará. Esse território foi alterado significativamente com a implantação de empreendimentos de grande porte, como: a construção da rodovia Belém-Brasília e de sete usinas hidrelétricas<sup>36</sup>; a expansão das atividades agropecuárias e de mineração; e a indústria madeireira. A Bacia do Tocantins-Araguaia, figura 4, é a maior bacia, em extensão, totalmente localizada no território brasileiro.

---

<sup>36</sup> Estão em operação, resultantes do aproveitamento energético da bacia do Tocantins-Araguaia no rio Tocantins, as usinas hidrelétricas: Tucuruí, Serra da Mesa, Lajeado, Cana Brava, Peixe Angical, São Salvador e Estreito.



**Figura 4. A Bacia Hidrográfica do Tocantins-Araguaia**



Fonte: CESTE (2012, p. 2).

Esse quadro-síntese das Regiões Hidrográficas que cobrem o território da Amazônia Legal mostra as diferenças e prioridades de cada região. Vale a ressalva que, malgrado a abundância hídrica existente no Brasil, esse recurso não está distribuído nas mesmas proporções, posto que

Há regiões hidrográficas com maior oferta de água, mas com maior população e maior número de usuários de recursos hídricos, o que ocasiona, em alguns trechos de cursos d'água, um balanço hídrico qualitativo e quantitativo crítico quanto à disponibilidade de água para os usos múltiplos (ANA, 2015b, p. 87).

A diferenciação de acesso à água pode ser demonstrada tanto com relação à disponibilidade geográfica quanto no acesso ao consumo do recurso. Há uma disparidade no tocante ao consumo de água por setor na esfera nacional: 75% para

irrigação; 2% para abastecimento humano rural; 8% abastecimento humano urbano; 9% criação de animais e 6% para a indústria (ANA, 2015b). A tendência crescente no consumo de água tem sido destinada para o uso na irrigação e na geração de energia hidrelétrica, ao invés de ser destinada ao saneamento e navegação fluvial, com suas potencialidades de atendimento social. “Os desafios da desigualdade geográfica e social de acesso à água tendem a se manter, assim como a desigualdade do consumo”, alerta a pesquisadora Becker (2012, p. 785).

A Região Norte concentra grande parte do potencial hidrelétrico do país, sendo responsável por 7,38% (porcentagem referente às 15 UHEs do total de 203) da geração hidrelétrica em operação (abril de 2016). Segundo o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, nesse aspecto, é considerada a região menos explorada, onde “mais de 60% [desse potencial] ainda podem ser explorados” (ANA, 2015a, p. 19).

Nos estudos de inventários hidrelétricos realizados nas bacias da Região Hidrográfica Amazônica, “foram identificados mais de 30 aproveitamentos hidrelétricos planejados nas bacias hidrográficas dos Rios Tapajós, Teles Pires, Juruena e Jamanxim” (ANA, 2015a, p. 19). Desse modo,

A maioria dos aproveitamentos hidrelétricos planejados para a Região Hidrográfica Amazônica estão previstos para serem implementados na bacia hidrográfica do Rio Tapajós, totalizando mais de 17.500 MW de potencial hidrelétrico a serem aproveitados nos Rios Tapajós, Apiacás, Teles Pires, Jamanxim e Juruena (ANA, 2015a, p. 25).

Esse potencial hidrelétrico considerado não aproveitado determinou nos planos de expansão que sejam construídas grandes hidrelétricas na região Amazônica, associadas às hidrelétricas de pequeno e médio porte nas demais regiões do país. Destarte, o Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 prevê: “nas bacias da região Norte e Centro-Oeste, os inventários hidrelétricos apontam projetos importantes que poderão ser viabilizados nos próximos anos” (BRASIL, 2015, p. 87).

A perspectiva para os anos seguintes é de contínua expansão, com um número muito maior de barragens planejadas para a Amazônia Legal, vez que - parafraseando Fearnside (2012) -, o relógio não para em 2024. Para a região Norte, segundo a projeção desse plano, “ocorrerá a maior expansão hidrelétrica, devido à entrada em operação de grandes empreendimentos” (BRASIL, 2015, p. 86), como “as usinas de Belo Monte e São Luiz do Tapajós, com 11.233 MW e 8.040 MW de potência total,

respectivamente. Esses dois empreendimentos, somados, correspondem a 68% da expansão hidrelétrica” (BRASIL, 2015, p. 84).

Contudo, as construções de UHEs, sobretudo nessa região, são muito controversas. Becker (2012, p. 785) faz uma indagação, que denomina de questão ética para a sociedade e para o governo, “será tão grande o crescimento do consumo nos próximos dez anos a ponto de necessitar de tantas hidrelétricas?”.

A potencialidade hídrica para geração de energia elétrica da região Amazônica tende a ser difundida como um grande diferencial em relação aos outros países. Em contraposição, estudos afirmam que a instalação de hidrelétricas nessa região não responde ao “problema da sazonalidade” (oscilação chuva – estiagem), permanecendo a carência de energia nos períodos de seca, visto que os novos projetos hidrelétricos são do tipo usinas a fio d’água, isto é, com pouca capacidade de armazenamento em reservatórios (BERMANN, s/a).

Na Amazônia Legal, as usinas têm sido construídas no cerne de um projeto do grande capital que afirma a promoção do desenvolvimento sustentável. Consideramos necessário desvelar os processos de planejamento, implantação e operação das hidrelétricas, objeto de estudo desta tese, a partir da análise dos impactos ambiental, social e econômico, os quais oportunizam ultrapassar o campo abstrato por onde circula, muitas vezes, o debate sobre o desenvolvimento sustentável.

Essa região ocupa posição de destaque na Divisão Internacional do Trabalho a partir do término da Segunda Guerra Mundial, como fornecedora de bens primários, no contexto em que o Brasil aderiu ao projeto capitalista sob a ideologia desenvolvimentista. O incentivo à industrialização consistia em uma das facetas do desenvolvimentismo, considerado como meio de superação do subdesenvolvimento. No entanto, no projeto de industrialização estava delimitada a posição dos países periféricos, produtores de bens de consumo duráveis e com uma força de trabalho de baixo custo para agilizar a acumulação. Ademais, visava atender aos interesses da dependente burguesia nacional e internacional, adquirindo espaço para o projeto capitalista imperialista.

A inclusão do Brasil nesse projeto propicia as condições à ocupação da Amazônia e à exploração dos seus recursos naturais. Cabe destacar que as empresas capitalistas do ramo eletrointensivo se instalam onde as bases naturais são mais propícias para garantia do lucro, de modo que na década de 1970 se transferiram,

entre outros estados, para o estado do Pará, região de grande potencial hidroenergético.

As propostas iniciais de construção da hidrelétrica Tucuruí tinham como objetivos atender às necessidades de energia da cidade de Belém, capital do Pará, e da região circunvizinha. Secundariamente seria para facilitar a navegação com a construção de duas eclusas<sup>37</sup> e canal intermediário, ligando o baixo e médio Tocantins. No entanto, esses objetivos foram modificados.

Predominou o propósito de gerar energia para os projetos de mineração e metalurgia, como Ferro-Carajás e a produção de alumínio, influenciando na definição do local, características e tamanho da barragem, que provavelmente se não houvesse essa demanda exploratória, seria menor. O pequeno núcleo de Tucuruí, às margens de um rio com alto potencial hidrelétrico, passou a ser considerado estratégico no conjunto de determinações para o controle econômico e político do território amazônico (CMB, 2000a).

Os idealizadores da hidrelétrica Tucuruí perceberam como uma vantagem, além das condições hidrográficas favoráveis, a possibilidade do projeto ser concebido em duas fases, o que significa que a capacidade hidrelétrica poderia ser expandida sem necessidade de grandes investimentos adicionais, permitindo adequar os recursos alocados ao aumento da demanda energética. Dessa forma, alguns anos separaram a construção de Tucuruí em duas fases: na Fase I, iniciada em 24 de novembro de 1975, com a operação comercial datada em 10 de novembro de 1984, e a Fase II iniciada em junho de 1998 e operação comercial da primeira casa de força em dezembro de 2002 (CMB, 2000a).

Malgrado esse indicativo, no momento de construção do empreendimento não se tinha o dimensionamento para o fornecimento de energia que seria demandado pelas indústrias eletrointensivas, de modo que havia uma projeção, mas sem exatidão de números, de que seria grande o interesse dessas em utilizar a energia gerada em Tucuruí por causa dos baixos preços a serem oferecidos, decorrentes das pressões internacionais por concessões do governo brasileiro. Do estudo de inventário em 1972, ao início da operação, houve uma evolução da potência projetada em relação ao que foi realizado, conforme demonstra a tabela 4, e “variou também o significado

---

<sup>37</sup> Eclusa é um sistema de transposição que possibilita a elevação e a descida de embarcações em rios que possuem grandes desníveis, como é o caso do rio Tocantins.

atribuído à construção de uma usina hidrelétrica de grande porte na região” (CMB, 2000a, p. 195).

**Tabela 4. Evolução da Potência Instalada da UHE Tucuruí**

Estudo de Inventário (1972)	Estudo de Viabilidade (1974)	Projeto Básico (1975)	Realizado
2.700 MW	3.040 MW	Fase I 4.000 MW	Tucuruí I e II 8.535 MW
		Fase II 4.125 MW	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CMB (2000a, p. 12) e BIG (ANEEL, 2016).

Como podemos observar na tabela 4, com a Fase II, a capacidade instalada em Tucuruí foi duplicada, possibilitando a exportação de energia para outras regiões do país, através de novas linhas de transmissão<sup>38</sup>, principalmente, para atender a demanda da região sudeste. Essa duplicação da capacidade instalada e a maior interligação com a malha elétrica nacional (sistemas Norte/Nordeste e Sul/Sudeste) resultaram em mais impactos.

A UHE Tucuruí possui particularidades por ter sido planejada em um contexto de ditadura empresarial-militar, em um território com baixa densidade populacional e com uma economia fortemente extrativista (CMB, 2000a, p. 12)<sup>39</sup>. A análise dessa totalidade, que transcende os interesses regionais, reclama uma compreensão do posicionamento geopolítico do governo brasileiro, uma vez que a principal determinação para implantação dessa usina adveio da relação com o projeto desenvolvimentista sob o viés da articulação do Estado com o capital internacional.

Desde o início das obras para construção da hidrelétrica Tucuruí, com o desvio do rio Tocantins em 1975, a região esteve diretamente submetida, em todas as fases, a densas transformações. Nesse processo, transformou-se muito mais do que a geografia, alterou-se a base econômica (extrativista para industrial), o modo de vida

<sup>38</sup> A exportação de energia proveniente de UHEs e de Termelétricas necessita de linhas de transmissão para que possa chegar aos centros consumidores.

<sup>39</sup> O Relatório de Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens sobre a UHE Tucuruí foi preparado por um grupo de pesquisadores e consultores vinculados ao Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente do Programa de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e acompanhado por um “comitê” misto, parte da reivindicação do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento de Expropriados de Tucuruí (MAGALHÃES, 2007, p. 70). A Comissão Mundial de Barragens foi instituída de forma independente, em 1997, pelo Banco Mundial, governos, empresas, organizações não governamentais para avaliar as barragens construídas no mundo.

da população e as perspectivas locais. A partir dos anos 1990, a população urbana (46.014 habitantes) dos municípios com parte dos seus territórios alagados pelo reservatório superou a população rural (35.609 habitantes), que antes era predominante, segundo dados da tabela 5.

**Tabela 5. População urbana e rural dos municípios com parte dos seus territórios alagados pela UHE Tucuruí**

Município	População							
	Urbana				Rural			
	1980	1991	2000	2010	1980	1990	2000	2010
Breu Branco	-	-	15.952	29.308	-	-	16.494	23.185
Goianésia do Pará	-	-	14.878	21.082	-	-	7.807	9.354
Itupiranga	-	-	14.754	20.490	-	-	34.901	30.730
Jacundá	-	-	34.518	45.683	-	-	6.028	5.677
Nova Ipixuna	-	-	5.207	7.726	-	-	6.659	6.919
Novo Repartimento	-	-	15.524	27.950	-	-	26.293	34.100
Tucuruí	27.261	46.014	60.918	92.442	33.879	35.609	12.880	4.686
Total	27.261	46.014	161.751	244.681	33.879	35.609	111.062	83.952

Fonte: IBGE e IDESP apud SOARES; QUARESMA (2015, p. 126).

A região no entorno da represa teve mais de uma dezena de municípios atingidos. Os municípios que tiveram parte dos seus territórios alagados, conforme observamos na figura 5, foram: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí.





financiamento para implantação do projeto, tanto no planejamento da administração pública quanto na confiança dos credores externos para liberação dos empréstimos.

O licenciamento ambiental da usina foi regularizado apenas em 1998, quando a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará solicitou a Licença de Operação da Fase I (quatorze anos depois do início da sua operação) e a Licença de Instalação da Fase II (CMB, 2000a). O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) também não ocorreu na Fase II de Tucuruí, pois foi considerada uma extensão da Fase I, com o argumento da empresa de que não haveria aumento de água no reservatório a montante<sup>40</sup>. Contudo, os efeitos adversos da duplicação já eram motivos de preocupação para a população local.

A condição para a liberação esteve articulada à reformulação e ao desenvolvimento de programas ambientais. Os programas de controle do estoque pesqueiro e o monitoramento limnológico, de qualidade da água e de macrófitas aquáticas deveriam ser reformulados. Já os programas de manejo e recuperação de áreas degradadas, fiscalização integrada, avaliação da transposição da barragem pela ictiofauna, educação ambiental, zoneamento ecológico-econômico e educação em saúde e vigilância epidemiológica deveriam ser implementados (CMB, 2000a, p. 225).

O Relatório de Viabilidade mencionou os aspectos ecológicos a serem impactados, como: “a variação do nível do lençol freático, resultante do barramento, deverá causar o aceleração da erosão produzida em rochas mais jovens, moderadamente” (CMB, 2000a, p. 27). Com relação aos impactos na fauna e flora limitou-se a recomendar estudos adicionais, levando a uma compreensão de que “provavelmente foi preparado para cumprir formalidade legal apenas” (CMB, 2000a, p. 28).

Houve uma ampliação do território após a realização dos estudos de viabilidade, em outros termos, foram ampliados os tamanhos do reservatório e da área desmatada e, por isso, deveria ser feita a limpeza de uma área três vezes maior do que a inicialmente prevista. Mas, a Eletronorte se pautou em estudos que desconsideravam a ocorrência de problemas para a operação da usina, de modo que a limpeza da área não foi efetuada com argumentos de que era economicamente

---

<sup>40</sup> Montante e jusante são termos utilizados para explicar sobre a localização de um rio. Dizer que algo está localizado a montante significa que está acima, na nascente do rio. E jusante é para onde desce a água em direção à foz do rio.



inviável e incompatível com o cronograma das obras, sobretudo, por causa da pressão exercida pelas grandes indústrias de alumínio e do término do mandato do governo Médici (CMB, 2000a, p. 34). Apesar da existência da Lei 3.824/1960 sobre a obrigatoriedade da “limpeza das bacias hidráulicas, dos açudes, represas ou lagos artificiais, construídos pela União, pelos Estados, pelos Municípios ou por empresas particulares que gozem de concessões ou de quaisquer favores concedidos pelo Poder Público”.

A ausência de informação ecológica e biológica, particularmente do território mapeado para construção dessa UHE e a restrita experiência com a construção de grandes lagos em regiões tropicais, nos anos 1970, levou a Eletronorte a contratar - tardiamente, uma vez que a construção já havia iniciado anos antes - o ecólogo Robert Goodland, em 1977, para que realizasse um diagnóstico das medidas que a empresa deveria assumir. Ademais, o conhecimento insuficiente sobre a fauna e a flora muito diversificadas e a falta de informação<sup>41</sup>, de forma geral, contribuíram para que “a maior parte dos impactos inferidos por Tucuruí foi baseado em uma série de estimativas e especulações” (CMB, 2000a, p. 55).

Para a CMB (2000a), os estudos realizados na década de 1980 deveriam ter sido realizados dez anos antes para a identificação dos impactos, planejamento e execução das ações compensatórias. Outro problema detectado consiste na ausência de acompanhamento das alterações do ambiente aquático após o enchimento da represa, posto que, em geral, “o fim das obras civis significa o término das pesquisas ambientais em alguns aspectos” (CMB, 2000a, p. 55).

A implantação de Tucuruí provocou inúmeros conflitos socioambientais; transformações drásticas no território e na vida dos sujeitos afetados; desconheceu a necessidade de privilegiar os diversos usos da água e a importância de uma concepção integrada das condições físicas, bióticas e sociais. Da mesma forma que não considerou as instâncias de representação da sociedade local e regional (CMB, 2000a). Os impactos sociais e ambientais foram pouco considerados na tomada de decisões, vez que “foi baseada principalmente em seus benefícios financeiros para

---

<sup>41</sup> Os estudos afirmam que a fauna silvestre terrestre e arborícola foi impactada pela formação da barragem e inundação da área. Mas houve dificuldade em quantificar as perdas de animais na área alagada por causa da ausência de informações sobre os números de animais existentes em Tucuruí para servirem de base (CMB, 2000a).

atores distantes, sobretudo no Japão e na França, e para os beneficiários financeiros dos contratos de construção” (FEARNSIDE, 2002, p. 18).

Nesse rumo, testifica Bermann (s/a, p. 2),

Ao monopolizar os recursos hídricos para a geração de eletricidade, o processo de acumulação do capital desconhece as fronteiras políticas e transforma os rios amazônicos em *jazidas de megawatts*, promovendo a exclusão social e a degradação ambiental.

O argumento utilizado pela Eletronorte - de que a ausência da incorporação das variáveis sociais e ambientais no planejamento do empreendimento ocorreu por causa da anterioridade da UHE Tucuruí (Fase I) - em relação à legislação ambiental, não se sustenta em todos os aspectos. Deve-se considerar essa ausência em termos de exigências legais para o licenciamento ambiental<sup>42</sup>, - que só foi estabelecido a partir da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) - visto que o artigo 143 do Código de Águas (Decreto 24.643/1934) institui que todos os aproveitamentos de energia hidráulica devem seguir as exigências acauteladoras dos interesses gerais: a) da alimentação e das necessidades das populações ribeirinhas; b) da salubridade pública; c) da navegação; d) da irrigação; e) da proteção contra as inundações; f) da conservação e livre circulação do peixe; g) do escoamento e rejeição das águas.

Com as normatizações da Política Nacional de Meio Ambiente e as demais legislações, as exigências podem até ser, em termos gerais, maiores do que antes da construção da Fase I da UHE Tucuruí. No entanto, exigências como: preservação das necessidades dos ribeirinhos; da prática da navegação; da permanência e sobrevivência dos peixes, entre tantas outras, foram desconsideradas no caso de Tucuruí, e nas outras usinas que analisamos.

Os primeiros procedimentos para avaliação de projetos, a partir da década de 1960, eram realizados por causa das determinações do Banco Mundial, que atuava como financiador. Posteriormente, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) acrescentou os elementos ambientais como requisitos para aprovação de estudos de viabilidade de aproveitamentos hidrelétricos, e a Eletrobrás, de forma pontual, passou a elaborar e publicar em manuais os procedimentos padronizados.

---

<sup>42</sup> O licenciamento ambiental é um dos instrumentos de gestão ambiental. As licenças ambientais objetivam que a atividade ou o empreendimento produzam o menor impacto para o meio ambiente, são avaliados o potencial ou a capacidade de gerar líquidos poluentes (despejos e efluentes), resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e o potencial de risco da atividade ou empreendimento.

Na década de 1980, a legislação ambiental brasileira foi estruturada com a regulamentação da Política Nacional do Meio Ambiente, que constitui o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e instituiu o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), com o objetivo de preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental favorável à preservação das espécies. A Política Nacional do Meio Ambiente, no artigo 10º, requer prévio licenciamento ambiental para “construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental” (BRASIL, 1981).

Segundo Magalhães (2007, p. 59),

até a publicação da Resolução nº 1 do CONAMA, que estabeleceu critérios e tornou obrigatória a realização do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), como condição para o “licenciamento de atividades modificadoras do meio-ambiente”, dentre as quais as hidrelétricas, as orientações relativas aos chamados impactos ambientais, entre os quais, no jargão do setor elétrico, inclui-se o deslocamento compulsório, eram provenientes do Banco Mundial – agente financiador – que, por sua vez, de acordo com a ELETROBRÁS (1986b, p. 3-11/3-12), seguia as diretrizes fixadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972.

Assim, com a Resolução do CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986, definiu-se o conceito de impacto ambiental, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), bem como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Também importante a Resolução do CONAMA nº 6, de 16 de setembro de 1987, estabeleceu as regras para o licenciamento ambiental, direcionado, principalmente, para os empreendimentos de geração de energia elétrica, considerando a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO).

Desse modo, a avaliação técnica de impacto ambiental deve seguir três etapas: a) verificação da viabilidade da obra; nesse momento são realizados estudos de impacto<sup>43</sup> e solicitada a licença prévia ambiental, a qual contém as medidas compensatórias que a empresa terá que executar para realizar o projeto; b) com a obtenção da licença de instalação, a obra pode ser iniciada e continua a ser

---

<sup>43</sup> Para subsidiar a decisão final devem ocorrer audiências públicas a fim de discutir as conclusões dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) com os diversos sujeitos envolvidos.

monitorada, podendo ser incluída outras medidas condicionantes; c) por fim, a licença de operação autoriza a execução do empreendimento.

Tanto o EIA quanto o RIMA são documentos que propõem um diagnóstico da localidade onde se pretende construir um empreendimento de impacto ambiental, a fim de demonstrar indicadores argumentativos para a viabilidade da sua concretização. O RIMA tem a função de detalhar e divulgar os resultados do EIA, deve ter uma linguagem mais compreensível já que é o instrumento de comunicação à administração pública e à população.

Apesar de exigida a regulamentação normativa, esses procedimentos técnicos foram atendidos parcialmente para construção da hidrelétrica Estreito e não passaram sem controvérsias. Dizem respeito ao arcabouço legal nacional que acompanha as determinações internacionais no âmbito da “era verde” e da formalização da ideologia do desenvolvimento sustentável, sendo a hidrelétrica Estreito a primeira usina hidrelétrica construída na Amazônia Legal neste contexto.

O EIA/RIMA da UHE Estreito, elaborado em 2001, apresentou falhas, pois não priorizou as populações locais (desconsiderando ou focalizando as ações mitigadoras) e esteve restrito geograficamente nas áreas alagadas, quando deveria abranger “um estudo integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins, incluindo as hidrelétricas anteriores e as intervenções futuras” (CAMARGO; HASHIZUME, 2008c). Ademais, os trabalhos de campo realizados por uma equipe multidisciplinar, contratada pelo empreendimento para a elaboração do EIA/RIMA, instrumentalizou-a de conhecimento sobre a área, o que possibilitou ao empreendedor um acúmulo de elementos importantes para subsidiar as “negociações” com a população afetada.

Entre os principais impactos destacam-se o desmatamento, a contaminação da água, a expulsão da terra, a eliminação de postos de trabalho, a proliferação de mosquitos, menos áreas agricultáveis, restrição dos pescados, violência, poluição, degradação das condições de vida das populações. Nesse sentido, consideramos o entrelaçamento presente nos aspectos ambiental, social e econômico quando nos referimos aos impactos causados pela UHE Estreito. Assim, transcendem o alagamento decorrente da formação do reservatório, e, deste, ocorrem tantos outros.

**Figura 6. A UHE Estreito**



**Fonte: Mariana Cavalcanti Braz Berger, 2016.**

A hidrelétrica Estreito, empreendimento privado, faz parte de um complexo formado por grandes projetos para exploração da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia com fins energéticos e hidroviários, potencializadores da exportação dos recursos naturais da Amazônia brasileira. A proposta de construção de eclusas, vinculadas a esta usina, reforça a hidrovia Araguaia-Tocantins que, com a ferrovia Norte-Sul, objetivam integrar regiões produtoras de *commodities* (soja, minério de ferro, celulose) para escoar a produção ao exterior.

Essas iniciativas, em conjunto com a Estrada de Ferro Carajás e outros projetos, fazem parte do grande eixo “integração e desenvolvimento” na ótica do planejamento nacional. Afirma o EIA/RIMA (2001, p. 93), no capítulo 9, que essa perspectiva de desenvolvimento visa o escoamento a custos reduzidos da produção com crescimento econômico para a região. Essa era uma das promessas do empreendimento.

A UHE Estreito foi planejada no início do século XXI, em um contexto político e econômico diferente da década de 1970, quando iniciaram os grandes projetos hidrelétricos no Brasil. Dessa década, até meados dos anos 1980, o país intensificou a produção de energia elétrica, mas nos anos seguintes os movimentos ambientalistas passaram a criticar a construção de barragens e o financiamento dos organismos internacionais. Estabeleceram-se restrições, assim como as legislações nacionais se

expandiram e muitos órgãos foram instituídos normatizando o planejamento dessas obras a fim de minimizar os impactos e pressionar o cumprimento das responsabilidades dos empreendedores, articulados à atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs), institutos de pesquisa, entre outros.

Entretanto, apesar da regulamentação da legislação ambiental e dos instrumentos de verificação dos impactos, como o EIA/RIMA, o governo neoliberal brasileiro nos anos 1990 incentivou a geração de energia na bacia do Tocantins-Araguaia influenciado pela reorientação do setor elétrico, direcionada para a iniciativa privada<sup>44</sup>, e pela conclusão de estudos sobre a potencialidade hidrelétrica das bacias hidrográficas<sup>45</sup>. Cabe ressaltar que, quando prevaleceu a necessidade de gerar mais energia para suprir a “crise energética”, um dos aspectos dessa legislação foi alterado. O CONAMA (Resolução nº 279/2001) revisou os procedimentos de licenciamento para empreendimentos de pequeno porte, por causa da necessidade de aumentar a oferta de energia elétrica no país, objetivando agilizá-los, e, para tanto, instituiu o Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

As licenças ambientais para a UHE Estreito foram aprovadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e pelos institutos estaduais do Maranhão, o Sistema Estadual do Meio Ambiente (SISEMA), e do Tocantins, o Instituto de Natureza do Tocantins (NATURATINS). Contudo, denuncia o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que controvérsias não faltaram na liberação da usina de Estreito, uma delas que o EIA/RIMA foi realizado pela CNEC Engenharia, a qual faz parte da empresa Camargo Corrêa, sócia da obra<sup>46</sup>.

A elaboração de Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) por técnicos de empresas de consultoria contratadas por empreiteiras encarregadas das obras significa “que quase sempre se constituem em documentos de propaganda do empreendimento, afastando-se de seu objetivo de ser um levantamento dos impactos a fim de que os mesmos possam ser mitigados, ressarcidos, compensados ou reparados” (VAINER, 2003, p. 13). Sendo os mesmos empreendedores e

---

<sup>44</sup> A Lei de Concessões, 8.987/1995, dispõe sobre o regime concorrencial na licitação de concessões para projetos de geração e transmissão de energia elétrica. Ou seja, regulamenta a participação de capitais privados que antes eram permitidos apenas para as concessionárias estaduais ou federais. Essa abertura estimula a competição em busca de licitação das concessões para construção de novos projetos.

<sup>45</sup> No caso da bacia do Tocantins-Araguaia esses estudos foram iniciados na década de 1970 e concluídos na década seguinte.

<sup>46</sup> Informações disponíveis em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/usina-estreito-acaba-com-pesca-no-tocantins>

responsáveis, ou por estes contratados, pela elaboração dos instrumentos técnicos configura uma visão unilateral a respeito da realidade impressa nos documentos.

Destarte, já no ano de 2001, foram realizados estudos para definir o local e as configurações gerais do empreendimento, bem como os sujeitos envolvidos no desenvolvimento do projeto, quais sejam: secretarias estaduais, municipais e prefeituras, empresas de consultoria, meios de comunicação, empreiteiras, agências nacionais e segmentos (selecionados pelo empreendimento) da população afetada. Posterior à realização do leilão de licitação pública, em abril de 2002, realizado pela Aneel, formou-se o Consórcio Estreito Energia, denominado CESTE, composto pelas empresas: Camargo Corrêa 4,4%; Alcoa 25,5%; Vale 30% e Tractebel - Suez 40,1%, responsável por operar a usina e com concessão de uso de bem público por 35 anos.

Em 2005 o IBAMA emitiu a Licença Ambiental Prévia e, no ano seguinte, a Licença de Instalação, autorizando o início da sua construção. Sobre a compensação pelo dano ou impacto ambiental gerado pelo empreendimento, o EIA/RIMA da UHE Estreito (2001, p. 90), no terceiro capítulo, item 3.4, afirmou que depois desse estudo “medidas compensatórias passam a constituir os Programas Ambientais, que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA), a ser executado pelo empreendedor ao longo do procedimento de licenciamento”.

As exigências legais foram parcialmente seguidas, deixando brechas no percurso. Segundo uma militante do MAB, entrevista concedida em 02 de agosto de 2016, na região de Estreito, a usina deveria “começar a funcionar com 21 condicionantes a serem cumpridas, tem condicionantes até hoje que não foram cumpridas ainda”.

Entre outros descumprimentos, destaca-se que, para a formação do reservatório, uma ampla área<sup>47</sup> foi inundada, onde havia floresta, construções, vilas, implicando um gradual processo de redução da biodiversidade, tornando esse impacto bastante importante. Parte da vegetação que não foi retirada antes do enchimento do reservatório está submersa; desse modo, “o programa de Desmatamento e Limpeza da Área de inundação não estava apto a receber a licença”<sup>48</sup>, e mesmo assim foi dado prosseguimento ao processo.

---

<sup>47</sup> Segundo o EIA/RIMA estava previsto uma área de mais de 434 km<sup>2</sup> de terras a serem inundadas.

<sup>48</sup> Informações disponíveis em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/usina-estreito-acaba-com-pesca-no-tocantins>

**Figura 7. Vegetação submersa com a formação do lago da UHE Estreito**



**Fonte: Mariana Cavalcanti Braz Berger, 2016.**

Esse fato nos leva a questionar a missão da UHE Estreito definida pelo empreendedor: “gerar energia limpa”<sup>49</sup>. Será mesmo limpa? De acordo com a CMB (2000b, p. 18), “das represas estudadas até o momento, todas emitem gases que contribuem para o efeito estufa”, devido à decomposição do material orgânico inundado. A inundação de árvores contribui para o efeito estufa, quando apodrecem dentro d’água produzem gases nocivos, entre eles o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e o metano (CH<sub>4</sub>).

Com base nos estudos de Fearnside e Pueyo (2015, p. 1), as usinas “tropicais, como as da Amazônia, emitem quantidades significativas de gases de efeito estufa, especialmente o metano. Essas emissões foram subestimadas ou ignoradas em muitas computações de gases-estufa em nível global e nacional”. Ainda segundo esses estudiosos,

O carbono que é emitido na forma de CO<sub>2</sub> pode vir de dois tipos de fontes: 1) fontes fixas que produzem uma emissão de uma só vez, tais como as árvores mortas por alagamento do reservatório e os estoques de carbono no solo; 2) de fontes renováveis, tais como o carbono que é retirado da atmosfera através da fotossíntese (FEARNSIDE; PUEYO, 2015, p. 2).

---

<sup>49</sup> O Consórcio CESTE define como missão “gerar energia limpa, contribuindo para o crescimento econômico do país”. Disponível em: [http://www.uhe-estreito.com.br/ver\\_secao.php?session\\_id=70](http://www.uhe-estreito.com.br/ver_secao.php?session_id=70)



Denominam o processo que ocorre no reservatório de transformação de CO<sub>2</sub> em CH<sub>4</sub> como “fábrica de metano”. O CO<sub>2</sub> removido da atmosfera retorna em forma de CH<sub>4</sub> contribuindo ainda mais para o aquecimento global (FEARNSIDE; PUEYO, 2015, p. 1). Além disso, de acordo com Leilane Marinho (2011)<sup>50</sup>, “analistas ambientais relatam pendências no plano que faria o Monitoramento e o controle da qualidade da água durante o enchimento do reservatório”, por causa da

falta de identificação nas áreas propensas à formação de paliteiros, a não comprovação da finalização dos processos de demolição, desinfecção e desinfestação, falta de detalhamento no plano de resgate da fauna terrestre, e pendências no esclarecimento das medidas a serem tomadas para os sistemas de tratamento de água e de esgotamento sanitário municipais que serão afetados pelo enchimento do reservatório.

O EIA/RIMA da UHE Estreito reconheceu a exigência de limpeza total da área a ser inundada, cita a Lei 3.824/1960 que estabelece a obrigatoriedade da limpeza das bacias hidrográficas e o risco de contaminação do rio, por substâncias tóxicas ou organismos patogênicos causadores de doenças, além da mudança na dinâmica fluvial devido à permanência da vegetação, de construções e instalações. Aponta também as alterações na qualidade da água e todos os efeitos provocados, mas não cumpre as determinações legais em detrimento do custo financeiro para realizá-las.

Os estados do Maranhão e Tocantins possuem uma riqueza de espécies da fauna e flora características de três biomas nacionais: amazônia, caatinga e cerrado, o que contribui com a presença de uma variedade na região. No processo de construção da usina muitas empresas foram atraídas à região, bem como um maior fluxo de pessoas. A poluição decorrente do empreendimento afetou o solo e o subsolo, o ar e as águas subterrâneas e superficiais. A emissão de ruídos e as trepidações provocadas pelas obras afastaram os peixes e causaram mortalidade. Com o enchimento do reservatório, ocorre uma elevação do nível da água; essa situação, junto à falta de saneamento básico, compromete o abastecimento de água nos municípios atingidos por causa da contaminação do lençol freático. A disseminação de doenças foi proveniente do aumento da densidade populacional, nos canteiros de obras e vilas residenciais, que podem transmitir doenças endêmicas por vetores (entre os principais: os gêneros *Aedes*, *Phlebotomus*, *Anopheles* e *Culex*), pela geração e acúmulo de lixo, por dejetos, instalação incorreta de caixas d'água e cisternas.

---

<sup>50</sup> Com base na reportagem publicada em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/24977-usina-acaba-com-pesca-no-tocantins/> e também disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/usina-estreito-acaba-com-pesca-no-tocantins>

Essa realidade demonstra o quanto as condições de vida dos grupos sociais são afetadas e secundarizadas frente ao interesse primordial de concretizar o domínio do capital privado sobre uma questão que é estratégica, que é a questão da energia. Para atender aos seus objetivos, o CESTE propagou o discurso de desenvolvimento regional à população no sentido de sensibilizá-la.

A construção da UHE Estreito estava prevista no Plano Decenal de Expansão (2000-2009) do setor elétrico, bem como nas proposições do Programa de Aceleração do Crescimento 1 (PAC1), 2007-2010, elaborado no centro político do país e alheio à realidade local onde a usina foi implantada. Na decisão sobre a sua construção prevaleceu a perspectiva de desenvolvimento sob o argumento dos riscos de *déficit* de energia por causa da demanda crescente no país. Alimentava esse argumento a promessa de que a construção da usina resolveria as disparidades regionais, impulsionando o desenvolvimento capitalista.

Reforçando a estratégia da Amazônia no cerne do “crescimento” também estavam previstas no PAC1 as UHEs Santo Antônio e Jirau que compõem o Complexo Madeira, ou Complexo do rio Madeira, um dos principais projetos da “aceleração do crescimento”. A construção dessas duas usinas, no estado de Rondônia, na fronteira com a Bolívia, era a grande aposta do governo brasileiro para suprir o aumento da demanda de energia no país (GLASS, 2006).

A previsão desse complexo contemplava além da construção das duas usinas no Brasil, uma usina binacional (a usina Guajará na fronteira do Brasil com a Bolívia) e uma usina na Bolívia. O propósito seria de implementar grandes obras de transporte e comunicação no Cone Sul, através da construção de um grande corredor hidroviário ligando esses dois países para escoar *commodities* produzidas no Centro-Oeste e Norte do Brasil para portos localizados no Peru em direção aos países da Ásia e do Pacífico.

Desse modo, a escolha da Amazônia para realizar a expansão capitalista não é aleatória, está de acordo com as diretrizes que o sistema lhe concebe, qual seja: de território propício para acumulação de capitais (nacional e internacionais). Os seus recursos naturais servem de alavanca para a instalação de megaprojetos na região, reservando-lhe o lugar na Divisão Internacional do Trabalho como exportadora, sobretudo, dos setores: pecuária, minério, energia, madeira e grãos.

O PAC 1 possui três eixos principais: infraestrutura social e urbana; infraestrutura logística e infraestrutura energética. Na esfera regional é componente

da proposta de Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA), voltada à unidade geoeconômica dos países da América do Sul a partir da articulação das infraestruturas nacionais nos eixos: integração e desenvolvimento. Estão integrados na articulação intergovernamental 12 países sul-americanos e representantes dos setores financeiro e empresarial, como:

o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (FONPLATA), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil e empresas brasileiras de grande porte como a Odebrecht, a Petrobrás, a Andrade Gutiérrez, a Queiroz Galvão, entre outras, para citar aquelas que nos são mais conhecidas no Brasil e na região de um modo geral. Também executam obras de integração na região a companhia Vale do Rio Doce, a General Electric (GE) e a América Latina Logística (ALL) (VERDUM, 2007, p. 22).

Os eixos de integração e desenvolvimento constituíram os programas de planejamento e da intervenção governamental das últimas décadas, inscritos no Plano Brasil em Ação (1996-1999), no Avança Brasil (2000-2003) e nos Planos Plurianuais de 1996-1999, 2000-2003 e 2004-2007, indicando as prioridades do Estado. A proposta do PAC, enquanto uma macropolítica de crescimento econômico, formada pela estratégia do Estado e dos setores econômicos, viria consolidar a infraestrutura ao incentivar, entre outras ações, a “produção de energia, como as dezenas de hidrelétricas projetadas para os principais rios da Amazônia, sobretudo os afluentes das bacias do rio Amazonas e do Tocantins, e a intensificar a produção de *commodities* e seu escoamento para novos mercados” (CASTRO, 2012, p. 56). Ainda conforme essa autora, diferencia-se dos momentos anteriores porque “estão em jogo grandes interesses de empresas, bancos, agências nacionais e internacionais etc. e aportes financeiros públicos e privados com capacidade de impor seus interesses no espaço e no tempo”.

A estratégia da IIRSA considera o território amazônico fundamental para promover os processos de integração física, comunicações e energia por meio dos seus mercados. Em termos oficiais, “a IIRSA é uma oportunidade de estabelecer as bases materiais de uma nova visão de regionalismo na América do Sul” (VERDUM, 2007, p. 23).

Desse modo, questionamos: a quem serve esse projeto de integração? Executa políticas públicas direcionadas às demandas da população, promovendo o desenvolvimento de seus processos produtivos?

No movimento concreto é o mercado quem determina a integração, movido por antagônicos interesses (econômicos e políticos), com projetos políticos e ideológicos em disputa. O que confronta a IIRSA é o direcionamento para a exportação, regida pela lógica liberalizante do mercado com ônus socioambientais decorrentes dos empreendimentos. Assim, não passaram ao largo as polêmicas em torno do Complexo Hidrelétrico e Viário do Rio Madeira, haja vista que os impactos das barragens do rio Madeira têm resultado em oposição dos grupos sociais afetados.

São duas grandes obras no mesmo rio, o rio Madeira, implementadas de forma questionável em todo o processo devido à amplitude dos impactos sociais, ambientais e econômicos e a incompatibilidade com o modo de ser e viver da região. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação em 2012, possui uma potência instalada de 3.568 MW e energia firme de 2.424 MW. No ano seguinte foi iniciada a operação da UHE Jirau com capacidade instalada de 3.750 MW e energia firme de 2.205 MW.

Para seguir os preceitos da legislação ambiental foram realizados os estudos de Aproveitamentos Hidrelétricos e Estudos de Impacto Ambiental das UHEs Santo Antônio e Jirau, entre os anos 2003 e 2005, pela empresa Leme Engenharia Ltda., contratada pelas empresas Furnas e Odebrecht, inclusive partícipes do consórcio responsável pela construção e operação da UHE Santo Antônio. Os primeiros estudos datam de 1999, no trecho entre Porto Velho e Abunã, mas não foram considerados os impactos no território boliviano. Essa questão suscitou polêmica entre os dois países e controvérsias na etapa de licenciamento das usinas.

Ademais, o IBAMA se pronunciou tecnicamente contrário aos estudos realizados ao emitir parecer alegando a sua inviabilidade por causa da falta de informações sobre os impactos sociais e ambientais das barragens. Contudo, apesar das rejeições aos estudos de impactos e recomendações de complementações (nem todas atendidas) a Licença Prévia e a Licença de Instalação foram concedidas.

O plano de construção das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau foi iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas se consolidou no governo de Luís Inácio Lula da Silva, apontado como um dos projetos mais importantes na geração de energia elétrica do seu governo. A exploração do rio Madeira está presente nos últimos Planos Decenais de Expansão de Energia Elétrica que destacam a estratégia de aproveitamento máximo do potencial da bacia Amazônica. O discurso da necessidade desse aproveitamento demonstra uma ideia de riqueza “inexplorada”,

como se a população local (índios, ribeirinhos, pescadores, entre outros) não dependesse nem usufrísse do rio e dos seus benefícios.

Apesar de controvérsias e polêmicas, foi formado o Consórcio Santo Antônio Energia composto pelas empresas Furnas 39%, Odebrecht 18,6%, Andrade Gutierrez 12,4%, CEMIG 10%, Caixa FIP Amazônia Energia 20%. Já a UHE Jirau é operada pelo Consórcio Energia Sustentável do Brasil, formado pelas empresas Tractebel - Suez 40%, Eletrobrás 40% e Mitsui & Co 20%. Essas hidrelétricas foram construídas com recursos públicos, são obras privadas com financiamento público proveniente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Vale ressaltar que em elevadas proporções e a juros baixíssimos, em torno de R\$ 13,3 bilhões, equivalente a 60% e 70% dos investimentos totais das duas hidrelétricas. Além de recursos da SUDAM, de R\$ 503 milhões e do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no valor de R\$ 1,5 bilhão para a construção da UHE Santo Antônio (ZAGALLO; LISBOA, 2011, p. 2).

Trata-se de

Uma reedição da desastrosa política de incentivos para a ocupação da Amazônia, incentivos agora de ordem infra-estrutural com impactos muito menos reversíveis. A viabilidade do enclave elétrico como pilar de uma série de outros enclaves, com plantas eletrointensivas em expansão no país, exigirá custos de geração decrescentes, maior captura de recursos públicos além do desmanche do licenciamento ambiental, dos direitos sociais e dos territórios dos povos tradicionais (ZAGALLO; LISBOA, 2011, p. 10).

As empresas responsáveis pela operação das hidrelétricas vencedoras do leilão, realizado em 2008 após aprovação da Licença de Instalação, possuem a concessão da venda da energia gerada por um período de 30 anos.

As hidrelétricas Santo Antônio e Jirau ligam Porto Velho ao SIN, através de extensa linha de transmissão que fornece energia para outras regiões. Assim como a UHE Estreito, fazem parte do SIN e os seus domínios encontram-se com o capital privado, favorecendo prioritariamente a demanda das indústrias eletrointensivas que se beneficiam de várias formas da energia gerada a partir do aproveitamento do rio.

De modo que o que determina a sorte dos projetos amazônicos não são as necessidades sociais brasileiras. A hidrelétrica Tucuruí, mesmo que controlada pelo Estado, se origina de uma necessidade do capital, e não de uma necessidade social<sup>51</sup>. Atesta, assim, o comprometimento enraizado com o mercado mundial em detrimento das necessidades sociais da população brasileira.

---

<sup>51</sup> Afirmativa do professor Aluizio Leal no documentário "Tucuruí, A Saga de um Povo".

Os impactos das hidrelétricas estão relacionados à priori com a estrutura produtiva, posto que a estrutura é econômica, mas impacta nos aspectos sociais e ambientais, já que se trata de uma unidade. A economia da região de Tucuruí, antes fortemente extrativista, transformou-se ao longo dos anos, ainda permanecendo predominante a agropecuária em Itupiranga e Novo Repartimento. A tabela 6 demonstra a participação dos setores da economia dos municípios que tiveram parte do seu território alagado pela construção da usina Tucuruí.

**Tabela 6. Produto Interno Bruto dos Municípios com parte dos seus territórios alagados pela UHE Tucuruí**

PIB 2013				
Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública*
Breu Branco**	12%	41%	18%	28%
Goianésia do Pará	19%	11%	28%	42%
Itupiranga	37%	8%	20%	35%
Jacundá	13%	9%	37%	41%
Nova Ipixuna	26%	8%	23%	42%
Novo Repartimento	36%	10%	20%	34%
Tucuruí***	2%	77%	11%	9%

**Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2013).**

Notas: \* Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes.

\*\* Breu Branco sedia a única usina de Silício da região Norte, onde empresas foram instaladas, formando um pequeno parque industrial, entre as quais destaca-se a norte-americana Dow Corning Company.

\*\*\* O elevado percentual industrial em Tucuruí deve-se, sobretudo, a UHE Tucuruí.

A necessidade de energia elétrica no país para atender ao setor produtivo não é recente; a sociedade capitalista demanda grandes quantidades para mover o modo de produção e consumo desse sistema. No ano de 2014, a classe industrial no Brasil foi a maior consumidora de energia elétrica, representando 37,8%, e o maior número de consumidores encontra-se nas residências, 85,5%, segundo o Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2015 (EPE, 2015).

Ainda com base nesse Anuário, no ano de 2014, a região Norte consumiu 6,8% da energia gerada no país, e corresponde à região que menos consumiu energia no país, já que a região Centro-Oeste consumiu 7,2%, o Nordeste 17%, o Sul 17,8% e o Sudeste 51,1%. No Censo Demográfico 2010, na região Norte, o estado do Pará possui o segundo menor percentual de domicílios com energia elétrica (92,56%) e o estado que menos tem acesso à energia é Roraima (92,17%), tanto nessa região quanto no contexto nacional (IBGE, 2011). O setor industrial é o maior consumidor de energia (em potência) na região, e neste mais da metade destina-se à metalurgia, como que pode ser observado na tabela 7.

**Tabela 7. Consumo industrial de energia por gênero na região Norte**

Norte Indústria	2014 (GWh)	Part. % (2014)
Metalurgia	8.205	55,3
Extração de minerais metálicos	2.592	17,5
Fabricação de produtos alimentícios	686	4,6
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	513	3,5
Fabricação de produtos de madeira	243	1,6
Fabricação de bebidas	142	1,0
Construção de edifícios	135	0,9
Fabricação de produtos químicos	81	0,5
Eletricidade, gás e outras utilidades	76	0,5
Extração de minerais não metálicos	75	0,5
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	60	0,4
Obras de infraestrutura	37	0,3
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	25	0,2
Microclasses	135	0,9
Não catalogadas	1.824	12,3
Total	14.830	100

Fonte: Elaboração própria com base no Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2015 (EPE, 2015).

Desse modo, em 2014, no Pará, a indústria foi a principal consumidora de energia elétrica (65%), contudo, a expansão industrial limitou-se ao entorno de Belém. Predominou o formato de enclave ao proporcionar a produção de somas de energia direcionadas ao mercado internacional sem reverter os recursos hídricos para população local.

Essa região expressa uma totalidade menor dentro de uma totalidade de maior complexidade que corresponde à forma como a produção industrial brasileira está historicamente inserida no processo de mundialização da economia internacional, ou seja, restrita à função de exportadora de produtos de baixo valor agregado e elevado consumo energético, com limitada geração de emprego e pressão exploratória sobre os recursos naturais.

Dessa forma, segundo Bermann (s/a), a Amazônia

se insere no sistema de produção internacional como fornecedora de bens primários de origem mineral (notadamente minério de ferro, bauxita, manganês, zinco, cobre, chumbo), exportados na forma bruta ou transformados em metais primários (lingotes de alumínio, ligas de ferro, aço)

Na área de influência direta da UHE Tucuruí os efeitos foram de crescimento urbano, contudo essa urbanização não foi acompanhada de consumo de energia para toda a população. A região Norte ainda apresenta graves índices de carência de abastecimento elétrico, sobretudo na área rural, que possui a menor porcentagem (61,5%) de domicílios com energia elétrica do país.

**Tabela 8. Domicílios com existência de Energia Elétrica no país e da região Norte**

Domicílios com Existência de Energia Elétrica %			
	Total	Urbana	Rural
Brasil	97,8%	99,1%	89,7%
Norte	89,2%	98,1%	61,5%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011).

Entre os municípios com território alagado, o acesso à energia não contempla todos os domicílios, ilustra a tabela 9. Ainda há famílias dependentes da luz do candeeiro devido às decisões políticas equivocadas que resultam em tarifas altas; fornecimento e abastecimento precários, quando não a ausência e a insegurança com a possibilidade de racionamento, como já ocorreu no ano de 2001.



**Tabela 9. Acesso à energia nos municípios da região da UHE Tucuruí**

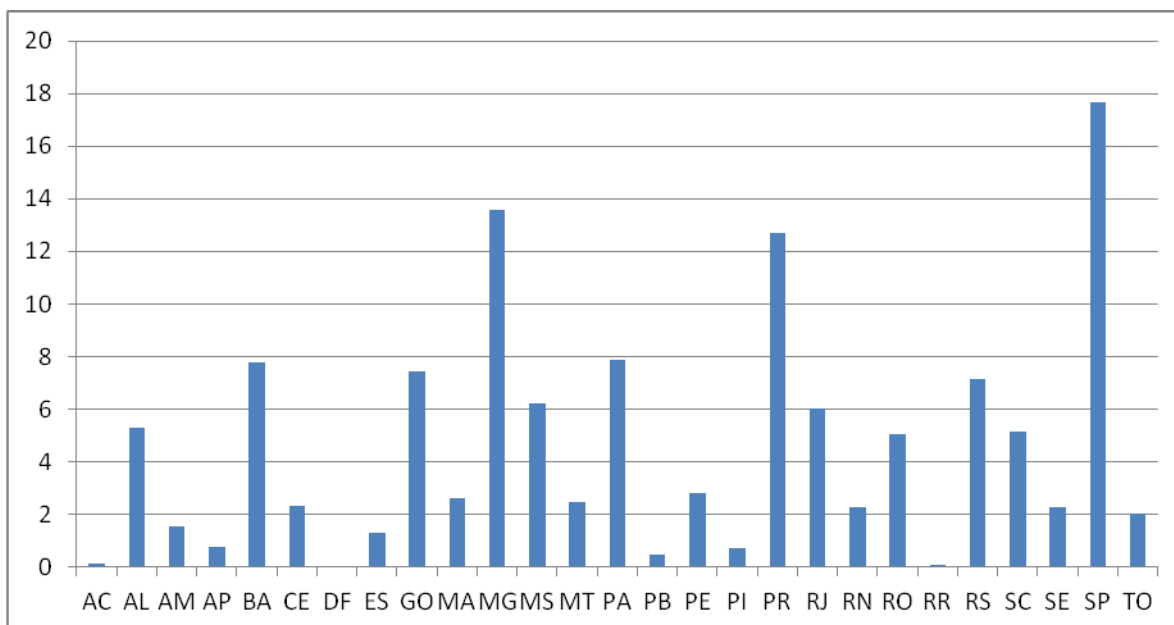
Municípios	Domicílios particulares permanentes					% Acesso à energia
	Total	Existência de Energia Elétrica			Não tinham	
		Tinham		De outra fonte**		
		Total	De companhia distribuidora*			
Breu Branco	12.226	11.972	11.787	185	254	97,92%
Goianésia do Pará	7.840	7.520	7.478	42	320	95,92%
Itupiranga	12.568	10.919	10.644	275	1.649	86,88%
Jacundá	12.576	12.122	11.872	250	454	96,39%
Nova Ipixuna	3.778	3.565	3.386	179	213	94,36%
Novo Repartimento	15.139	13.324	12.722	602	1.815	88,01%
Tucuruí	23.548	23.292	22.854	438	256	98,91%

**Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011).**

Notas: \* A companhia distribuidora no estado do Pará é a CELPA.

\*\* De outra fonte corresponde aos sistemas isolados.

Demonstra o gráfico 1 que o estado do Pará produz a quarta maior porcentagem (7,86%) de energia elétrica no país, ou seja, é o quarto estado com maior capacidade instalada. Ao mesmo tempo que, contraditoriamente, é o segundo estado com menor número de domicílios com acesso à energia.

**Gráfico 1. Capacidade instalada por estado\***

**Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BIG (ANEEL, 2016b).**

Nota: \* Usinas de divisa computadas em ambos os estados

Os benefícios pontuais e restritos à região não são proporcionais aos impactos, vez que os ganhos predominantemente encontram-se entre os “grandes consumidores, industriais, pela região Nordeste, e algumas cidades do Pará - Belém e Marabá” (CMB, 2000a, p. 181). Enquanto os principais prejudicados são os pequenos produtores rurais, comunidades indígenas e ribeirinhos que sofrem perdas materiais e culturais.

Desse modo, o processo de intervenções na Amazônia Oriental, a partir dos anos 1970, levou a mudanças

no sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte do Estado do Tocantins, sendo impossível nessa escala, separar os impactos e influências específicas de Tucuruí, que constitui apenas um dos elementos da malha programada (CMB, 2000a, p. 180).

Nos anos 2000 os seis principais consumidores da energia gerada em Tucuruí eram:

Industrial Maranhão (grandes consumidores industriais abastecidos diretamente pela Eletronorte no Estado do Maranhão), Industrial Pará (idem para o Estado do Pará), Pará (CELPA), Maranhão (CEMAR) e Tocantins (CELTINS), como concessionários estaduais, Nordeste (CHESF) e Sul/Sudeste/Centro-Oeste (FURNAS), na interligação entre os sistemas e a categoria Outros, que inclui auto-consumo, iluminação, setor público, etc. (CMB, 2000a, p. 42).

Parte da energia de Tucuruí é fornecida a preços subsidiados aos grandes consumidores industriais, ou seja, as empresas multinacionais ALBRAS<sup>52</sup> e ALUNORTE instaladas em Barcarena, no Pará, e em São Luís, no Maranhão, o Consórcio ALUMAR<sup>53</sup>. A política de subsídios no Brasil para o setor industrial iniciou-se na década de 1970 em função dos acordos firmados para atender às empresas que consomem muita eletricidade e têm interesse em tarifas baixas.

Em 2004 o contrato que vigorava há 20 anos com a Eletronorte, no qual a tarifa fixa do MWh era em torno de US\$ 11 dólares, estava para vencer quando a ALBRAS, representada pela Vale, realizou um leilão de compra de energia oferecendo US\$ 15 por MWh, e a Eletronorte queria vender pelo valor de US\$ 22 (equivalente a R\$ 65,34 reais) por MWh. O valor da energia no acordo foi fechado em US\$ 17,84 ou R\$ 53 reais por MWh; significa que a Eletronorte se compromete a fornecer uma carga média de 750 MW (nos anos 2004 a 2006) e 800 MW (dos anos 2007 a 2024) de energia (100% proveniente da UHE Tucuruí) por mais duas décadas à ALBRAS, que é a maior consumidora de energia livre do país. A ALUMAR também renovou o contrato de compra de 820 MW, continuou a pagar uma tarifa mais alta (R\$ 60 por MWh) do que a ALBRAS, mas esse valor foi reduzido em relação ao contrato anterior também firmado nos anos 1980, quando comprava 662 MW e pagava quase o dobro da ALBRAS<sup>54</sup>.

O significado desses contratos resulta em prejuízos para o país, quando “uma multinacional impõe as condições pela qual ela vai pagar a energia. Isso, na verdade, não é uma imposição, na verdade é o resultado da extrema solidariedade que existe entre o Estado e o Capital” (LEAL apud MAB, 2010). Evidencia, portanto, a associação e a solidariedade orgânica de classes entre as burguesias nacionais e os centros hegemônicos do capital, de modo que a particularidade político-econômica brasileira

---

<sup>52</sup> A ALBRAS é composta por capital japonês, representado pela NIPPON *Amazon Aluminium Co. Ltda.* da NAAC, um consórcio de 33 firmas japonesas, em associação com a Companhia Vale do Rio Doce. A partir de 2008 a Companhia Vale do Rio Doce passou a ser denominada apenas de Vale S.A. No ano de 2010 a Hydro, empresa norueguesa, adquiriu os ativos de alumínio da Vale, correspondentes as operações de mineração de bauxita, em Paragominas (PA), a participação majoritária na ALUNORTE e a participação de 51% na ALBRAS, ambas situadas no estado do Pará.

<sup>53</sup> O Consórcio de Alumínio do Maranhão surgiu do capital das empresas Alcoa e BHP Billiton. Em 1992 a sua composição alterou-se com a integração da Alcan Brasil, que dezesseis anos depois foi comprada pela empresa Rio Tinto Canadá, a qual foi renomeada Rio Tinto Alcan.

<sup>54</sup> Informações do Jornal do Commercio, em 14/05/2004. Disponíveis em: <http://www.manutencaoesuprimentos.com.br/conteudo/88-albras-renova-por-20-anos-contrato-com-eletronorte/> e do Jornal Pessoal em 21/05/2004. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=12247>

tem sido favorável à estratégia de contínua exploração dos recursos naturais por parte do grande capital e com o apoio do Estado brasileiro. O que nos remete à afirmação de que o Estado exerce influência desde os processos descritos por Marx da acumulação primitiva, sendo a “transição para o desenvolvimento capitalista” determinante “a depender de maneira vital do agir do Estado” (HARVEY, 2012, p. 121). Agir marcado pela dominância da sua violência e poder da legalidade com o propósito de que as lógicas territorial e capitalista estejam interligadas (HARVEY, 2012).

O Estado brasileiro deixa de arrecadar através de sua empresa estatal. Além disso, os subsídios oferecidos “não têm permitido uma rentabilidade maior à empresa que tem sido forçada a reduzir seu patrimônio líquido para cobrir seu prejuízo responsável pela geração de energia” (CMB, 2000a, p. 49). A renovação dos contratos com essas duas indústrias implica que a Eletronorte

deixará de acumular todos os anos os R\$ 400 milhões de prejuízo que as tarifas subsidiadas anteriores lhe impunham. Mas ainda terá um grande desafio diante de si: como acertar as contas com o passivo acumulado de R\$ 5,6 bilhões? Para que pudessem contribuir com um efeito retrospectivo, Albrás e Alumar teriam que pagar R\$ 70 por MWh. A diferença, a Eletronorte vai ter que buscar no mercado dos consumidores não favorecidos. Ou seja: no seu, no meu, no nosso bolso<sup>55</sup>.

Apesar de estas indústrias absorverem em torno de 20% da energia da UHE Tucuruí para produção de alumínio, há uma tendência, desde os anos 2000, da “expansão da demanda dos outros segmentos e, mais recentemente, da interligação de Tucuruí com o sistema Sul-Sudeste” (CMB, 2000a, p. 181). Tendência que está intrinsecamente vinculada ao processo de mundialização, sobretudo, por causa das *commodities* destinadas às corporações multinacionais, fortalecendo a presença destas na Amazônia<sup>56</sup> e nas outras regiões.

Como vimos, a energia gerada pela UHE Tucuruí não chegou imediatamente nem plenamente a todos os consumidores das áreas mais próximas da barragem. Além do suprimento às indústrias eletrointensivas, a energia é destinada à demanda dos sistemas interligados: Sul/Sudeste/Centro-Oeste e o Norte/Nordeste, excluídos

---

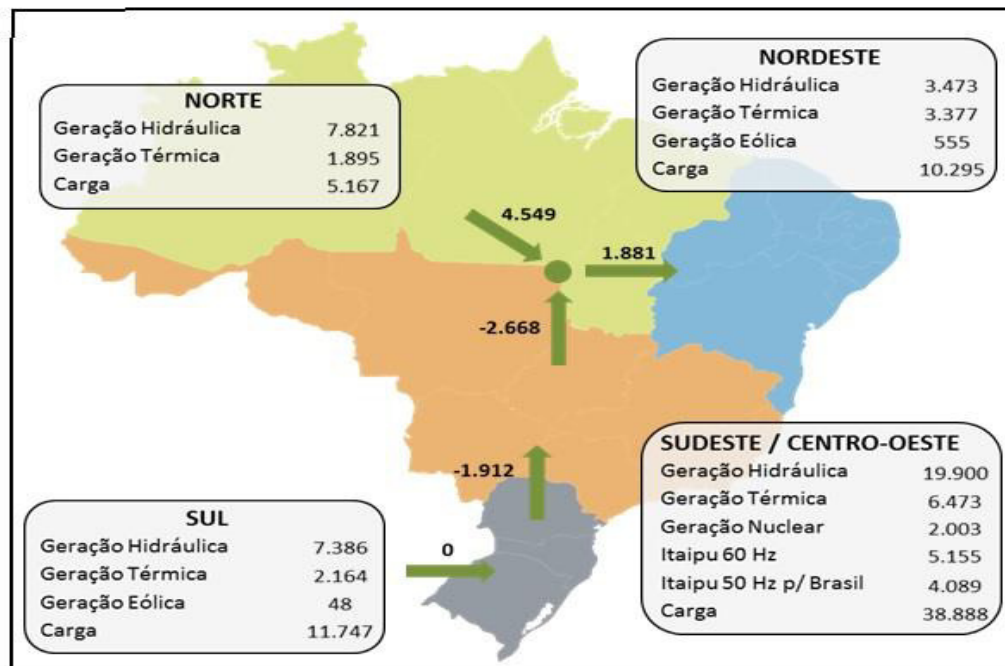
<sup>55</sup> Jornal Pessoal em 21/05/2004. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=12247>

<sup>56</sup> Destaca-se a situação de Manaus, que ao ser integrada à rede de extensão energética da UHE de Tucuruí, conseguiria suprir a demanda de energia, sobretudo, das indústrias do Polo Industrial de Manaus.

os mercados isolados das regiões Norte<sup>57</sup>. Assim, fornece energia para todas as regiões do país através do SIN, conforme a figura 8.

**Figura 8. Balanço Diário de Energia no país**  
**Balanço Diário de Energia - Mwmed**

Data:15/04/2015

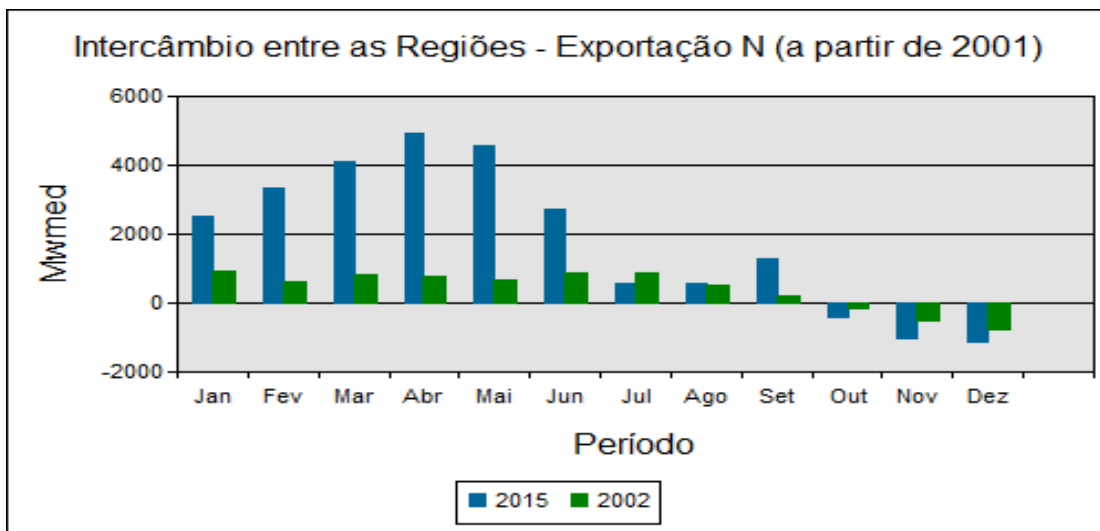


Fonte: Operador Nacional do Sistema

Ocorrem variações no fornecimento de energia para o SIN entre as regiões dependendo da época do ano. A região Norte, por exemplo, exporta uma quantidade bastante expressiva de energia para os outros estados do país nos meses entre janeiro e setembro e nos meses de outubro, novembro e dezembro recebe mais energia do que exporta, conforme demonstra o gráfico 2.

<sup>57</sup> Na região Norte apenas o estado de Roraima não está interligado ao SIN, constituindo-se como sistema isolado e importador de energia da Venezuela.

**Gráfico 2. Intercâmbio de Energia entre as regiões do país**



Fonte: Operador Nacional do Sistema

As tarifas de energia no país são homologadas pela Aneel e não contemplam tributos como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Taxa de Iluminação Pública e Encargo de Capacidade Emergencial. A tarifa média nacional custa R\$ 0,45 por KWh, a do Pará - entre as dez mais caras - custa R\$ 0,52<sup>58</sup> KWh, o que significa no mínimo um contrassenso, vez que este é um dos estados que mais gera energia elétrica e possui uma das tarifas mais caras para o consumo da população local.

A prevalência da lógica mercantil no setor elétrico favorece a implantação de encargos, uns de caráter compensatório, outros como subsídios, no sentido de promover o próprio sistema. Esses encargos do mercado contribuem para a explosão tarifária de energia elétrica no país.

No estado do Tocantins 94,51% dos domicílios possuem energia elétrica e no estado do Maranhão 96,14% (IBGE, 2011), no entanto, possuem tarifas altas, sobretudo no Tocantins, onde o valor mensal da tarifa custa R\$ 0,52 KWh, e no Maranhão o valor de R\$ 0,46 KWh<sup>59</sup>. Cabe salientar que esses valores pagos pela população não são equivalentes ao quanto pagam as empresas.

<sup>58</sup> Dados do ano de 2015. Disponíveis em: <http://www.aneel.gov.br/ranking-das-tarifas>

<sup>59</sup> Dados do ano de 2015. Disponíveis em: <http://www.aneel.gov.br/ranking-das-tarifas>

A privatização do setor favorece a apropriação privada dos recursos naturais e a cobrança de altas tarifas pelo acesso à energia elétrica. Com tarifas tão elevadas, as empresas justificam a necessidade de construção de mais hidrelétricas (BENINCÁ, 2011).

O discurso oficial que reforçava (e reforça) a necessidade de construção de hidrelétricas no país alega que há escassez de energia e ganha novas facetas a partir dos anos 1990, quando o setor elétrico passou por uma reestruturação. O Plano Nacional de Energia Elétrica aprovado nessa década teve como base a implantação de grandes hidrelétricas, além de medidas de privatização do setor elétrico.

A estratégia da privatização se consolidou com a aprovação do Plano Nacional de Desestatização, Lei 8.031/1990, com objetivos de transferir a execução para a iniciativa privada das atividades antes de exploração do Estado e, com isso, ampliar a competitividade empresarial. Na particularidade do setor elétrico foram aprovadas leis para legitimar esse processo, como: a Lei 8.631/1993 que instituiu a desqualificação tarifária ao dispor que a fixação dos níveis das tarifas será proposta pelo concessionário supridor; a Lei de Concessões (8.987/1995) de obras e serviços públicos para empresas privadas e a Lei 9.427/1996 que aprovou a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável pela regulação e fiscalização da produção, transmissão e comercialização de energia elétrica (BENINCÁ, 2011).

Assim, conforme Lemos (2007, p. 287), “a trajetória institucional do setor foi completamente alterada, com ênfase cada vez maior na participação da iniciativa privada”. As privatizações no Brasil, com uma estratégia de adaptar a economia brasileira à mundialização do capital por meio da reedição de sua condição de dependência, resultaram em um paradigma de política destruidora (BEHRING, 2008).

Como uma determinação do ideário neoliberal, o Estado deve abandonar as funções de planejador e interventor, restringindo-se ao papel de regulador do mercado. Esta proposta encontrou materialidade na “venda em escala de empresas de utilidade pública” (BEHRING, 2008, p. 232). O setor elétrico foi incluído no pacote de medidas, no qual os segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica anteriormente estatais e constituintes de um sistema público de suprimento nacional

foi praticamente todo privatizado, no que se refere à distribuição, o mesmo não ocorrendo quanto à geração e transmissão, em virtude das resistências [...], mas também porque as perspectivas de racionamento, com a crise energética (anunciadíssima!), esvaziaram esta possibilidade no curto prazo (BEHRING, 2008, p. 239).

O Estado brasileiro reduz suas funções de executor, mas contribui como financiador na construção de usinas hidrelétricas através do BNDES. Além disso, intensifica-se, com o processo de privatização, a transformação da água e da energia em mercadorias, com grandes empresas do mercado mundial lucrando com a sua exploração. Desse modo, essas medidas

não alteraram a configuração da Amazônia como região exportadora de energia e a transformação dos seus rios em recursos em hidroeletricidade; ao contrário, o novo contexto privatizante reitera os mega-empreendimentos hidrelétricos como modelo de exploração desses recursos (LEMOS, 2007, p. 310).

O processo de reestruturação do setor de energia elétrica incentivou a abertura ao mercado, de modo que a política energética do país tem sido determinada pelos interesses dos empresários do setor. No ano de 2016, o Fórum das Associações do Setor Elétrico Brasileiro (FASE) elaborou um documento intitulado: “Uma agenda propositiva para o setor elétrico brasileiro”.

Esse documento apresenta o posicionamento das associações do setor com o objetivo de estabelecer, de forma permanente, um canal de diálogo (leia-se de apresentação das suas demandas) com entidades e instituições do governo. Na essência, pretende formular e executar uma agenda para beneficiar os especuladores e empresários do setor elétrico.

Segundo Cervinski (2016), os reais objetivos das empresas privadas do setor representadas neste Fórum são: a) manter e aprofundar a lógica privada do setor elétrico, controlado pelas transnacionais que obtêm lucros expressivos ao cobrar tarifas altas da população e taxar com o preço de custo os grandes consumidores (livres); b) aumentar as tarifas com rebatimentos na conta de luz e excluir as Políticas Públicas do setor, como o Programa Luz Para Todos, que subsidiam descontos nas contas de luz para a população de “baixa renda” e aos agricultores, vez que os “custos” relativos a essas políticas são considerados, pelo Fórum, “entrave que vem prejudicando a competitividade das tarifas e preços no setor elétrico” (FASE, 2016); c) fragilizar o licenciamento ambiental para obras de interesse público, ao não permitir paralisações das obras e permitir a construção de usinas a fio d’água; d) privatizar todas as etapas (geração, transmissão, distribuição e comercialização) do setor e, com isso, restringir a participação de empresas estatais no setor, pois consideram que o intervencionismo do Estado afasta os investidores; e) priorizar o “pleno



desenvolvimento do mercado livre”, o qual favorece a lógica do mercado ao privilegiar os grandes consumidores em detrimento dos trabalhadores.

A proposta dos empresários do setor de energia elétrica caminha na direção de reforçar o mercado e a ação empresarial concorrencial como promotores de eficiência e qualidade dos serviços. As medidas de privatização das empresas do setor visam atingir o lucro máximo, mas, não necessariamente incentivar a diversificação da matriz energética nem atender a promessa de possibilitar a concorrência, que teoricamente seria para melhorar os serviços.

A política energética brasileira é marcada por contradições. Desse modo, indagamos: como a maior quantidade de energia gerada no país provém de uma fonte considerada barata, ou seja, com um dos menores custos de produção do mundo, ao mesmo tempo que possui tarifas tão caras para os consumidores comuns? O que justifica as dificuldades e a precariedade no fornecimento e abastecimento de energia quando a população paga tão caro?

A lógica do capital domina a política energética brasileira e um número pequeno de empresas transnacionais se beneficia. Em outras palavras, a “mais-valia associada ao processo de privatização transforma-se em pesado ônus para a classe trabalhadora” (BENINCÁ, 2011, p. 36). Segundo Benincá (2011, p. 31), atuam no setor de energia elétrica no Brasil dezesseis empresas, quais sejam:

Tractebel – Suez (Belga/Francesa), Alcoa (EUA), Alcan Alumínios (Canadá), BHP Billiton (Inglaterra), Citigroup (EUA), AES (EUA), American Electrical Power (EUA), Eletricidade de Portugal (Portugal), Southern Company (EUA), Electricité de France (França), DukeEnergy (EUA), Endesa (Espanha), El Paso (EUA), Banco Santander (Espanha), Banco Bradesco S.A., Companhia Brasileira de Alumínio e Cimentos Votorantin S.A. (Brasil).

Expressão da concentração do capital, essas empresas controlam a energia e ditam as regras do mercado, apropriando-se privadamente de territórios e de recursos naturais. Conforme Benincá (2011, p. 36), “a ideia da crise energética estaria alimentando o dinâmico círculo vicioso do capitalismo”.

A dominância do capital privado na particularidade da UHE Estreito reafirma quem lucra com as barragens: construtoras, bancos e indústrias fornecedoras de equipamentos, fetichizando os impactos que provocam. A multiplicação de barragens (executadas e previstas) materializam a política energética do Estado brasileiro, inserida no ideário neoliberal, o qual

potencializa o fetiche da mercadoria e a reificação, já que o caráter das relações sociais aparece ainda mais ocultado pelo espetáculo, pela difusão massificada do governo das coisas sobre os homens, com o que se

aprofunda a alienação dos mesmos sobre sua condição material e espiritual (BEHRING, 2008, p. 66).

Expressão desse processo, a construção da UHE Estreito adveio da demanda energética para expansão de empresas eletrointensivas, como Alcoa e Vale, subsidiando o setor mineiro-metalúrgico-energético, com a exploração do ferro, bauxita, níquel. Os empreendedores construíram a usina para produzir energia para consumo próprio, bem como

a energia gerada, em vez de ser consumida exclusivamente pelo consórcio de empresas que constrói e administra a obra, pode entrar no sistema elétrico geral e será depois descontada – conforme o consumo das empresas e considerando sua porcentagem de participação relativa no consórcio (CAMARGO; HASHIZUME, 2008d).

As empresas do consórcio obtêm ganhos de diferentes formas, pois podem comercializar o valor da energia quando incluídas no SIN, que é o sistema de distribuição nacional, e utilizar as linhas de transmissão mantidas pelo Estado. Os benefícios e a isenção do produtor foram acordados no contrato de concessão, já que deveriam pagar uma taxa pelo uso da rede de transmissão; assim, a Eletrobrás opera reduzindo os custos e as incertezas dos investidores privados do setor.

Apesar de a energia gerada na UHE Estreito fazer parte do SIN (Norte/Nordeste e Norte/Sul/Sudeste) e, por isso, ser distribuída para todo o território nacional (consumidores industriais e residenciais), o objetivo primordial é atender aos empreendedores, que são os consumidores industriais. Dessa forma, a população tem sido pouco beneficiada com esse empreendimento de grande porte.

Os municípios atingidos por essa usina não possuem grandes indústrias<sup>60</sup> que “justifiquem” a geração de energia hidrelétrica para o local. Demonstra a tabela 10 que o percentual de participação industrial é baixo nos municípios atingidos, com exceção de Estreito, pois concentra a usina. Os setores da agropecuária, serviços e administração pública são mais participativos na economia desses municípios, segundo o IBGE (2013).

---

<sup>60</sup> De acordo com o Secretário de Meio Ambiente de Estreito, em entrevista concedida em 26 de outubro de 2016, está sendo instalado o Origine, frigorífico de exportação, em Estreito. Quando inaugurada, será a primeira indústria própria de abate e industrialização da carne *akashi*, destinada ao mercado externo.

**Tabela 10. Produto Interno Bruto dos Municípios atingidos pela UHE Estreito**

Municípios	PIB 2013			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública*
Carolina (MA)	42%	4%	28%	24%
Estreito (MA)	4%	68%	15%	11%
Aguiarnópolis (TO)	10%	9%	43%	37%
Babaçulândia (TO)	27%	4%	11%	57%
Barra do Ouro (TO)	33%	4%	14%	47%
Darcinópolis (TO)	31%	5%	20%	41%
Filadélfia (TO)	19%	8%	19%	52%
Goiatins (TO)	29%	5%	14%	51%
Itapiratins (TO)	42%	4%	15%	38%
Palmeirante (TO)	39%	5%	12%	42%
Palmeiras do Tocantins (TO)	22%	15%	12%	49%
Tupiratins (TO)	17%	5%	15%	61%

**Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2013).**

Nota: \* Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, apreços correntes.

As construções de UHEs têm gerado empregos, no entanto, são temporários, pois atraem empreiteiras e empresas para darem suporte a essas grandes obras; desmobilizam atividades antes predominantes e instituem novas. Assim, esses empreendimentos alteraram a condição dos trabalhadores da região. Para a população local essas alterações geram transtornos, os trabalhadores (antes vinculados a terra e à pesca) por não terem experiência no exercício de outras atividades encontram dificuldades para desenvolverem determinadas funções ao serem expulsos de suas moradias e perderem seus meios de subsistência.

Na particularidade das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, o setor mais dinâmico da economia de Porto Velho é o de serviços, responsável por 46% do PIB dessa cidade, no ano de 2013, como demonstra a tabela 11.

**Tabela 11. Produto Interno Bruto de Porto Velho**

PIB 2013				
Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública*
Porto Velho	3%	27%	46%	23%

**Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2013).**

Nota: \* Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes.

O Estado brasileiro é conivente com os interesses econômicos das empresas e omisso quanto aos sérios impactos causados. Ademais, quando parte dos requisitos legais são cumpridos, por exemplo, através dos *royalties*<sup>61</sup>, o poder público desvirtua esses recursos do destino primordial que deveria ser de ofertar serviços públicos à saúde, educação, segurança pública, habitação.

No estado de Rondônia, 97,08% dos domicílios possuem energia elétrica, mas o valor da tarifa é alto, equivale a R\$ 0,49 KWh<sup>62</sup>, apesar de a empresa distribuidora desse estado, a partir de 1997, ter sido federalizada com a compra pela Eletrobrás, que controla 99,96% do capital social da CERON (Centrais Elétricas de Rondônia), também conhecida como Eletrobrás Distribuição Rondônia.

Quando ocorrem oposições à proposta de desenvolvimento anunciada pelos empreendimentos, as vozes de resistência e luta são silenciadas ou nomeadas como inimigas do desenvolvimento, pois vem à tona o argumento de que o Brasil precisa de energia. A energia elétrica cumpre uma função imprescindível para a dinâmica societária no âmbito das relações: tecnológica, humana e social. Contudo, sem que haja violação de direitos, com abertura de diálogo com a população no sentido da participação popular e controle sobre o planejamento energético brasileiro para usufruto da coletividade. Esses projetos executados e em vigência inundam muitas

<sup>61</sup> Significam compensações financeiras pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica referente a uma porcentagem do valor da energia produzida.

<sup>62</sup> Dados do ano de 2015. Disponíveis em: <http://www.aneel.gov.br/ranking-das-tarifas>

vidas, sobretudo, aquelas que possuem um vínculo afetivo e histórico com o ambiente, em prol da satisfação do capital.

As empresas objetivam o lucro e, por isso, reduzem as indenizações, os custos sociais e ambientais das obras e os direitos das populações afetadas; nesse rumo interceptam informações e a participação nos processos decisórios. Fazem-se necessárias muitas lutas, organização e resistência para que os atingidos obtenham reparações materiais, a partir das medidas mitigadoras de impactos, ainda com várias fragilidades na realização.

De acordo com Magalhães (2007, p. 50), o programa de geração de energia elétrica dirigido pelo governo brasileiro teve como base a “implantação de grandes barragens, utilizando uma tecnologia que implica a formação de grandes lagos, conseqüentemente, inundando grandes extensões de terras, sendo estas terras em sua maioria ocupadas por camponeses”. Em alusão aos seus 30 anos de história, a Eletronorte discursou preocupação com a questão social, no sentido de promover ações (pontuais), como: construção de estradas, pontes, escolas e hospitais, enquanto medidas mitigadoras de impactos (CABRAL, 2004). No entanto, para algum reconhecimento dessa questão foram anos de resistência dos sujeitos afetados.

Projetos da envergadura de usinas hidrelétricas requerem, além do corpo técnico da engenharia, uma equipe multidisciplinar, o que significa romper com a visão unilateral de alguns técnicos, “pois ao planejarem essas obras pensam todos os detalhes; a escolha do local para a localização da barragem, a prospecção do terreno até os kilowates de energia que se produzirá e o seu destino final” (COLITO; PAGANI, 1999, p. 244). Predominam, portanto, critérios dessa natureza em detrimento dos aspectos socioambientais, que não são priorizados nesses projetos, embora haja com fragilidades e limitações uma legislação ambiental nessa área.

Assim, emerge no âmbito dessas demandas a intervenção do Serviço Social, como também de outras áreas do conhecimento. Entre as ações das empresas, o Serviço Social é convocado a intervir junto às comunidades rurais e urbanas afetadas, por exemplo, na desapropriação de terras, no deslocamento compulsório das populações, nas situações de conflitos nas diferentes fases dos empreendimentos.

Desse modo, identificamos no capítulo seguinte os processos de destruição do ambiente para acumulação de riqueza e suas manifestações na questão ambiental e na questão social, as quais no âmbito das relações sociais contraditórias chegam ao Serviço Social enquanto demandas profissionais.

### **CAPÍTULO 3: A DESTRUTIVIDADE DO AMBIENTE PARA ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA E SUAS MANIFESTAÇÕES NA QUESTÃO AMBIENTAL E NA QUESTÃO SOCIAL: demandas para o Serviço Social**

#### **3.1. QUESTÃO AMBIENTAL E QUESTÃO SOCIAL**

Em cada estágio do capitalismo - capital comercial (ou mercantil), concorrencial, monopolista e financeiro, este último conforma o atual estágio imperialista - a relação entre capital e natureza torna-se mais antagônica, posto que o desenvolvimento capitalista tem provocado alterações na disposição do meio ambiente, extirpando os bens naturais para além das necessidades humanas, assim como, historicamente, se apropria do excedente da força de trabalho. Desse modo, na esfera da dominação mundial do capital financeiro as consequências ambientais destrutivas da acumulação estão materializadas em formas agravantes e ritmo intenso.

A acumulação de capital transfigura as relações sociais com fins de manutenção de um sistema que não se submete a controles ao mesmo tempo que é controle, e que necessita permanentemente reafirmar o seu poderio ampliado de reprodução que se faz em escala crescente e alarmante de exploração dos “mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2013, p. 574). Essas duas fontes de riqueza são o motor da produção capitalista, marcada pela subsunção do trabalho e da natureza pelo capital.

Maior dinamismo no seio do capitalismo ocorreu no processo de prevalência do valor de troca em detrimento ao valor de uso. No sistema capitalista o produto ao ser vendido cumpre o seu objetivo, não importa o destino e a durabilidade. Torna-se isto, em sua essência, irrelevante. Deriva dessa dinâmica as suas contradições.

O capitalismo tende a atuar sem limites e assim desconsidera as necessidades humanas. Entretanto, as contradições do sistema impõem limites à permanência da hegemonia capitalista e quando ocorrem transformam-se em uma questão. Por outro lado, as contradições impõem saídas com o objetivo de “alívio” às crises do capital, dentre as quais comparece o desenvolvimento sustentável, com o discurso de compatibilidade entre produção capitalista e preservação do meio ambiente natural.

No âmbito das contradições das relações sociais capitalistas se insere o Serviço Social “como profissão e como política, é uma prática social constituída historicamente, a partir das necessidades geradas pelas desigualdades sociais inerentes às sociedades de classe” (LOPES, 1998, p. 46). Demarca-se em sua origem a estreita correlação com a fase do capitalismo monopolista, posto que sob a ordem monopólica cria-se e funda-se a profissionalização do Serviço Social, por meio das relações sociais de produção que impulsionaram transformações em diversos setores e a necessidade do sistema por essa profissão.

Segundo Lênin (2012, p. 166), a fase dos monopólios “acirrou todas as contradições do capitalismo”. A característica principal desse período foi a substituição da livre concorrência pelos monopólios, resultando na “concentração da produção e do capital [que] alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento” (LÊNIN, 2012, p. 124). Conforme afirmou este autor,

os monopólios, decorrentes da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para uma ordem superior (LÊNIN, 2012, p. 123).

Em conexão com a primeira contradição do sistema capitalista, e refletindo sobre a teoria socialista com uma visão crítica da ecologia, os ecomarxistas<sup>63</sup> ou ecosocialistas formularam o conceito de segunda contradição do capitalismo. James O’Connor (1988), propulsor dessa ideia, teorizou que se deve somar àquela contradição, a contradição entre as forças produtivas capitalistas e as condições de produção, demonstrando a insustentabilidade da lógica de uma produção ilimitada diante de recursos limitados.

Quanto à primeira contradição, O’Connor (1988, p. 14, tradução nossa) esclarece que a “forma específica desta contradição é entre a produção e a realização do valor e da mais-valia, ou entre a produção e a circulação do capital”<sup>64</sup>. Provém, assim, da dinâmica interna do capitalismo. Mas, para ele, o capitalismo se constrói também baseado em condições externas de produção, diferente da primeira e ponto de partida de uma teoria marxista ecológica. Define, assim, “é a contradição entre relações de produção capitalistas (e forças produtivas) e as condições de produção

---

<sup>63</sup> Montibeller-Filho (2000, p. 116) define a corrente teórica ecomarxista, como “a que entende ser necessário reconceituar categorias analíticas do marxismo de modo a dar conta da questão ambiental, posta ao capitalismo na atualidade, e elabora o conceito de Segunda Contradição Fundamental”.

<sup>64</sup> No original: *specific form of this contradiction is between the production and realization of value and surplus value, or between the production and circulation of capital.*

capitalista, ou ‘relações capitalistas e forças de reprodução social’<sup>65</sup> (O’CONNOR, 1988, p. 14, tradução nossa), entre as quais se situam o ambiente natural, o espaço urbano, as infraestruturas públicas.

Nesse sentido, a produção de energia seria expressão da condição de produção capitalista ao impactar todas as esferas da vida social nos processos de transformação, pois ao ser extraída do ambiente natural gera custos externos. Para expandir o crescimento econômico, leia-se crescimento do mercado, as tecnologias (capitalistas) modernas requerem extrações intensas de recursos e de energia explorando ainda mais a natureza.

Do ponto de vista de O’Connor (1988), a primeira contradição ocorre por causa da impossibilidade de escoar toda a produção em decorrência do baixo poder de compra, haja vista que o sistema tende a valorizar o capital constante em detrimento do capital variável. Trata-se de uma crise de demanda, por causa “da superprodução de mercadorias e da superacumulação de capital” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 66). Articulada a esta, insere-se a segunda contradição do sistema vinculada aos custos sociais ou custos externos da produção, decorrentes de uma crise de oferta. Esta provém da apropriação (autodestrutiva do capitalismo) pelo mercado dos recursos não mercantis com o objetivo final de transformá-los em mercadorias, ou seja, não são produzidos como mercadorias, mas o capital os trata como se fossem, o que gera danos sociais e ambientais correlatos aos custos e inerentes ao processo produtivo capitalista.

No entanto, essa interpretação causa divergências entre os marxistas. Como para os autores Chesnais e Serfati (2003, p. 42), que não aderem à tese da segunda contradição, pois não comungam da “idéia de que, pelo viés da destruição ou de danos graves ao ambiente natural, o capitalismo poria em perigo, e até destruiria, suas próprias condições de reprodução e de funcionamento *enquanto* capitalismo”. Discordam dessa tese ao considerarem que o capital possui meios para suportar as condições externas e ambientais do seu funcionamento. Esses autores partem do pressuposto “do lugar preciso em que se situam as únicas contradições que afetam verdadeiramente o capital”, em outros termos, as contradições provêm “dos mecanismos de criação e de apropriação da mais-valia”, - unicamente extraídas da

---

<sup>65</sup> No original: *is the contradiction between capitalist production relations (and productive forces) and the conditions of capitalist production, or “capitalist relations and forces of social reproduction”.*



“força de trabalho, mercadoria por excelência” - de modo que é o próprio capital que estabelece barreiras para a produção capitalista (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 42).

A tese da segunda contradição difundida por alguns ecomarxistas atesta que, “as questões ecológicas não podem ser analisadas fora das relações de propriedade, de produção e de poder dominantes” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 66). Entre estes destacam-se as contribuições de O’Connor, que “não considera que a análise marxista das crises seja obsoleta, mas que se pode tentar enriquecê-la” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 66). O aumento dos custos externos (do trabalho, da natureza, da infraestrutura) evidencia a crise econômica proveniente da oferta, que aumenta por razões de:

Primeiro, quando o capital, a fim de manter seus lucros, recusa as despesas necessárias à manutenção das infra-estruturas necessárias à produção. Sua inevitável degradação acaba por elevar os custos de reparos. Em segundo, quando o movimento social exige a manutenção de suas condições de vida, a proteção do meio ambiente etc (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 67).

Destarte, o capitalismo tende a externalizar tudo o que reconhece como custo, transferindo-o para a sociedade. A contradição desse sistema não é reflexo da exploração esgotante do homem e da natureza, mas, localiza-se no antagonismo “entre ele e as necessidades da humanidade” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 68). Segundo estes autores, “a ‘crise ecológica’ é a manifestação da destruição das forças produtivas, entre as quais os recursos naturais, para as necessidades da acumulação e num contexto hoje agravado pela dominação do capital financeiro” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 68). Daí, consideram que a sua origem reside “nos fundamentos e nos princípios de funcionamento do capitalismo, desdobrados das consequências da organização política e econômica dos Estados burocráticos” (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 41).

Diferem, portanto, da ideia de O’Connor, apesar de partirem do mesmo pressuposto de que se trata de uma crise do capital. No entanto, para esses marxistas franceses a crise ecológica - resultante das graves e irreversíveis destruições - põe em risco a civilização humana, as condições de vida e a própria existência de comunidades e países, e não o capital e sua dominação.

Corroboram com esta perspectiva a leitura de Foladori (1997) sobre a formulação da segunda contradição do capitalismo desenvolvida por O’Connor, posto que Foladori (1997, p. 154) problematiza a formulação de O’Connor ao tecer questionamentos que considera não haver respostas, entre os quais indaga: “a crise

ambiental representa uma restrição ao capitalismo ou à vida da sociedade humana?”.

Consoante Foladori (1997, p. 154), a crise ambiental não restringe o capitalismo,

este pode superar os problemas de escassez ou aumento de custos com substituição de produtos, aumentos de produtividade do trabalho nos setores energéticos, de matérias primas e de reciclagem de produtos, ou ainda diminuindo os salários. É um problema para o capital a diminuição permanente da taxa de lucro como consequência do aumento da composição orgânica; e a constante agudização das diferenças sociais que se manifestam em diversas modalidades da luta de classes.

Afirma que os elementos que caracterizam a noção da segunda contradição se reduzem na primeira contradição, vez que

enquanto o capital encontra, na prática, saídas para suas barreiras físico/econômicas, a população em geral e as classes trabalhadoras com maior razão se vêem sujeitadas, de maneira crescente, a viver em um mundo cada vez mais inóspito por causa, principalmente, ainda que não de forma exclusiva, das relações mercantis e capitalistas.

Com base em Marx, Chesnais e Serfati (2003) definem o capitalismo como um modo de produção e de dominação social, que se manifesta na inter-relação entre o econômico e o político. Desse modo, afirmam

É impossível dissociar as destruições ambientais e ecológicas das agressões desfechadas contra as condições de vida dos proletários urbanos e rurais e de suas famílias, notadamente dos que vivem nos países ditos do Sul, sob dominação imperialista. Também é impossível dissociar as formas econômicas da dominação e da violência de suas formas políticas e militares. Tomadas em seu conjunto, as destruições ambientais e ecológicas e as agressões contra as condições de vida dos proletários são resultado dos efeitos cumulativos de mecanismos secretados pelo funcionamento, há décadas, do modo de produção capitalista e da dominação contemporânea, renovada e quase sem limites, do capital financeiro (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 43).

Essa abordagem embasa nossa perspectiva analítica de indissociação entre questão ambiental e questão social. Resultantes da dinâmica expansionista do capital estão intrinsecamente relacionadas entre si, conforme exemplificam Chesnais e Serfati (2003, p. 52, grifos nossos),

Quando se examina a situação dos maiores exportadores de matérias-primas não-minerais – o Brasil, a Indonésia ou os países do Sudeste da Ásia – encontramos-nos diante de um processo em que as destruições ambientais ecológicas cada vez mais irreversíveis estão acompanhadas por agressões constantes desferidas contra as condições de vida dos produtores e de suas famílias, de forma que é **impossível dissociar a questão social da questão ecológica**.

A emergência da questão social e o seu reconhecimento político-institucional são “o pano de fundo do processo de institucionalização do Serviço Social, como

profissão na sociedade” (IAMAMOTO, 2002, p. 95). Desse modo, a questão social com o Serviço Social acumula um vínculo estreito, por ser considerada matéria-prima desta profissão e eixo ordenador da formação profissional. Quanto à questão ambiental, constituiu-se um desafio aos(às) assistentes sociais ao tornar-se uma área temática de maior interesse investigativo no limiar do século XXI<sup>66</sup>. Em uma perspectiva de totalidade, esta temática incide muito recentemente na profissão, malgrado o esforço dos profissionais de avançar nos estudos – com a sistematização e produção do conhecimento relacionados às reflexões da realidade concreta da classe trabalhadora – e na compreensão dos determinantes do complexo debate sobre os impactos ao meio ambiente natural devido à lógica destrutiva do capital.

Essas questões são históricas e estão entrelaçadas na organização social vigente, regida pelo modo de produção capitalista, ou seja, na racionalidade própria do capital. De modo que a degradação dos solos, intensificação na produção da tecnologia, poluição do ar, aumento da pobreza, violência, mercantilização dos recursos naturais, entre outros, são partes constitutivas da crise estrutural do capital – não é isoladamente o meio ambiente natural que está em crise, a crise é do sistema do capital –, que degrada o homem, os seus meios de sobrevivência e a realização de suas atividades ao subjugar-las frente aos interesses econômicos dominantes.

De acordo com Foladori e Tommasino (2012), a pobreza por si só consiste em um problema social e não em um problema ambiental, bem como a riqueza em si não é um problema ambiental. Porém, ao contrário disto, a compreensão que constitui um problema ambiental, o fato de pobres e ricos degradarem e poluírem o ambiente natural significa que caso “os pobres não poluíssem ou degradassem não haveria problema ambiental. Se os ricos não consumissem demais ou não poluíssem não haveria problema ambiental”<sup>67</sup> (FOLADORI; TOMMASINO, 2012, p. 80, tradução nossa). Nesse rumo, elucidam Foladori e Tommasino (2012, p. 80, tradução nossa) que,

esta solução, aparentemente elegante, implicou reduzir toda a problemática ambiental a questões técnicas e ocultar o efeito das relações sociais sobre a natureza externa. Isto porque a forma que tem o ser humano de transformar a natureza externa é mediante sua tecnologia<sup>68</sup>.

<sup>66</sup> Sobre a temática ambiental, Rafael e Silva (2010, p. 145) afirmam que, “vem interpelando o Serviço Social brasileiro, desde o início da década em curso, seja diretamente como espaço de intervenção seja como campo de pesquisa, período em que cresce a produção acadêmica nesta área”.

<sup>67</sup> No original: *si los pobres no contaminaran o degradaran no habría problema ambiental. Si los ricos no consumieran de más, o no contaminaran no habría problema ambiental.*

<sup>68</sup> No original: *esta solución, aparentemente elegante, implicó reducir toda la problemática ambiental a cuestiones técnicas y ocultar el efecto de las relaciones sociales sobre la naturaleza externa. Y esto*

Em outros termos, as alternativas tecnológicas não significam a resolução da questão ambiental e da questão social, pois nesse contexto estão inseridas em relações sociais capitalistas. A respeito da crise ambiental planetária, enquanto parte da crise capitalista, corroboram Chesnais e Serfati (2003, p. 42), “ela testemunha a plena reafirmação da vontade e da recorrente capacidade do capital em *transferir a seu meio ‘externo’* geopolítico e ambiental (a biosfera) as consequências de contradições que são, exclusivamente, suas”.

Assim, a questão ambiental e a questão social são consequências do modo de produção capitalista, cuja finalidade é o lucro e a acumulação intensiva de riquezas apropriadas privadamente. Enraizadas no acirramento do desenvolvimento capitalista, segundo Silva (2003, p. 41), devem ser analisadas “como faces de uma mesma moeda”.

A introdução da maquinaria ao processo produtivo gerou uma nova dinâmica industrial: o conflito de classes e as desigualdades sociais, agravando a pobreza (instituiu um fenômeno novo: o pauperismo crescente) e degradando os recursos naturais. Contudo, as vítimas da industrialização não eram apenas os trabalhadores inseridos nas fábricas. Marx (2013, p. 719) dividiu a esfera do pauperismo, da qual excluiu os vagabundos; os delinquentes e as prostitutas, em três categorias: 1<sup>a</sup>) os aptos ao trabalho; 2<sup>a</sup>) as crianças indigentes (“órfãos e os filhos de indigentes”); 3<sup>a</sup>) os doentes; inválidos; “maltrapilhos”; os incapacitados para o trabalho.

O pauperismo estendeu-se a um número maior de indivíduos, conformando, assim, o que ele denominou de exército industrial de reserva ou superpopulação relativa. Segundo Marx (2013, p. 716), o trabalhador integra a superpopulação relativa, a qual se apresenta de três formas: flutuante, latente e estagnada, “durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado”, e oscila de forma mais ou menos intensa nos momentos das crises ou de negócios fracos.

Se antes da grande indústria a pobreza decorria da escassez de produtos, no período subsequente “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). Como expressão da contradição do capital, a pobreza é fruto do que poderia, a curto prazo, reduzi-la. Em

---

*porque la forma que tiene el ser humano de transformar la naturaleza externa es mediante su tecnología.*

sua raiz, não resulta da má distribuição de renda; isso ocorre porque a riqueza produzida coletivamente, em um meio de potencialidade de geração da abundância, é apropriada de forma privada.

Na medida em que cresce a riqueza, outrossim, cresce a pobreza. Essa contradição resulta do desenvolvimento capitalista que, quanto mais ocorre, mais aprofunda as desigualdades sociais, pois é da sua lógica a busca incessante pela acumulação privada e pelo lucro. Segundo esclareceu Marx (2013, p. 719), definindo a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, [...] também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. [...] quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho.

Marx, em sua detalhada análise do capitalismo, demonstrou que a base da acumulação primitiva do capital é a “expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês”. E que “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2013, p. 787).

Brandão (2010, p. 44) questiona “se os processos de acumulação primitiva e expropriativa são apenas um elemento de uma fase passada na história ou se teriam papel atual e perene, estando inseridos na trajetória normal, não excepcional, do capitalismo”. A resposta encontra-se em Marx (2013, p. 786), que afirmou a “acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”. Daí o caráter perpétuo dessa separação nos processos de acumulação capitalista, posto que “logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior”. Essa reprodução ocorre desde os primórdios “pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência [... uma vez que] os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (MARX, 2013, p. 786).

Reforçam essa perspectiva as análises de Harvey (2012, p. 121), em sua afirmação de que “as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias”, mas esse autor considera “estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’

um processo em andamento” e desenvolve o conceito de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2012, p. 121).

Harvey (2012, p. 121) destaca, entre os processos de acumulação primitiva descritos por Marx,

a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios mais radicais de acumulação primitiva.

Esses processos foram aprimorados e desempenham no contexto atual mecanismos intensos de acumulação por espoliação. Dentre os novos mecanismos, enfatiza Harvey (2012, p. 123), a biopirataria e o favorecimento devido ao acúmulo de recursos genéticos de poucas corporações do ramo farmacêutico; a destruição dos recursos ambientais (terra, ar, água); a transformação de tudo em mercadoria; as privatizações (significando a transferência de ativos produtivos - da água e de utilidades públicas de todo gênero - do Estado para empresas privadas), entre outros.

A acumulação por espoliação se tornou, sobretudo a partir de 1973, a condição e “o custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado” (HARVEY, 2012, p. 128). O desenvolvimento capitalista requer a abertura de novos territórios mediante elevado grau de barbaridade que destrói caminhos - os já abertos e os que serão à reprodução expandida por meio da acumulação por espoliação - e acirra a questão ambiental e a questão social.

Desse modo, com base na perspectiva de análise da teoria social crítica, compreendemos, em sua particularidade, a questão ambiental como o conjunto da destrutividade ambiental advinda da relação contraditória entre capital e natureza e a questão social como produto do antagonismo entre capital e trabalho. Ambas as relações contraditórias geram esgotamento de matérias-primas, conflitos sociais e perda da biodiversidade em diversas esferas da vida social, impondo limites à sociabilidade humana.

Essas manifestações evidenciam a voracidade ambiental e social do capital, ao mesmo tempo que impulsionam através das lutas de classes a possibilidade de sua

superação. Posto que o movimento de resistência e das lutas pressiona-o a mitigá-las demandando intervenções como a profissão do Serviço Social.

Antes de adentrarmos nas demandas para o Serviço Social na temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, analisamos, na perspectiva da totalidade, a questão ambiental e a questão social no processo de geração de energia elétrica na Amazônia Legal.

A categoria da totalidade, fundamentada na teoria social crítica, nos possibilita “conhecer tudo o que compõe para que um complexo social constitua-se de determinada maneira” (SANT’ANA, 2012, p. 150). Desse modo, essa compreensão é imprescindível para não reduzirmos o entendimento da questão social e da questão ambiental nas suas manifestações. São mais abrangentes, provêm das relações de produção e de propriedades fundantes do capitalismo e significam a exploração do trabalho pelo capital, o antagonismo entre capital e natureza, o movimento de resistência e as lutas sociais.

### **3.2. RACIONALIDADES EM CONFRONTO: os impactos para os grupos sociais atingidos pelas Usinas Hidrelétricas na Amazônia Legal**

As barragens fazem parte da história da humanidade, existem há muitos séculos com variadas funções: de controle de inundações, fornecimento de água para consumo humano, indústria, irrigação, represamento para gerar energia hidrelétrica (CMB, 2000b). Para geração de energia hidrelétrica é necessário, além da barragem, a construção de uma usina, que consiste em um conjunto de obras e equipamentos tecnológicos para aproveitar o potencial hidráulico do rio.

A potência das usinas construídas aumentou significativamente, desde o final do século XIX e início do XX, no mundo e no Brasil. A UHE Itaipu foi superada na potência gerada pela Central hidrelétrica Três Gargantas no rio *Yang-tzé*, na China (BENINCÁ, 2011). Essas obras interrompem o fluxo normal dos rios causando impactos diversos. Quando o objetivo é transformar a água em energia os conflitos se acirram, opondo os interesses entre as empresas e as populações locais (a serem expulsas compulsoriamente) e os recursos naturais. Segundo Zhouri e Oliveira (2005, p. 50), estabelece-se um

campo de lutas, em que as diferentes posições sustentam forças desiguais, perpetuam-se políticas socialmente injustas e ambientalmente insustentáveis, enquanto as comunidades ribeirinhas lutam contra uma lógica reificadora que as transforma em objeto [...] tornando-as invisíveis enquanto sujeitos sociais e atores políticos dotados de desejos e direitos.

A complexidade dos projetos se manifesta na grandiosidade da obra, nos impactos causados e também nos confrontos (de forças desiguais) inseridos na região diante do antagonismo entre o controle dos recursos e potenciais naturais; a resistência em permanecer no território e a reivindicação das medidas de compensação e mitigação pela repressão sofrida pelos afetados. A resistência a esses empreendimentos se expressa no contraponto e na necessidade de desmontar a simulação e a perversidade das estratégias da sustentabilidade, posto que a razão dos empreendedores difere da representada pelos grupos sociais; fundada em um saber ambiental, questiona a racionalidade do capital dominante na lógica das empresas.

Trata-se de projetos societários regidos por racionalidades em confronto. A racionalidade econômica objetiva a acumulação do capital de modo que conduz e tem sido conduzida por um processo tecnológico voltado para este fim. Segundo Leff (2009, p. 155), “as aplicações práticas do desenvolvimento científico e do progresso tecnológico foram fortemente orientadas pela racionalidade econômica capitalista”, pois considera que “os modelos tecnológicos e os processos produtivos desenvolvidos por esta racionalidade econômica não permitem um manejo ecologicamente racional dos recursos naturais” (LEFF, 2009, p. 154). São expressões do fetiche do desenvolvimento sustentável enquanto tentativas de harmonizar os contrários do desenvolvimento: o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente.

A racionalidade do capitalismo em sua essência é irracional, já que prescinde dos ciclos naturais e da vida ao mesmo tempo que, para satisfazer-se, os convertem em forças destrutivas. Desse modo, Leff (2009, p. 308) argumenta que a racionalidade econômica impõe restrições à racionalidade ambiental, de que há entre elas uma contradição dialética e, portanto, é necessário para consolidação dessa a transformação da racionalidade econômica. Concebe que “*racionalidade ambiental* constrói-se através da legitimação de novos princípios produtivos e direitos sociais, assim como da concertação de interesses sociais heterogêneos e muitas vezes antagônicos”, possui como elementos técnicos “a elaboração de instrumentos de gestão ambiental – indicadores de qualidade de vida, do patrimônio de recursos



naturais, dos potenciais ambientais e dos custos ecológicos e sociais do crescimento econômico”.

Considera este autor a possibilidade da construção de uma racionalidade social e produtiva, desde que esteja “além das propostas de solução tecnológica aos problemas ambientais, pois sua concretização depende da elaboração de uma nova teoria da produção sustentável, assim como das decisões políticas e da mobilização da sociedade para a construção de um futuro sustentável” (LEFF, 2009, p. 150). Porém, reafirmamos a referência ao padrão de sociedade no qual ocorreria, o que a nosso ver só é possível com a superação do capitalismo.

Em uma perspectiva patrimonial indenizatória prevalece na construção de barragens para geração de energia a preocupação de “limpar” o terreno e garantir o controle dos bens materiais da área. Para o empreendimento, as famílias afetadas são consideradas um problema a ser resolvido e um empecilho para a concretização dos grandes projetos, enquanto estas lutam e resistem para concretizar seus direitos.

O empreendedor objetiva esvaziar a área expulsando a população, ao contrário da relação que estabelece com o rio, que devido a sua abundância compatibiliza o aproveitamento hidrelétrico a ser explorado e, portanto, dele depende. O rio passa a exercer função de mediação para produção de energia elétrica, tornando-se (a água) uma mercadoria da qual as empresas dependem no processo de compra e venda, condição *sine qua non*. Dialeticamente, o mesmo rio atende a sobrevivência de parte da população da região, entre outras funções.

A noção de atingido adquiriu visibilidade no Brasil a partir da emergência da Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecendo regras para o licenciamento ambiental, particularmente, no âmbito dos impactos sociais e ambientais. Entretanto, as empresas impregnadas da **concepção territorial-patrimonialista** e da **concepção hídrica** possuem uma concepção diferenciada de atingido, daquela defendida pelo MAB, demonstrando, portanto, racionalidades distintas.

Apesar de o termo atingido aparecer em documentos técnicos, até então não existe no Brasil uma política de Estado, uma Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens; há políticas estaduais, a exemplo de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Assim, falta uma legislação que defina oficialmente os direitos e deveres dos empreendedores, do Estado e dos atingidos.

Embora reconheçamos a importância da definição de quem são os atingidos pela construção e operação de hidrelétricas, esclarece Vainer (2003, p. 1) de que é

apenas um dos elementos necessários para o estabelecimento de políticas socialmente responsáveis, que devem envolver, igualmente, a adoção de avaliações consistentes e rigorosas de alternativas, o exame efetivo dos impactos previsíveis, a opção por estratégias baseadas no princípio da precaução e, acima de tudo, o respeito a processos democráticos que garantam, desde a concepção do projeto (inventário, viabilidade, etc.), a efetiva e informada participação das populações interessadas nos processos de avaliação e decisão.

A ausência de uma definição torna o conceito polêmico e complexo; a depender da concepção adotada, entende-se por atingido diferentes sujeitos em diferentes condições. A diversidade de definições ou a ausência de uma definição oficial possibilita às empresas instituírem as normas a partir de seus interesses; quando o conflito é mediado diretamente pelo empreendedor resulta em desvantagem para os atingidos, como: os baixos valores das indenizações ou a falta total de reparações.

Para os empreendedores e o poder público, atingidos são “apenas os que possuem terras nas áreas a serem alagadas, isto é, os proprietários com títulos em seu nome” (BENINCÁ, 2011, p. 120). Nessa perspectiva territorial-patrimonialista o único problema causado pelos grandes empreendimentos é de ordem patrimonial fundiário, ou seja, são impactados apenas os proprietários das áreas inundadas ou limitam-se aos considerados “ocupantes não proprietários com alguma benfeitoria”, indenizando-os pelos bens materiais.

Os indígenas, quilombolas, arrendatários, pescadores, ribeirinhos, posseiros, meeiros, entre outros, apesar de viverem no local, se não possuírem documentos não têm seus direitos reconhecidos. Testifica um militante do MAB em Tucuruí, entrevista concedida em 01 de agosto de 2016, que a empresa e os governos,

não reconhecem aquelas famílias que dependiam de outras, têm um comércio e não têm para quem vender, todos os clientes dele foram embora por causa do lago e ele ficou, não podia sair porque não foi atingido, mas ele foi atingido também em função da perda da clientela. As pessoas que não têm terra é uma dificuldade [...] só o titular, o arrendatário eles não reconhecem.

Na perspectiva hídrica prevalece a estratégia de considerar atingido como aquele que teve inundada a área a ser ocupada pelo projeto, consiste apenas em “uma reformulação da concepção territorial-patrimonialista” (VAINER, 2003, p. 4). Consideramos esse conceito restrito, uma vez que ao serem compensados apenas os municípios localizados em territórios inundados, são desconsiderados os que sofreram tanto quanto as consequências da implantação de uma hidrelétrica, apesar de não terem suas áreas “tomadas pelas águas”.

Para uma concepção de atingido mais abrangente, a variável temporal, a noção de espaço e de vínculo social devem ser incluídas. Na perspectiva temporal, devem ser consideradas as famílias afetadas por obras que ocorreram há alguns anos, com muitos impactos sem resolutividade, como também por situações recentes. Por exemplo, o rompimento da barragem de Fundão, operada pela mineradora Samarco<sup>69</sup>, que atingiu milhares de pessoas no município de Mariana, estado de Minas Gerais, em 5 de novembro de 2015. A noção de espaço social compreende que os atingidos não são unicamente os que estão em determinado território, mas extrapola aquele que fora “tomado pelas águas”. Os vínculos sociais esgarçados com a construção de barragens são tão importantes quanto todos os valores materiais. Segundo um militante do MAB e atingido pela hidrelétrica Tucuruí, entrevista concedida em 01 de agosto de 2016, nesse aspecto não existem compensações:

A dissolução das famílias que moravam na vila [...], a cultura, coisa que não tem como pagar [...] o sentimento da pessoa, tudo que perdeu, que tinha, era a vida da pessoa [...] Então, o Estado quando paga é a sua propriedade, as edificações, o que construiu, o que produziu. Mas, o sentimento que você tem, tudo o que viveu ali, a sua história que está ali, a sua história acaba. Meus filhos perguntarem: pai onde você nasceu? Como eu vou levar meus filhos para onde eu nasci. Então, é uma tristeza muito grande.

Desse modo, as pessoas são impactadas de formas e em momentos diferentes e em todas as etapas: antes, durante e depois da construção do empreendimento. Desde o anúncio da obra<sup>70</sup>, passando pelos efeitos no decorrer da execução e com o enchimento e operação do reservatório.

O MAB compreende como atingidos não apenas os diretamente afetados pelas obras das barragens, mas toda a população do país. São considerados impactados diretos e indiretos os trabalhadores no canteiro de obras, nas instalações funcionais e residenciais, nas estradas e nas linhas de transmissão, bem como os comerciantes, os professores da escola inundada pelas águas, os trabalhadores que pagam pelas altas tarifas de energia e que arcam com os investimentos públicos através do BNDES para essas obras (BENINCÁ, 2011). Em todos os aspectos, atingida é a sociedade brasileira, vez que “todo mundo consome energia, então afeta todos os brasileiros. A

---

<sup>69</sup> Samarco é uma empresa do setor de mineração, fundada em 1977, que possui como acionistas as empresas Vale e BHP Billiton. Produz, principalmente, pelotas de ferro com destinação para indústrias siderúrgicas em países nas Américas, Oriente Médio, Ásia e Europa.

<sup>70</sup> Grupos e comunidades sentem-se ameaçados pelos projetos de barragens, independente das possibilidades concretas de sua implantação.

política energética é excludente, maléfica para o brasileiro, pois a energia passou a ser um negócio”, segundo afirmou um militante do MAB em Tucuruí, entrevista concedida em 01 de agosto de 2016, ressaltando o aspecto econômico no que se refere ao preço abusivo da energia.

O governo não modifica a situação, resiste em adotar uma concepção de atingido mais abrangente, que esteja em defesa da população, com o argumento de que poderia “afugentar” os investidores e prejudicar os investimentos. Assim, a política energética do Estado brasileiro privilegia as multinacionais, que degradam o meio ambiente, alteram a vida das pessoas e absorvem grandes somas de lucro, pois a energia no Brasil para os consumidores individuais é uma das mais caras do mundo<sup>71</sup>.

A forma como têm sido construídas as hidrelétricas em nosso país resultam há anos em nefastas violações de direitos humanos. Na luta árdua para abrir as negociações e serem cumpridos os acordos com as empresas, os atingidos são duramente violentados e criminalizados ao lutarem por seus direitos. As organizações e movimentos sociais denunciaram a condenação de militantes do MAB em Tucuruí<sup>72</sup>:

A hidrelétrica de Tucuruí, construída ainda no regime militar, é um dos símbolos desse modelo e guarda um histórico de repressão à luta dos atingidos e violações de direitos que perduram até hoje, em que aqueles que foram atingidos viram suas condições de vida piorarem e que ainda são obrigados a lutar por direitos básicos.

O modo de produção capitalista desde sua origem sempre combinou processos de violência entre os métodos da acumulação do capital, expressos por meio do “domínio de bens públicos, assenhorear-se e apoderar-se de propriedades e patrimônios públicos e privados em nome do progresso geral da sociedade são práticas regulares em toda a história do capitalismo” (BRANDÃO, 2010, p. 45). Além disso, afirma Brandão (2010, p. 48), os métodos de acumulação do capital são diversos, como:

A expropriação e supressão de camponeses, de atividades domésticas e de produções e distribuições solidárias. A geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade. Os subterfúgios e mecanismos de exploração (territorial, de classe, de atributos naturais etc.). O uso do território e de seus recursos minerais, água, energia etc. até exauri-los. A apropriação do espaço urbano (de sua intra e interurbanidade) como *locus* privilegiado da acumulação espoliativa. Estes e muitos outros são mecanismos permanentes

---

<sup>71</sup> Segundo informações disponíveis em: <http://www.valor.com.br/empresas/4340030/brasil-ocupa-5-lugar-em-ranking-internacional-de-tarifa-de-energia>

<sup>72</sup> Disponível em: <http://www.sddh.org.br/sddh/index.php/item/1284-nota-das-organizações-e-movimentos-sociais-contr-a-condenação-de-militantes-do-mab-em-tucuruí-pa>

de expropriação, sustentados muitas vezes por Estados e organismos internacionais.

Na particularidade dos atingidos por barragens que sofrem esses processos de violência, existem muitas denúncias por eles realizadas, no entanto, são quase sempre noticiados ideologicamente como “baderneiros”, “desocupados”, “radicais”, os quais têm sido criminalizados. Enquanto expressão do movimento concreto, destaca-se uma outra ocorrência em Tucuruí, que retrata a violência cometida contra a população, quando em 2009 foram presos dezoito militantes do MAB, como se tivessem cometido crimes. O ato político no qual participavam era de protesto diante dos acordos não cumpridos com a Eletronorte e, como tal, não poderiam ser enquadrados como presos comuns (BENINCÁ, 2011). Afirmou um militante do MAB em Tucuruí, entrevista concedida em 01 de agosto de 2016, “hoje a gente continua na luta, e lutar por direito no Brasil é crime, porque já passei 44 dias no presídio por estar defendendo os meus direitos e de nossos companheiros aqui [...] é muito difícil a gente lutar por direito aqui, a criminalidade, é perseguido por políticos, ou pela empresa”.

No estado de Rondônia foi assassinada em janeiro de 2016 uma militante do MAB, pescadora e moradora de Abunã, na fronteira com a Bolívia, que teve perda total da sua casa e dos seus instrumentos de trabalho com a enchente no rio Madeira, ocorrida em 2014. Conhecida entre os companheiros como Nicinha, era uma mulher atuante, exercia a liderança de um grupo de pescadores que lutava em um acampamento contra as violações dos seus direitos e pelas reparações necessárias causadas pelas construções das barragens.

No processo de construção de barragem, as empresas construtoras têm assumido práticas coercitivas articuladas muitas vezes às polícias militar e federal e o exército (BENINCÁ, 2011). Ademais, práticas subjetivas para convencer a população a respeito dos “benefícios” que as UHEs trazem,

persuadir os atingidos e desarticular a resistência popular, as empresas fazem promessas de boa indenização, utilizam linguagem técnica de difícil compreensão, realizam intensa propaganda sobre os benefícios do empreendimento, disseminam informações imprecisas ou desencontradas (BENINCÁ, 2011, p. 61).

As empresas com interesse em construir a barragem contratam uma consultoria para elaborar o EIA/RIMA, para o qual realiza levantamento físico e biótico do território e das espécies; define as áreas alagadas e quem é ou não atingido.

Também constam os valores irrisórios das indenizações e a forma de “pagamento”, se em dinheiro, carta de crédito ou reassentamento.

A estratégia das empresas consiste em propor negociações com as famílias ou com as comunidades afetadas, assim, tendem a fracionar as suas contestações com o objetivo de “desmobilizar, neutralizar ou extirpar as resistências” (BENINCÁ, 2011, p. 62). Esse processo gera muitas discordâncias entre os familiares, pois, em geral, as mulheres<sup>73</sup> possuem um vínculo maior com o território do que os homens (BENINCÁ, 2011).

No Pará, com a Fase II da UHE Tucuruí, os impactos foram ampliados. Segundo Magalhães (2007, p. 73), “o Movimento de Expropriados de Tucuruí interpõe-se na arena e estima que, aproximadamente, 4.000 famílias serão atingidas, com suas terras total ou parcialmente inundadas”. Somente a partir de 2003 a Eletronorte admitiu que os municípios a jusante também foram atingidos pela barragem (MAGALHÃES, 2007).

Considerando os municípios com área alagada e a jusante da barragem, as duas fases da implantação da usina totalizaram dezessete municípios atingidos, quais sejam:

Abaetetuba; Baião; Barcarena; Breu Branco; Cametá; Goianésia do Pará; Rondon do Pará; Igarapé-Miri; Itupiranga; Jacundá; Limoeiro do Ajuru; Mocajuba; Moju; Nova Ipixuna; Novo Repartimento; Oeiras do Pará; e Tucuruí. Estes municípios estão inseridos em micro e mesorregiões diferentes – Sudeste e Nordeste Paraenses e Região Metropolitana de Belém – e compõem uma área que ultrapassa 150.000 km<sup>2</sup>, superior a 10% da superfície total do Estado do Pará (MAGALHÃES, 2007, p. 66).

As populações dos povoados Arrependimento, Jatobal, Altamira do Tocantins, Remansão da Beira, entre outros, foram deslocadas para os reassentamentos Rio Moju, Gleba Parakanã, Gleba Bahiana, Novo Repartimento, Mojuzinho, conforme ilustra a figura 9, na qual se encontram o território alagado e as principais áreas para onde parte da população foi compulsoriamente deslocada.

---

<sup>73</sup> Ademais, segundo o sítio eletrônico do MAB, no processo de construção de barragens no Brasil “as mulheres são as que mais sofrem com as violações de direitos humanos. Com a chegada de milhares de operários nos pequenos municípios que abrigam os canteiros de obras, por exemplo, há um aumento exponencial dos casos de assédio sexual, tráfico de mulheres, prostituição e estupro”. Por tanto, o movimento produziu um documentário intitulado: Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência, no qual debate criticamente sobre essa realidade a partir da “história individual e coletiva de 10 atingidas espalhadas pelas cinco regiões do Brasil”. Informações disponíveis em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/arpilleras-estreia-em-s-paulo-no-cine-belas-artes>

**Figura 9. Principais áreas de reassentamento da UHE Tucuruí**



Fonte: CMB (2000a, p. 16).

Resultou da construção dessa usina “a inundação de 3.007 km<sup>2</sup> de floresta tropical e o deslocamento de 32 mil pessoas, atingindo diretamente os povos indígenas Parakanã, Assurini e Gavião” (BENINCÁ, 2011, p. 72). Cabe analisar, devido às obras e ao porte da usina, os graves impactos causados pelo empreendimento, em contraposição aos benefícios - divulgados pelo governo e empresários do setor - da energia produzida, a partir da exploração hidrelétrica nessa região.

A complexidade dos impactos da hidrelétrica Tucuruí está relacionada às intervenções na sua área de influência, que alteraram o ambiente natural e as relações sociais. Assim como em todo o processo que envolve a construção, para a qual ribeirinhos, extrativistas, pescadores, colonos, trabalhadores rurais, moradores de ilhas, vilas e cidades à jusante foram deslocados compulsoriamente como tentativas de extinguir suas histórias e lutas, que expressam resistências à reprodução física, cultural e à preservação das riquezas naturais.

Dentre os impactos sociais previstos pela Eletronorte para as comunidades a jusante da usina Tucuruí, a equipe responsável pelo diagnóstico socioeconômico destacou, como os que mais despertaram atenção, os agravos na saúde pública,

saneamento básico, meios de transporte, possibilidades de abastecimento e comunicação (CMB, 2000a). No entanto, são muito mais amplos, pois impactam nas condições de vida, nas moradias, nos índices de violência e desemprego da população.

Na fase de implantação da usina ocorreram impactos sobre a saúde, os quais extrapolaram a propagação de doenças ou a demanda por serviços. Contudo, historicamente, “não é considerada como parte fundamental do projeto a ser desenvolvido, sendo reduzida a uma série de providências de última hora para reforçar os serviços existentes” (CMB, 2000a, p. 133). A necessidade de infraestrutura urbana na fase de construção do empreendimento, proveniente do canteiro de obras, da abertura de estradas e do fluxo migratório alterou o padrão de morbi-mortalidade na região.

As principais incidências de doenças foram as transmitidas por vetores (malária, esquistossomose), acidentes de trabalho, alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis, circulação de novos vetores (de veiculação hídrica e migratória) e parasitas, aumento da mortalidade por causas externas (CMB, 2000a, p. 134). Considera-se mais suscetível às doenças a população mais próxima à obra, mas também refletiram na população mais distante (garimpeiros, madeireiros, agricultores, ribeirinhos, indígenas, entre outros).

A Eletronorte desenvolveu “medidas transitórias minimizadoras de impactos localizados” com um dos objetivos de “restabelecer a tranquilidade e estabelecer a confiança da população” (CMB, 2000a, p. 144). As principais lideranças da região foram cadastradas para atuarem como interlocutores. Cabe ressaltar que o critério de identificação das lideranças ocorreu “em função de sua maior ou menor adesão ao discurso da empresa” (CMB, 2000a, p. 144).

Entretanto, os impactos da barragem foram subestimados na fase de projeto. As medidas para os efeitos sociais e ambientais “limitaram à perfuração de alguns poços tubulares rasos com instalação de bombas manuais, tipo aspirante – premente. Estes poços, por planejamento inadequado e por falta de manutenção, tornaram-se rapidamente inoperantes” (CMB, 2000a, p. 145).

Ademais, registra-se a queda da produção de importantes produtos nativos para os trabalhadores da região, o que levou muitos a procurarem meios de sobrevivência em outros locais. Segundo a pesquisa realizada por Magalhães (2007, p. 160), a respeito do deslocamento compulsório decorrente da barragem de Tucuruí,



Foi ao final de 1978 que tiveram as primeiras notícias de que teriam que deixar as suas casas, os seus sítios, as suas terras e as suas roças que seriam inundadas; notícias que foram veiculadas pelos técnicos enviados pela empresa estatal para proceder aos chamados “levantamentos” para indenização de benfeitorias e através de cartas [...] enviadas aos denominados “colonos” – aqueles que integravam o Plano de Regularização Fundiária do INCRA.

Embora de forma distinta, as sociedades indígenas Parakanã, Asurini e Gavião da montanha foram afetadas com a construção da hidrelétrica Tucuruí. Também de forma diferenciada ocorreu a intervenção da Eletronorte para esses três grupos, visto que apenas para o primeiro desenvolveu o “Programa Parakanã” com destinação de recursos; já os Asurini e Gavião da montanha não foram considerados nem reconhecidos pela empresa. A empresa trata os Parakanã, que têm pouca participação nas decisões das atividades do Programa, como objetos das ações patrocinadas e não como sujeitos de direitos importantes dessa história (CMB, 2000a). A tendência da Eletronorte, em geral, foi de não reconhecer os conflitos de interesses presentes no projeto, bem como os anseios e direitos dos sujeitos ativos nas decisões, as quais interferem no seu modo de ser e de viver.

Dessa forma, também ocorreu a intervenção do CESTE na hidrelétrica Estreito. Para a construção do reservatório de aproximadamente 300 km de extensão e área inundada de 400 km<sup>2</sup>, a paisagem da região e as condições de vida, trabalho e saúde de cerca de 5.000 famílias, segundo o MAB<sup>74</sup>, foram atingidas e modificadas em doze municípios<sup>75</sup>: Carolina e Estreito (Maranhão) e Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins (Tocantins). Observa-se a localização desses municípios na figura 10.

---

<sup>74</sup> De acordo com informações do MAB. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/usina-estreito-acaba-com-pesca-no-tocantins>

<sup>75</sup> Exposto no capítulo 5 do EIA/RIMA (2001, p. 153-155), esses são os municípios reconhecidos como diretamente atingidos na cota definida 156 metros de inundação do reservatório, ou por ter suas terras impactadas pela construção das obras da usina em todas as fases (planejamento, implantação e operação). Mas, se ampliada para 158 metros, inicialmente considerada, além desses doze municípios citados, a área de influência (direta e indireta) das ações do empreendimento abrange diretamente mais cinco municípios no estado de Tocantins (Bom Jesus do Tocantins, Guaraí, Pedro Afonso, Santa Maria do Tocantins e Tupirama), e indiretamente o município de Imperatriz no Maranhão e mais nove no Tocantins (Araguaína, Bom Jesus do Tocantins, Colinas do Tocantins, Guaraí, Pedro Afonso, Santa Maria do Tocantins, Tocantinópolis, Tupirama e Wanderlândia).

Figura 10. Área da represa da UHE Estreito



Fonte: Disponível em: [http://www.uhe-estreito.com.br/ver\\_secao.php?session\\_id=71](http://www.uhe-estreito.com.br/ver_secao.php?session_id=71)

Para essa região estão planejados (para construção ou expansão) ou já foram implementados vários empreendimentos de grande porte, como: usinas hidrelétricas, a hidrovía Araguaia-Tocantins, a ferrovia Norte-Sul e rodovias. As influências de todos esses projetos aprofundam uma gama de dificuldades para a maior parte da população ao impactar ambiental, social e economicamente os seus modos de ser e de viver, posto que os lucros restringem-se aos empreendedores.

A hidrelétrica Estreito gerou energia pela primeira vez em abril de 2011, mas só foi inaugurada em outubro de 2012, com capacidade de potência de 1.087 MW e energia firme de 584,9 MW. Desse modo, podemos considerar recente a produção energética dessa que é a sétima hidrelétrica em operação no rio Tocantins.

Localizada no médio curso do rio Tocantins, na bacia do Tocantins-Araguaia, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, está distante 766 km da cidade de São Luís (capital do Maranhão) e 513 km de Palmas (capital do Tocantins). Construída

a montante do município maranhense de Estreito<sup>76</sup>, o local foi escolhido por causa das características geológicas consideradas adequadas e da menor largura do rio Tocantins, o que significa redução de custo para construção da barragem.

Além disso, provavelmente o poder político e econômico do estado do Maranhão foi dominante por causa dos atrativos financeiros para o empreendedor, o CESTE. Na disputa por investimentos produtivos, devido aos benefícios<sup>77</sup> divulgados pelas empresas, os estados oferecem incentivos e isenções para atraí-los, o que também ocorre na esfera federal e municipal.

Os impactos dessa usina incidiram sobre a população urbana e rural. Destacamos como alterações na organização social, o alagamento de igrejas e escolas<sup>78</sup> e a destruição do que era uma característica dessa região, o desenvolvimento de plantações nas áreas de vazante<sup>79</sup>. Relata um militante do MAB na região, entrevista concedida em 04 de agosto de 2016, que antes da barragem o rio Tocantins transbordava e ficava além do leito normal, e, na época da seca, quando o rio baixava, formava a vazante, onde se plantava milho, feijão, fava, melancia.

Após a construção da barragem foram inundados extensos hectares, desaparecendo praias e muitas ilhas, fauna e flora nativas. As famílias que habitavam esse território e extraíam sua sobrevivência da agricultura; do extrativismo vegetal; da pesca e do garimpo foram deslocadas compulsoriamente, expropriadas dos seus direitos, tiveram seus meios de subsistência interrompidos e a fragmentação das comunidades.

O CESTE estabeleceu como modalidades compensatórias para as perdas materiais: reassentamento rural agropecuário; reassentamento rural agrícola, aquisição e carta de crédito e reconheceu como afetados: o pequeno proprietário rural, os proprietários rurais e urbanos, os proprietários não residentes na propriedade. Na etapa seguinte o consórcio estabeleceu os planos dos deslocamentos com as opções

---

<sup>76</sup> Em Estreito está localizada a casa de força, onde são instalados os equipamentos (turbina e gerador) para produção de energia.

<sup>77</sup> Foram apregoados pelo CESTE: o pagamento de *royalties* para a prefeitura; o crescimento da arrecadação tributária; a oferta de empregos. O investimento na mídia local objetivou sensibilizar a população para as promessas de desenvolvimento regional, indenizações e empregos.

<sup>78</sup> A ilha de São José, por exemplo, no município de Babaçulândia, totalmente alagada teve sua população deslocada compulsoriamente e a perda do convívio social, que ocorria na igreja, nas escolas, foi muito sentida.

<sup>79</sup> Consiste na área localizada na beira do rio. No período de verão quando o rio seca são feitas plantações nas margens.

para as implantações dos reassentamentos (as dimensões dos imóveis seguindo padrões específicos) e as indenizações para os proprietários.

Assim, o CESTE definiu as áreas alagadas, os sujeitos afetados e as formas de compensação (dinheiro, carta de crédito ou reassentamento). O processo foi impositivo e violento. As famílias que obtinham parte do seu sustento das plantações da vazante, por exemplo, não foram “beneficiadas” porque a empresa alegou que a margem do rio era uma área pública e por isso não seriam indenizadas.

Já as famílias consideradas “beneficiárias” assinaram um termo de opção entre as modalidades apresentadas (leia-se impostas) pelo consórcio, no qual não havia alternativa de mudança. O procedimento adotado pelo CESTE para a construção da hidrelétrica Estreito demonstra a compreensão que o setor elétrico possui a respeito da população afetada pelas barragens.

Uma compreensão bastante restrita, pois considera apenas os que possuem propriedade com documentação, os denominados patrimonialistas, desconsiderando as famílias de pescadores, extrativistas, posseiros, agricultores, agregados<sup>80</sup>, oleiros, barqueiros, barraqueiros e muitos outros difíceis de classificar.

A questão é mais abrangente, vez que as relações sociais - durante décadas estabelecidas por parentesco, amizade e vizinhança - que foram quebradas não são possíveis de serem compensadas. Para as compensações materiais foram poucas as famílias indenizadas e muitos os problemas, seja porque o consórcio demorou para reassentar as famílias, e quando o fez não assegurou as condições mínimas para moradia, seja porque, em alguns casos, as famílias já reassentadas foram novamente deslocadas, pois estavam em uma área que também seria alagada. Entre aqueles que receberam valores em dinheiro, ocorreu que, por falta de orientação e acompanhamento gastaram rapidamente o recurso, bem como não conseguiram com o valor da indenização adquirir outro imóvel na cidade (CAMARGO; HASHIZUME, 2008a).

No período que antecedeu o enchimento do reservatório, as famílias ribeirinhas foram pressionadas e ameaçadas a venderem suas casas e deixarem o local. Conforme a coordenadora da CPT em Araguaína (TO), entrevista concedida em 09 de agosto de 2016, “foram amedrontadas, se elas não negociassem o pedaço de terra com eles, elas iam perder tudo. Então, muitas pessoas venderam o pedaço da roça

---

<sup>80</sup> Expressão utilizada na região para as pessoas que vivem e trabalham em uma parte da terra que um familiar cedeu, de modo que são agregados ao território e a outra família.

por R\$ 2 mil, R\$ por 1,5 mil”. Em seguida, esses imóveis foram negociados com o CESTE por valores mais elevados, ocorrendo, assim, o processo de especulação imobiliária no qual os “atravessadores” ganharam dinheiro. Desse modo, afirma a coordenadora da CPT, entrevista concedida em 09 de agosto de 2016, “tiveram pessoas que compraram muita terra nessa região, de Carolina, Filadélfia, Barra do Ouro e depois vendeu todo esse montante de terra para o CESTE por valores absurdos”.

O reassentamento ocorreu em condições inadequadas. A comunidade, por exemplo, da ilha de São José, não foi reassentada em um só lugar, portanto, a população foi dividida em cinco grupos para regiões diferentes: a região conhecida como bico de papagaio próxima à cidade de Palmeiras; para Araguaína e para Babaçulândia. Esclarece a coordenadora da CPT, em Araguaína, que antes da usina a comunidade morava em uma

ilha cercada de água do rio Tocantins e de peixe, hoje elas estão em assentamentos que não tem água, quando tem é água imprópria para consumo, água salobra [...]. As famílias ribeirinhas, pescadoras são tiradas totalmente do seu *habitat* natural e vão para áreas que eles não têm acesso a água.

Ademais, existe a dificuldade de adaptação e de sobrevivência em outro território, onde é necessário desenvolver, por exemplo, no canteiro de obras, atividades diferentes das que estavam habituados no campo. Embora o empreendedor divulgue os números de empregos criados com as obras, são em sua maioria empregos temporários.

Os índices de violência e prostituição aumentaram devido ao crescimento populacional, sobretudo, nas cidades de Estreito e Aguiarnópolis, que receberam muitos homens, solteiros ou desacompanhados de suas famílias. A construção de um empreendimento de grande porte, como a usina Estreito, não foi acompanhada de melhoria dos indicadores sociais nem de ações estruturantes de enfrentamento aos seus impactos sociais. Segundo a coordenadora da CPT, em Araguaína (TO), entrevista concedida em 09 de agosto de 2016, “não tem trabalho nenhum por parte do empreendimento para conter esses impactos”. As ações restritas e pontuais foram realizadas com o Serviço Social do Comércio (SESC), na denominada campanha de ação social, com corte de cabelo, expedição de documentos, entre outros, mas sem “um trabalho mais aprofundado com as comunidades, com a população da cidade”.

Assim, as ações executadas pelo empreendimento foram no sentido de minimização dos impactos. Por outro lado, reforçam a negligência do poder público no âmbito dos investimentos sociais, alimentando o jogo de interesses entre governo e empresas privadas (CAMARGO; HASHIZUME, 2008b). Os governantes possuem interesses nessas grandes obras por causa do pagamento dos *royalties*, com a destinação de elevadas cifras para prefeituras, governos estaduais e federal.

Nas etapas de licenciamento houve um desvirtuamento do processo legal, uma vez que diante dos equívocos apresentados no EIA/RIMA não foram solicitados outros estudos pelo IBAMA, mas a liberação do licenciamento prévio com a possibilidade posterior do cumprimento das “condicionantes”.

Segundo Camargo e Hashizume (2008c), havia na margem do rio quatro povos indígenas dos grupos Krahô e Apinajé (Tocantins) e Gavião e Krikati (Maranhão), os quais não foram considerados impactados nem incluídos no EIA/RIMA<sup>81</sup>, embora atingidos diretamente. Para os indígenas, os principais impactos da barragem foram: mudança das vazantes e cheias do rio; diminuição das plantações e da oferta e variedade de peixes (CAMARGO; HASHIZUME, 2008a). O mesmo ocorreu com as comunidades quilombolas (São Pedro da Água Branca, Casca Seca e Buritirama), que estiveram fora do EIA/RIMA (CAMARGO; HASHIZUME, 2008c).

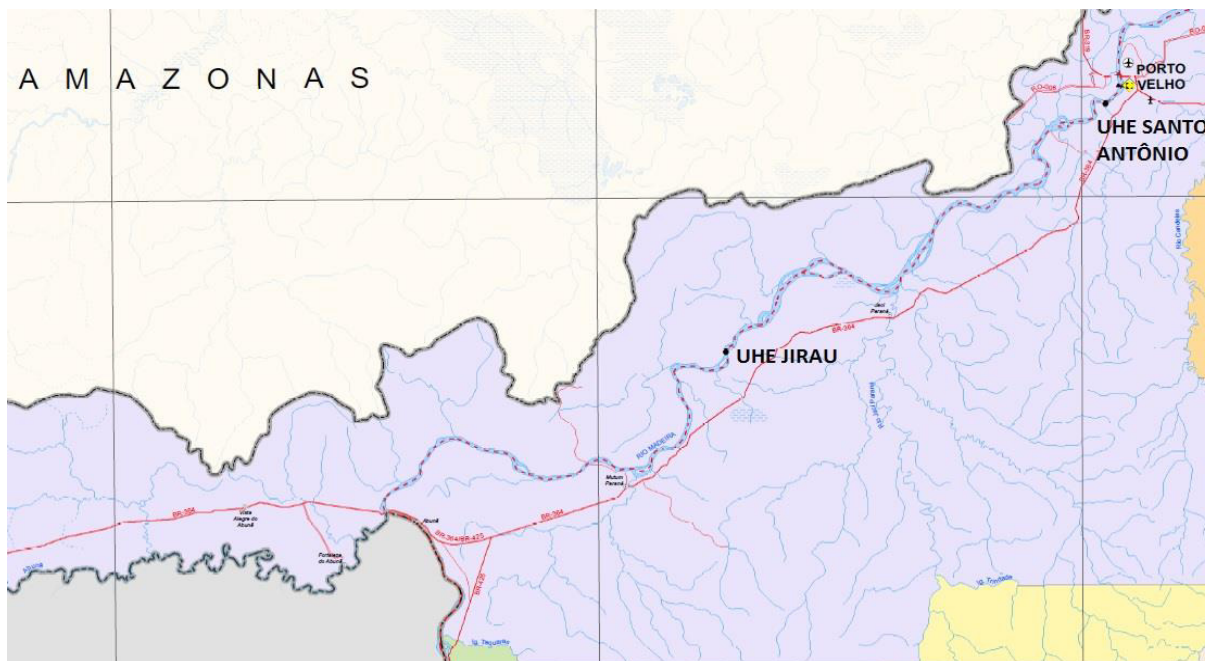
Apesar de reconhecermos suas particularidades, o processo de implementação das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau foi tão drástico quanto o que ocorreu em Tucuruí e em Estreito para os grupos sociais. De acordo com as informações do RIMA, elaborado pela Leme Engenharia Ltda., a hidrelétrica de Santo Antônio localiza-se sobre a Ilha do Presídio, a 10 km de Porto Velho, e possui um reservatório de 421 km<sup>2</sup> e a de Jirau está localizada na Ilha do Padre, distante 120 km pelo rio Madeira da cidade de Porto Velho, com um reservatório de 361 km<sup>2</sup>, ilustra a figura 11.

A previsão do número de atingidos pela UHE Santo Antônio para o IBAMA era de 1.762 pessoas, sendo 400 na área urbana, e da UHE Jirau era de 1.087 pessoas; destas, 700 na área urbana (GLASS, 2006). Segundo um militante do MAB, entrevista concedida em 23 de setembro de 2016, esse número ultrapassa 20.000 pessoas.

---

<sup>81</sup> Para o EIA/RIMA (2001, p. 200), capítulo 6, no item 6.3.8.1, o povo indígena Krahô está situado na Área de Influência Indireta (AII) da UHE Estreito e os povos Apinajé e Krikati estão localizados fora da AII do empreendimento. Sobre o povo indígena Gavião não há menção.

**Figura 11: Área da represa das UHEs Santo Antônio e Jirau**



Fonte: IBGE (2015).

A bacia do rio Madeira é parte integrante da bacia Amazônica e possui cinco sub-bacias: Guaporé, Mamoré, Abunã, Jamari e Machado ou Ji-Paraná. Trata-se do principal afluente do rio Amazonas e principal rio do estado de Rondônia, formado pelo encontro dos rios Mamoré e Beni, que nascem na Bolívia. Apesar de ser um rio com alto potencial hidrelétrico, até então não havia sido explorado por grandes empreendimentos. O que segundo especialistas não deveria ocorrer, ou seja, não deveria ser impactado porque “transformações em seu leito irão ‘influenciar a ocorrência de tormentas tropicais na América Central, no Caribe e no sul dos Estados Unidos’” (LATRUBRESSE, 2014).

Tamãna biodiversidade fluvial caracteriza os rios brasileiros como únicos em todo o mundo, e o rio Madeira é parte dessa “reserva natural vantajosa”. Conforme Latrubesse (2014), “na área das represas, foi declarado o rio com a maior diversidade de peixes do planeta com umas 1.000 espécies diferentes”.

Os impactos provenientes da construção das represas sobre a fauna aquática são imensuráveis. Também causa danos na diminuição da carga de sedimentos, que

interfere no sistema de várzea, pois como um dos maiores afluentes do rio Amazonas contribui com metade da carga total de sedimentos em suspensão neste que é o maior rio do mundo (LATRUBESSE, 2014).

Ademais, no estado de Rondônia são desenvolvidas duas das atividades mais impactantes sobre os ecossistemas: a exploração madeireira e a pecuária bovina. Essas atividades são realizadas de forma predatória e historicamente avançam sobre as terras públicas, terras indígenas e unidades de conservação. Desse modo, a região onde foram implantadas as usinas já sofria impactos ambientais devido às ações de madeireiros, grileiros e pecuaristas.

O desmatamento e a perda de *habitats* aquáticos e terrestres causados pela inundação dos reservatórios afetam a biodiversidade e a saúde dos homens. Inicialmente, a cota prevista para o reservatório da UHE Santo Antônio era de 70,5 metros; foi aprovada a sua instalação com um aumento da cota do reservatório para 71,3 metros, o que implicou a incorporação de mais seis turbinas e maior potência instalada. No ano de 2013, somada às “graves conseqüências da elevação do lençol freático, o consórcio Santo Antônio Energia (SAE) deseja aumentar em 80 centímetros a cota do espelho d’água do reservatório da hidrelétrica” (DUTRA, 2013).

Quanto maior o reservatório, maiores as interferências nas águas subterrâneas, na vida aquática, no modo de ser e viver da população do entorno e de áreas mais distantes. Em nenhum momento as famílias foram convocadas a dialogar sobre a proposta de aumento do reservatório. Um dos impactos socioambientais provocados pela elevação do lençol freático foi a contaminação dos poços de água em Jacy-Paraná (distrito de Porto Velho), pois, ao entrar em contato com as fossas, comprometem as plantações e os terrenos onde residem muitas famílias.

Esse aumento do lago ampliará a potência instalada<sup>82</sup> e, nesse caso, vai atingir mais uma vez a população que já havia sido afetada no momento da construção do empreendimento e encontra-se em reassentamentos na beira do lago. As turbinas estão construídas, mas ainda não entraram em operação, segundo informações de um militante do MAB em Porto Velho, entrevista concedida em 23 de setembro de 2016, por causa da necessidade de cumprimento de parte dos procedimentos legais<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> A proposta da expansão da hidrelétrica é tão expressiva que seria equivalente a implantação de uma nova hidrelétrica.

<sup>83</sup> Cabe salientar que não foi realizado o EIA/RIMA nem a consulta prévia às comunidades afetadas a respeito do aumento da cota do reservatório e seus impactos.



e, sobretudo, da luta dos afetados que ocuparam a usina Santo Antônio em abril de 2014 e esvaziaram as duas audiências públicas que são necessárias para o cumprimento da legislação, de modo que o empreendedor terá que refazer o trabalho de comunicação para remarcar outras audiências com o objetivo de que o IBAMA autorize a operação.

Com importância para navegação (transporte de cargas e passageiros) e economicamente explorado, o rio Madeira possui valores comercial e cultural para a população local; assim, do rio se extrai a subsistência alimentar e a sobrevivência financeira. A forma como a população usufrui desse recurso, a partir das condições do seu modo de vida, tem sido substancialmente diferente da lógica empresarial.

Entre os grupos sociais diretamente impactados pelas barragens no rio Madeira, os ribeirinhos tiveram sua forma de organização social alterada, pois sobrevivem da pesca e da produção nas vazantes. Os garimpeiros<sup>84</sup>, que no período da cheia realizavam atividades de pesca e agricultura, foram impactados por causa da relação de dependência com o meio ambiente e pela quebra do vínculo proveniente do deslocamento compulsório.

Os impactos em Porto Velho<sup>85</sup>, município sede dos empreendimentos, foram, inicialmente, decorrentes do fluxo migratório intenso aliado à já instalada fragilidade de infraestrutura, principalmente, nas áreas de transporte, saúde, educação e segurança pública. Além disso, as propagandas dos empreendedores sobre os elevados índices de emprego para a população local, quando realizados, possuem caráter temporário ou são ocupados por trabalhadores de outras regiões que chegaram antes de as obras começarem e as empresas divulgam como mão de obra local.

A construção dos empreendimentos, em todas as etapas, implica várias transformações para a região, como: a grande demanda por moradias; a pressão sobre o mercado imobiliário; serviços públicos saturados; confrontos entre a população local e os migrantes; violência contra os indígenas; destruição do patrimônio cultural e arqueológico; desgaste dos recursos naturais (fauna e flora); perda na qualidade de vida da população, entre outros.

---

<sup>84</sup> O rio Madeira possui abundância de ouro em seu leito e por isso atrai muitos garimpeiros, sobretudo, na época da vazante.

<sup>85</sup> Cerca de ¼ do território do estado é ocupado pelo município da capital Porto Velho e mais onze distritos (Abunã, Calama, Demarcação, Extrema, Fortaleza do Abunã, Jacy-Paraná, Mutum Paraná, Nazaré, Nova Califórnia, São Carlos e Vista Alegre do Abunã), os quais foram atingidos.

Embora estejam revestidos da proposta de impulsionar o desenvolvimento na região Amazônica, a preocupação por parte dos empreendedores e do Estado tem sido inexpressiva com relação às necessidades básicas da população de Rondônia, pois desconsideram os impactos sociais e ambientais.

Nas regiões onde foram construídas as barragens aumentou o número de pessoas vivendo em condições precárias. A opção por esse projeto hidroenergético resulta em agravantes das manifestações da questão social acirradas pelo conflito capital e trabalho, uma vez que as famílias ficam sem trabalho, sem-terra, sem comida, sem ter um local para plantar. Essa realidade demonstra a incompatibilidade com o discurso governamental de combate à pobreza e a proteção ao meio ambiente natural.

O Relatório da Plataforma Dhesca Brasil denunciou no ano de 2008 as seguintes violações de direitos humanos no complexo Madeira:

Exclusão da bacia do Madeira do âmbito dos estudos sobre impactos ambientais e violação do princípio da autodeterminação dos povos e soberania dos países; Caracterização insatisfatória sobre necessidade do empreendimento e ausência de análise sobre alternativas de menor impacto; Ofensa aos princípios democráticos e ao direito humano à informação e participação; Violação dos Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; Ofensa ao direito humano ao meio ambiente equilibrado e à proteção à biodiversidade; Ofensa ao Direito Humano à Saúde: risco de contaminação por mercúrio; proliferação da malária; ausência de estudos sobre qualidade da água; Ofensa ao direito à alimentação segura, trabalho, acesso à terra e moradia adequada; Agressão ao Patrimônio histórico-arquitetônico (ZAGALLO; LISBOA, 2011, p. 2).

A revolta ocorrida na hidrelétrica Jirau, em 2011, imprimiu maior visibilidade às violações de direitos humanos, as quais se aprofundaram nos últimos anos devido aos impactos com a chegada dos empreendimentos hidrelétricos. Essa não foi a primeira revolta na região, mas é considerada a maior revolta operária no país na última década, na qual 22 mil trabalhadores se rebelaram no canteiro de obras de Jirau (DUTRA, 2013).

O canteiro de obras foi instalado em Jacy-Paraná sem infraestrutura e planejamento, transformando um território que tinha cerca de 3.000 habitantes antes da construção das UHEs, para mais de 20.000 habitantes, predominantemente de trabalhadores vinculados aos empreendimentos. Jacy-Paraná também ficou marcada “pelo rápido crescimento do tráfico e consumo de drogas como o *crack*, crimes violentos contra mulheres e crianças, homicídios, estupros e chacinas” (DUTRA, 2013).

O MAB e a Plataforma Dhesca Brasil (2011) denunciaram que os procedimentos para Licença de Instalação e de Operação nas duas usinas foram realizados às pressas e com atropelos; essas seriam umas das possíveis causas da revolta. Assim, afirmam Zagallo e Lisboa (2011, p. 16),

As obras das usinas hidrelétrica de Jirau e Santo Antonio estão sendo implementadas em prazo inferior ao previsto no leilão de venda de energia visando a maximização de lucros para os empreendedores, com a contratação de um contingente de trabalhadores superior ao previsto no EIA/RIMA, com uso intensivo de horas extras, adoção de medidas de segurança patrimonial abusivas e cuidados insuficientes das condições de saúde e segurança do trabalho.

O cumprimento das medidas do Programa Básico Ambiental (PBA)<sup>86</sup> ficou incompleto com a realização de restritas compensações sociais, como a Unidade de Pronto Atendimento de Jacy-Paraná e o não funcionamento da estação de tratamento de água, ambas de responsabilidade do consórcio da UHE Jirau (DUTRA, 2013). As medidas de reassentamento ocorreram sem que as famílias fossem consultadas sobre as condições das moradias, as quais apresentam problemas na estrutura.

Os reassentamentos implementados em sete áreas (Santa Rita, Novo Engenho Velho, São Domingos, Riacho Azul, Vila de Teotônio, Morrinhos e Parque dos Buritis) não seguiram um padrão e as condições foram impostas pelas empresas. Trata-se de um processo de luta contínua, pois a população compulsoriamente deslocada não concorda com os valores das indenizações (quando pagas) nem com os valores estipulados pelas empresas; reclamam das dificuldades em acessar a Justiça, dos prejuízos financeiros (redução da renda após o reassentamento, diminuição do tamanho do lote em que antes trabalhavam) e de os reassentamentos não assegurarem a manutenção dos seus modos de ser e viver (ZAGALLO; LISBOA, 2011).

Os pescadores, um dos grupos sociais mais afetados, foram deslocados para uma área muito distante do rio, encontrando dificuldades no transporte dos instrumentos de trabalho e dos produtos pescados. E os agricultores foram deslocados para áreas que não tinham experiência no plantio. Essas modificações são expressão da lógica da acumulação por espoliação (HARVEY, 2012), quando pescadores, agricultores e outros, que antes possuíam seus meios de produção e os

---

<sup>86</sup> O PBA trata-se de um documento com um conjunto de programas a serem cumpridos pelo empreendedor voltados para mitigar e compensar os danos socioambientais dos empreendimentos.

produtos adquiridos (em relações familiares e de troca) se encontram destituídos dessa propriedade, que passa a ser regulada pelo capital.

Apesar de os povos indígenas (Karitiana, Karipuna e Guajará Mirim) estarem presentes no território, na denominada área de influência, onde foram planejadas e construídas as hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, “não foi realizada a oitiva das comunidades indígenas previstas na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, assim como não foi estudada a presença de índios isolados na região” (ZAGALLO; LISBOA, 2011, p. 4). Alertam os autores Zagallo e Lisboa (2011, p. 27) que se faz necessário a

realização das oitivas e de estudos complementares específicos quanto à questão de índios isolados. [...] No estado de Rondônia, são vários povos indígenas que estão em situação de isolamento e risco de extinção. O CIMIRO destaca 18 situações, na Bacia do rio Madeira, onde o extermínio indígena é iminente.

O povo indígena Oro Wari sente ameaçado o seu modo de vida e a sua sobrevivência. Segundo afirmou Eleazar Oro Wari, conforme citado por Poirier (2009), “esse rio não é das empresas, elas não podem vir aqui para ganhar dinheiro. Há muitos anos que a gente está aqui, a gente precisa do peixe que vive nesse rio”.

Os bens públicos pertencentes ao país, sejam do rio Tocantins ou do rio Madeira, estão sendo privatizados para acumulação da riqueza em benefício de poucos. Por outro lado, para os que dependem dessas águas para sobreviver, restam os impactos causados pelos Projetos de Grande Escala.

Desse modo, as experiências do Pará, Maranhão, Tocantins e de Rondônia não são fatos isolados, expressam o significado da política energética do governo brasileiro que prioriza a fonte hidroenergética na Amazônia Legal. Resulta dessa política o atendimento aos interesses do capital ao preço da destruição da vida biótica e do modo de ser e viver da população, sobrepondo-se à dignidade humana e criminalizando os movimentos de resistência dos trabalhadores e a luta social.

Embora a luta dos grupos sociais, constituídas em grande parte por populações ribeirinhas, agricultores, indígenas, pescadores, entre outros, seja caracterizada pelo governo brasileiro e empreiteiras como obstáculo ao desenvolvimento, possui um sentido que transcende a condição de violação e degradação, às quais estão diretamente submetidos, sendo uma luta de toda a sociedade brasileira. Resistência e luta que cobra dignidade humana e questiona as injustiças e desigualdades; a exploração do meio ambiente e a racionalidade econômica.

### 3.3. “VIDAS INUNDADAS”<sup>87</sup>: a luta dos atingidos por barragens

Destaca-se a atuação do MAB entre as Instituições da Organização da Luta contra a construção de barragens e contra as violações de direitos na experiência concreta das usinas hidrelétricas analisadas neste trabalho. Esse movimento esteve à frente dos processos de luta e resistência e em alguns momentos articulado à Comissão Pastoral da Terra (CPT<sup>88</sup>). Devido à diversidade de nomenclaturas (movimento, entidade, comissão, entre outras) consideramos, adotando como unidade a direção política, que estas são Instituições da Organização da Luta pela vida e dignidade humana. No Brasil são mais de 1 (hum) milhão de atingidos, afirma o MAB em seu sítio eletrônico, com dados de novembro de 2016, em referência às mais de 2.000 barragens construídas no país.

As reações contra a implantação de barragens estão presentes no movimento concreto da realidade social, contudo não têm sido previstas nos EIA/RIMA. Assim, mesmo quando os conflitos sociais em torno das grandes barragens alcançam visibilidade, “a *impactologia ad hoc* dos *experts* continua sendo incapaz de prever as lutas, a resistência, a organização das populações” (VAINER, 2002, p. 1).

Os instrumentos legais negligenciam as populações afetadas, haja vista que as ações mitigadoras, a exemplo do reassentamento, “nem sempre ocorre, e quando ocorre, tem sido muitas vezes o resultado da pressão dos movimentos sociais para minimizar as perdas resultantes do deslocamento forçado” (VAINER, 2002, p. 2). O que reforça, dialogando com Vainer (2002), que apesar da ausência ideologicamente

---

<sup>87</sup> Expressão referente a condição de vidas inundadas pela racionalidade e lógica destrutiva capitalista dos atingidos por barragens.

<sup>88</sup> A CPT é uma entidade que presta assessoria pela luta, conquista e permanência na terra. Através do trabalho de assessoria aos agricultores, contribui com a formação e organização, orientando-os sobre os seus direitos. Os conflitos agrários estão presentes e a contribuição da CPT envolve ações de reintegração de posse, intervêm nos casos de violência praticados contra os trabalhadores, ameaças de morte e tentativas de homicídios. De acordo com os relatos dos militantes do MAB e da CPT (de Tucuruí, Estreito e Araguaína), esta entidade contribuiu com o trabalho de campo, na particularidade das UHEs Tucuruí e Estreito, no sentido de mobilizar as comunidades, informar sobre a barragem e o que é uma hidrelétrica, participar de debates sobre os impactos causados e na resistência e luta dos atingidos.

imposta e tecnicamente programada, os processos históricos demonstram a força e a importância da resistência e da organização da luta.

A construção de barragens inunda vidas; esta expressão significa que grandes populações têm seus projetos de vida subjugados pelo projeto do capital, há uma racionalidade dominante, que é econômica, impossibilitando a concretude de uma real racionalidade ambiental. A priori, é pela defesa de suas vidas que os grupos sociais afetados lutam, e em sua extensão pela terra, expressão da vida, para nela permanecer com todos os bens que usufruem e os vínculos familiares e afetivos que possuem.

No Brasil, há registros históricos de manifestações de resistência à construção de barragens entre os anos 1940 e 1950, mas a organização da luta dos atingidos obteve mais força no final dos anos 1970 e cresceu nas diferentes regiões do país em meados da década seguinte, na conjuntura de mobilização dos movimentos rurais. Desse modo, os trabalhadores se organizaram nacionalmente pela primeira vez em 1989, no I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, e, quatro anos depois, realizaram o I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, no qual foi instituído o MAB enquanto movimento nacional.

O MAB faz parte de um movimento popular contra as opressões de classe. Representa a luta dos atingidos por barragens em uma perspectiva radicalmente oposta à política energética brasileira e ao projeto de desenvolvimento capitalista. O que não significa que imprima uma luta contra a energia elétrica, porém, a respeito das formas de exploração, a quem beneficia e a quem se destina esse bem. O movimento luta pelos seus direitos e imprime resistência contra os empreendimentos hidrelétricos. Com esse propósito, desempenha o papel de crítico da ideologia desenvolvimentista, de modo que a sua luta é uma luta contra o capital.

Ao capital interessa a apropriação dos bens naturais (terra e água), fundamentais para ampliação de seus lucros, embora ao custo do empobrecimento da vida. A luta pela terra e sobrevivência dos atingidos é a luta mais imediata; em uma perspectiva ampla, consiste no enfrentamento ao sistema capitalista e à política energética do país, ao mesmo tempo que a resistência dos atingidos significa a defesa da soberania nacional e de outro projeto de sociedade, sendo expressão de uma prática transformadora de sujeitos coletivos. Afirma Benincá (2011, p. 263), que as lutas dos atingidos

vão além da reivindicação por indenização justa, por reassentamento ou reparação de bens materiais. Buscam também o direito à territorialidade, ao lugar-símbolo onde sua vida e sua história estão enraizadas. Por isso, protestam contra a desterritorialização e recusam a oposição de subalternidade societária, apontando para a necessidade de transformação do sistema econômico, político e social.

Inicialmente, segmentos populacionais foram receptivos à construção da UHE Tucuruí, cogitando positivamente a junção dos dois projetos: hidrelétrico e de navegação. Marcados pela concepção ideológica do projeto de desenvolvimento propagado pela mídia local e nacional, se entusiasmaram com os anúncios de que a construção da UHE Tucuruí traria desenvolvimento para a região e acreditaram que “a energia elétrica viabilizaria a implantação de fábricas, de indústrias, criando novos postos de trabalho e melhorando assim as possibilidades de geração de renda” (CMB, 2000a, p. 145).

No entanto, constatada a falta de efetividade das promessas, houve ações no sentido de pressionar a empresa. Cabe ressaltar que o contexto histórico não era propício para manifestações populares, porém, os grupos sociais se organizaram, instituíram a prática do abaixo-assinado e criaram espaços para lutar e reivindicar pelos seus direitos de forma coletiva. As instituições envolvidas e mediadoras na luta foram: a Igreja Católica, representada pela CPT; dirigentes sindicais; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); intelectuais locais e segmentos de partidos políticos de esquerda que deram força ao movimento de resistência.

No território localizado a montante da barragem, a Eletronorte promoveu algumas ações decorrentes da reivindicação da população atingida, o que não ocorreu no mesmo momento a jusante da barragem. Foram os moradores a montante quem primeiro discutiram os impactos da barragem, ao contrário da população a jusante, que se mostrava favorável à implantação da hidrelétrica. Estes, posteriormente, passaram a questionar quais seriam os benefícios desse projeto, portanto, a inclusão como área atingida<sup>89</sup> resultou de um conjunto de denúncias e reivindicações do Movimento dos Expropriados de Tucuruí (MAGALHÃES, 2007).

---

<sup>89</sup> Os municípios de Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá, Itupiranga e Rondon do Pará tiveram seus territórios alagados pela construção da barragem e foram reconhecidos pela Eletronorte como área atingida até 2002. No ano seguinte a empresa reconheceu como área atingida os municípios a jusante, como: Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Cametá (MAGALHÃES, 2007, p. 65).

O Movimento dos Expropriados de Tucuruí, surgido nos anos 1980, é expressão concreta de que as situações de dominação resultaram na emergência de mobilizações sociais e do movimento de resistência. Os trabalhadores rurais e urbanos construíram uma identidade de atingidos por barragens ao constatarem a usurpação de seus direitos e do que haviam conquistado, como a estabilidade na terra e suas benfeitorias.

Precederam à construção da usina os anúncios da Eletronorte de desocupação das terras (local de moradia e de trabalho) e paralisação das atividades de plantio, que levaram a uma situação de insegurança, entre outros fatores, gerando necessidade de mobilização. A vontade de lutar e defender seus direitos floresceu nesses homens, que “trazem na sua história de vida a migração, o medo da seca, a busca incessante de terras para trabalhar, a expropriação, a preocupação com o futuro da família, a fuga do trabalho exaustivo e mal remunerado em terras ‘alheias’” (CMB, 2000a, p. 154).

Dos grupos sociais presentes na região uma parte significativa era de colonos e posseiros relacionados com a construção da Transamazônica e de assentados pelo INCRA ou GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), formada por migrantes de vários estados do país. Os incentivos do governo federal para ocupação da Amazônia constituíram parte de um projeto de colonização, mas não ocorreram articulados à regularização do título das terras pelo governo. A necessidade do título definitivo da terra foi impressa pelos trabalhadores submetidos às dificuldades de adaptação, fome, adoecimento e procura por financiamentos.

A resistência se manifesta em diferentes esferas da vida social. As mobilizações e conquistas dos atingidos variam, de forma mais combativa ou pontual, conforme o nível de organização dos sujeitos em cada contexto social. Porém, além do nível de politização e mobilização dos atingidos, é importante a vinculação com a ação efetiva dos partidos políticos de esquerda e do movimento social da classe trabalhadora em seu conjunto.

Diante do anúncio e das falsas promessas do empreendimento, as reações protagonizadas pelos atingidos têm sido direcionadas, inicialmente, para impedir a construção de barragens. Não sendo possível, “lutam por indenizações justas, reassentamentos condizentes e tratamento digno” (BENINCÁ, 2011, p. 253), os quais só têm sido concretizados mediante processos de organização e resistência dos atingidos.



Desse modo, ao longo dos anos 1980 e já em construção a UHE Tucuruí, as mobilizações sociais reivindicavam compensações e indenizações pelos deslocamentos compulsórios das famílias na região. A primeira área disponibilizada pela Eletronorte para as pessoas compulsoriamente deslocadas foi a Gleba Moju ou Loteamento Rural Rio Moju, resultante da “pressão do movimento que se instaurou dada a instabilidade em que estavam vivendo os ‘expropriados pela Eletronorte’, outras áreas foram destinadas à construção de vilas residenciais ou loteamentos, como a Gleba Parakanã, Baiana, Cajazeira” (CMB, 2000a, p. 156).

Em 1981, a Eletronorte considerou realizadas as indenizações, que consistiam em um apoio para os atingidos que abandonassem a área por conta própria. No entanto, a realidade ocorreu bastante diferente das promessas, porque foram poucos os atingidos que tiveram acesso ao loteamento. Cabe ressaltar que o loteamento era um pequeno pedaço de terra de 10 alqueires, não equivalente ao que possuíam e de qualidade inferior, com falta de água e de recursos alimentares (peixes e frutas) que antes tinham acesso em abundância. Além do valor irrisório, as indenizações não tinham sido objeto de negociação nem consideravam a relação histórica e de afetividade das famílias com a terra.

Como atividades de resistência, nos dois anos seguintes, os atingidos montaram acampamento em frente ao escritório da empresa construtora reivindicando o cumprimento de indenizações e compensações pelos danos provocados (BENINCÁ, 2011). Nos anos 2000 e 2001 ocorreram ocupações reivindicando moradias diante da necessidade de absorver o fluxo populacional para a fase II da UHE Tucuruí. Essas ocupações foram acompanhadas pela CPT em articulação com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e o Movimento Nacional por Moradia. Malgrado as mobilizações, afirma um militante da CPT que contribuiu com a luta na região, entrevista concedida em 26 de julho de 2016, “muitas dessas famílias que foram diretamente atingidas tiveram suas terras submersas e estão lutando para serem indenizadas pela Eletronorte e ainda tem um número significativo de famílias que ainda não foram atendidas”.

Destaca o relatório da Comissão Mundial de Barragens (2000a), como uma atividade expressiva para organização da luta, o encontro do movimento denominado Grito da Terra, ocorrido no ano de 1996. Neste encontro, representantes de organizações, dos Sindicatos, da Universidade Federal do Pará e do Museu Paraense Emílio Goeldi discutiram sobre o significado de desenvolvimento; como a usina de

Tucuruí poderia contribuir para o desenvolvimento da região e sobre as consequências sociais, econômicas e ambientais para a região devido à duplicação da capacidade gerada.

Das proposições desse encontro foi elaborado, no ano seguinte, um Plano de desenvolvimento regional com o objetivo de promover geração de renda, através da agricultura familiar, e possibilitar “acesso à rede de energia [...], dado que os moradores consideram inadmissível que a energia gerada em Tucuruí abasteça outras regiões do país, deixando às escuras áreas adjacentes à barragem, inibindo o potencial industrial da pequena produção” (CMB, 2000a, p. 158). Além disso, comunidades próximas à usina vivem sem energia elétrica, dependentes do “lâmpião, da lamparina [...] vivem em condição ainda do século passado”, segundo militante do MAB em Tucuruí, entrevista concedida em 01 de agosto de 2016.

A interrupção do rio Tocantins, as condições de salubridade do lago e o deslocamento compulsório das populações locais expandiram-se na Fase II de implantação da usina de Tucuruí. As condições às quais a população local esteve submetida - de não envolvimento nas decisões, falta de informações sobre as intervenções e sobre os deslocamentos - impulsionaram a resistência e a participação popular, influenciando nas decisões nas décadas de 1980 e 1990, quando a Eletronorte foi pressionada a negociar e a reformular seu discurso. De acordo com Tavares (s/a, p. 428),

essa reformulação é resultante de duas décadas de pressão e organização da sociedade local que pedia não apenas o acesso à energia, mas também a solução para os problemas de cunho social e ambiental ocasionadas pela implantação da UHE de Tucuruí no rio Tocantins.

Desse movimento de pressão conseguiram que a Eletronorte reconhecesse um grupo de pessoas, as quais tinham sido cadastradas entre 1973 e 1974, como atingidas e, com estas, a empresa assumiu um acordo de compensação pelos danos causados. Acordo este que ainda aguardam que seja cumprido, relata um militante do MAB em Tucuruí, entrevista concedida em 01 de agosto de 2016, “é uma outra briga intensa, imagina que a maioria desses expropriados hoje já morreram e hoje quem está na luta, para os direitos que foram negados, são os filhos deles”. Entre outros problemas, afirma esse militante, o descumprimento da empresa com relação aos projetos socioambientais, “a empresa que se opõe e não cumpre o seu papel. Está lá nas condicionantes, que obriga a Eletronorte a desenvolver projetos e ela não implementa”.

Urge, portanto, contrapor-se à retórica apresentada à população pelos empreendedores, quais sejam: promoção do desenvolvimento regional e carência de energia elétrica no país. O propósito máximo do lucro confronta-se com as necessidades humanas quando se verifica a exploração dos recursos hídricos amazônicos para acumulação privada.

As frentes de resistência do MAB consistem em protestos para denunciar as violações de direitos, através de marchas, jornadas de lutas, moções de apoio, composições musicais, poesias e palavras de “ordem”. Ademais, investem na formação política e buscam amparo jurídico para defesa de suas lutas, as quais conformam ações estratégicas e táticas. As ações estratégicas são amplas, como agregar o povo, e como táticas são realizados trabalhos de base, como: palestras, debates e interação com outros movimentos sociais e igrejas (BENINCÁ, 2011).

Há registros de ações que resultaram na paralisação das obras em algumas barragens, a exemplo do que ocorreu na construção da UHE Estreito. No ano de 2010 movimentos de resistência se organizaram em acampamentos e ações de protestos e paralisaram “a construção de Estreito, impedindo o acesso dos funcionários e de veículos ao canteiro da obra” (BENINCÁ, 2011, p. 269).

No canteiro de obras foi organizado um acampamento pelo MAB, com apoio da CPT e indígenas da região de Tocantinópolis, que permaneceu durante um ano e dois meses resistindo contra a construção da usina. Nesse processo, o CESTE não possibilitou nenhum momento de diálogo com os atingidos, o que se repetiu na postura do poder público. A prefeitura de Estreito, segundo um militante do MAB, entrevista concedida em 28 de outubro de 2016, que participou da mobilização, “ficou do lado do consórcio”. Quanto ao governo do estado do Maranhão, afirmou: “A Roseana Sarney nos recebeu da caminhada [ato político de protesto] com um batalhão, construiu o quartel de frente para empresa, do lado do nosso acampamento”. Permanece o 12º Batalhão da Polícia Militar do Maranhão de frente para a entrada da usina como forma de desencorajar manifestações de resistência e luta, conforme observamos na pesquisa de campo.

A referida caminhada realizada pelos atingidos da usina Estreito consistiu em um ato político de protesto e reivindicação quando percorreram de Araguaína até Estreito com cartazes e bandeiras do MAB e palavras de “ordem”, como: “águas para vida não para morte”, denunciando as violações de direitos às quais estavam submetidos. Outra mobilização, no sentido de protestar contra a hidrelétrica Estreito,

foi a elaboração de uma campanha<sup>90</sup> que reuniu artistas, no ano de 2006, organizada pelo Movimento Humanos Direitos (MHuD).

Das negociações entre atingidos e empreendedores podem sair os resultados mais diversos. Entre os quais, muitas vezes, os atingidos têm se deparado com o desprezo e descaso como são tratados pelos empreendedores, posto que as medidas compensatórias e os acordos sobre indenizações e reassentamentos quase nunca são cumpridos.

Essas medidas, quando aparecem nos EIA/RIMA, acontecem de forma superficial e impositiva (os valores, a estrutura das casas, a disposição dos cômodos, os locais), e distante de se sobrepor às perdas sociais e ambientais. Distante porque, apesar de disponibilizar o reassentamento, como no caso do Reassentamento Mirindiba em Babaçulândia (figuras 12 e 13), o consórcio o fez para um número limitado de famílias; são apenas dezoito famílias cadastradas, para um local muito longe de onde viviam, que era a Ilha de São José, sem a fatura de água que possuíam e com alterações no modo de vida. Continuam sobrevivendo da agricultura e, pontualmente, da pecuária, mas precisam de produtos químicos para plantar, conforme relatou um agricultor morador desse reassentamento, em entrevista concedida em 27 de outubro de 2016, “lá produzia de tudo, não precisava de adubo [...] Aqui não. É através da química. É o produto. Tem que se adaptar a isso”.

---

<sup>90</sup> O vídeo de divulgação desta campanha está disponível em: <http://www.humanosdireitos.org/atividades/historico/89-Barragem-de-Estreito--Riscos-da-Usina-Hidreletrica---apoiando-a-comunidade---filme-.htm>

**Figura 12. Reassentamento Mirindiba**



Fonte: Mariana Cavalcanti Braz Berger, 2016.

**Figura 13. Reassentamento Mirindiba**



Fonte: Mariana Cavalcanti Braz Berger, 2016.

As famílias resistiram do ano de 2004 (quando foi realizado o cadastro das famílias residentes) até 2010 (quando deixaram a Ilha de São José). Segundo o citado agricultor, entrevista concedida em 27 de outubro de 2016, a pressão do CESTE era “para negociar, era só ameaçando o povo. Ameaçando era dizendo que quem não

negociasse até aquele tempo, ia para justiça para sair com [ordem de] despejo”. Ademais, era frequente a presença da polícia no período em que estavam se mobilizando e realizando reuniões para decidirem coletivamente o que era melhor para eles.

A organização e luta popular foram imprescindíveis para que o CESTE entregasse a Praia da Cigana<sup>91</sup>, uma praia artificial e permanente, formada pelo lago; foi uma compensação pela perda da Ilha da Cigana, que fora inundada e era um local de lazer e trabalho para a população entre os meses de maio a setembro. Os barraqueiros montavam barracas de palha e comercializavam produtos em isopor, de forma artesanal, e os barqueiros faziam o transporte das pessoas até a Ilha; estes foram atingidos diretamente.

**Figura 14. Praia da Cigana**



**Fonte: Mariana Cavalcanti Braz Berger, 2016.**

Antes da conclusão dessa praia, o consórcio apresentou outras duas propostas, as quais os atingidos resistiram e não aceitaram. Do ponto de vista de um barraqueiro, entrevista concedida em 28 de outubro de 2016, a

Resistência era mais reivindicações, não tinha como impedir a construção da barragem [...], mas não podemos deixar que construam do jeito deles, porque

<sup>91</sup> Embora a concessão da praia tenha sido repassada para a prefeitura de Estreito, são as dez famílias, que possuem barracas instaladas no local, responsáveis pela limpeza, despesas com a energia de cada barraca, com a segurança do local. Cabe à prefeitura a manutenção e os custos com a iluminação pública.



depois de construir não adianta, agora é a hora da gente avançar. Avançar nas reivindicações. A praia teve que ser reconstruída, nós não queremos essa praia. Não prestava [...]. Uma das falhas do CESTE é porque eles queriam empurrar “goela a baixo”, eles queriam fazer isso. [...] mostrava na planta bonito [...] quando chegava no local não era aquilo, o local não era bom, a situação não era boa.

Os pescadores de Estreito conseguiram organizar uma cooperativa com apoio do MAB. Podemos observar na figura 15, o galpão da cooperativa para guardar os utensílios de trabalho. Além disso, a cooperativa consiste em um espaço para a comercialização e para agregar valor ao pescado. Possui funções diferentes da colônia, que trabalha com a documentação do pescador, faz o credenciamento para que atue como pescador profissional, para receber seguro-desemprego e aposentadoria. Em Estreito, a colônia se chama Z35 e possui uma liderança diferente da cooperativa.

**Figura 15. Galpão da Cooperativa dos pescadores de Estreito**



**Fonte: Mariana Cavalcanti Braz Berger, 2016.**

A implementação do aterro sanitário, apesar de construído, não está funcionando; a escada de peixes e a vila do pescador foram medidas compensatórias não efetivadas em Estreito. E quando ocorreram foram ações pontuais, como: a doação de ambulâncias para alguns dos municípios atingidos pela hidrelétrica. Conforme afirmou o secretário municipal do meio ambiente, entrevista concedida em 26 de outubro de 2016, “o que eu conheço é doação de ambulância para o hospital

porque aumentou o número de gente, aí foi doado uma ou duas [...] Eu acho que coisas pequenas, ínfimas para o tamanho do impacto tanto ambiental quanto estrutural que eles causaram no município”.

Quanto à infraestrutura de Estreito, os entrevistados da pesquisa de campo afirmaram que os gestores não aplicaram os recursos no município, pois não houve melhorias nos serviços públicos: há apenas um hospital municipal, não existe saneamento básico nem pavimentação asfáltica em muitas ruas. Por outro lado, constatamos a participação do CESTE na construção de alguns prédios públicos; assim, questionamos a relação embaraçada entre as esferas pública e privada, entendendo que essa é uma responsabilidade da prefeitura, não cabendo, portanto, a logomarca do consórcio na frente dos prédios.

Essa relação entre o público e o privado também ocorre em Tucuruí, segundo um militante do MAB, entrevista concedida em 01 de agosto de 2016, sobre o prefeito, “pense numa pessoa estimada pela Eletronorte”. E não difere das particularidades das usinas Santo Antônio e Jirau, onde a prefeitura de Porto Velho e o governo do estado de Rondônia foram “muito coniventes, e apoiaram, e fizeram muita pressão para que saíssem e aí mudaram as gestões e pelo contrário [...] a prefeitura não quer se meter [...] acaba que o Estado é muito conivente”, como afirmou um militante do MAB em Porto Velho, entrevista concedida em 23 de setembro de 2016.

No estado de Rondônia, na década de 1990 e nos anos 2000, a presença de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) antecedeu a construção dessas duas usinas. Por isso, de acordo com um militante do MAB em Porto Velho, entrevista concedida em 23 de setembro de 2016, o movimento na região teve como propósito organizar a luta dos atingidos da usina hidrelétrica de Samuel; assim, o movimento era mais forte em Jamari, e atualmente está em Porto Velho por causa da organização da luta frente aos impactos das usinas Santo Antônio e Jirau. Esse militante destacou entre as atividades realizadas: acampamento, manifestações, presença nas audiências, participação na organização da Frente Popular e, quanto à frequência, disse que “toda semana a gente tem alguma luta”.

A expressão de luta mais intensa nessa região consiste em evitar o aumento do lago, proposta dos empreendedores para intensificar a geração de energia hidrelétrica. Há organização e luta para que não aconteça e para que sejam atendidas as reivindicações dos atingidos.



Ademais, é pauta de luta o fato de que constava como uma das condicionantes que o Consórcio Energia Sustentável do Brasil, responsável pela operação da UHE Jirau, repassaria as casas da vila que os trabalhadores ocupavam para a prefeitura, na medida em que deixassem o local no término das obras. Como o acordo não estava sendo cumprido, segundo relato de um militante, entrevista concedida em 23 de setembro de 2016, o MAB organizou a ocupação dessas casas por um ano e meio enquanto aguardava a entrega para as famílias atingidas.

O MAB luta por melhores indenizações e condições de reassentamentos dignas para os atingidos, mas, sobretudo, no confronto contra o capital, por uma nova política energética da qual sejam banidas as grandes barragens (BENINCÁ, 2011). Isso envolve uma luta árdua, sendo importante o apoio de diversos setores da sociedade brasileira em um debate ampliado “em torno do projeto energético, do preço da luz, da industrialização do país, da exploração dos minérios, da privatização do petróleo etc.” (BENINCÁ, 2011, p. 273).

Desse modo, as reivindicações do movimento vão além da luta por medidas compensatórias; como vimos, defendem o protagonismo do sujeito social coletivo, transformações estruturais na sociedade, a construção de outro padrão de desenvolvimento, a reestatização do setor elétrico e políticas públicas na área da energia, por exemplo, a campanha pela redução da tarifa de energia para beneficiar toda a população, principalmente a de baixa renda.

O MAB defende que o sistema seja mais eficiente. Fazem-se necessárias a manutenção e as melhorias nas etapas da transmissão e distribuição onde há perda de energia nas linhas, bem como defende a proposta do repotenciamento das hidrelétricas com mais de vinte anos, em contraposição à construção de novas usinas. A alternativa está embasada nos estudos do professor Célio Bermann, realizados em 2004, o qual afirma que se fossem repotencializadas 70 das 157 usinas, poderiam acrescentar 8.000 MW ao sistema sem que fossem construídas novas unidades. Além de ser alto o valor monetário para construir uma usina, tem que considerar as linhas de transmissão e a degradação socioambiental, sendo, portanto, menos oneroso trocar o conjunto de turbinas e geradores e com isso obter um ganho na capacidade de geração. O argumento de Bermann difere daquele dos empreendimentos quanto à afirmação de que a energia hidrelétrica é uma fonte de energia barata, pois para ele torna-se “barata” porque os custos sociais e ambientais são minimizados ou quase sempre desprezados (GLASS, 2007).

Há um frenesi em torno da necessidade de construção de usinas hidrelétricas para suprir o suposto *déficit* de energia no país e de que são fontes de energia mais baratas e limpas, quando os argumentos são questionáveis, tendo em vista que a necessidade de atender a indústria eletrointensiva e ao consumismo desenfreado tornam, apesar de suficiente, escassa a energia. Faz-se importante entender escassa para qual propósito e a natureza das fontes alternativas que podem ser utilizadas no nosso país, que apresenta diversas possibilidades de geração de energia.

Entretanto, cabe a ressalva de que a diversificação das fontes de geração de energia (solar, eólica, nuclear) não garante por si só o acesso para a população brasileira sem a superexploração tarifária, nem supera os impactos econômicos, sociais e ambientais, uma vez que a opção pelas fontes alternativas de geração de energia tem sido absorvida pela iniciativa privada. O fundamental é que esses recursos estratégicos (água e energia) sejam controlados pelo Estado, com base em um projeto que de fato esteja a serviço da população para atender as necessidades sociais.

Nesse horizonte, Foladori e Tommasino (2012), atestam o quanto a discussão em torno do desenvolvimento sustentável reduz e aprisiona a “solução” da questão ambiental à esfera técnica sem questionar as relações sociais de produção. Ao estipular limites físicos ao desenvolvimento, e que este poderia ser alcançado com a substituição de fontes energéticas poluentes por fontes menos poluentes, denota que “se o problema é técnico, também haveria uma solução técnica para a problemática ambiental: tecnologias verdes, limpas, energias renováveis, tecnologias de geo-engenharia para reverter o aquecimento global, e assim por diante”<sup>92</sup> (FOLADORI; TOMMASINO, 2012, p. 81, tradução nossa).

Ademais, afirmam que as tecnologias verdes “não são neutras” e caso reduza “a problemática ambiental às relações técnicas, toda a discussão ambiental se transforma em analisar quais técnicas são mais ou menos poluentes; que permitem reverter os processos de degradação e poluição”<sup>93</sup> (FOLADORI; TOMMASINO, 2012, p. 81, tradução nossa). As tecnologias estão interligadas com as relações sociais de

---

<sup>92</sup> No original: *si el problema es técnico, también habría una solución técnica para la problemática ambiental: tecnologías verdes, limpias, energías renovables, tecnologías de geo-ingeniería para revertir el calentamiento global, y así por delante.*

<sup>93</sup> No original: *la problemática ambiental a relaciones técnicas, toda la discusión ambiental se transforma en analizar qué técnicas son menos o más contaminantes; o cuáles permiten revertir los procesos de degradación y contaminación.*

produção, e, assim, devem ser analisadas. Se as tecnologias alternativas estiverem inseridas em relações sociais que degradam o ambiente natural, assumem feição paliativa sendo apenas deslocadas de um lugar para outro e demonstram o fetiche do desenvolvimento sustentável.

A expansão do desenvolvimento energético na Amazônia Legal destrói o ambiente para acumulação de riqueza com graves consequências sociais e ambientais. Testifica Leal (1995, p. 38) que a Amazônia consiste em “um espaço onde ou se gera uma produção supérflua, ou onde se produz um saque modernizado e eficiente dos recursos naturais necessários à acumulação, controlado pelas grandes corporações capitalistas”.

Essa constatação não é fatalista, pois podem os recursos naturais advindos da Amazônia cumprir uma série de possibilidades em direção às necessidades humanas sob uma nova ordem social. Isto, se houver a apropriação da natureza para o interesse social, ou seja, enraizada na perspectiva da emancipação humana e não da racionalidade do capital, o que pressupõe a superação desse modo de produção.

A prática profissional do(a) assistente social em meio às contradições da questão ambiental e da questão social pode contribuir com estratégias em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. Desse modo, apresentam-se possibilidades de estudos e intervenção

não só, frente as questões ligadas à construção de Usinas [...] Mas também pela importância de que se revestem essas questões, que oportunizam inúmeras condições de intervenção ao Serviço Social, em ações de mobilização, organização das populações quando ameaçadas com a degradação do seu meio ambiente (COLITO; PAGANI, 1999, p. 250).

No próximo capítulo analisamos a relação entre Serviço Social e a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável a partir da formação profissional, da produção do conhecimento, da prática interventiva no setor elétrico e do debate e lutas no âmbito das entidades de organização política dos(as) assistentes sociais.

## **CAPÍTULO 4: O SERVIÇO SOCIAL EM MEIO ÀS CONTRADIÇÕES DAS DEMANDAS DA QUESTÃO AMBIENTAL PARA A PROFISSÃO NO SETOR ELÉTRICO NA AMAZÔNIA LEGAL**

### **4.1. A QUESTÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA FORMAÇÃO E NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL**

O Serviço Social atua nas diversas manifestações da questão social no movimento concreto da realidade e devido a sua inserção nas tramas das relações entre as classes sociais sofre as determinações societárias, as quais atribuem especificidades à profissão na divisão social do trabalho, bem como se modifica a partir do protagonismo dos sujeitos. De acordo com Silva (2016, p. 30), “o projeto profissional se constrói e é construído, dialeticamente, no tenso processo sócio-histórico das lutas sociais materializado na formação sócio-histórica do Brasil”.

Com “inspiração católica”, as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil foram fundadas na década de 1930 pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em São Paulo (em 1936) e no Rio de Janeiro (em 1937). Na década seguinte, os(as) assistentes sociais assumiram *status* de categoria assalariada em uma conjuntura político-econômica de transformações na sociedade brasileira, de aprofundamento da estratégia corporativista do Estado e de incentivo no âmbito da política econômica à industrialização. Desse modo, as principais bases de legitimação da profissão deslocaram-se da Igreja Católica para o Estado e para os setores empresariais através da criação de instituições assistenciais.

Assim, a institucionalização responsável pela gestão e suporte à ampliação do mercado de trabalho localizou-se, desde então, no Estado. Embora, naquele contexto, permaneceu em articulação com a Igreja Católica (com a função estratégica de qualificação do laicato) e com o Empresariado (fornecedor de espaços ocupacionais no âmbito da expansão urbana), como um dos mecanismos de controle social a serviço das classes dominantes, preocupadas em assegurar a ordem e a disciplina. Coube ao Serviço Social a função de “instruir” a classe operária com o propósito de apaziguamento e manutenção do *status quo*.

A Doutrina Social da Igreja regia a formação fundamentada no neotomismo<sup>94</sup>, nas Encíclicas Papais e no positivismo. Daí que, sob a regência da Igreja Católica e da sua ideologia focada na conciliação de classes e na reforma social para combater os problemas sociais, “a ação dos assistentes sociais, cujos *métodos e técnicas de intervenção profissional*, à época, ajustavam-se plenamente a estes propósitos desmobilizadores” (CASTRO, 2011, p. 66).

No projeto conservador a questão social é considerada uma ameaça à paz social e à harmonia, enquanto fato social ou problema social localizado nos indivíduos é tratada de forma naturalizada e como objeto de ação moralizadora. As suas manifestações, quando deslocadas para o âmbito dos indivíduos, perdem o caráter sócio-histórico e da vinculação com o conjunto das relações sociais contraditórias que estão em sua base.

A compreensão de inter-relação entre questão ambiental e questão social não é difundida pelo capital. No cotidiano, como sinal da ideologia dominante, as manifestações da questão ambiental não aparecem vinculadas aos determinantes sociais, às lutas de classes e à contradição capital e trabalho resultante do modo de produção capitalista. Para tal afirmação cabe pensarmos o quão recente é a intervenção e o debate sobre qualquer estratégia de “proteção” ao meio ambiente natural pelo grande capital, ainda que de forma limitada e paliativa, pois é centralizada no indivíduo<sup>95</sup>.

Com o surgimento de escolas de Serviço Social pelo país houve a necessidade de homogeneização das normas para o funcionamento dessas, principalmente, com relação à regulamentação do ensino e ao reconhecimento profissional. Nesse sentido, foram organizadas no Brasil, em 1946, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), para qualificar a formação, e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), para o exercício profissional.

Em meados dos anos 1950, registra-se um “*boom* universitário” com ampliação dos docentes, discentes e de algumas profissões, significando efetiva expansão do quadro profissional e das escolas para atender as exigências do desenvolvimentismo.

---

<sup>94</sup> O neotomismo significa a retomada, por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica, no final do século XIX, do pensamento de São Tomás de Aquino, século XII.

<sup>95</sup> O apelo para o individualismo está presente em alguns movimentos ambientalistas, como o *World Wide Fund for Nature* (WWF), que divulgam a ideia da “pegada ecológica”, propondo calcular as práticas de consumo individuais a fim de saber se o quanto cada um utiliza de recursos naturais e produz de resíduos comporta com a oferta de recursos naturais do Planeta e da sua absorção dos resíduos gerados.

A ideologia desenvolvimentista difunde a ilusória compatibilidade entre crescimento econômico e justiça ambiental<sup>96</sup>, fundamentada na perspectiva de que todos os bens da natureza devem servir de matéria-prima para a produção de mercadorias. Consideramos essa compatibilidade ilusória, pois a lógica perversa do capitalismo resulta em injustiça ambiental, sobretudo, no Brasil, “país é extremamente injusto em termos de distribuição de renda e acesso aos recursos naturais” (ACSERALD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 11).

O projeto de desenvolvimento capitalista se pauta no “tratamento da natureza como um recurso que só adquire valor através da exploração em benefício do crescimento econômico” (SHIVA, 2000, p. 307). Perpetua, portanto, a situação de injustiça ambiental, que consiste no

mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários de populações marginalizadas e vulneráveis (ACSERALD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 14).

Segundo Leher (1998, p. 95), o entendimento “de que o ‘desenvolvimento é possível’ e de que é exequível empreender políticas econômicas, com este propósito estiveram no cerne das utopias capitalistas, características do pós-guerra: o *welfare state* ao Norte e o *desenvolvimentismo*, ao Sul”. Concepções anticomunistas da Guerra Fria estiveram na base política da ideologia desenvolvimentista, além do nacionalismo patriótico e do nacionalismo internacionalista (CARDOSO, 1978). O discurso era de que o crescimento econômico levaria à segurança nacional e de que com o desenvolvimento “as carências e privações deixarão de fazer parte do cenário social” (CARDOSO, 1978, p. 263).

Analisando o governo Kubitschek, Cardoso (1978, p. 409) afirmou a respeito da ideologia do desenvolvimentismo que, “é uma formulação inteiramente voltada para a expansão econômica, para o aumento da riqueza”, priorizando o processo industrial, o qual deveria tornar-se o setor mais dinâmico da economia. Naquele período, a industrialização fez-se por meio de grandes corporações multinacionais e recorrendo a vultosos financiamentos e empréstimos internacionais (CARDOSO, 2013).

---

<sup>96</sup> Sobre o conceito de justiça ambiental, Acserald, Herculano e Pádua (2004, p. 9), afirmam que “nasceu da capacidade inventiva dos movimentos sociais dos Estados Unidos, [...] a partir da década de 1960, em ouvir o clamor de cidadãos pobres e grupos socialmente discriminados quanto à sua maior exposição a riscos ambientais”.

O sistema educacional foi um aspecto importante nessa ideologia, pois deveria atender às exigências da expansão econômica e às necessidades do desenvolvimento, “especificamente o desenvolvimento industrial, cria uma demanda de especialistas, formando um mercado de trabalho potencial” (CARDOSO, 1978, p. 221). Esse incremento educacional visava contribuir com a qualificação do quadro técnico e apaziguar a “questão social geradora de tensões graves, como a do emprego efetivo da mão-de-obra” (CARDOSO, 1978, p. 221).

Nesse horizonte, Cardoso (1978, p. 222) atesta que a ideologia do desenvolvimentismo “não está preocupada com questões que vão além das necessidades práticas que o desenvolvimento coloca, nem mesmo no que concerne à educação”, apenas requisita técnicos em uma determinada quantidade e padrão. Assim, enquanto ideologia dominante “é ela que define fundamentalmente o quadro dentro do qual o pensamento se move e as linhas mestras segundo as quais ele se move” (CARDOSO, 2013, p. 210).

O documento “Discurso sobre o estado da União’ do Presidente Truman, 1949” (LEHER, 1998, p. 53), materializou a noção de desenvolvimento capitalista. Sob esta influência, o desenvolvimentismo foi propugnado pelos Estados Unidos, demarcando essa sociedade como referência a ser alcançada pelos países subdesenvolvidos. Posto que este também foi um termo generalizado por Truman, embora não o tenha utilizado pela primeira vez, quem o fez, provavelmente, foi Wilfred Benson, em 1942 (ESTEVA, 2000).

Esclarece Esteva (2000, p. 60), que o termo subdesenvolvido ao ser utilizado por “Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que, desde então, passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana”. Desse modo, “o desenvolvimento é desenvolvimento do sistema, em nível mundial, que, portanto, não admite nenhuma pretensão de autonomia” (CARDOSO, 2013, p. 212). E a sua principal consequência “é um crescimento econômico que traz em seu percalço acumulação de capital, competição selvagem, crescimento irrestrito das desigualdades e exploração irrestrita dos recursos naturais” (VASAPOLLO, 2007, p. 47).

Nesse rumo, elucida Vasapollo (2007, p. 53),

Desenvolvimento não é nada mais do que a lógica dos países ocidentais de dominar o mundo através do mercado, tecnologia e ciência, ou seja, através do modo capitalista de produção, baseado sempre e sob quaisquer circunstâncias na exploração.

A ideia força do desenvolvimento é que todos os países deveriam alcançá-lo através da passagem por etapas, consideradas um processo natural e fazendo “acreditar que este é ‘o’ ‘seu’ ‘destino’ ‘promissor’, sempre deslocado para o futuro” (CARDOSO, 2013, p. 210). Conforme Leher (2012, p. 11), “ideologia do progresso, nesse sentido, foi crucial para fortalecer a ideia do *continuum* do tempo e a teleologia de que todos os países que optarem pelas políticas pró-imperialistas chegarão ao desenvolvimento”.

Segundo Cardoso (2013, p. 208),

críticas severas [devem ser] dirigidas às supostas teorias do desenvolvimento: por seu evolucionismo determinista; por não respeitarem os fatos históricos na sua concretude e na sua historicidade; e por seu mal-encoberto viés político-ideológico, especialmente seu desvio ocidentalizante ou americanizante.

“A crença no mito do desenvolvimento desvia a reflexão crítica”, afirma Cardoso (2013, p. 210), tanto do substantivo desenvolvimento quanto de todos os adjetivos que o acompanha: “desenvolvimento ‘autônomo’, desenvolvimento ‘nacional’, desenvolvimento ‘de comunidade’, desenvolvimento ‘sustentável’, ‘novo’ desenvolvimento, etc.” (CARDOSO, 2013, p. 210).

Do ponto de vista histórico o desenvolvimentismo surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e se esfacelou nos anos 1960 e 1970. No entanto, a ideologia capitalista do desenvolvimento mantém-se vigente. Assim, a crítica deve ser feita ao desenvolvimento enquanto projeto político, muito mais do que ao desenvolvimentismo (CARDOSO, 2013).

No âmbito do Serviço Social, para adaptar-se ao projeto desenvolvimentista, houve uma renovação dos quadros profissionais com estímulo ao planejamento e “a proposta do Desenvolvimento de Comunidade (DC) como técnica e como campo de intervenção profissional” (ABREU, 2011a, p. 85). A expansão da hegemonia norte-americana no continente esteve embasada na perspectiva desenvolvimentista modernizadora. De modo que a influência estadunidense no Serviço Social “centrou-se, inicialmente, nos aspectos de instrumentação para a prática profissional, com a importação de técnicas de Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade, verificando-se a passagem da fase franco-belga para a norte-americana” (ABREU, 2011a, p. 85).



O propósito era de que os profissionais fossem mais técnicos e funcionais ao sistema. Houve na profissão um deslocamento da ênfase no indivíduo à comunidade, incentivando a adoção de novas técnicas voltadas para nucleação de grupos sob a dominância da perspectiva funcionalista, na qual o trato da questão social mediante fórmulas foi reduzido a problemas técnicos. Apesar dessas modificações, Abreu (2011a, p. 111) alerta que, “não significaram rompimento com a perspectiva histórica, nem com a base conservadora de explicação da questão social, que sustentam o Serviço Social em sua formulação denominada tradicional”. E acrescenta, “identifico a noção de que a instância da comunidade como a tônica da intervenção não significou superação do enfoque individualista psicologista e conservador da prática”.

Em termos quantitativos, o programa desenvolvimentista dos militares expandiu o número de profissionais e possibilitou experiências para a categoria profissional, denominada de “especialistas em desenvolvimento comunitário” ou “agentes de transformação”. No entanto, tal expansão “se processou no Serviço Social superdimensionando os seus alcances reais e conferindo-lhe efeitos que só parcialmente alcançou” (CASTRO, 2011, p. 152). Ademais, a hegemonia do Desenvolvimento de Comunidade manteve a subordinação ideológica na qual estavam sujeitas a produção e reprodução do Serviço Social. A superdimensão consistia em conceber que o Desenvolvimento de Comunidade realizado pelos(as) assistentes sociais aceleraria a transformação e o crescimento econômico, vez que “foi o profissional convocado para ocupar-se do ‘social’ no interior das equipes multidisciplinares que se formavam nos diversos centros de especialização” (CASTRO, 2011, p. 135).

A não tradução em melhorias, durante os regimes populistas-desenvolvimentistas, gerou insatisfação por parte de setores da sociedade representados pelos movimentos populares no campo e na cidade. Nesse contexto, os(as) assistentes sociais também se mobilizaram, sobretudo, os(as) inseridos(as) nas Universidades, devido à necessidade de revisar a profissão diante das posições divergentes ao discurso do desenvolvimentismo.

O movimento crítico consubstanciou o denominado Movimento de Reconceitualização, o qual introduziu as bases para um novo projeto no Serviço Social. Trata-se de um processo, tendo em vista que esse movimento foi possível por causa do acúmulo da trajetória histórico-política da profissão, sedimentado em uma crítica do Serviço Social tradicional e da modernização conservadora, construindo o

confronto a esses dois projetos. Conforme afirma Lopes (2016a, p. 238), referindo-se ao Movimento de Reconceituação,

a vinculação do Serviço Social aos interesses das classes trabalhadoras, exploradas, dominadas e humilhadas, em efetivo compromisso com a necessidade histórica de emancipação dessas classes. Este, certamente, o mais importante dos legados do movimento à profissão no continente.

Desse modo, o novo projeto profissional foi pensado em oposição e crítica ao conservadorismo profissional e da sociedade, portanto, com direção política de enfrentamento à cultura dominante. Para que um projeto profissional se firme e adquira reconhecimento é necessária uma categoria profissional organizada<sup>97</sup> em sua base.

A organização dos(as) profissionais não significa uma unidade homogênea. Os sujeitos coletivos com seus diferentes projetos individuais e societários podem dar forma a diferentes projetos profissionais, de modo que toda categoria profissional apresenta divergências e confrontos que se expressam nos projetos profissionais. Embora um determinado projeto profissional alcance hegemonia, esta apenas ocorre no embate de ideias; na sua afirmação e consolidação ainda permanecem as contradições (NETTO, 1999; 2009).

Por essas características, afirmamos que o confronto de diferentes projetos só encontra terreno em uma sociedade democrática, onde é possível o movimento das classes sociais, as divergências e confrontos. Porém, apenas a condição política não é suficiente para a elaboração de um projeto profissional. Conforme Netto (1999; 2009), outros componentes são importantes, como: a massa crítica a partir da aproximação com a tradição marxista propiciando a acumulação teórica e a produção do conhecimento; o debate sobre a formação profissional com a revisão curricular e

---

<sup>97</sup> No que diz respeito às entidades organizativas da categoria profissional na América Latina destaca-se a criação da Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social, em 1965. Onze anos depois passou a ser denominada Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAEITS), com outra mudança, em 2006, para Associação Latino-Americana de Escolas e Investigação em Trabalho Social (ALAEITS). Instituído no ano de 1972, o CELATS (Centro Latino-Americano de Trabalho Social) representou em articulação com a ALAEITS importantes espaços de fortalecimento para a profissão no campo crítico, contribuindo com a ruptura do pensamento conservador no continente ao promover - por meio do debate o que as diferentes escolas latino-americanas estão pensando, pesquisando e como estão se organizando politicamente - o desenvolvimento profissional em termos teórico, político e acadêmico. De acordo com Lopes (2016a, p. 241), o CELATS foi o mais importante entre os grupos e centros de pesquisa criados, enquanto se consolidava a pós-graduação e a pesquisa, no Brasil e em outros países do continente.

redimensionamento do ensino conformando um novo perfil profissional; a ampliação de novas áreas e espaços profissionais de intervenção.

A hegemonia desse projeto profissional se constrói no percurso histórico. No Brasil, registra-se como marco a década de 1980, com a consolidação nos anos seguintes de um arcabouço jurídico que contempla o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação Profissional, 8.662/93, e as Diretrizes Curriculares (1996)<sup>98</sup>. Não são apenas esses três instrumentos normativos que materializam o que se denominou Projeto Ético-Político; exige-se para a sua hegemonia “recursos político-organizativos [...], processos de debate e elaboração, investigações teórico-práticas (inclusive a análise da relação entre conhecimentos e formas de intervenção) etc.” (NETTO, 2009, p. 147).

O processo de busca da hegemonia por referenciais teórico-metodológicos ocorre mediante um debate plural. O pluralismo possibilita o diálogo aberto com diferentes paradigmas. Segundo Netto (2009, p. 146), “o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas”. Cabe ressaltar que o autor se refere à hegemonia no plural, pois enfatiza que apesar de um projeto alcançar hegemonia em uma área - no caso do Serviço Social a direção hegemônica encontra-se na tradição marxista -, não significa que seja o único.

A respeito da categoria hegemonia, Cardoso (2000, p. 14) explica que, a hegemonia de um bloco de forças se constrói no “confronto de forças diferentes existentes em todos os espaços da sociedade”. A hegemonia é, assim, “construída, portanto, a partir da unidade na diversidade. Trata-se da construção de uma vontade coletiva a partir da adesão voluntária e consciente, a valores e concepções pertinentes a uma ordem social” (CARDOSO, 2000, p. 14).

Os esforços de aproximação do debate crítico, fundamentado no marxismo, a partir de uma interlocução sistemática com as Ciências Sociais e Humanas; com as demandas da classe trabalhadora e com a esquerda, resultaram em acúmulos nas diferentes dimensões da profissão. Importantes espaços de divulgação e socialização

---

<sup>98</sup> No que se refere a estas diretrizes, Abreu (2008, p. 179), afirmou que “foram construídas sob a coordenação da então Abess, num amplo movimento, que articulou grande número de unidades de ensino no país, por meio da participação de docentes, estudantes e supervisores de estágio, no período 1993-96, que reafirma e aprofunda a direção social estratégica e os fundamentos do currículo mínimo de 1982 na perspectiva da superação das defasagens teórico-metodológicas e fragilidades operativas da formação”.

das pesquisas ampliaram-se através dos grupos de pesquisa, fóruns, revistas e eventos do Serviço Social.

Enquanto instrumentos de socialização das pesquisas, ressaltamos a Revista Serviço Social e Sociedade, que teve o primeiro volume lançado no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como “Congresso da Virada”, em 1979, e desde então é uma das mais bem conceituadas revistas profissionais do continente<sup>99</sup>, os Cadernos do Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS) e os Cadernos ABESS, publicados pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social entre os anos 1986 e 1998. A publicação desses Cadernos foi substituída pela Revista Temporalis, atualmente editada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)<sup>100</sup>.

A Universidade foi lócus decisivo para o movimento de renovação, vez que

o projeto de ruptura evidenciou-se e explicitou-se primeira e especialmente como produto universitário sob o ciclo autocrático burguês. No espaço universitário tornou-se possível a interação *intelectual* entre os assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucional-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas; ali se tornaram possíveis *experiências-piloto* (através da extensão, com campos de estágio supervisionados diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) destinadas a verificar e apurar os procedimentos interventivos sob nova ótica (NETTO, 2004, p. 251).

Ainda segundo Netto (2004, p. 274), a consolidação do projeto de ruptura é consequência de um conjunto de processos que tem relação com:

as implicações da mudança do público nas escolas de Serviço Social, os processos ocorrentes na estrutura universitária, o novo peso do pensamento progressista e revolucionário no processo da transição democrática, a gravitação política das classes e camadas exploradas e subalternas, o acúmulo das ciências sociais, o próprio amadurecimento da esquerda brasileira (ou de setores seus) em face de novas problemáticas etc.

---

<sup>99</sup> Na coletânea “Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo” (CORTEZ, 2016), em alusão a comemoração dos 80 do Serviço Social no Brasil, José Xavier Cortez, o editor, apresenta um breve resgate histórico da gênese e principais avanços da relação entre a Cortez, inicialmente Livraria e Editora Cortez & Moraes, e o Serviço Social. Em 1968 foi fundada a Livraria Cortez & Moraes e sete anos depois a Editora, existindo até 1979, no ano seguinte passou a se chamar Cortez Editora e Livraria por causa do fim da sociedade. Nascidas nas dependências da PUC-SP, a Cortez editou o primeiro número da revista e o vem fazendo há 38 anos. Existe nesse vínculo, nas palavras de Cortez (2016, p. 14), “uma comunhão de ideias e projeto societário a que aspiramos coletivamente, por uma sociedade mais humanizada e menos desigual”.

<sup>100</sup> No ano de 1998, em Assembleia Geral, a denominação da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (de 1979) foi alterada, e assim permanece, para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Cabe ressaltar que esta foi a segunda reestruturação pela qual passou a Associação desde que foi criada, em 1946, como Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. A Associação foi redefinida ao incorporar o Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS), fundado em 1987, o que sinaliza a busca pela articulação entre ensino e pesquisa na graduação e na pós-graduação da área como unidade orgânica.

Os avanços (teórico e crítico) no eixo da formação profissional e na produção do conhecimento<sup>101</sup> ocorreram a partir da década de 1970, com a implementação de uma política de pós-graduação, ao encontro da dinâmica nacional que instituiu, em 1975, o Sistema Nacional de Pós-graduação, pelo qual a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é responsável. O exercício da pesquisa questionou a produção europeia e norte-americana, contribuindo, assim, para a ruptura com o pragmatismo histórico da profissão.

Nesse horizonte, a profissão buscou novos conhecimentos, nos quais a pesquisa na Universidade desempenha campo privilegiado por causa da articulação de suas funções: ensino, pesquisa e extensão. Costuma-se, no Brasil, ainda mais em tempos de neoliberalismo, associar com reducionismo a Universidade ao ensino, o que requer atenção para não subestimar a sua contribuição na produção do conhecimento. Ademais, a distinção entre as funções de ensino, pesquisa e extensão, no trabalho universitário, é apenas uma estratégia operacional, não sendo aceitável conceber os processos de transmissão da ciência e da socialização de seus produtos, desvinculados de seu processo de geração (SEVERINO, 2002, p. 122).

Entendemos que o elo de associação é a pesquisa, e dela se nutrem o ensino e a extensão. A pesquisa adota três dimensões: epistemológica (teoria do conhecimento); pedagógica (relacionada com a aprendizagem) e social (manifesta na extensão) (SEVERINO, 2002). Desse modo, a pesquisa em Serviço Social não é reduzida aos programas de pós-graduação ou às dimensões da formação e da produção do conhecimento, pois é fundamental na intervenção profissional e na organização política, cuja potencialidade oferece condições de aproximação com o movimento concreto da realidade social e suas complexas determinações.

Embora contemplada em alguns currículos de Serviço Social, com a disciplina Metodologia da pesquisa, a pesquisa tornou-se uma disciplina obrigatória, em 1982, resultante da aprovação do Currículo Mínimo, neste mesmo ano, pelo Conselho Federal de Educação com regulamentação dos conteúdos e duração do curso de Serviço Social. As bases para esse Currículo originaram-se em um contexto de

---

<sup>101</sup> As produções do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), embora baseadas no pensamento conservador de matriz positivista, subsidiaram os encontros de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) e demonstram que a preocupação do Serviço Social com a produção do conhecimento antecede o surgimento da pós-graduação em Serviço Social, iniciando-se, portanto, durante o Movimento de Reconceituação.

debates em torno da construção do novo projeto profissional, portanto, constituiu-se, segundo Abreu (2016, p. 237)

o primeiro grande esforço de superação da formação instrumental, tecnicista, conservadora, tradicional sob a forte influência do Serviço Social norte-americano, orientada para o ajustamento e integração social, estratégias do sistema dominante de controle social -, processo que contou com a participação do movimento estudantil, através do então Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), hoje Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Nos anos 1990 ocorreram debates de abrangência nacional sobre as Diretrizes Curriculares, documento-síntese do projeto pedagógico crítico, a partir da necessidade apontada na Convenção Geral da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (1993) de revisão desse Currículo, tendo-o como instrumento basilar na construção da nova proposta curricular. Esta proposta, por força de exigências do MEC a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, “foi enquadrada no formato de diretrizes” e alterada em seu projeto inicial devido “a lógica da flexibilização econômica na base da reforma da educação” (ABREU, 2016, p. 252).

A substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares foi - além do ensino a distância, mestrados profissionalizantes e exame nacional de curso - uma das medidas previstas na LDB, aprovada em um contexto de “privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino e de reconfiguração das profissões” (BOSCHETTI, 2015, p. 645). Contudo, a preocupação da ABEPSS

foi manter a essencialidade da proposta curricular quanto à direção social, aos princípios fundamentais, à lógica curricular e aos conteúdos organizados nos três grandes núcleos de fundamentação, como condição para uma formação que garanta competência teórica, técnica e ética no exercício profissional no âmbito da prestação direta de serviços sociais e da ação educativa, formativa e organizativa junto aos sujeitos atendidos (ABREU, 2016, p. 252).

A pesquisa na graduação destaca-se ao perpassar os três núcleos de fundamentação - Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira; Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional - instituídos nas Diretrizes Curriculares de 1996. Ademais, Cardoso (2000) afirma como eixos centrais das Diretrizes e que são pontos polêmicos para os(as) assistentes sociais: a relação entre processo de trabalho e Serviço Social e o eixo dos fundamentos históricos e teórico-

metodológicos do Serviço Social, os quais reforçam a necessidade de unidade entre História, Teoria e Método.

A direção social da profissão alcança legitimidade no processo de revisão curricular, ou seja, consolida a vinculação do projeto profissional com as demandas da classe trabalhadora, explícita nos três núcleos de fundamentação. Esses núcleos conformam eixos articuladores dos conteúdos da formação profissional, englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se expressam nos componentes curriculares, os quais correspondem às disciplinas, seminários temáticos, pesquisa, monitoria, extensão. Significa, portanto, uma compreensão do currículo para além da divisão por disciplinas, reforçando a importância da vivência universitária (ABEPSS, 1996).

De acordo com Cardoso (2000, p. 15), a “nova lógica da estrutura curricular supera a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, não admitindo o tratamento isolado ou autônomo de nenhum de seus elementos constitutivos, nem sequência e hierarquia”. Nos termos do documento, “é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções” (ABEPSS, 1996, p. 9).

As reflexões em torno de uma nova direção social na profissão, contraditoriamente, foram gestadas no período da ditadura empresarial-militar. Neste período abriram-se possibilidades de expansão para o Serviço Social tanto na formação (graduação e pós-graduação *stricto e lato sensu*), resultado da Reforma Universitária, quanto na dimensão interventiva - com a estratégia político-ideológica dos governos militares de ampliação da oferta de benefícios e serviços sociais como medida apaziguadora da questão social, onde os(as) assistentes sociais foram convocados para atuar de forma tecnocrata.

Nessa conjuntura ocorreu, embora com restrições, a inserção do Serviço Social no circuito da pós-graduação, com o primeiro curso de mestrado em Serviço Social na Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), no ano de 1972. Foi também na PUC/SP institucionalizado o primeiro curso de Doutorado em Serviço Social da América Latina, no ano de 1980. A pós-graduação contribui ao capacitar a categoria profissional a produzir conhecimento na área das Ciências Sociais Aplicadas<sup>102</sup>, de modo que,

---

<sup>102</sup> A CAPES organiza as áreas do conhecimento em nove grandes áreas, quais sejam: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais

apesar de em sua trajetória histórica o Serviço Social não adquirir *status* de ciência, essa condição não impede aos(às) assistentes sociais produzirem conhecimentos, “para além de respostas práticas a diversas questões” (SPOSATI, 2007, p. 16).

De acordo com Netto (2004, p. 124),

antes dos anos setenta, inexistiam cursos de pós-graduação em Serviço Social – e, ao fim do ciclo ditatorial, eles já totalizam 6 programas *stricto sensu* (dos quais 3 em instituições públicas: nas universidades federais da Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro), sendo que apenas 1 oferece o doutoramento (o da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; os outros 2 programas privados são os das universidades católicas do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul).

As agências de financiamento, gestão e regulação, como a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>103</sup> – vinculadas diretamente ao Estado por meio dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação – têm contribuído no campo da produção do conhecimento e formação de pessoal para ensino, pesquisa e extensão nas Universidades brasileiras. Com seus quase cinquenta anos, a pós-graduação no Brasil consiste em uma experiência exitosa ao qualificar um quantitativo de profissionais nas variadas áreas do saber e da tecnologia (SEVERINO, 2007).

O reconhecimento pela CAPES, do Serviço Social como área de produção de conhecimento, e pelo CNPq, como área de conhecimento, possibilitou ao Serviço Social o acesso a financiamentos públicos para pesquisa e a inserção de seus pesquisadores no quadro técnico desses órgãos. Dessa forma, a sua confirmação como área de estudo e pesquisa significa mais do que um procedimento burocrático, tendo em vista a luta e esforço dos(as) assistentes sociais - fundamentais nesse processo: a ABEPSS, os programas de pós-graduação, os pesquisadores, entre outros - para superar a dimensão exclusivamente interventiva que dá origem à profissão e a legítima na divisão social do trabalho. Ademais, a produção do conhecimento no Serviço Social subsidia a profissão em sua capacidade de análise, de investigação e intervenção em defesa da classe trabalhadora.

Segundo dados da avaliação quadrienal da CAPES (2013-1016), a pós-graduação em Serviço Social conta com 52 cursos distribuídos em 34 Programas de

---

Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Multidisciplinar. A área das Ciências Sociais Aplicadas é composta pelos cursos: i) Administração pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; ii) Arquitetura, Urbanismo e Design; iii) Comunicação e Informação; iv) Direito; v) Economia; vi) Planejamento Urbano e Regional/Demografia e vii) Serviço Social.

<sup>103</sup> Em 1984 o CNPq reconheceu o Serviço Social como uma área específica de pesquisa. A CAPES já havia incluído o Serviço Social como área do conhecimento em 1976.



pós-graduação presentes em todas as regiões do país, sendo 34 cursos de mestrado e 18 cursos de doutorado, o que pode ser observado na tabela 12.

**Tabela 12. Programas e Cursos de pós-graduação da área**

Nome	Área de avaliação	Total de Programas de pós-graduação				Total de Cursos de pós-graduação		
		Total	ME	DO	ME/DO	Total	ME	DO
ECONOMIA DOMÉSTICA	SERVIÇO SOCIAL	2	2	0	0	2	2	1
SERVIÇO SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL	32	14	0	18	50	32	17
Totais		34	16	0	18	52	34	18

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CAPES (2016).

A predominância desses cursos encontra-se nas Universidades públicas (mais nas federais do que nas estaduais) e em seguida nas Universidades privadas, demonstrando uma tendência oposta à formação profissional na graduação, visto que os cursos de Serviço Social estão majoritariamente nas Instituições privadas. Além dos 2 programas em Economia Doméstica, a distribuição dos programas na área básica corresponde a: 23 em Serviço Social, 6 em Política Social e 3 em Políticas Públicas (CAPES, 2016), como apresenta o quadro 1.

**Quadro1. Programas de pós-graduação na área Serviço Social no Brasil (continua)**

Programas	Nível do(s) curso(s)	Tipo
Economia Doméstica/Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Mestrado	Pública
Economia Doméstica/ Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Mestrado e Doutorado	Pública
Serviço Social/ Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Mestrado	Pública
Serviço Social/ Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Mestrado	Pública
Serviço Social/ Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)	Mestrado	Privada
Serviço Social/ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Mestrado	Pública
Serviço Social/ Universidade Federal do Pará (UFPA)	Mestrado e Doutorado	Pública
Serviço Social/ Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Mestrado	Pública
Serviço Social/ Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Mestrado	Pública
Serviço Social/ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Mestrado e Doutorado	Pública
Serviço Social/ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Mestrado	Pública
Serviço Social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Mestrado e Doutorado	Pública
Serviço Social/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	Mestrado e Doutorado	Pública
Serviço Social/ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	Mestrado e Doutorado	Privada
Serviço Social/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Mestrado e Doutorado	Pública
Serviço Social/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	Mestrado e Doutorado	Privada
Serviço Social/ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Mestrado e Doutorado	Pública
Serviço Social/ Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Mestrado	Pública
Serviço Social/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Franca)	Mestrado e Doutorado	Pública
Serviço Social/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Mestrado e Doutorado	Privada
Serviço Social e Desenvolvimento Regional/ Universidade Federal Fluminense (UFF)	Mestrado	Pública

**Quadro1. Programas de pós-graduação na área Serviço Social no Brasil (conclusão)**

Programas	Nível do(s) curso(s)	Tipo
Serviço Social e Direitos Sociais/ Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)	Mestrado	Pública
Serviço Social e Política Social/ Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Mestrado e Doutorado	Pública
Serviço Social, Trabalho e Questão Social/ Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Mestrado	Pública
Política Social/ Universidade de Brasília (UnB)	Mestrado e Doutorado	Pública
Política Social/ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Mestrado e Doutorado	Pública
Política Social/ Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Mestrado	Pública
Política Social/ Universidade Federal Fluminense (UFF)	Mestrado e Doutorado	Pública
Política Social/ Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)	Mestrado e Doutorado	Privada
Políticas Sociais/ Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	Mestrado	Privada
Políticas Sociais e Cidadania/ Universidade Católica de Salvador (UCSal)	Mestrado	Privada
Políticas Públicas/ Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Mestrado e Doutorado	Pública
Políticas Públicas/ Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Mestrado e Doutorado	Pública
Políticas Públicas e Desenvolvimento local/ Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)	Mestrado	Privada

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CAPES (2016).

A partir dos anos 2000 as avaliações da CAPES têm demonstrado uma significativa expansão nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Serviço Social. Ilustram os números que se passaram dezoito anos para que houvesse 4 cursos de doutorado, comparando o ano do surgimento do primeiro doutorado na área em 1980 com o total no ano de 1998, nesse mesmo ano existiam 10 mestrados. Segundo dados da CAPES (2016), no contexto contemporâneo mais que duplicou o total de cursos na área, passando para 34, sendo 16 apenas de mestrado e 18 com doutorado e mestrado (CAPES, 2016).

Esses dados refletem a tendência construída no movimento de renovação teórica e crítica da profissão. Nesse processo, a pós-graduação, inserida nas dimensões da formação profissional e da produção do conhecimento, contribui com a sustentação do Serviço Social crítico, posto que o embasamento na teoria social crítica subsidia os profissionais para a análise do real na totalidade da sociedade.

Entre as dissertações e teses, na produção do conhecimento em Serviço Social, destacam-se os estudos dos temas: “questão social e as Políticas Sociais na contemporaneidade e o avanço teórico-metodológico do Serviço Social” (CAPES, 2016, p. 8). Esta avaliação da CAPES (2016, p. 8) também enfatiza a contribuição da produção do Serviço Social para as Ciências Sociais através de estudos sobre: “trabalho, reestruturação produtiva, Proteção Social, Seguridade Social, avaliação e análise de políticas e programas sociais, envelhecimento, terceiro setor, voluntariado, criança e adolescente, entre outros”.

A importância da interdisciplinaridade na pós-graduação se expressa com a colaboração e interação de outras disciplinas nos cursos da área “que possibilita uma análise ampliada da dinâmica do capitalismo e das diferentes demandas postas à profissão” (CAPES, 2016, p. 14). Dentre as diversas temáticas que perpassam o Serviço Social tomamos como referência, nesta tese, a temática da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável.

A penetração da discussão da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável no Serviço Social é crescente nas últimas três décadas. Podemos constatar tal afirmativa através de pesquisa realizada no banco de teses da CAPES, em março de 2017, onde estão disponíveis as teses e dissertações produzidas na área do Serviço Social, no período de 1987 a 2016.

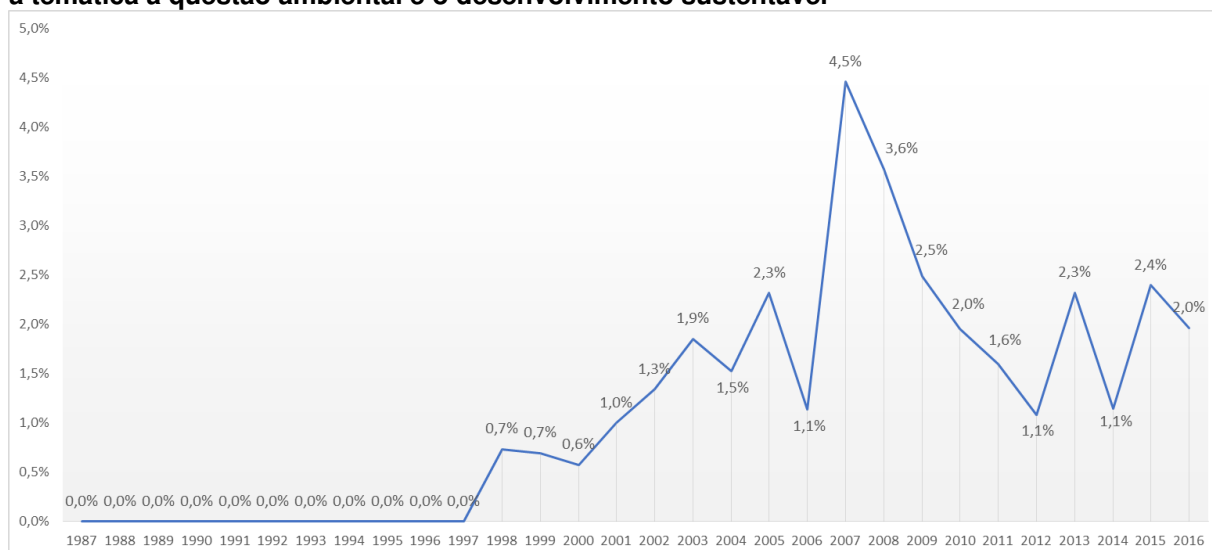
As palavras-chave que nortearam a busca por teses e dissertações, da área de avaliação Serviço Social definida pela CAPES, foram: “questão ambiental” e “desenvolvimento sustentável”. Destacamos que o refinamento realizado pelo banco de teses da CAPES mapeia uma dessas duas palavras-chave em pelo menos uma vez que aparece ao longo de todo o texto.

Nessa temática, delimitada pelas referidas palavras-chave, no período citado, foram produzidas 122 teses e dissertações de um total de 7.099 trabalhos na área de avaliação da Capes como Serviço Social. Representam, portanto, 1,7% do total, já na temática da questão social foram apresentados, no mesmo período, 1.215 trabalhos, representando 17,1% do total. Mencionamos a temática questão social devido à

consolidação como matéria de trabalho dos(as) assistentes sociais, bem como a centralidade que ocupa nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 para a formação profissional, que também se expressa na pós-graduação.

Destas 122 produções na área temática, 19% são teses e 81% dissertações. O primeiro ano de publicação foi 1998 e, desde então, há uma progressão na quantidade de trabalhos, com maiores variações entre os anos 2007 e 2015. Demonstra o gráfico 3, a porcentagem de trabalhos nessa área temática em relação à produção total do Serviço Social; assim, verificamos que essa produção acompanha a tendência de crescimento do Serviço Social em sua totalidade, vez que na primeira década dos anos 2000 mais que duplicou a quantidade de teses e dissertações, quando comparadas com a década anterior.

**Gráfico 3. Evolução da produção de teses e dissertações da área de Serviço Social relacionadas à temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável**



**Fonte: Elaboração própria com base no Banco de Teses da CAPES (2017).**

Podemos observar no gráfico 3, que a maior densidade da produção encontra-se a partir dos anos 2000, portanto, é significativamente recente no Serviço Social; assim como no movimento geral a discussão sobre a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável é considerada uma temática contemporânea.

A preocupação com a degradação ambiental expande-se no Brasil na década de 1990, bem como na comunidade internacional, quando desencadeou um frenesi sobre o termo desenvolvimento sustentável. Formulado na Comissão Mundial sobre

Meio Ambiente e Desenvolvimento, e expresso no Relatório Nosso Futuro Comum, o conceito de desenvolvimento sustentável incorporou o ambiente natural dentro do projeto de desenvolvimento capitalista e defende, como se fosse possível neste sistema, a compatibilização entre produção capitalista e preservação dos ecossistemas naturais.

Nesse contexto, e posterior ao fracasso do desenvolvimentismo, mudanças surgiram no debate sobre o desenvolvimento, trazendo-o à tona permeado pelo discurso da sustentabilidade ambiental. O desenvolvimento sustentável conquistou adeptos de diversos segmentos da sociedade, constituindo na aparência uma existência social, e representa a aposta da Ideologia do Desenvolvimento, essa não mais restrita às reformas sociais como em sua origem.

Consoante Acsehrad e Leroy (1999, p. 3), a última década do século XX “inicia-se com duas tentativas de maquiagem da ideologia do desenvolvimento - a do Pnud, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e a da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Unced-Rio 92”. Embora formulado o conceito de desenvolvimento sustentável no Relatório Nosso Futuro Comum, em 1987, a utilização indiscriminada do termo e a sua absorção pela comunidade ambientalista ocorreu após a Conferência realizada no Rio, em 1992, também conhecida como Eco-92, Cúpula da Terra ou Rio-92, com a participação de 179 países.

Assim como desenvolvimento é uma categoria difusa e ideologizada como a solução para todos os problemas, o desenvolvimento sustentável cumpriria em sua proposta ainda mais essa projeção, ao propor o controle da extração e consumo dos recursos naturais sem alterar o crescimento econômico, sendo considerado pelos ideólogos do capital como se fosse a evolução do termo ecodesenvolvimento<sup>104</sup>. O conceito de ecodesenvolvimento, cunhado por Maurice Strong em 1973, resulta dos estudos sobre “limites externos do crescimento material” elaborados no *Massachusetts Institute of Technology* e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada no ano anterior em Estocolmo, consolidando na agenda internacional a discussão gestada nos anos anteriores (SACHS, 2000).

---

<sup>104</sup> Sobre o ecodesenvolvimento atesta Layrargues (1997, p. 3) que nos anos 1980, “o economista Ignacy Sachs se apropria do termo e o desenvolve conceitualmente, criando um quadro de estratégias ao ecodesenvolvimento. Parte da premissa deste modelo se baseia em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica”.

Layrargues (1997, p. 1) contesta a afirmação de “que ocorreu uma evolução conceitual do ecodesenvolvimento para o desenvolvimento sustentável, e, portanto, ambas as expressões poderiam ser consideradas e utilizadas como sinônimo”. Para este autor, os princípios do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável são diferentes, apesar de haver muitas aproximações. Entre as muitas semelhanças, ressalta-se:

Ambos consideram o direito das gerações futuras como um princípio ético básico, ambos afirmam que o componente ambiental deve entrar concomitantemente com o critério econômico no processo decisório, com o aval das comunidades envolvidas (LAYRARGUES, 1997, p. 5).

As diferenças encontram-se nas estratégias para alcançar o que os dois conceitos propagam: o desejo de criar uma sociedade sustentável, sem, contudo, romper com o padrão produtivo vigente. Desse modo, a proposta travestida de nova reproduz a rota exploratória do sistema (LAYRARGUES, 1997).

Nos anos 1960 proliferaram estudos, ainda que restritos nas ciências naturais, sobre poluição e degradação da natureza, os quais foram reflexo do aumento da exploração desmedida da natureza. A produção de conhecimento de cientistas, dirigida para desvendar os efeitos dos processos de industrialização, forneceu densidade científica à questão ambiental.

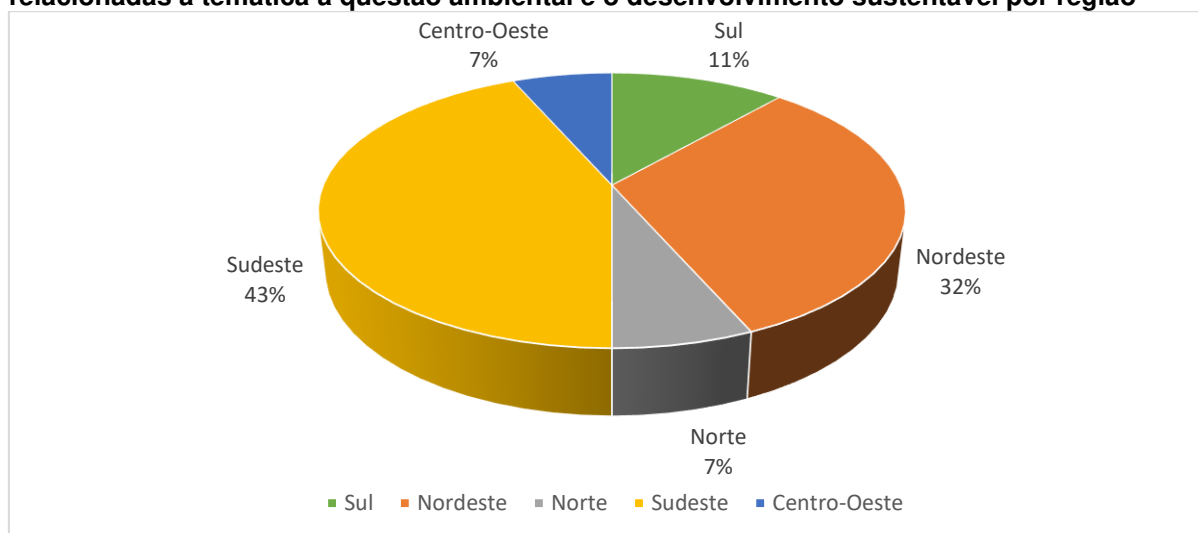
O despertar e a mobilização de “organizações e grupos que lutam pela proteção ambiental, agências governamentais encarregadas desta proteção, grupos de cientistas que pesquisam os temas ambientais etc.” (COUTINHO, 2009, p. 22), contribuíram para a abrangência do movimento ambientalista. Dessa forma esse movimento assumiu caráter interdisciplinar e despertou a intervenção de outras profissões para além do mundo da Biologia.

A repercussão da questão ambiental, através da atividade científica, despertou nas diferentes áreas do conhecimento a necessidade de compreender a sua complexidade; assume, assim, a prática interdisciplinar uma importante mediação no debate ambiental. O desafio reside na formação acadêmico-profissional em romper com a reprodução do conhecimento fragmentado e promover a integração entre os processos naturais e sociais sob o padrão de uma outra sociabilidade. Nessa direção, o Serviço Social adentra no debate que atinge a classe trabalhadora no processo de agudização da questão ambiental e da questão social.

No âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, as 122 teses e dissertações dessa área, relacionadas a temática a questão ambiental e o

desenvolvimento sustentável, encontram-se nos Programas de pós-graduação de 29 Instituições, distribuídas nas cinco regiões do país, com maior proporção na região Sudeste, com 43% correspondentes a 53 trabalhos, em seguida a região Nordeste (39 trabalhos), Sul (14 trabalhos) e regiões Norte e Centro-Oeste (cada uma com 8 trabalhos). A produção nessa área temática, cuja maior produção se encontra na região Sudeste do país, reflete a tendência nacional na área do Serviço Social, conforme ilustra o gráfico 4.

**Gráfico 4. Distribuição da produção de teses e dissertações da área de Serviço Social relacionadas à temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável por região**

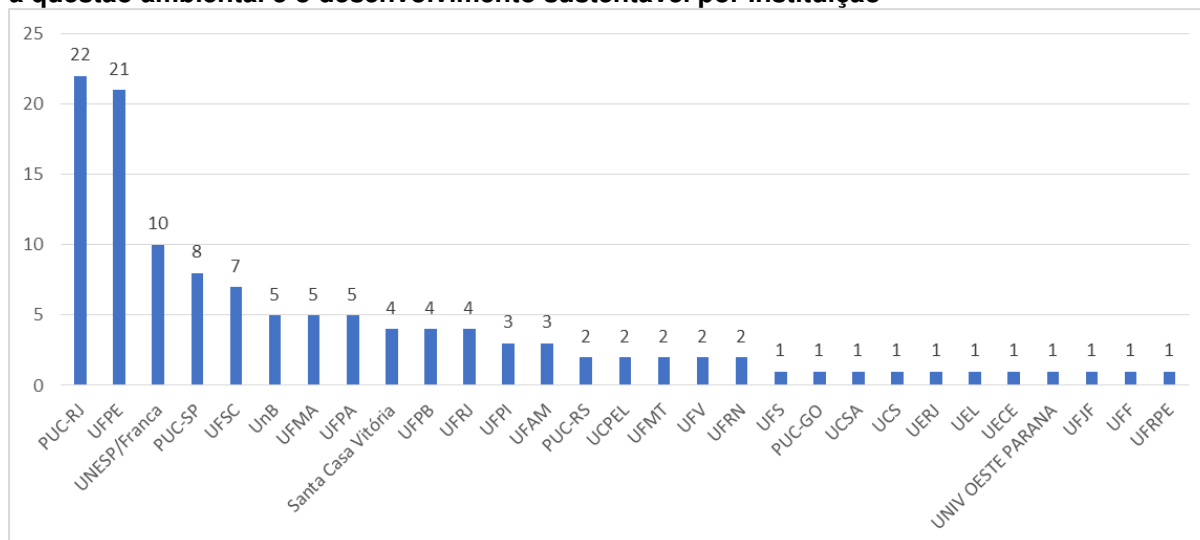


**Fonte: Elaboração própria com base no Banco de Teses da CAPES (2017).**

As teses e dissertações produzidas na área temática estão concentradas em 9 Instituições em cada uma das regiões Nordeste e Sudeste, em 6 Instituições na região Sul, no Norte em 2 Instituições e no Centro-Oeste em 3 Instituições, como demonstra o gráfico 5.



**Gráfico 5. Produção de teses e dissertações da área de Serviço Social relacionadas à temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável por Instituição**



Fonte: Elaboração própria com base no Banco de Teses da CAPES (2017).

Com base em Silva (2005, p. 85), consideramos “que as Áreas de Concentração e suas respectivas Linhas de Pesquisa constituem o eixo central a partir do qual são construídos e implementados os Planos de Curso e as Propostas Pedagógicas dos Programas”. As Áreas de Concentração assumem a posição de referências gerais, como campo do conhecimento, enquanto as Linhas de Pesquisa estruturam a delimitação e o desenvolvimento da investigação científica (SEVERINO, 2007). Segundo Severino (2007, p. 44), “linhas de pesquisa passam a ser as referências mais imediatas dos núcleos de estudo e de pesquisa e dos projetos dos pesquisadores, docentes e discentes”. Analisando a totalidade dos programas de pós-graduação identificamos a temática na Linha de Pesquisa: Capitalismo Contemporâneo, Questão Agrária, Urbana e Ambiental, vinculada à Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Desse modo, podemos constatar, com exceção da UFPE, que atualmente não há uma vinculação direta entre as Linhas de Pesquisa e os dados quantitativos da produção de teses e dissertações na área por Instituição, conforme observamos no gráfico 5. Em outros termos, a existência de Linhas de Pesquisa não significa, por si só, a incidência de produções de teses e dissertações, uma vez que apesar de outros Programas não apresentarem Linhas de Pesquisa nesta temática os discentes têm produzido teses e dissertações que a abordam.

No entanto, identificamos que essa vinculação se manifesta em mais três aspectos: a) existiram Linhas de Pesquisa direcionadas a essa temática nos Programas da UFPA, com a Linha de Pesquisa: Questão Agrária/Questão Urbana e Meio Ambiente no Contexto da Amazônia, e na PUC-RJ, com a Linha de Pesquisa: Questões Sócio-Ambientais, Estudos Culturais e Desenvolvimento Sustentável, segundo dados da CAPES, 2004, apresentados por Silva (2005); b) a presença de temas, como: sustentabilidade e meio ambiente, que estão associados à discussão sobre a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, nas Linhas de Pesquisa de dois programas das Universidades Federais do Amazonas e do Maranhão: na UFAM, com a Linha de Pesquisa: Serviço Social, Diversidade Sócio-Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia; e na UFMA, Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente; c) a temática em tela também está contemplada em disciplinas destes e de outros Programas, que estão de alguma forma vinculadas à temática (a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável) e utilizam outras denominações, a exemplo de: sustentabilidade, meio ambiente, natureza, políticas públicas ambientais, socioambiental, educação ambiental, o que pode ser visualizado no quadro 2.

**Quadro 2. Disciplinas em vigência na temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável em seus respectivos Programas de pós-graduação em Serviço Social**

Programas	Área de Concentração	Disciplinas
Serviço Social/Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Serviço Social, Políticas Sociais e Sustentabilidade na Amazônia	- SUSTENTABILIDADE E SERVIÇO SOCIAL NA AMAZÔNIA*
Políticas Públicas/ Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Políticas Públicas e Movimentos Sociais	- DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE
Serviço Social/ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais	- QUESTÃO AMBIENTAL, DINÂMICA CAPITALISTA E SERVIÇO SOCIAL
Serviço Social/ Universidade Federal de Sergipe (UFSE)	Serviço Social e Política Social	- QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL
Serviço Social/ Universidade Federal do Pará (UFPA)	Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais	- SOCIEDADE, NATUREZA E TERRITÓRIO
Serviço Social/ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/PR)	Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos	- POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, DESENVOLVIMENTO E NOVOS DIREITOS
		- TÓPICO ESPECIAL DE POLÍTICA SOCIAL DE DIREITOS HUMANOS: POLÍTICAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE
Serviço Social/Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Sociabilidade, Serviço Social e Política Social	- QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL
Serviço Social/ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social	- A LÓGICA DESTRUTIVA AMBIENTAL E O MUNDO DO TRABALHO
Serviço Social/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Franca)	Trabalho e Sociedade	- EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA SÓCIOAMBIENTAL
Serviço Social, Trabalho e Questão Social/ Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Serviço Social	- SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**Fonte: Elaboração própria com base na Plataforma Sucupira (2017).**

Nota: \* Entre as disciplinas citadas esta é a única Obrigatória na grade curricular.

Destacamos nesse mesmo quadro, apesar da diversidade de nomenclaturas, as disciplinas que possuem aproximação direta com a temática. Ademais, vislumbramos que a temática emerge de forma transversal às áreas consideradas tradicionais da intervenção e investigação profissional, como: questão agrária e urbana, questão social, política habitacional, movimento social, formação profissional, entre outras. Como no Programa de pós-graduação em Serviço Social da PUC-RJ, que possui a Linha de Pesquisa: Questões Socioambientais, urbanas e formas de resistência social, na qual a temática é abordada no cerne da questão urbana, com a disciplina Questões Socioambientais Urbanas.

É possível inferir, a partir das ementas e bibliografias dessas disciplinas disponibilizadas na Plataforma Sucupira (2017), que o suporte teórico-metodológico é majoritariamente a teoria social crítica. Abordam os fundamentos teórico-conceituais da questão ambiental em uma concepção de que as suas manifestações são vinculadas ao modo capitalista de produção. Em algumas disciplinas há o envolvimento direto do debate no Serviço Social, bem como a análise da temática ambiental nas políticas públicas, com o estudo da legislação nacional, e o debate sobre a educação ambiental.

Enfatizamos a importância do direcionamento teórico e crítico, sobretudo, no âmbito da temática da sustentabilidade a fim de bloquear ideias dualistas e romper com a perspectiva hegemônica da sustentabilidade neutra e objetiva para situá-la no campo das lutas sociais (LOUREIRO, 2006). O termo sustentabilidade tem sido absorvido na esfera cotidiana por diferentes setores (empresarial, governamental, acadêmico, midiático), de modo que, é preciso discernir o embasamento teórico-ideológico que o envolve, rompendo com a sua suposta neutralidade.

A perspectiva que defende a preservação de ecossistemas e recursos naturais nos marcos do capitalismo, procurando amenizar os impactos sociais e ambientais por alternativas tecnológicas e individuais, “expressa a fragilidade reflexiva do ambientalista que constrói a utopia em bases idealizadas da sociedade e no entendimento ingênuo da natureza” (LOUREIRO, 2006, p. 143). A diversidade de perspectivas sinaliza a projeção alcançada pela questão da sustentabilidade na contemporaneidade, mas “o discurso de boa-fé e *salvação* do planeta promovido pelas classes dominantes não é suficiente para levar a humanidade ao *paraíso*” (LOUREIRO, 2006, p. 143).

Diante de significados diversos de apropriação da natureza, marcados, quase sempre, por perspectivas acríticas, destacam-se a importância do acúmulo e do direcionamento teórico-político fundamentado na tradição marxista para romper com essas perspectivas, e, assim, para que o Serviço Social contribua no âmbito das lutas sociais ao desvelar a insustentabilidade do sistema capitalista. Elucidam Mota e Silva (2009, p. 43), que se o ideário da sustentabilidade estiver

confinado à dinâmica societária em curso – a um modelo de desenvolvimento para o capital – não indica superação das contradições essenciais evidenciadas na relação sociedade e natureza, o que suprime qualquer margem de dúvidas quanto à incapacidade do sistema resolver as contradições por ele próprio gestadas. E, acrescentamos, do desenvolvimento sustentável, tal como conceituado.

O conceito de educação ambiental também é aprisionado por diferentes perspectivas, em uma das quais surgiu, como modalidade de ensino, para dar respostas à crise ambiental, com indicações que “desde seus primórdios, foi concebida tecendo relações unicamente com a mudança cultural como o vetor privilegiado para se atingir a mudança ambiental” (LAYRARGUES, 2006, p. 2). Vinculada a uma concepção ideológica de crise ambiental “como uma crise de valores civilizatórios, pois seriam os paradigmas culturais e a visão de mundo moderna, os elementos fundantes da ruptura na relação humana com a Natureza” (LAYRARGUES, 2006, p. 3).

Essa perspectiva hegemônica, amparada no conceito oficial de desenvolvimento sustentável, designa à educação ambiental uma função ideológica circunscrita nas relações entre o ser humano e a natureza, desprezando as determinações sociais que perpassam, ou seja, é marcada por uma concepção de que a questão ambiental encontra-se no indivíduo. Dessa forma, para sua saída, depende a mudança cultural de hábitos e comportamentos, que pode ser alcançada através do consumo consciente.

Práticas que questionem o padrão dominante de apropriação material da natureza tornam-se mais urgentes diante da lógica destrutiva do capital, mas têm sido estabelecidas individualmente e por interesses privados de manutenção do modo capitalista. Destarte, entendemos a educação ambiental, com base em Layrargues (2006, p. 9), como “um veículo por onde também atravessa a disputa pela conservação ou transformação das condições sociais”.

Inserida em um campo de disputas, a educação ambiental fundamentada nos pilares da Educação possui igualmente duas funções: função moral de socialização

humana e função ideológica de reprodução das condições sociais (LAYRARGUES, 2006). De modo que a educação ambiental

pode ser tanto um instrumento de socialização humana ampliada à Natureza, como um instrumento ideológico de reprodução das condições sociais, podemos constatar a importância de se efetuar a distinção de modelos político-pedagógicos desse fazer educativo dentro de um gradiente envolvendo desde a relação com a mudança cultural à relação com a mudança social, e sugerir como critério definidor dessa tipologia, a função social da Educação, haja vista sua pertinência como um instrumento de reprodução social (LAYRARGUES, 2006, p. 12).

A vertente ideopolítica da educação ambiental como prática pedagógica emancipatória considera que “pode ser entendida a partir de um duplo papel: participando dos processos de socialização humana e cumprindo uma função ideológica de tensionamento das bases da reprodução da ‘questão ambiental’” (SILVA, 2010, p. 137). Nesse horizonte, a educação ambiental questiona as relações sociais historicamente construídas no bojo da destruição da natureza pelo capitalismo, conectando-a à análise das disputas entre as classes sociais, haja vista que não faz sentido, e aí situa-se um dos limites da educação ambiental, ou seja, “reformular a relação entre os humanos e a Natureza, mas manter intacta as relações sociais” (LAYRARGUES, 2006, p. 9).

Nessa vertente, a categoria trabalho é imprescindível, “como o outro elemento constitutivo e mediador da relação entre os humanos e a Natureza (como interface indissociada das relações produtivas e mercantis), possibilita que esse fazer educativo integre a base material da crise ambiental” (LAYRARGUES, 2006, p. 3). Reafirma, portanto, a importância da posição não hegemônica em direção à ruptura com o padrão convencional da educação ambiental, que a subordina ao conceito de desenvolvimento sustentável, sendo um campo de disputas, no qual o Serviço Social pode contribuir com a formação de uma consciência crítica.

Com base nas propostas das matérias básicas explicitadas nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), a abordagem nas Unidades de Formação Acadêmica em Serviço Social (UFASS) em torno da temática ambiental está ancorada na matéria “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, especificamente, na discussão a respeito das perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais”.

Nos 9 estados amazônicos existem 164 cursos de Serviço Social, sendo 61 presenciais (37,2%) e 103 cursos a distância (62,8%), equivalente a 20,6% do total de 796 UFASS no Brasil. Cabe ressaltar que entre todos os cursos de Serviço Social na

região da Amazônia Legal, a modalidade de ensino a distância representa 68% a mais do que os cursos presenciais.

Como existem em algumas Instituições de Ensino Superior as duas modalidades de ensino, o país totaliza 851 cursos em Serviço Social, dos quais 460 são presenciais e 391 a distância, segundo dados do e-MEC<sup>105</sup>. Obtivemos informações a respeito de 25 cursos na região da Amazônia Legal, correspondentes a 40,9% do total de 61 na modalidade de ensino presencial. Nesses encontramos a penetração da temática nas disciplinas de 19 cursos de graduação, entre os quais 13 em Instituições Privadas e 6 em Instituições Públicas.

Antes de adentrarmos nos elementos constitutivos da penetração da temática nestes respectivos cursos, destacamos, diante da expressividade dos números, a gravidade da crescente privatização dos cursos de graduação, sobretudo, na modalidade de ensino a distância. Nos últimos anos, devido à “expansão acelerada e precarizada dos cursos de Serviço Social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 135), a profissão “saltou de 70 mil profissionais em 2006 para 135 mil ao final de 2013 e 150 mil em 2015, ou seja, em nove anos (2006-2015) alcançou um quantitativo superior àquele formado em sete décadas (1936-2006)” (BOSCHETTI, 2015, p. 646)<sup>106</sup>.

Segundo Boschetti (2015, p. 646), o ensino a distância encontra-se em “um processo de expansão acelerada em todos os níveis: educação básica, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e educação superior”. No que se refere ao contingente de matrículas entre todos os cursos de graduação a distância, o curso de Serviço Social ocupa o terceiro maior percentual, com 8,1%, antecedido pelos cursos de Pedagogia e Administração, respectivamente, com 34,2% e 27,3% das matrículas no ensino a distância (BOSCHETTI, 2015, p. 646).

Os dados demonstram o intenso processo de mercantilização do ensino, no qual se destaca a expansão do ensino a distância (em maior quantidade nas Instituições privadas do que nas públicas), que contribui para a fragilização da formação com forte rebatimento no exercício profissional. Entre as modificações no âmbito da formação profissional, provocadas pelo ensino a distância, os estudos

---

<sup>105</sup> Essas informações correspondem aos acessos realizados nos dias 14 de fevereiro e 12 de abril de 2017. O e-MEC é uma base de dados oficial sobre as Instituições de Ensino Superior do Sistema Federal de Ensino.

<sup>106</sup> Behring e Boschetti (2016, p. 135) atualizaram essas informações ao afirmarem que os(as) assistentes sociais saltaram “de 70 mil profissionais em 2006 para 160 mil ao final de 2015, ou seja, em quase 10 anos (2006-2015) formou um quantitativo superior àquele formado em 80 anos (1936-2016)”.

realizados por Pereira (2009, p. 274) atestam que: a) retira a centralidade do professor ao criar a figura do “tutor”; b) alunado limitado ao ensino “tutorial” e órfão da vivência acadêmica, em suas importantes funções de extensão e pesquisa; c) esgarçamento do alunado com os movimentos sociais coletivos, como exemplo o movimento estudantil. Nessa perspectiva, enfatiza Silva (2016, p. 33),

Nos dias atuais, evidencia-se cenário de formação aligeirada, flexível, tecnicista (centrado em competências e habilidades), precarizada, produtivista, sem valorização da pesquisa, extensão e ensino voltado para o mercado; enfim, é notória a vigência de um modelo de educação de Banco Mundial, com o peso da Declaração de Bolonha (1999).

A proliferação de cursos privados (presenciais e de ensino a distância) em Serviço Social encontra-se, portanto, como reflexo das tendências da educação superior no país, a qual privilegia o ensino privado lucrativo: campo de dominação de grupos empresariais. Tendências influenciadas pela Declaração de Bolonha (1999), que materializou o denominado Processo de Bolonha, iniciado pela Declaração de Sorbonne (1998)<sup>107</sup>, e estabeleceu diretrizes para o ensino superior na Comunidade Europeia. Em sua origem, a Declaração de Bolonha “foi um manifesto assinado pelos ministros da Educação dos 29 países que, à época, em 19 de junho de 1999, pertenciam à União Europeia (UE)” (BIANCHETTI, 2010, p. 264).

A partir daí foram consagrados princípios a serem incorporados pelos países da União Europeia, e novos integrantes aderiram às “reformas” do ensino superior na Europa (BOSCHETTI, 2015), na expectativa de conformar um “espaço europeu de educação superior” competitivo e padronizado, o qual nos anos seguintes se expandiu para países não europeus e de capitalismo dependente. Lima; Azevedo e Catani (2008, p. 10) assim definem o Processo de Bolonha:

O processo político e de reformas institucionais, internamente processadas por cada governo nacional ou respectivas entidades descentralizadas, que deverá conduzir ao estabelecimento efetivo do novo sistema europeu de educação superior, até 2010, incluindo atualmente quarenta e cinco países (isto é, todos os da UE e, ainda, dezoito países europeus não pertencentes à UE).

No ano de 2009, o Brasil foi convidado a compor o Fórum Político de Bolonha, e, no ano seguinte, ocorreu o Segundo Fórum Político de Bolonha com adesão de mais países. Assim, o Fórum vislumbrou a “expansão mundial de suas diretrizes, com vista a criar um sistema de ensino superior mundial standardizado, de caráter global,

<sup>107</sup> A Declaração de Sorbonne foi assinada, em Paris, por quatro países (Alemanha, França, Itália e Reino Unido) com o objetivo de construir um “espaço europeu de educação superior”.



para atender aos apelos da internacionalização da educação” (BOSCHETTI, 2015, p. 643). O ingresso do Brasil no referido Fórum “parece ter contribuído para acelerar e aprofundar a incorporação dessas recomendações nos processos de contrarreforma do ensino superior no Brasil, com graves implicações para o ensino em todos os níveis” (BOSCHETTI, 2015, p. 645).

Na avaliação de Lima; Azevedo e Catani (2008, p. 12), o Processo de Bolonha conduz ao enfraquecimento da autonomia dos estados signatários, “a tal ponto que talvez se possa falar de uma espécie de ‘desnacionalização’ da educação superior ou, de outro ponto de vista, de uma decisiva e definitiva ‘europeização’ das universidades e outras escolas superiores”. Desse modo, as orientações do Processo “vem provocando uma alteração estrutural do ensino superior no sentido de seu aligeiramento, competitividade e sujeição às demandas do mercado” (BOSCHETTI, 2015, p. 644). Acrescenta Boschetti (2015, p. 645):

Essas três faces propostas pelo Processo de Bolonha para as universidades públicas fundamentam e alimentam o avanço do conservadorismo no âmbito da formação e apontam para um retrocesso nas históricas lutas para construir uma formação profissional crítica, com perspectiva de totalidade e comprometida com a transformação social.

No tocante à penetração da temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável na grade curricular das UFASS na região, auferimos que existe uma variação nos períodos onde são ofertadas as disciplinas, quando obrigatórias ou optativas/eletivas encontram-se nos 3º, 5º, 6º, 7º e 8º período. Também há uma diversidade de nomenclaturas dessas disciplinas, vinculadas ou não ao Serviço Social, relacionando a temática ambiental com as categorias: desenvolvimento, sustentabilidade, meio ambiente, questão agrária na Amazônia, questão ambiental na Amazônia, sociedade e ambiente, política social, como demonstra o quadro 3.

Destacamos que a diversidade de nomenclaturas, por um lado, significa a atualidade da temática, mas, requer atenção para não forjar a análise teórica crítica, nem as estratégias políticas na perspectiva das lutas da classe trabalhadora. Ademais, seria o caso da categoria profissional problematizar a necessidade de garantir unidade no programa das disciplinas (ementa, objetivos e com indicações rigorosas de uma bibliografia básica) em todas as UFASS.

**Quadro 3. Disciplinas na temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável em suas respectivas UFASS na região da Amazônia Legal**

UFASS	UF	Disciplinas
Centro Universitário Luterano de Manaus (Privada)	AM	Desenvolvimento e sustentabilidade (Obrigatória)
		Meio ambiente, sustentabilidade e cidadania (Obrigatória e Optativa)
Escola Superior Batista do Amazonas (Privada)	AM	Educação ambiental e sustentabilidade (Obrigatória)
Universidade Federal do Amazonas/Manaus (Pública)	AM	Questão Agrária e Meio Ambiente na Amazônia (Optativa)
Universidade Federal do Amazonas/Parintins (Pública)	AM	Questão Agrária e Meio Ambiente na Amazônia (Optativa)
Faculdade Metropolitana de Manaus (Privada)	AM	Questão Ambiental e Serviço Social (Obrigatória)
Centro Universitário do Norte (Privada)	AM	Serviço Social e Questões Socioambientais na Amazônia (Obrigatória)
Instituto de Ensino Superior Franciscano (Privada)	MA	A Questão Ambiental e as Políticas Públicas (Optativa)
Faculdade Pitágoras do Maranhão (Privada)	MA	Terceiro setor, meio ambiente e sustentabilidade (Obrigatória)
Universidade Federal do Maranhão (Pública)	MA	Questão Ambiental e Políticas Públicas (Optativa)
Centro Universitário Várzea Grande (Privada)	MT	Serviço Social e Meio Ambiente (Obrigatória)
Faculdade Integrada Brasil Amazônia (Privada)	PA	Sociedade e Ambiente (Obrigatória)
Escola Superior da Amazônia (Privada)	PA	Questão Ambiental e Serviço Social (Obrigatória)
Centro Universitário Luterano de Santarém (Privada)	PA	Desenvolvimento e sustentabilidade (Obrigatória)
		Meio ambiente, sustentabilidade e cidadania (Obrigatória e Optativa)
Centro Universitário Luterano Ji-Paraná (Privada)	RO	Desenvolvimento e sustentabilidade (Obrigatória)
Faculdade de Educação de Jaru/UNICENTRO (Privada)	RO	Questão Ambiental na Amazônia e Serviço Social (Obrigatória)
Universidade Estadual de Roraima (Pública)	RR	Questão Agrária e Meio Ambiente na Amazônia (Obrigatória)
Centro Universitário Luterano de Palmas (Privada)	TO	Desenvolvimento e sustentabilidade (Obrigatória)
		Meio ambiente, sustentabilidade e cidadania (Obrigatória e Optativa)
Universidade Federal do Tocantins (Pública)	TO	Formação Social, Econômica e Política da Amazônia (Obrigatória)
Universidade do Tocantins (Pública)	TO	Política Social, Habitação e Meio Ambiente (Obrigatória)

**Fonte:** Elaboração própria com base nas informações disponibilizadas pelas UFASS e nos sítios eletrônicos.

A temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável tem sido abordada junto aos assuntos que possuem uma relação direta com a discussão, embora em algumas disciplinas não seja o conteúdo central, a exemplo da disciplina Formação Social, Econômica e Política da Amazônia, na UFT. Assim como se insere, de forma transversal, nas disciplinas: Serviço Social e Questão Social, na UFMA; Questão Social na Amazônia; Questões urbanas e rurais; Serviço Social, Políticas Habitacionais e Movimentos Sociais, na UFAM.

Compreendendo a importância dessa temática na perspectiva crítica para desvelar os processos contraditórios da sociedade capitalista, consideramos um desafio consolidar a sua penetração nos currículos. Para tanto, precisa adentrar nos debates e estudos das disciplinas que abordem os pontos fulcrais da gênese da questão ambiental em inter-relação com a questão social no modo capitalista de produção. Requer, portanto, postura crítica e propositiva para intervir e investigar na área.

As formas como a transversalidade pode ser alcançada perpassa a contribuição dos docentes em planejar os programas das disciplinas no conjunto das grades curriculares, ou seja, considerando a totalidade dos currículos (CLOSS, 2015). A respeito da abordagem transversal da questão social nos currículos, Closs (2015, p. 260) enfatiza que pode ser adentrada

delimitando disciplinas em que esta transversalidade será trabalhada, através do aprofundamento de mediações da questão social com diferentes conteúdos, se valendo da base de conhecimentos já trabalhados em disciplinas que tratam de sua gênese e natureza. Nessa linha, são mediações fundamentais a serem trabalhadas: a particularidade da mesma na realidade brasileira, sua interface com a historicidade da profissão e o significado social do trabalho profissional, sua centralidade nos processos de planejamento e de pesquisa, sua análise como eixo fundante sobre o qual se desdobram os direitos e as políticas sociais.

Pensamos que essas são mediações importantes a serem demarcadas no âmbito da questão ambiental. Os nexos entre o debate sobre a questão ambiental e a profissão nas relações sociais contraditórias do desenvolvimento capitalista ultrapassam a oferta de disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas.

Em direção, portanto, à dimensão investigativa sendo abordada na formação profissional, através da iniciação científica; elaboração de trabalho de conclusão de curso; realização de seminários e eventos específicos na temática ou que esteja

contemplada em palestras; projetos de extensão voltados a contribuir com as demandas da sociedade. Contudo, entre as UFASS pesquisadas, essa inserção se mostra incipiente, ocorrendo nas Semanas Acadêmicas das Instituições: Instituto de Ensino Superior Franciscano, Faculdade de Educação de Jarú/UNICENTRO e Universidade do Tocantins. No Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia, na UFAM, e no Seminário Direitos Humanos e Direitos Difusos, no Centro Universitário Várzea Grande.

A Universidade, decerto, possui uma função imprescindível no processo de formação profissional com a possibilidade de realizar projetos de extensão e articular núcleos de pesquisa - aproximando-se da realidade concreta - propícios para promover reflexões e debates sobre o exercício profissional diante da questão ambiental (NUNES; SILVA, 2013). O processo de supervisão de estágio é um espaço fecundo para discussão da temática na formação, posto que

o estágio se constitui como um fundamental instrumento na formação da análise crítica e da capacidade investigativa, interventiva e propositiva do estudante, o qual precisa apreender os elementos concretos que constituem as contradições da realidade social capitalista. Assim, a existência e abertura de campos de estágio onde há profissionais que atuam com a temática socioambiental é de extrema importância para que os estudantes, nesse processo de ensino-aprendizagem, articulem os conteúdos que compõem os diversos componentes curriculares, sendo possível apreender a realidade dos diferentes campos de estágio e a dinâmica de atuação do Assistente Social nestes espaços (NUNES; SILVA, 2013, p. 8).

Existem, portanto, diferentes estratégias e possibilidades de inserir o debate no espaço acadêmico universitário, as quais articulam-se ao projeto ético-político profissional, no sentido de atingir o perfil profissional crítico e propositivo. Contudo, a educação está situada em um campo de disputas que sofre tensões de projetos societários antagônicos, de modo que a efetivação de uma formação profissional pensada em sua totalidade requer a defesa da Universidade pública e de qualidade e a concretização do tripé ensino, pesquisa e extensão, que se faz na luta da hegemonia política pela classe trabalhadora.

Ressaltamos as ponderações levantadas por Montaño (2007, p. 194), de que a categoria profissional tende a reproduzir “elementos da lógica que caracteriza a gênese do Serviço Social” e por isso critica o “fato de esta profissão não desvendar as problemáticas emergentes na atualidade, de não estudar nem intervir sistematicamente nas novas demandas sociais”. Considera que as áreas de intervenção (no âmbito das políticas sociais voltadas para redistribuição da renda ou

para reprodução da força de trabalho ou “nos aspectos que põem a sociedade, o sistema, em ‘xeque’)” são quase sempre os próprios campos de intervenção. Sendo restritos, “os estudos sobre preservação do meio ambiente e ecologia, microempresas, catástrofes naturais e suas repercussões sociais [...] e tantas outras temáticas, mais gerais ou específicas, mais desenvolvidas ou emergentes”.

Devido às transformações societárias, novos campos da prática social emergem e demandam do assistente social que contribua com o avanço do conhecimento, o qual deve ocorrer “articulado à investigação de problemas socialmente relevantes, considerando as demandas da sociedade brasileira” (SEVERINO, 2007, p. 32). Nesse horizonte,

Compreendida como complexo que inter-relaciona ensino, pesquisa, na graduação e na pós-graduação, capacitação docente e de não-docentes, além da prática profissional e organizativa, a formação profissional do assistente social não pode estar desconectada da análise da disputa entre as classes posta na sociedade. Pois, do contrário, a atuação profissional torna-se descolada de uma efetiva prática profissional que se propõe a contribuir com o projeto de emancipação das classes subalternas (LIMA, 2014b, p. 164).

Reconhecemos a importância de a profissão manter o seu perfil generalista na formação profissional, no sentido de analisar na perspectiva da totalidade os fenômenos conjunturais e estruturais que perpassam as lutas de classes. O que não se contrapõe a profissão incorporar objetos de intervenção e de investigação para que se legitime socialmente através de respostas qualificadas às “novas” demandas sociais.

Ademais, a profissão sofre determinações externas e não se ergue apenas pela vontade individual dos profissionais. Mas, faz-se necessário que a profissão consiga “captar demandas emergentes, compreender sua essência e desenvolver novas respostas pertinentes e efetivas” (MONTAÑO, 2007, p. 197), bem como o fato de a formação estar vinculada à intervenção não significa que “o mercado que deve definir a formação profissional, pois esta se refere à aquisição de competências teóricas, técnico-operativas e ético-políticas que se conjugam e se expressam na intervenção profissional” (LIMA, 2014a, p. 403).

Contudo, a conjuntura de prevalência do mercado tende a exigir que a formação profissional responda aos seus interesses, situados em um campo contraditório de retóricas e práticas que fortalecem a flexibilização e a precarização generalizadas. De modo que, “a formação profissional encontra-se no tensionamento

entre a política privatista e a resistência da categoria, do corpo discente e docente na academia compromissados com as lutas democráticas e a defesa do projeto ético-político do Serviço Social” (LIMA, 2014b, p. 164).

Malgrado os esforços dos(as) assistentes sociais em fortalecerem a base científico-profissional, comprometida com as lutas sociais em direção à politização dos processos societários e ao fortalecimento da participação popular, a pesquisa em todas as dimensões da profissão deve expressar a luta e a resistência dos(as) profissionais para subsidiar uma prática profissional crítica e propositiva. Tanto como instrumento de luta e resistência, quanto para alcançar uma atitude investigativa e interventiva comprometida com a classe trabalhadora, a pesquisa faz-se fundamental também para “adensar a abordagem direta da obra de Marx e não somente de seus comentadores” (CLOSS, 2015, p. 260).

A construção, em um passado recente, e a resistência, em tempos de neoliberalismo, da perspectiva crítica, em todas as dimensões da profissão, expressam o esforço do fortalecimento da pesquisa para os(as) assistentes sociais. Esse processo permeia a profissão, sobretudo, pela produção do conhecimento através de publicações e consolidação dos periódicos na área. Manifesta-se, além disso, na capacidade de interlocução entre pesquisadores provindos do Serviço Social com outros vinculados a diferentes áreas, ampliando a inserção e a interlocução interdisciplinar e o reconhecimento da perspectiva histórico-dialética.

A produção do conhecimento fundamentada no aporte sócio-histórico da análise do real constitui-se, assim, campo fértil para uma abordagem que privilegie “a unidade dos elementos que são constitutivos da teoria social marxiana, sob pena de reforçar errôneas compreensões ‘economicistas”” (CLOSS, 2015, p. 261). No tocante a essa dimensão da profissão, analisamos a penetração da temática, a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, nos periódicos reconhecidos pela CAPES na área Serviço Social, que estão vinculados aos Programas de Pós-Graduação. Além destes, pesquisamos os periódicos Serviço Social e Sociedade e Temporalis devido à relevância e contribuição que possuem para a produção intelectual da área, apesar de não estarem vinculados diretamente a nenhum Programa de pós-graduação, como indicado, a seguir, na tabela 13.

**Tabela 13. Periódicos vinculados aos Programas de pós-graduação na área Serviço Social**

Programas	Editora UF/	Periódicos	Quantidade de Volumes
Serviço Social/ PUC-RJ	RJ	O Social em Questão	36
Serviço Social/ PUC-RS	RS	Textos e Contextos	26
Política Social/ UCPEL	RS	Sociedade em Debate	42
Política Social/ UnB	DF	SER Social	39
Serviço Social e Política Social/ UEL	PR	Serviço Social em Revista	37
Serviço Social/ UNESP-Franca	SP	Serviço Social e Realidade	8
Serviço Social/ UERJ	RJ	Em Pauta	20
Política Social/ UFES	ES	Argumentum	16
Serviço Social/ UFJF	MG	Libertas	22
Políticas Públicas/ UFMA	MA	Revista de Políticas Públicas	40
Serviço Social/ UFRJ	RJ	Praia Vermelha	22
Serviço Social/ UFSC	SC	Katálysis	38
-----	Cortez/SP	Serviço Social e Sociedade*	128
-----	ABEPSS/DF	Temporalis**	27
<b>Total</b>			<b>501</b>

**Fonte: Elaboração própria com base nos sítios eletrônicos da CAPES, PPG e periódicos.**

Notas: \* Pesquisamos todos os volumes da revista Serviço Social e Sociedade, do ano 1979 (primeira publicação) ao primeiro trimestre de 2017, que marca a revista de número 128.

\*\* Encontramos 14 volumes impressos da revista Temporalis do ano 2000 (primeira publicação) ao de 2007 e mais 13 volumes disponibilizados online do ano 2010 a 2016.

Desses 14 (quatorze) periódicos, constatamos que a temática aparece como central em pelo menos 1 volume dos seguintes periódicos: a) Praia Vermelha (volume 19, n.2, ano 2009), tema: Questão ambiental – o planeta em risco?; b) Revista de Políticas Públicas (volume 15, n.1, ano 2011), com o tema: Políticas Públicas: Questão Agrária e Meio-Ambiente; c) Temporalis (n. 24, ano 2012), com o tema: Questão

agrária, urbana, ambiental e Serviço Social; d) *Katálysis* (volume 15, n.1, ano 2012), tema: Relações Sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais; e) *Textos e Contextos* (volume 11, n. 2, ano 2012), tema: Urbanismo, território e meio ambiente.

Cabe ressaltar que esses periódicos estão vinculados aos PPG com maior produção de teses e dissertações na área Serviço Social, como demonstramos no gráfico 5, com exceção do periódico *O Social em Questão* (PUC-RJ), pois embora não possua um volume com as palavras-chave: questão ambiental e desenvolvimento sustentável, aborda os seguintes temas: *Cultura e Sustentabilidade* (n.10, ano 2003); *Desenvolvimento Socioambiental local* (n.18, 2007) e *Desastres e Justiça Ambiental* (n.33, ano 2015).

Nos 5 (cinco) periódicos citados encontramos 14 (quatorze) artigos com as palavras-chave questão ambiental e desenvolvimento sustentável no decorrer do texto, como ilustra o quadro 4.



**Quadro 4. Artigos na temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável em seus respectivos periódicos (continua)**

Periódicos	Títulos dos artigos	Autor(es)	Caráter dos artigos*	Grupos temáticos
Textos e Contextos	Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional	Mariane Sauer; Edaléa Maria Ribeiro	Pesquisa	Questão ambiental e Serviço Social
Revista de Políticas Públicas	“Questão ambiental” e a política de meio ambiente: desafios ao Serviço Social brasileiro	Nailsa Maria Souza Araújo; Ana Régia Santos Oliveira; Elaine Souza da Silva; Jailson Ramos Messias	Pesquisa	Questão ambiental e Serviço Social
Praia Vermelha	“Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”	Ronaldo Coutinho	Ensaio teórico	(In) Sustentabilidade e lógica destrutiva do capital
	A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade	Ana Elizabete Mota; Maria das Graças e Silva	Ensaio teórico	(In) Sustentabilidade e lógica destrutiva do capital
	A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental	Rachel Zacarias	Ensaio teórico	(In) Sustentabilidade e lógica destrutiva do capital
	O meio ambiente sob a ótica das políticas de empreendedorismo urbano: a natureza como espetáculo e produto de consumo	Isabel Cristina da Costa Cardoso	Ensaio teórico	Gestão ambiental pública e desenvolvimento sustentável
Katálysis	A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável	Rosana de Carvalho Martinelli Freitas; Camila Magalhães Nélsis; Letícia Soares Nunes	Pesquisa	(In) Sustentabilidade e lógica destrutiva do capital
	“Consumo consciente”: o ecocapitalismo como ideologia	Maria das Graças e Silva; Nailsa Maria Souza Araújo; Josiane Soares Santos	Ensaio teórico	(In) Sustentabilidade e lógica destrutiva do capital
	Gestão pública da questão ambiental e tessituras das cidades brasileiras: notas preliminares	Raimunda Nonata do Nascimento Santana; Salviana de Maria Pastor Santos Sousa	Ensaio teórico	Gestão ambiental pública e desenvolvimento sustentável

**Quadro 4. Artigos na temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável em seus respectivos periódicos (conclusão)**

Periódicos	Títulos dos artigos	Autor(es)	Caráter dos artigos*	Grupos temáticos
Katálysis	A questão ambiental e a condição da pobreza	Selma Maria Schons	Pesquisa	Questão ambiental e Serviço Social
Temporalis	Metabolismo social do capital, novas tecnologias e os desafios políticos aos trabalhadores: notas ao debate	Mônica A. Grossi Rodrigues	Ensaio teórico	(In) Sustentabilidade e lógica destrutiva do capital
	Economia verde: a nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo	Nailsa Maria Souza Araújo; Maria das Graças e Silva	Ensaio teórico	(In) Sustentabilidade e lógica destrutiva do capital
	A questão agrária, urbana e ambiental na Amazônia brasileira: notas para o debate	Nádia Socorro Fialho Nascimento	Ensaio teórico	Inter-relação entre questão agrária, urbana e ambiental; Projetos de desenvolvimento capitalista
	A questão urbana e a produção acadêmica do Serviço Social brasileiro em foco	Eliana Costa Guerra; Maria Clariça Ribeiro Guimarães; Raquel Cardozo da Silva	Ensaio teórico	Questão ambiental e Serviço Social

**Fonte: Elaboração própria com base nos sítios eletrônicos dos periódicos.**

Nota: \* Esta classificação dos artigos teve como inspiração Lara (2008, p.46), ao afirmar que faz-se necessário “somente para exposição do conteúdo, pois acreditamos que tanto os ensaios teóricos como os resultados de pesquisa têm suas origens em pesquisas realizadas pelos autores”.

Através desses artigos elencados nas revistas temáticas presumimos que a dimensão investigativa vem se ampliando a partir de pesquisas teóricas e de pesquisas de campo resultantes de reflexões acadêmicas e de sínteses de pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado. Essa temática entrelaçada ao debate sobre as relações sociais capitalistas alcança relevância entre as áreas de investigação do Serviço Social.

Desse modo, após a leitura dos artigos, identificamos grupos temáticos que expressam as particularidades dos textos; alguns deles compõem mais de um grupo temático, como: a) (in)sustentabilidade e lógica destrutiva do capital; b) gestão ambiental pública e desenvolvimento sustentável; c) projetos de desenvolvimento capitalista; d) inter-relação entre questão agrária, urbana e ambiental; e) questão ambiental e Serviço Social. A sistematização desses grupos reflete as particularidades

das pesquisas inseridas na totalidade social, e a realizamos com o propósito de organizar a exposição central dos conteúdos, assim, ocorreu com base nesses e não nos títulos dos artigos (LARA, 2008). Apesar de serem condizentes (os títulos com os conteúdos), em alguns artigos o termo desenvolvimento sustentável é apenas citado, por exemplo, na titulação de um documento: “Agenda 2015 - Plano de Desenvolvimento Sustentável”, ou aparece nas notas de rodapé ou nas referências.

Podemos inferir, a partir desses grupos temáticos, as tendências da produção do conhecimento em Serviço Social sobre a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável. A abordagem mais recorrente entre os artigos situa-se na problematização do desenvolvimento sustentável, onde os autores advogam a tese da insustentabilidade e da lógica destrutiva do capital.

A concepção de desenvolvimento sustentável explicitada nessas produções é de que se trata de uma construção ideológica e política proposta nos acordos internacionais para enfrentar a crise ambiental; contudo, as formas de enfrentamento não significam qualquer possibilidade de superação do capitalismo. Nos referidos artigos os autores concebem que as forças produtivas se apropriam privadamente da natureza gerando a sua destruição, posto que ao modo capitalista de produção importa transformar a natureza em mercadoria.

Consoante esses autores, privilegia-se na proposta hegemônica do desenvolvimento sustentável o enfoque no comportamento individual, ao atribuir para todos, sem distinção de classes, a responsabilidade pela preservação e pela degradação da natureza. Nessa proposta, a idealização da sustentabilidade supõe um conjunto de ações e iniciativas para minimizar a devastação capitalista em todas as esferas da vida social, como: o consumo consciente que evite o desperdício, o uso de tecnologias limpas, priorizando a técnica no tratamento da questão ambiental, operações como crédito de carbono<sup>108</sup>. Essas são algumas das orientações que demonstram, embasadas na teoria crítica, o fetiche do desenvolvimento sustentável como parte da estratégia da reprodução do capital.

Os artigos sobre gestão ambiental pública e desenvolvimento sustentável criticam a mercantilização dos espaços públicos, a ação destrutiva do meio ambiente

---

<sup>108</sup> De acordo com Araújo e Silva (2012, p. 132), além de o mecanismo das transações envolvendo os créditos de carbono não ser “eficaz no combate às mudanças climáticas, corre-se o risco de que este venha a reduzir-se a uma operação financeira para dar lucros aos seus investidores, permitindo que um dado ecossistema seja prejudicado para favorecer a exploração comercial do outro, como afirmação do direito de poluir”.

no urbano, os esforços realizados pela gestão pública em prol da sustentabilidade das cidades brasileiras e o quanto as políticas de empreendedorismo aprofundam a concepção de cidade como uma mercadoria. Interessa à cadeia produtiva do turismo e do entretenimento os atrativos do meio ambiente; assim, o sucesso das políticas de empreendedorismo significa transformar “a natureza em espetáculo a ser consumido”. No entanto, as cidades brasileiras são marcadas por um “modo de vida desigual, ambientalmente e socialmente insustentável”.

A discussão sobre os projetos de desenvolvimento capitalista problematiza o padrão de desenvolvimento brasileiro, firmado em grandes projetos (monocultivo, mineração, construção de hidrelétricas, entre outros) e direcionados à expansão do capital, com apoio do Estado e expropriação dos bens naturais. A Amazônia consiste em um caso emblemático da expropriação da riqueza de recursos naturais no Brasil.

Os grandes projetos produzem e reproduzem as manifestações da questão social, ao afetarem a saúde da população, reduzirem a biodiversidade, gerarem poluição, insegurança hídrica e química e expulsarem as pessoas do campo para as cidades, acelerando o processo de urbanização. Esses aspectos demonstram a inter-relação das questões agrária, urbana e ambiental.

Manifestações dessas questões, como a violência (no campo e urbana) e a destrutividade, perpassam a totalidade da vida social, bem como as fases da inserção do Brasil, no capitalismo, são determinadas por interesses privados.

A terra, a cidade e os recursos naturais estão nas posses do capital, que os explora e saqueia em movimentos virulentos, nos quais os mais afetados são os povos nativos (ribeirinhos, indígenas, agricultores, quilombolas, seringueiros, entre outros), confrontados por interesses opostos aos seus modos de ser e viver, pois prevalecem aqueles regidos pela racionalidade do capital. Assim, as questões agrária, urbana e ambiental são produtos do desenvolvimento das forças produtivas e dos conflitos provocados pela sociabilidade capitalista, havendo, portanto, uma unidade indissociável com o capitalismo.

No texto sobre a questão urbana e o Serviço Social, as autoras analisaram os artigos dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizados no início do século XXI, e evidenciam, através do número de trabalhos apresentados, o esforço de sistematização e pesquisa da categoria profissional. Os demais textos do grupo temático questão ambiental e Serviço Social abordam os desafios para a atuação do Serviço Social no âmbito da questão ambiental e da

política de meio ambiente e problematizam que o processo de gestão pública nessa área tem enfatizado a educação ambiental (reconhecida como Política Pública pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999)<sup>109</sup> como uma das ações de enfrentamento da questão ambiental por parte do Estado.

Ainda quanto aos desafios ao exercício profissional, destacam as autoras a ausência de um órgão fiscalizador para a dimensão social diante dos impactos decorrentes da construção de empreendimentos, posto que a inexistência desse órgão obstaculiza a análise técnica dos estudos realizados em campo pelos(as) assistentes sociais. Consideram que para atuação profissional nessa área, a ampliação do debate faz-se imprescindível, haja vista que a posição assumida pelo(a) profissional advém dos debates que ocorrem, inicialmente, na Universidade, os quais instrumentalizam a leitura crítica da realidade.

No cerne do debate sobre o ambientalismo, e na disputa por sua direção política, diversas correntes de pensamento se constituem moldando a intervenção intelectual e política. Embora amadurecida a interlocução teórica dos(as) assistentes sociais com expoentes da teoria social crítica, constatamos, com base na análise dos artigos, a presença de influências teóricas divergentes à tradição marxista, a exemplo do artigo que discute sobre a questão ambiental e a condição da pobreza, onde o enfoque abordado privilegia a individualização no enfrentamento da questão ambiental e de que esta tem como expressão o aquecimento global.

Em linhas gerais, os textos dos periódicos contribuem para a produção do conhecimento através de debates teóricos e interventivos no âmbito das relações capitalistas de produção e da destrutividade ambiental, dialogando ou não com o Serviço Social. Expressam a articulação interdisciplinar do Serviço Social com as demais áreas do conhecimento por meio das pesquisas realizadas, sobretudo, pelos Programas de Pós-graduação.

O acirramento da questão ambiental e da questão social reflete-se no aumento das demandas para os(as) assistentes sociais, que devem contribuir para amplificar a

---

<sup>109</sup> Sobre esta Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, Layrargues (2006, p. 9) analisa suas características situando-a na conjuntura brasileira. Considera que não houve participação dos educadores ambientais em sua elaboração, e que a sua implementação aconteceu sem as devidas condições sociais, acadêmicas e políticas. Para este autor, as características da Lei significam “uma estratégia ideológica preventiva para evitar que a concepção de educação ambiental definida nos termos legais assumisse contornos próximos do modelo já discutido no México, segundo se verifica nos trabalhos de Peralta (1997), Ruiz (1997) e González-Gaudio (2001), que identificam na ‘educação popular ambiental’ um modelo apropriado às condições latino-americanas”.

voz dos trabalhadores. No editorial do periódico *Katálysis*, Layrargues (2012, p. 12) afirmou que através da “vivência profissional, e por que não dizer, militante, o assistente social é uma testemunha viva da insustentabilidade desse modelo produtivo”.

Identificamos também uma diversidade de temas no processo de construção do conhecimento, de modo que entre todos os periódicos explicitados na tabela 13, ou seja, mesmo aqueles sem volumes direcionados à temática em análise, possuem pelo menos um artigo que aborde o debate ambiental. Contudo, em sua grande maioria, com objetos de estudo transversais à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável, como: a relação entre gênero, trabalho e pesca artesanal; saúde do trabalhador; catadores de materiais recicláveis; trabalho extrativista; população tradicional; participação social; agricultura familiar; educação ambiental; agroecologia; economia verde; economia solidária; desenvolvimento local, regional e socioambiental; territorialidade; direito ao meio ambiente e água saudável; assentamentos de reforma agrária; trabalhadores rurais; questão urbana; crise ambiental; capitalismo; marxismo; terceiro setor e sustentabilidade.

Assim, concordamos com Silva (2010, p. 146), que para o Serviço Social esse debate tem aparecido nos últimos anos, sobretudo, “como uma temática transversal às outras áreas já tradicionalmente pesquisadas, quais sejam: questão agrária e urbana, saneamento, populações tradicionais, formação profissional, mundo do trabalho, juventude etc.”. Essa diversidade de temáticas aparece em um número restrito de trabalhos, quando vinculada ao Serviço Social, conforme o quadro 5.

**Quadro 5. Artigos na temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável vinculados ao Serviço Social**

Periódico	Título do Trabalho	Autor(es)	Ano
Sociedade em Debate	A Educação Ambiental e a atuação do Assistente Social	Letícia Soares Nunes; Amanda Gomes de Medeiros Silva	2014
Revista de Políticas Públicas	“Questão ambiental” e a política de meio ambiente: desafios ao Serviço Social brasileiro	Nailsa Maria Souza Araújo; Ana Régia Santos Oliveira; Elaine Souza da Silva; Jailson Ramos Messias	2011
Em Pauta	Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social	Joaquina Barata Teixeira	2008
Textos e Contextos	Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional	Mariane Sauer; Edaléa Maria Ribeiro	2012
	A questão socioambiental e a atuação do assistente social	Letícia Soares Nunes	2013
Serviço Social em Revista	Conversando sobre as questões ambientais e o Serviço Social	Maria Clementina Espiler Colito; Angela Maria de Melo Pagani	1999
Temporalis	A concepção de questão socioambiental e o Serviço Social;	Letícia Soares Nunes; Amanda Gomes de Medeiros Silva	2013
	GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	Cristina Simões Bezerra; Debora Nascimento; Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz; Tatiana Dahmer Pereira	2014
Serviço Social e Realidade	Consciência ecológica e comunidade sustentável: desafios para o Serviço Social	Denise F. Dornelles	2008

**Fonte: Elaboração própria com base nos sítios eletrônicos dos periódicos.**

A pesquisa é fundamental para ampliação do debate da temática, objeto deste estudo, no Serviço Social. A contribuição, entre outros elementos, poderia resultar em: problematização, produção intelectual e discussão nos espaços da formação profissional (graduação e pós-graduação), que, por conseguinte, aproximariam os(as) assistentes sociais, ao se identificarem para atuar na área de um campo de trabalho.

Reafirmamos a importância e contribuição da pesquisa embasada na teoria social crítica, que se expressa no estudo marxista acerca da relação contraditória entre capital e natureza. Decerto, a “crise ambiental atual não pôde ser prevista por

Marx, e não o foi. Mas tampouco pode-se atribuir-lhe um desinteresse pelo futuro do mundo natural. Todas as suas formulações partem de uma filosofia de união do ser humano com a natureza” (FOLADORI, 1997, p. 145). A base dos estudos de Marx “foi a análise do sistema capitalista e de seus efeitos sobre a classe operária. Não obstante, seu método lhe permitiu ver mais além do seu objeto de estudo, assinalando os impactos concomitantes da produção capitalista sobre a natureza” (FOLADORI, 1997, p. 145).

Desse modo, estudiosos marxistas enfatizam a existência de passagens ou “pistas”, conforme Löwy (2005), sobre a discussão em alguns textos de Marx e de Engels. Esse posicionamento é mais nítido, sobretudo, quando há o entendimento de que “a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical” (LÖWY, 2005, p. 20).

Segundo Foster (2005, p. 197),

[...] só nas propostas deles [Marx e Engels] sobre como começar a construir uma sociedade de produtores associados [...] enfatizam o que se pode adequadamente chamar de fatores ecológicos [...] [mas] não trataram a destruição ambiental em geral [...] como um fator de primeira importância no movimento revolucionário contra o capitalismo, visto por eles como iminente.

Esse autor percebe nos escritos de Marx, mais precisamente em *O Capital*, o desenvolvimento de uma concepção materialista da história e de uma concepção materialista da natureza ao abordar “a sua teoria da interação metabólica<sup>110</sup> da natureza com a sociedade” (FOSTER, 2005, p. 198). Marx e Engels (1991, p. 68), compreendiam o homem como parte da natureza e, na *Ideologia Alemã*, se contrapondo a Feuerbach, refutaram “‘as oposições em natureza e história’, como se as duas ‘coisas’ fossem separadas uma da outra, como se o homem não se encontrasse sempre em face de uma natureza histórica e de uma história natural”.

Marx foi além do conceito de metabolismo, ao constatar que na relação metabólica entre os seres humanos e a terra (no sentido de solo) existe uma falha, denominada de falha metabólica, que significa a relação antagônica do homem com a base de sua existência, pois a “‘produção capitalista’, observou Marx, ‘volta-se para a terra só depois que esta foi exaurida pela sua influência e depois que as suas qualidades naturais foram por ela devastadas’” (FOSTER, 2005, p. 229).

---

<sup>110</sup> Foster (2005, p. 201), com base em Marx, afirma que “o conceito de “metabolismo” (*Stoffwechsel*) foi empregado para definir o processo de trabalho como ‘um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza’”.



A crítica de Marx e de Engels à agricultura capitalista coincide com a eclosão da segunda revolução agrícola (1830-1880)<sup>111</sup>, caracterizada “pelo crescimento de uma indústria de fertilizantes e pelo desenvolvimento da química de solos” (FOSTER, 2005, p. 210). Assim, denunciaram a degradação ambiental “no início dos anos 40 do século XIX”, contrários ao discurso “de que tais formas de desenvolvimento eram inevitavelmente inerentes à ‘essência humana’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 53), advertindo que o desenvolvimento da humanidade não precisava ser regido pela lógica destrutiva do capitalismo.

Consoante define Foladori (1999, p. 82), são três as correntes nas Ciências Econômicas que abordam a questão ambiental: a economia ambiental, a economia ecológica e a economia marxista. Duas dessas correntes, os ambientalistas e os ecologistas, tecem críticas ao marxismo: de que é produtivista e de que não incorporou a natureza em sua teoria do valor. Contudo, afirma Foladori (1999, p. 91), ao elucidar os equívocos dessas críticas:

São as relações capitalistas que não dão preço aos recursos da natureza não monopolizável, ou aos desperdícios contaminantes. Marx somente revela o que ocorre na realidade. Mas, como sói acontecer, os economistas neoclássicos e ecológicos confundem a realidade material com as teorias. E, como elas são teorias para corrigir o capitalismo, outorgando preço ao que não tem, ou extrapolando medidas físicas à economia, quiseram que também Marx desse uma idéia de como melhorar as relações capitalistas com a natureza, e se negam a entender que a teoria de Marx se propõe a desmascarar as contradições do capitalismo, e não a corrigi-lo.

Desse modo, ele testifica a validade das contribuições de Marx no âmbito da questão ambiental, as quais fornecem elementos “para compreender as causas e tendências do comportamento do ser humano com seu ambiente” (FOLADORI, 1999, p. 83), ao mesmo tempo que demonstra os limites da economia neoclássica-keynesiana e ecológica, haja vista que as soluções, quando propostas, visam a reprodução do sistema e não explicam as causas da questão ambiental.

Essas são demarcações teóricas essenciais para distinguir as causas e consequências da destrutividade capitalista para a natureza e para a sociedade em

---

<sup>111</sup> Foster (2005, p. 212) resgata as raízes históricas dessa revolução, esclarecendo que “Nas décadas de 1820 e 1830, na Grã-Bretanha, e logo depois nas outras economias capitalistas em desenvolvimento da Europa e da América do Norte, preocupações difusas com a “exaustão do solo” levaram a um pânico virtual e a um aumento fenomenal da demanda por fertilizante. Os agricultores europeus da época invadiram os campos de batalha napoleônicos de Waterloo e Austerlitz e cavaram catacumbas, de tão desesperados que estavam por ossos para espalhar sobre os seus campos”. Estava, portanto, vinculada a necessidade de fertilidade do solo, que estava se perdendo, para alimentar a agricultura capitalista.

sua totalidade. Ainda mais em um contexto respaldado nas diversas esferas da vida social por influências conservadoras e por mediações contraditórias.

Apesar da tradição da teoria social crítica incidir na profissão há mais de três décadas, esse processo não se concretiza de forma homogênea. Além disso, o referencial marxista só se concretiza na medida em que o fundamento teórico esteja articulado a uma prática transformadora no cotidiano profissional.

#### **4.2. A PRÁTICA INTERVENTIVA ENTRE AS “VELHAS” E AS “NOVAS” DEMANDAS**

Os países capitalistas buscam estratégias para fomentar o desenvolvimento econômico através da ampliação da oferta de energia, reproduzindo a lógica do sistema de usufruir dos recursos naturais e das forças produtivas para o máximo benefício do capital. No Brasil, a Eletrobrás é a maior empresa do setor elétrico que atua na geração<sup>112</sup> e transmissão de energia, além de contribuir com a etapa da distribuição (nos estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima); desenvolve atividades na área de eficiência energética e nos programas do governo federal, como: Procel (voltado para a eficiência energética); Luz para Todos (visa a universalização do acesso à eletricidade) e Proinfa (incentiva fontes alternativas de energia).

Na particularidade do setor elétrico estatal, a Eletrobrás desponta como a empresa de maior representatividade e influência em todas as regiões do país; representada na região Norte pela subsidiária Eletronorte, possui assistentes sociais no seu quadro técnico em oito dos nove estados da Amazônia Legal, com exceção do Acre. A área das empresas alcançou visibilidade como um dos campos de atuação do Serviço Social nos anos 1960, ampliando-se de forma significativa nos anos 1970 e, sobretudo, na década de 1980, devido à conjuntura favorável advinda das conquistas da classe trabalhadora expressas no “massivo processo de organização política, a exemplo da fundação de partidos, sindicatos, comissões de fábrica, entre outras

---

<sup>112</sup> Segundo informações disponíveis no sítio eletrônico da Eletrobrás, julho de 2017, esta empresa atua em 47 usinas hidrelétricas, 144 termelétricas (gás natural, óleo e carvão), 2 term nucleares, 69 usinas eólicas e 1 usina solar. Disponível em: <http://eletrobras.com/pt/Paginas/Areas-de-Atuacao.aspx>

representações, imprimindo formas combativas na sua relação com o capital” (AMARAL; CESAR, 2009, p. 413).

Tanto a Eletronorte quanto o CESTE não têm como atividade fim a execução das obras para construção de hidrelétricas, nem de outras fontes de geração de energia, sendo realizadas por empresas construtoras e empreiteiras. Na fase de execução das obras, cabe à Eletronorte a fiscalização, consoante o relato de uma assistente social, entrevista realizada em 12 de janeiro de 2016:

Por exemplo, tem o departamento de engenharia e a Eletronorte ganhou aquele leilão, digamos, então a Eletronorte vai fazer a licitação para uma empresa desenvolver aquela obra aí ela vai determinando todos os aspectos [...] como deve ser a realização e aí a empresa fiscaliza aquela execução e depois que tá tudo ok, aí ela recebe a obra pronta para fazer a operação da obra, da linha.

A Eletronorte, de acordo com a definição no seu sítio eletrônico<sup>113</sup>, “é uma concessionária de serviço público de energia elétrica [...] gera e fornece energia elétrica aos nove estados da Amazônia Legal [...] Por meio do Sistema Interligado Nacional - SIN, também fornece energia a compradores das demais regiões do País”. Em linhas gerais, compete à Eletronorte a operação dos seus parques termelétricos e de suas quatro hidrelétricas: Coaracy Nunes (AP), Balbina (AM), Samuel (RO) e Tucuruí (PA).

Assim, no âmbito da Eletronorte, a execução das obras fica a cargo de empresas contratadas e terceirizadas que possuem, em geral, assistentes sociais em suas equipes técnicas responsáveis pelo acompanhamento das obras. Os(as) assistentes sociais da Eletronorte têm desenvolvido suas atividades para o público interno, aos trabalhadores e, em situações específicas, aos familiares, de modo que suas funções estão direcionadas às questões do trabalho e dos trabalhadores.

Esse é um dos aspectos que difere a atuação dos(as) assistentes sociais da Eletronorte em relação à intervenção no CESTE, o qual também não é responsável pela execução das obras, e sim pela operação da hidrelétrica Estreito, mas os(as) assistentes sociais contratados(as) por esse Consórcio atuaram antes, durante e por um determinado período depois da implantação da usina. A prática interventiva no CESTE esteve direcionada para o público externo, por meio do contato com a população e com as comunidades diretamente afetadas no entorno do empreendimento.

---

<sup>113</sup> Disponível em: <http://www.eletronorte.gov.br/opencms/opencms/aEmpresa/>

Enquanto relação pedagógica, a prática do Serviço Social é inscrita “no campo das atividades educativas formadoras da **cultura**, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 594). As atividades educativas na perspectiva crítica da realidade são desenvolvidas em todos os espaços ocupacionais nos sistemas de controle social, tendo presente os limites e as possibilidades que perpassam a demanda profissional, incentivadas por novas exigências profissionais advindas do mundo do trabalho e da classe trabalhadora em luta.

Dessa maneira, a profissão exerce uma função pedagógica em suas relações na sociedade, “que se definem a partir dos projetos socioeducativos e de controle social das classes sociais” (LOPES; ABREU; CARDOSO, 2014, p. 201), materializada nas estratégias educativas desenvolvidas pelos(as) assistentes sociais na Eletronorte e no CESTE. Segundo Abreu (2004; 2011a), estas estratégias educativas podem ser subalternizantes (sob o viés das pedagogias da “ajuda” e da “participação”, defendendo a manutenção do capitalismo e da condição subalterna da classe trabalhadora) e emancipatórias (com resistências e enfrentamentos da classe trabalhadora pela superação do capitalismo e da cultura dominante para construção de uma nova e superior).

Entre as quatro dimensões da profissão, a intervenção é a mais complexa, pois são diversos os desafios da função pedagógica na perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, a qual norteia o Serviço Social brasileiro a partir do processo de ruptura com o pensamento conservador quando a profissão incorporou desde os anos 1970 o arcabouço teórico-metodológico da teoria social crítica. A função pedagógica do(a) assistente social na organização/reorganização da cultura tem sido tensionada desde os anos 1990, vez que o ideário neoliberal enfraquece a resistência e a luta ao projeto emancipatório (ABREU, 2011a).

No processo histórico de institucionalização do Serviço Social no Brasil, as empresas não ocuparam destaque como campo de trabalho empregador de assistentes sociais, apesar de experiências pontuais nos anos 1940, quando entidades como o Serviço Social da Indústria (SESI) e o SESC, empregadoras de assistentes sociais, precederam a atuação do Serviço Social na empresa, a qual só se tornou “reconhecida, em ampla escala, a partir da década de 70” (MOTA, 1985, p. 113). Está, portanto, vinculada ao momento histórico do capitalismo, requerente de

“maior eficiência e maior racionalidade no processo de trabalho” (MOTA, 1985, p. 113).

Essa requisição decorreu da crise estrutural do capital que impulsionou transformações na esfera da produção, impactou a acumulação capitalista, a gestão do trabalho e o modo de ser e viver dos trabalhadores. Até então os países capitalistas centrais mantiveram um “equilíbrio” na articulação entre o padrão taylorista/fordista de produção em larga escala, as experiências dos Estados de bem-estar social e a organização dos sindicatos de trabalhadores.

Entre as estratégias de enfrentamento à crise pelo capital, destacam-se: a reestruturação produtiva, a mundialização financeira, mecanismos de gestão do trabalho e de construção da hegemonia do grande capital (MOTA, 2009). Nos países de capitalismo central, o padrão de organização do trabalho denominado taylorista/fordista precedeu à reestruturação produtiva.

Referimo-nos ao padrão taylorista/fordista, pois consideramos que os princípios de Frederick Taylor formaram a base das ideias de Henry Ford, constituindo-se até meados dos anos 1970 nos principais sistemas da organização capitalista do trabalho. Esses princípios expandiram-se (juntos) entre as duas guerras mundiais, e, sobretudo, a partir dos anos 1950, quando surgiram novas pesquisas no âmbito da organização do trabalho com maior influência dos experimentos realizados por Ford.

A rigidez nas funções implicava em restrita exigência de aprendizado e nula intervenção criativa dos trabalhadores no processo produtivo, significava, portanto, que não se exigiam maiores qualificações (educacional e profissional). Para esse entendimento, Gramsci (2001, p. 266) esclareceu sobre a expressão “gorila amestrado” utilizada por Taylor, no sentido de que o industrial norte-americano considerava como “objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência”.

Destarte, valoriza-se a capacidade produtiva no aspecto físico em detrimento da capacidade intelectual, que fora aprisionada, em um processo marcado pela simplificação e uniformização. Em termos gerais, indica Antunes (2005, p. 191):

Entendemos o taylorismo e o fordismo como o padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril.

Com esses traços constitutivos, resta aos “trabalhadores cumprir tarefas diárias num tempo previamente determinado pela empresa, ficando a cargo dessa última a definição, portanto, de todos os detalhes e, no caso de falhas, de sua rápida substituição” (PINTO, 2010, p. 32). Assim, todas as potencialidades individuais dos trabalhadores “são praticamente dispensáveis no sistema taylorista/fordista - salvo a capacidade de conseguir abstrair-se de sua própria vontade durante um longo período de tempo de sua vida” (PINTO, 2010, p. 39). Por isso, a exigência por trabalhadores “perfeitos” em todos os aspectos de suas vidas, resultando em “altos níveis de absenteísmo e, conseqüentemente, de rotatividade nos quadros das empresas, especialmente (mas não somente) os mais próximos às esferas operacionais” (PINTO, 2010, p. 39).

A configuração desse sistema de organização com inovações nos processos de trabalho resultou, de um lado, em alta produtividade para os capitalistas em prol da acumulação e da lógica do mercado; e, por outro lado, em exploração dos trabalhadores através do aumento da mais-valia. Ademais, o aprofundamento da degradação do meio ambiente, já que para uma produção, em massa, incutiu na sociedade a postura de consumidores de massa de produtos padronizados.

O referido padrão experimentado nos Estados Unidos, posteriormente difundido em terras estrangeiras, expressa o modo de vida norte-americano - cultura -, nos termos de Gramsci: Americanismo e fordismo. Para o pensador italiano, devido às condições próprias da América do Norte “já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho” (GRAMSCI, 2001, p. 247). De modo que essa “racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (GRAMSCI, 2001, p. 248).

Adequações de interesse do industrial para criação de um tipo novo de trabalhador e de homem, mesclando coerção (através do emprego da força no desmantelamento do sindicalismo operário) e consenso (em processos educativos e de persuasão, como: altos salários, benefícios sociais e propagandas de cunho ideológico e político) objetivados para que a vida do país estivesse centrada na produção. As formas de intervenção estavam voltadas para evitar o esgotamento psicológico e físico dos trabalhadores e formar uma nova sociabilidade. Desse modo, os industriais se interessaram pelas relações pessoais dos trabalhadores - no âmbito

da questão sexual; estabilidade nas relações sexuais; organização das famílias; consumo de álcool - resultando no controle e rígida disciplina para além das fábricas.

Nesse sentido, “as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho” (GRAMSCI, 2001, p. 267). À medida que explorava ao máximo a força de trabalho, carecia o industrial de um quadro estável de trabalhadores, daí as estratégias para “retribuir” a dedicação, não provocar maiores agravos à saúde física e psíquica dos trabalhadores e com isso “toda uma série de cautelas e iniciativas ‘educacionais’” (GRAMSCI, 2001, p. 272).

Além de inovações tecnológicas no mundo do trabalho e as medidas de controle social para adequar o modo de pensar e agir às necessidades daquele padrão produtivo e de trabalho, forjaram-se novas formas de reprodução e organização da força de trabalho. Dentre os setores específicos nas fábricas foi inserido um departamento, denominado de recursos humanos, com o propósito de adaptar e organizar a vida privada dos trabalhadores aos interesses da empresa atuando “dentro e fora” das corporações.

As medidas de controle social tinham como objetivo combater as resistências<sup>114</sup> dos trabalhadores à acumulação capitalista, mas ao lado do conformismo imposto à classe trabalhadora encontra-se a capacidade pensante e intelectual própria do ser humano. Para que se concretizasse o desmonte dos movimentos de organização dos trabalhadores formaram-se quadros técnicos para setores administrativos, de planejamento e supervisão, nos quais foram inseridos diversos profissionais, entre eles o assistente social. Assim, a necessidade de adequação às formas de racionalização taylorista/fordista impulsionou a profissionalização do Serviço Social (ABREU, 2011a).

Nas lutas por democratização das relações de trabalho, o confronto mais direto entre os trabalhadores organizados e o patronato ocorria nas corporações. Enquanto isso, as imposições de um mercado fortemente competitivo, globalizado e requerente de dinamicidade impulsionaram modificações nas empresas expressas na “crescente informatização de processos de trabalho, modernização das plantas industriais,

---

<sup>114</sup> O embate entre capital e trabalho teve força entre os anos 1950 a meados de 1980; entre as principais motivações das lutas sindicais, destacam-se: as lutas por melhores condições de trabalho e salários e expansão dos gastos sociais, conformando o padrão keynesiano.

implantação de programas de qualidade total, programas participativos, entre outras mudanças” (AMARAL; CESAR, 2009, p. 412).

Assim, emergiram novos processos de trabalho em torno da flexibilização da produção, substituindo ou combinando-se ao padrão dominante. A capacidade produtiva flexível requer um controle de qualidade para o trabalhador atuar em várias máquinas e com estoque mínimo de produção. Destacam-se “novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a ‘gestão participativa’, a busca da ‘qualidade total’” (ANTUNES, 2005, p. 24).

A inserção de elementos participativos nos sistemas de organização flexíveis também teve como propósito conter a resistência dos trabalhadores e ampliar a produtividade, envolvendo-os no ambiente de trabalho. Dessa forma, a lógica taylorista/fordista de organização do trabalho era mais despótica, portanto, “*qualitativamente* distinta” do padrão toyotista, este mais consensual e manipulatório (ANTUNES, 2005, p. 42).

Metamorfoses nos princípios da organização do trabalho ocorreram com as ideias desenvolvidas pelo engenheiro japonês Taiichi Ohno, na empresa *Toyota Motor Company*, denominadas de toyotismo, as quais, posterior à década de 1970, se expandiram para os países capitalistas ocidentais. Processos de automação e polivalência são apregoados para atingir baixos custos com um número limitado de trabalhadores. Segundo Antunes (2006, p. 18), a “retração de custos, mediante a redução da força de trabalho” caracterizou a reestruturação produtiva nos primórdios da década de 1980 no Brasil, em um processo de introdução do toyotismo combinado com as formas anteriores.

Ademais, para atingir maior produtividade, competitividade e lucratividade as empresas buscam estratégias político-econômicas de integrar ao discurso empresarial a chamada responsabilidade social, como se fosse um compromisso com o bem-estar dos trabalhadores, assim como a proposta de desenvolvimento sustentável aparece no discurso empresarial como um novo campo de intervenção.

Entre essas estratégias estabelecem mecanismos participacionistas dos trabalhadores para além do espaço interno das empresas, incentivando o “colaboracionismo e solidariedade entre sujeitos antagônicos na base das relações entre classes, no âmbito da produção e reprodução social” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 599). Com a proposta de responsabilidade social, as empresas investem “na



despolitização e na cooptação das organizações e lutas das classes subalternas” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 600).

As empresas capitalistas modernas tendem a seguir as exigências dos grandes grupos internacionais no que diz respeito às normas, padrões e comportamentos, a fim de obterem o reconhecimento como empresas socialmente responsáveis. Suas ações se destinam aos empregados, familiares, às comunidades impactadas por meio de um discurso travestido de responsabilidade empresarial com o social e com o meio ambiente no intuito de legitimar um aparente consenso entre as classes sociais (AMARAL; CESAR, 2009).

Nessa seara, despontou um leque de setores de trabalho para os(as) assistentes sociais nas empresas, como:

gestão de recursos humanos; programas participativos; desenvolvimento de equipes; ambiência organizacional; qualidade de vida no trabalho; voluntariado; ação comunitária; certificação social; educação ambiental etc. Podemos afirmar que essas frentes de trabalho estão relacionadas com os processos macrossociais contemporâneos que incidem na vida social e inflexionam as práticas sociais, nas quais se inclui a experiência profissional do assistente social (AMARAL; CESAR, 2009, p. 412).

Esclarecem Amaral e César (2009, p. 415), que a ampliação das oportunidades ocorreu por causa da necessidade do empresariado em “engendrar mecanismos sociopolíticos junto aos trabalhadores para dar legitimidade a tais mudanças, moldando, assim, novas formas de gestão e de relações de trabalho”. Essa necessidade do empresariado se intensificou a fim de promover uma “boa convivência” entre as reivindicações dos trabalhadores - que haviam estabelecido na organização da luta um confronto aberto com os capitalistas - e as transformações capitalistas.

Em vista disso, a intervenção do assistente social é marcada por contradições, nas quais se apresentam limites e possibilidades. As reivindicações dos trabalhadores impulsionavam os(as) assistentes sociais a compreender a realidade de forma crítica para “propor alternativas e negociar, junto às direções empresariais, o atendimento de necessidades fundamentais à reprodução da força de trabalho” (AMARAL; CESAR, 2009, p. 415).

A conjuntura brasileira, no início dos anos 1990, acumulou índices elevados de inflação na economia, pífio investimento público e privado e agravamento da questão social. Entre as principais medidas, o governo realizou a Reforma do Estado, em 1995,

aderiu ao neoliberalismo e ao ajuste fiscal, com ênfase na acumulação flexível que impõe:

à classe trabalhadora, de um lado, a precarização dos serviços públicos e a flexibilização de seus direitos, mediante o aumento da informalidade e do desemprego estrutural; ao empresariado nacional, de outro, uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, com a manutenção de acordos predatórios fundados em políticas monetaristas, ditadas por organismos de controle financeiro internacionais (PINTO, 2010, p. 52).

Malgrado as novas formas de gerenciamento e controle inauguradas pelas empresas, no século XXI ainda convivem setores atrasados e modernos, relações de trabalho estáveis e precárias, processos de trabalho que combinam atividades flexíveis com o padrão fordista. As relações e processos de trabalho mostram-se longe de serem homogêneas, de modo que o produto dessas formas diferenciadas implica exploração e desvalorização da força de trabalho.

No limiar do século XXI houve maiores mudanças com reforço no discurso empresarial aos padrões mais robustos de controle do comportamento dos trabalhadores, através do incentivo a: “múltiplas competências, a qualificação dos trabalhadores, a adaptabilidade da força de trabalho às transformações em curso, a participação e o envolvimento de seus ‘colaboradores’ nos objetivos empresariais” (AMARAL; CESAR, 2009, p. 412). O contexto que se desenhou fora composto por privatizações dos bens e serviços estatais; reduções de postos de trabalho; fusões transnacionais de empresas; redefinições no mercado de trabalho, nas condições de trabalho (organização da produção e processo de trabalho) nas empresas e na organização política dos trabalhadores, resultando em uma amplitude de questões que influenciam as lutas sociais e as formas de enfrentamento da questão social, bem como a intervenção profissional, desafiando mais uma vez a base do projeto ético-político do Serviço Social.

Desse modo, a intervenção profissional nas empresas é tensionada pelas determinações das mudanças no mundo do trabalho que impõem novas requisições e qualificações, as quais, devido à configuração do capital, são adversas à perspectiva do projeto ético-político profissional firmado na década de 1980. Segundo Abreu e Cardoso (2009, p. 601),

A reestruturação produtiva e as reformas institucionais, sob a orientação neoliberal, determinam inflexões no campo profissional do assistente social, provocadas pelas demandas postas pelo reordenamento das relações entre capital/trabalho, Estado/sociedade civil.

Reconhecendo estrategicamente que o engajamento dos funcionários, em suas múltiplas denominações “colaboradores” ou “associados”, é necessário aos métodos de produção, as empresas redimensionam o setor de recursos humanos para disseminar relações mais consensuais, de forma a manipular os trabalhadores em sua subjetividade. No cerne da lógica da reestruturação produtiva, propõe esse setor: qualificação da força de trabalho por meio de treinamentos; envolvimento dos trabalhadores incentivando o gerenciamento participativo para atingir as metas da empresa; avaliações e monitoramentos do clima organizacional; articulação entre os serviços sociais e a produtividade (AMARAL; CESAR, 2009).

Diante dessas renovações dos instrumentos de controle social nas relações de trabalho,

o exercício profissional é perpassado por uma nova racionalidade técnica e ideopolítica, no âmbito do gerenciamento de recursos humanos, que refuncionaliza o “tradicional” em prol do “moderno” e conjuga, no campo das atividades profissionais, **“velhas” e “novas” demandas**, exigindo dos assistentes sociais estratégias que assegurem sua legitimidade social (AMARAL; CESAR, 2009, p. 418, grifos nossos).

Significa que na intervenção profissional o que é considerado por essas autoras como as “velhas” demandas, se mantém; e a estas são incorporadas “novas” demandas através dos principais programas desenvolvidos pelas empresas, inserida essa combinação na particularidade da Eletronorte e do CESTE. As “novas” demandas na prática interventiva estão relacionadas, de forma geral, às transformações no mundo do trabalho e são também colocadas pela demanda da temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável no setor elétrico.

Assim, as “novas” demandas não são sinônimo de superação das “velhas” demandas, há uma combinação nos espaços interventivos. Mas, há possibilidades de ruptura com as velhas práticas se direcionadas pela perspectiva crítica do projeto societário emancipador e de enfrentamento às lutas.

Tanto na Eletronorte quanto no CESTE os(as) assistentes sociais compõem equipes multidisciplinares, formadas por enfermeiros, médicos, psicólogos, técnicos em segurança do trabalho, sociólogos, técnicos em informática. Na Eletronorte tem assistentes sociais com quase 30 (trinta) anos de atuação; a maioria das entrevistadas com mais de 10 (dez) anos no quadro efetivo e apenas uma com 6 (seis) anos de atuação na empresa, com vínculo de trabalho terceirizado, com rebatimentos, entre outros aspectos, na autonomia (relativa) profissional. De forma geral, quando

questionadas sobre esse aspecto, no âmbito das condições de trabalho, afirmaram a autonomia profissional relativa, segundo uma assistente social, entrevista realizada em 25 de janeiro de 2016:

No que diz respeito às nossas decisões, a elaboração de projeto, ao próprio parecer, e aí também sobre a nossa autonomia de desenvolver projetos. Na verdade, os projetos, as ações são todas idealizadas pela nossa equipe de assistentes sociais e também relacionado a parecer, principalmente, quando nós acompanhamos, nós temos uma liberdade para chegar até os nossos gestores e colocar, chegar também à gerência e colocar todo o nosso acompanhamento, sem qualquer interferência deles, diretamente.

No entanto, apontaram ressalvas quanto à questão normativa da empresa, reforçando que as amarras são institucionais. Com esse argumento e o da falta de estabilidade, a assistente social terceirizada negou que tenha autonomia profissional. Entre as outras assistentes sociais, apesar de afirmarem a autonomia profissional, consideram as normas institucionais e a falta de recursos financeiros empecilhos à sua concretude, disse uma assistente social, entrevista realizada em 12 de janeiro de 2016:

A gente tem que respeitar os limites da Instituição, mas a gente pode criar uma atividade, a gente pode criar um projeto, aí vai ter que correr atrás do recurso, mas a gente tem total liberdade de se manifestar, de expressar a nossa opinião.

O amadurecimento do projeto profissional nos anos 1980 e consolidado na década seguinte norteou a ruptura com a “ética da neutralidade”, de base conservadora, contribuindo para a construção de um novo perfil profissional, não apenas executor, mas com competência teórica, técnica e política que instrumentalizam a intervenção do assistente social. Essa possibilidade concreta de proposição resulta de um processo de debates, elaborações e atuações em direção à conquista e visibilidade desse espaço do Serviço Social nas Instituições, reflexo da normatização do Código de Ética do Assistente Social de 1993, que instituiu no artigo 2º os direitos do assistente social, entre os quais “ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções”.

Embora nessa normativa profissional seja assegurada ampla autonomia, na dinâmica institucional a autonomia profissional tende a ser cada vez mais relativizada diante dos processos de rotinização e precarização do trabalho (MORAES, 2016); em outros termos, a autonomia profissional sofre os impactos da redução de custos para realização de projetos e da restrição do número de funcionários no quadro da

Eletronorte e do CESTE. Foram reduzidos os encontros, capacitações e treinamentos entre os(as) assistentes sociais dos estados onde a Eletronorte atua, pois foram suspensos os recursos para estes fins, e devido ao quadro restrito de assistentes sociais algumas ações ficaram prejudicadas.

Essas, entre outras, são imposições do poder institucional que provoca uma relação tensa entre o projeto ético-político profissional e o trabalho assalariado (MORAES, 2016). A condição de trabalhadores(as) assalariados(as) submetidos(as) ao controle institucional restringe que os(as) assistentes sociais definam suas prioridades e as atividades laborais.

No campo das empresas, o Serviço Social intervém “face à estreita relação dialética entre necessidades humanas básicas e organização da produção” (MOTA, 1985, p. 26), a determinação advém da “necessidade da acumulação e da reprodução capitalista” (MOTA, 1985, p. 26). Desse modo, Mota (1985, p. 18) problematiza que essa constatação implicaria o possível entendimento de “que o Serviço Social, por uma determinação mecânica, estaria fadado a servir ao capital já que sua presença na empresa não é uma aspiração do trabalhador e sim uma inovação do capital”. Contudo, testifica a autora, a intervenção profissional se constrói em uma dinâmica contraditória entre as classes sociais, na qual é imprescindível reafirmá-la em torno de “uma ação orientada por uma opção política específica, isto é, servir prioritariamente aos trabalhadores” (MOTA, 1985, p. 19). Considerando a particularidade do exercício profissional na Eletronorte e no CESTE, cabem os questionamentos: será que os(as) assistentes sociais estão intervindo prioritariamente junto aos trabalhadores e com quais condições objetivas?

Tendo em vista que no processo dialético as ações dirigidas às necessidades sociais “tanto podem fortalecer a reprodução como a mudança das relações sociais, dependendo da opção política dos agentes e das condições objetivas existentes” (MOTA, 1985, p. 120) constatamos que os(as) assistentes sociais nas empresas, particularmente na Eletronorte, intervêm de alguma forma nas necessidades sociais dos trabalhadores, malgrado não ser um espaço que possui como atividade-fim a prestação de serviços sociais.

Identificamos nas entrevistas o entendimento dos(as) assistentes sociais quanto à posição que ocupam na empresa, particularmente no setor de geração de energia elétrica, no qual a divisão administrativa consiste em suporte para as áreas principais: operação e manutenção.

Na função de mediador entre o empregador e o empregado, os(as) assistentes sociais na Eletronorte<sup>115</sup> estão alocadas na divisão administrativa em diversos setores: setor de Recursos Humanos; setor Médico Social; setor Segurança, Medicina do Trabalho e Qualidade de Vida e no setor Serviço Social. Contudo, as suas funções seguem os mesmos objetivos inseridos entre as demandas da empresa e do trabalhador no campo da saúde do trabalhador; condições de trabalho e de vida; segurança do trabalho. Como no CESTE não havia um setor específico do Serviço Social, a assistente social foi alocada na Gerência Socioambiental, setor responsável pela gerência de projetos sociais, intervindo nos impactos ocasionados pela construção da usina.

De fato, a oferta de serviços sociais nas empresas capitalistas, como refeitório, transporte, ambulatório médico, programas e benefícios, atende as necessidades humanas básicas, mas não passa sem essencialmente garantir os interesses da empresa de produzir mais-valia e controlar a força de trabalho, haja vista que busca através do consenso a afirmação do seu projeto de dominação. Com isso, “não se nega a utilidade material dos programas assistenciais, enquanto forma de assegurar um melhor nível de vida do empregado” (MOTA, 1985, p. 83), no entanto, incumbe aos(às) assistentes sociais a compreensão, junto aos demais trabalhadores, de que tais serviços resultam do valor excedente da sua força de trabalho incorporada pelos empregadores.

A profissão adquire visibilidade nas respostas dessa intervenção, por vezes de caráter imediato, diante das circunstâncias de tensão em que se inserem. Ademais, o reconhecimento profissional exige ações profissionais planejadas e projetadas em torno da totalidade dos determinantes da questão ambiental e da questão social.

Destacamos que uma das expressões do reconhecimento profissional nas empresas decorre da “facilidade [do assistente social] de persuasão e inserção no cotidiano dos trabalhadores, o que reitera o caráter pedagógico de sua ação” (AMARAL; CÉSAR, 2009, p. 421). Segundo afirmou uma assistente social da Eletronorte, entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2016, quando interveio em momento específico junto à comunidade:

procurei saber quem era a comunidade e fui conversando e aquilo entrou na empatia, fui defendendo o lado deles na empresa. A defesa é sempre de mostrar que eles têm direitos. [...] a empresa foi acreditando em mim [...] fizeram até uma escolinha para eles.

---

<sup>115</sup> Entrevistas realizadas entre os meses de janeiro a julho de 2016.

Esse entendimento de que os(as) assistentes sociais possuem habilidades de dialogar com os trabalhadores e com os afetados pelas hidrelétricas é compartilhado pelos empregadores e por profissionais do Serviço Social. Através do diálogo e da “escuta qualificada” estabelecem proximidade com os sujeitos que compõem o público-alvo da intervenção profissional, o que permite apreender as principais necessidades desses sujeitos, suas reivindicações e desgostos a fim de elaborar propostas institucionais e controlar conflitos. Contudo, a prática interventiva sofre a mediação dos ditames institucionais, que nessa conjuntura impõem cada vez mais limites às respostas profissionais em defesa da população afetada e dos trabalhadores, resultando em ações pontuais, a exemplo da construção da escolinha.

Na Eletronorte, os(as) assistentes sociais desenvolvem atividades e programas através de demandas rotineiras e imprevistas em torno das temáticas: saúde do trabalhador e qualidade de vida; relações de gênero; segurança no trabalho; questões trabalhistas; benefícios e serviços sociais, entre outros. As principais atividades com seus instrumentais técnico-operativos perpassam: a) atendimento e acompanhamento social por meio de orientações, levantamentos e encaminhamentos para os recursos disponíveis; b) visitas técnicas (hospitalar e domiciliar); c) certificação de operadores do sistema elétrico da Eletronorte, que consiste em entrevistas realizadas a cada dois anos com os operadores para avaliar os aspectos sociais necessários ao desenvolvimento de suas funções; posteriormente, emitem os(as) assistentes sociais relatório com parecer técnico social; d) estudos socioeconômicos para concessão de benefícios (auxílio doença, auxílio educação, auxílio creche, inclusão de dependentes, entre outros), conforme versa o artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão, inciso XI sobre a competência profissional para “realizar estudos sócio-econômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”; e) estratégias educativas com realização de palestras sobre questões de gênero, assédio moral, discriminação de gênero, acidentes de trabalho, doenças sexualmente transmissíveis, consumo de álcool e drogas, planos de saúde e de aposentadoria da empresa.

Algumas dessas atividades se expressam nos seguintes programas:

- Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química – através de amostras aleatórias realiza-se testagem toxicológica dos empregados. Nesse

campo os(as) assistentes sociais elaboram encaminhamentos para os recursos especializados e acompanhamentos; ações educativas e preventivas sobre dependência química, considerada uma doença segundo as recomendações da Organização Mundial da Saúde;

- Tratamento Fora do Domicílio (TFD) – objetiva viabilizar e acompanhar as situações de tratamento especializado de saúde fora do domicílio do empregado, quando esgotadas as possibilidades na rede local. A intervenção profissional ocorre através de entrevistas, orientações, visitas (hospitalar e domiciliar) e estudos da documentação comprobatória, que subsidiam a análise médica e a social durante o trâmite do processo;
- Programa Jovem Aprendiz – os(as) assistentes sociais avaliam o perfil socioeconômico e acompanhamento social dos jovens contratados pela empresa para inserção no programa e no encerramento do contrato;
- Plano de Preparação para Aposentadoria (PPA) – consiste na preparação dos empregados para aposentadoria. Por meio de ações educativas realiza capacitações e outras atividades para a integração social dos trabalhadores em novo projeto de vida;
- Programa de Qualidade de Vida – propõe na lógica empresarial combinar os interesses da empresa e dos trabalhadores com proveitos para ambos, aumento de produtividade para a empresa e atendimento ao bem-estar dos trabalhadores. A intervenção profissional por meio de pesquisas e atividades socioeducativas busca adequar o comportamento dos trabalhadores aos métodos de produção, interferindo dentro e fora do ambiente de trabalho;
- Programa de Clima Organizacional – realizam-se pesquisas de clima organizacional, baseadas em fatores do ambiente de trabalho, que agravam a produtividade. Os(as) assistentes sociais realizam levantamento sobre a satisfação no trabalho; a análise dos resultados dessas pesquisas deve ser socializada, encaminhada e divulgada para os gerentes com a promessa de implementações de melhorias na relação entre organização do trabalho, comportamento e satisfação.

No discurso empresarial propaga-se a ideia de valorização do trabalhador com base nas ações incentivadoras do envolvimento e comprometimento com o trabalho e com a empresa, expressão de “velhas” demandas profissionais. Além disso, a



discussão sobre a saúde do trabalhador está inserida em muitos desses programas, agravada diante das metamorfoses no mundo do trabalho, das consequências nas condições de vida e de trabalho, desgaste, instabilidade, acúmulo de funções e de carga horária, associando antigas doenças profissionais com as da atualidade.

Consoante Amaral e César (2009, p. 421), “há uma reatualização da intervenção do assistente social na prevenção de acidentes e doenças, bem como uma revalorização das atividades desportivas e recreativas, voltadas para o combate ao ‘*stress*’”. Essas atividades e programas elucidam que o exercício profissional na empresa mantém o caráter educativo contemplado nas “velhas” demandas, ou seja, trata-se das requisições institucionais em torno dos hábitos e comportamentos dos trabalhadores em sua vida privada, adequando-os às relações e processos de trabalho e produção. Mas, apresentam-se mescladas com estratégias de controle social atualizadas (AMARAL; CÉSAR, 2009).

Desse modo, a empresa requer a intervenção do Serviço Social nos aspectos que interfiram na produtividade da força de trabalho, sob o pressuposto da conciliação e consenso entre trabalhadores e empresa, expressão das “velhas” demandas profissionais de reprodução de práticas históricas através de instituições do sistema capitalista. Atrelado a esse interesse, reside a necessidade de atender às normas e às adequações projetando no mercado a imagem de empresa “preocupada” com os trabalhadores e com o meio ambiente natural. Daí que se inserem “novas” demandas no âmbito das estratégias das empresas capitalistas para aprisionar a subjetividade dos trabalhadores do setor elétrico e dos sujeitos afetados com medidas de mitigação dos impactos causados pelas hidrelétricas, bem como do manejo dos instrumentos da legislação ambiental, como, por exemplo, as medidas de licenciamento ambiental.

A vinculação dos(as) assistentes sociais na Eletronorte com a temática ambiental ocorre através das campanhas educativas (por exemplo, coleta seletiva de lixo: papel, plástico, alumínio nas instalações e uso racional de água com o sistema de irrigação de jardim temporizado) desenvolvidas pela empresa, já que enquanto funcionários(as) são convocados(as) a participar. O setor de comunicação social faz a divulgação e as decisões são assumidas na Sede, localizada em Brasília, onde tem um setor denominado Sustentabilidade e Meio Ambiente, mas, sem assistentes sociais no período da pesquisa.

Tão difuso quanto atual, o termo desenvolvimento sustentável não passa sem controvérsias. Existem diversos posicionamentos entre o conceito hegemônico e as

compreensões atreladas aos interesses e estratégias dos setores empresarial, governamental, mercadológico e filantrópico, dos grupos sociais afetados pelos empreendimentos e das populações tradicionais.

Destacamos duas principais concepções sobre o desenvolvimento sustentável nas entrevistas dos(as) assistentes sociais da Eletronorte e do CESTE: a) superdimensiona o desenvolvimento sustentável, considerando-o a solução para a questão ambiental; b) evidencia que a real concretude do desenvolvimento sustentável está diretamente atrelada à superação do capital. Quando relacionadas à intervenção profissional, essas concepções podem direcionar para uma ação pontual de reforço à cultura dominante ou para negação do desenvolvimento sustentável nos moldes do capital.

Os fetiches estão presentes no processo de produção e reprodução do capital como relação social, e o Serviço Social, assim como outras profissões, atua nesses processos de produção e reprodução das relações sociais. Desse modo, entrelaçadas nas tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável, algumas assistentes sociais na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal reproduziram o discurso oficial do desenvolvimento sustentável, entendendo que a preservação ambiental do planeta é de responsabilidade individual, ou seja, cabe a cada indivíduo a sua efetividade, e, assim, pode ser minimizada a degradação ambiental nos marcos da sociedade capitalista:

É aquele [Desenvolvimento Sustentável] que vai proporcionar uma maior conscientização dos seres humanos, das pessoas para preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento delas enquanto cidadãs, desenvolvimento delas, consequentemente da sociedade, e tudo isso integrado com a preservação do meio ambiente, eu vejo isso como o grande desafio (entrevista realizada em 14 de janeiro de 2016);

Tenho consciência de que precisamos reeducar a geração passada quanto as questões ambientais, e educarmos a nova geração para um futuro sustentável globalmente (entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2016);

Assumir a minha parcela de responsabilidade no que tange as minhas escolhas e seus impactos na vida comunitária (entrevista realizada em 13 de julho de 2016).

O desenvolvimento sustentável é para obter crescimento econômico necessário, mas que garanta a preservação do meio ambiente e garantindo também as gerações futuras (entrevista realizada em 18 de janeiro de 2016);

Desenvolvimento sustentável eu entendo como o desenvolvimento que não vai comprometer aqueles recursos que não são renováveis, por exemplo, os nossos recursos ambientais, a maioria não são renováveis [...].Eu acho que a empresa deve desenvolver e ela tenta de alguma forma desenvolver políticas de desenvolvimento sustentável, até porque ela tem um capital

aberto em bolsa e aí o mercado exige isso hoje, exige esse comprometimento [...] a empresa como objetiva o lucro ela sempre vai manter ali as coisas dentro do possível, as vezes não é possível manter o ideal, ou não é possível ou não é interessante do ponto de vista empresarial (entrevista realizada em 12 de janeiro de 2016).

Quando admitida a possibilidade de prolongamento da durabilidade dos recursos naturais, aceita-se o padrão capitalista de expropriação da natureza, daí que os posicionamentos relacionados à defesa do desenvolvimento sustentável vinculam-se a uma perspectiva acrítica das formas de apropriação do meio ambiente pelo capitalismo. Essa possibilidade também desconsidera os aspectos contraditórios das relações sociais e as desigualdades sociais, tal como a proposta de equidade presente no discurso oficial do desenvolvimento sustentável. A ideia de equidade implica que as manifestações da questão ambiental afetam todas as classes sociais da mesma forma, portanto, propõe alianças e a responsabilização de todos igualmente.

Consideramos as propostas de construção da sustentabilidade controversas e fragmentadas; isso decorre da impossibilidade da concretude da formulação do desenvolvimento sustentável na sociedade capitalista, que propaga como princípios: equidade social, eficiência econômica e preservação ambiental.

As políticas ambientais, no campo das empresas, são marcadas por ações focalizadas, formuladas e aplicadas para possibilitar a apropriação dos recursos naturais, adequando-os à vantagem do desenvolvimento econômico. Contudo, as empresas defendem que contribuem com o meio ambiente ao garantir o desenvolvimento sustentável, conforme afirmou uma assistente social:

Desenvolvimento sustentável é um bem complexo, ele passa pelas políticas públicas que garantam também, passa pelo comprometimento dos gestores, enfim, é um conjunto de atores que estão aí nesse meio para poder garantir o desenvolvimento sustentável. Assim, eu penso que, não na sua plenitude que a gente nem vai alcançar, é um objetivo aí superior que a gente caminha para ele, mas não vai alcançar. Mas, eu penso que se avançou, se garantiu [a empresa] dentro daquilo que era possível e melhorou muito, especificamente, no Estreito (entrevista realizada em 27 de outubro de 2016).

Os(as) assistentes sociais, pressionados(as) pelos empregadores para cumprir as exigências e normas institucionais, submetidos(as) às regras e como trabalhadores(as) assalariados(as), sentem ameaçada sua capacidade crítica de analisar a realidade social com base no projeto ético-político profissional. No entanto, como sujeitos históricos e políticos têm, por outro lado, alguma possibilidade de se

mover, ou pelo menos de pensar diferente, posto que podem ser mais rígidos no cumprimento das funções institucionais ou podem assumir estratégias em uma outra direção.

Nesse rumo, destacamos que há profissionais que resistem ideologicamente e se contrapõem enfaticamente à possibilidade de compatibilizar preservação ambiental com crescimento econômico, de acordo com as seguintes assistentes sociais:

Estamos em uma empresa que diz que está preocupada nessa questão de valores [...] mas o foco dela é resultado [...] desenvolver projetos que tenha muito mais a ver com *marketing* social do que de fato com a preocupação interna da empresa [...] em alguns aspectos nós temos visto que é mais uma preocupação com *marketing* do que de fato com o meio ambiente (entrevista realizada em 25 de janeiro de 2016);

A empresa fala de desenvolvimento sustentável, mas na prática ela não faz isso. Acaba sendo uma imposição da empresa pelo desenvolvimento (entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2016);

É muito utópico. Tem todo um discurso, mas na prática o que acaba prevalecendo são os interesses políticos e financeiros (entrevista realizada em 1 de julho de 2016).

Conforme mencionado anteriormente, os(as) assistentes sociais entrevistados(as) não estão inseridos(as) em um setor específico denominado, por exemplo, Sustentabilidade ou Meio Ambiente, mas as demandas referentes a questão ambiental compõem o cotidiano da prática interventiva, vinculadas às manifestações da questão social nas áreas da saúde, assistência social, habitação, entre outras. Por conseguinte, é concreta a “possibilidade de atuação do Serviço Social nessa temática, enquanto campo emergente de intervenção profissional, uma vez que o atendimento aos usuários e suas demandas englobam necessariamente o espaço em que estes habitam e os recursos disponíveis para atendê-las” (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 392).

Os estudos realizados por Sauer e Ribeiro (2012, p. 394) apontam que a intervenção dos(as) assistentes sociais na área ambiental vêm ocorrendo desde o final dos anos 1980, sobretudo, no setor privado, por exemplo, “em empresas ambientais que prestam serviço terceirizado para empresas construtoras de empreendimentos causadores de impacto ambiental – principalmente usinas hidrelétricas”.

O campo de atuação do Serviço Social tem sido historicamente ampliado. Assim, através da ampliação do mercado de trabalho, conquista cargos e funções nos diversos espaços de intervenção profissional; uma dessas áreas consiste na

mediação de interesses antagônicos entre os objetivos empresariais e a população afetada em todo o processo de construção de usinas hidrelétricas.

Decorrem desse processo, impactos econômicos, sociais e ambientais, posto que a proposta de promover o desenvolvimento da política energética por meio da geração de energia elétrica, conforme analisamos, causa conflitos, provoca o deslocamento compulsório dos atingidos, desapropria terras, entre outros.

As demandas para a intervenção profissional no CESTE inserem-se desde o processo de licenciamento, ou seja, anterior, durante e após a construção do empreendimento, em torno das atividades de: a) deslocamento compulsório (o termo utilizado pelo CESTE é remanejamento) da população atingida; b) esclarecimento sobre informações técnicas na fase de implantação do empreendimento; c) orientação social; d) acompanhamento das famílias (proprietárias) em relação às opções das modalidades compensatórias para as perdas materiais, ao valor das terras e dos bens, as mudanças para os reassentamentos (o tamanho dos lotes), ao tipo, tamanho e material das moradias a serem construídas; e) acompanhamento dos Programas Básicos Ambientais (PBAs) propostos como medidas compensatórias e de responsabilidade do CESTE; f) acompanhamento na parte gerencial das questões burocráticas, no andamento das ações, contatos com as empresas terceirizadas, elaboração de planilhas.

Segundo a assistente social, em entrevista realizada em 27 de outubro de 2016, essas foram as principais atividades desenvolvidas pelo CESTE na área socioambiental, nas quais os instrumentos técnico-operativos consistiram em: a) na etapa do deslocamento compulsório foram aplicados **questionários** a respeito dos dados socioeconômicos das famílias proprietárias de bens e imóveis nas áreas atingidas, com o propósito de cadastrá-las para acordos, compensações financeiras e indenizações; b) em casos específicos, quando se fazia necessário uma avaliação mais detalhada, era prerrogativa dos(as) assistentes sociais elaborar **estudos socioeconômicos** com **pareceres técnicos sociais**; c) **reuniões** com os demais profissionais da equipe, lideranças comunitárias e atingidos, para esclarecimentos a respeito da implantação da usina – em alguns casos essas reuniões aconteciam a partir das reivindicações dos atingidos – e informações sobre o que era o empreendimento e as opções das compensações; d) realização de **palestras** de cunho educativo com a população atingida nas comunidades, associações e escolas, voltadas às ações (por exemplo, campanhas na área da saúde com temas sobre

drogas, prostituição infantil, métodos contraceptivos) previstas nos PBAs. Por meio dessas ações são executadas algumas das medidas compensatórias na área socioambiental, previamente definidas, pois precisaram ser aprovadas pelo IBAMA como exigência da legislação ambiental. Cabe destacar que um dos PBAs era focado na temática da educação ambiental, mas não foi executado pelos(as) assistentes sociais.

As decisões a respeito das opções e dos programas das compensações eram estabelecidas pela direção do CESTE; os(as) assistentes sociais não participavam, conforme afirmou a entrevistada, “era uma decisão técnica, da empresa”. O que nos aponta o tensionamento das possibilidades da autonomia profissional com a prática interventiva acorrentada a esses processos em vários momentos, posto que a ampliação do mercado de trabalho no padrão neoliberal tem ocorrido por meio da redução da autonomia profissional e da sua submissão aos ditames institucionais.

Apesar da ampliação do campo profissional para determinados setores, o Serviço Social (como uma das especializações do trabalho coletivo) sofre os processos gerais de precarização do trabalho, resultando em profissionais com vínculos trabalhistas frágeis e precários. Além disso, nos municípios de pequeno porte é incentivada maior polivalência do assistente social para atender as demandas institucionais (MORAES, 2016).

No setor privado a lógica dominante é a do mercado, portanto, as prioridades do trabalho são estabelecidas pelo poder institucional. Tais condições implicam intervenções profissionais marcadas pela insegurança no trabalho e, muitas vezes, limitadas à lógica e poder institucional, pois enquanto trabalhador assalariado, o(a) assistente social depende da venda da sua força de trabalho para a manutenção de sua sobrevivência.

Os desafios se manifestam no cotidiano profissional, no âmbito do domínio e do conhecimento profissionais sobre uma área ampla como a da intervenção no CESTE, para que legitime o seu espaço frente à equipe multiprofissional, sobretudo, por ser uma área comumente considerada de domínio de profissionais da engenharia (elétrica, civil, química, ambiental).

Articulada a esse desafio apontado pela assistente social entrevistada, destaca-se a ausência de um “órgão fiscalizador e regulamentador do meio social” (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 396) no tocante à construção de empreendimentos. Entre as críticas aos procedimentos para liberação da implementação de usinas

hidrelétricas, enfatizamos que a avaliação do IBAMA privilegia o aspecto ambiental. Mas, quanto aos interesses da

população não há nenhum órgão específico controlando, o que deixa muitas questões à mercê da parcialidade, uma vez que, não havendo um órgão fiscalizador do meio social, ocorre que os estudos técnicos realizados pelos assistentes sociais, quando enviados aos órgãos ambientais, carecem de análise técnica (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 396).

Consideram Sauer e Ribeiro (2012, p. 397) que, havendo a implementação da “fiscalização do meio social nas ações geradoras de impacto ambiental, se poderá lutar pela inserção do assistente social neste espaço de fiscalização”. Significa que a intervenção profissional poderia se expandir com a inserção de assistentes sociais no quadro dos órgãos ambientais nas esferas: federal (IBAMA) e estaduais.

Como objeto do nosso estudo, analisamos o debate a as lutas no âmbito da organização política do Serviço Social quanto à penetração da temática questão ambiental e o desenvolvimento sustentável. Enquanto uma das dimensões da profissão, a organização política é representada pelas entidades: CFESS, ABEPSS e ENESSO, que são mediações centrais em defesa do projeto ético-político do Serviço Social.

#### **4.3. DEBATE E LUTAS NAS ENTIDADES DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS**

Os conselhos profissionais são expressões das formas de regulação social da sociedade capitalista, originados em um contexto específico do desenvolvimento desse modo de produção para “adequar os diversos e conflituosos interesses particulares aos interesses públicos mais abrangentes” (BRAZ, 2007, p. 61). Portanto, requereu a participação do Estado, através da normatização jurídica, atuando sobre as relações sociais.

Desse modo, o propósito de neutralizar e regular os conflitos decorrentes da relação antagônica entre capital-trabalho teve, segundo Braz (2007, p. 61),

dois determinantes principais: em primeiro lugar, da necessidade de exercer algum tipo de controle social sobre as diversas especializações do trabalho coletivo (ou seja, sobre as atividades profissionais) [...]. Em segundo lugar, o mundo capitalista ainda digeriu os acontecimentos de 1917, na Rússia.

Argumenta Ramos (2005), que o recuo das ideias liberais, no período da primeira metade do século XX, e da defesa do Estado liberal puro, possibilitaram formas de intervenção estatal no âmbito do controle do exercício profissional. Sendo os conselhos autarquias de direito público, o Estado teria controle sobre as profissões e sobre os trabalhadores. Mas, como expressão das necessidades do desenvolvimento capitalista e nesse padrão inseridos, os conselhos são marcados por contradições, constituindo-se instrumentos de disputa e partícipes das decisões da sociedade.

A ação fiscalizadora não significa apenas caráter punitivo, assim como não restringe as funções dos conselhos, pois em uma concepção mais ampla eles “incidem sobre a vida social naquilo que me parece um dos seus aspectos fundamentais: na prestação de serviços profissionais ao conjunto da população, especialmente àqueles segmentos mais vulnerabilizados socialmente” (BRAZ, 2007, p. 62). Possuem, portanto, articulados aos direitos e deveres, as competências e atribuições peculiares a cada profissão, respostas às demandas da sociedade ao incorporar temas diversos do cotidiano, de modo que participam dos projetos societários.

No âmbito dos projetos societários, situam-se os projetos profissionais, que pressupõem uma categoria profissional organizada politicamente. Os conselhos, além de exercerem funções específicas de cada profissão, incidem, direta ou indiretamente, nos padrões societários, os quais podem, dependendo da direção política adotada diante dos conflitos e contradições da sociedade, assumir posição de manutenção, reforma ou transformação (BRAZ, 2007). Nesse sentido, reforça Braz (2007, p. 63) a importância “da articulação da dimensão normativo-disciplinadora à dimensão afirmativa de princípios e compromissos e à dimensão político-pedagógica, que têm a ver com ações sócio-educativas e preventivas da fiscalização do exercício profissional”.

A conjuntura sócio-política adversa e suas transformações no mundo do trabalho impõem novas configurações para formação e intervenção profissional, conseqüentemente, para organização política, que sofre alterações significativas na divisão social do trabalho. Modificações, como já explicitamos, em um contexto de flexibilização, fragmentação e precarização das relações de trabalho impactam nas condições de trabalho e nos perfis profissionais, desafiando o exercício dos conselhos, que devem resistir e se legitimar como sujeitos coletivos.



Os(as) assistentes sociais têm se organizado politicamente e lutado contra o projeto hegemônico do capital através da mediação de suas entidades representativas. Com base na compreensão de Ramos (2007, p. 42), a organização política é “um processo histórico, humano, intencional e criador, capaz de possibilitar uma reflexão crítica sobre a realidade”, e como processo repercute nas entidades representativas nacionais e na direção política que assumem no debate profissional.

Apesar de instituído pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962, o conjunto CFAS/CRAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais/Conselho Regional de Assistentes Sociais) esteve distante de uma atuação política em defesa da classe trabalhadora. A conjuntura influenciou as características desses conselhos que foram marcados pelo autoritarismo com funções bem restritas de disciplina e fiscalização da ação dos(as) assistentes sociais e ao pagamento do tributo. Havia nos conselhos um reflexo da direção política e ideológica sob hegemonia conservadora e viés tecnicista e burocrático que regia a profissão nessas décadas.

O III CBAS é considerado um marco no movimento de democratização do Conselho profissional. Mas o processo de eleições diretas para o CFAS ocorreu oito anos depois, em 1987. Nesse momento, desenvolveu-se em sintonia com a luta mais ampla pela redemocratização do país, bem como vinculado aos setores de esquerda da profissão e articulado com as outras entidades: ANAS<sup>116</sup> e ABESS.

---

<sup>116</sup> Esclarece Abramides (2014, p. 236), que a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) “se constituiu na Entidade Nacional Sindical autônoma dos assistentes sociais, independente do Estado fundada em 1983 e extinta em 1992 por deliberação sindical unânime que passou a se organizar nos ramos de atividade (por contração; na esfera municipal e por atividade como saúde e previdência nas esferas estaduais e federal)”. Vinculado a instituição, no governo Vargas, do sindicalismo corporativista, na década de 1950 o Serviço Social passou a se organizar em sindicatos por categoria profissional, que no final dos anos 1970 se rearticularam e formaram a Comissão Nacional Executiva das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS). A CENEAS tinha uma posição de confronto ao CFAS e assim como a ANAS, os sindicatos da categoria profissional nos estados foram extintos, nos anos 1990, apesar da função relevante que exerceram quando atuantes. Porém, quatro sindicatos resistiram (Alagoas, Ceará, Rio Grande do Sul e Caxias do Sul) e, posteriormente, o do Rio de Janeiro voltou a funcionar (ABREU; LOPES, 2007). Antes da extinção dessas instituições (ANAS e CENEAS) e articulada a tendência nacional do movimento de redemocratização do país, a categoria profissional decidiu, em 1989, na Assembleia Sindical Nacional pela organização sindical por ramos de atividade econômica. Entretanto nos anos 2000, contrariando a deliberação anterior, foi instituída a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS). Para Abramides (2016, p. 473), “A direção dessa entidade e de sindicatos que foram sendo reabertos por ela veio no sentido de disputar, via esses instrumentos, o projeto hegemônico da categoria consubstanciado na Abepss e no conjunto CFESS/Cress”. Compõem a FENAS, dado de setembro de 2017, vinte e um sindicatos mais o do Distrito Federal, quando contatada via correio eletrônico e telefone para participar desta pesquisa não respondeu aos nossos questionamentos, assim como não há registro no sítio eletrônico da federação a respeito da temática da nossa pesquisa.

Em sua origem, o conselho de assistentes sociais relaciona-se com o surgimento no Brasil das entidades de fiscalização profissional, haja vista que na década de 1930<sup>117</sup> o Estado criou por lei os conselhos de fiscalização profissionais e foram instituídas as primeiras escolas de Serviço Social no país. O esforço contínuo de debates na profissão resultou na revisão da Lei de Regulamentação profissional, Lei 3.252 de 27 de agosto de 1957, aprovando a Lei 8.662 de 7 de junho de 1993, em vigor, e alterando as denominações CFAS e CRAS para Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). A regulamentação da profissão é um importante instrumento jurídico que orienta a função do conjunto CFESS/CRESS, a formação e o exercício profissional através do controle deste.

O CFESS tem contribuído com o desafio de materializar o projeto ético-político no cotidiano profissional através da promoção de eventos nacionais, capacitações profissionais, comunicação e divulgação com fins de “visibilidade da profissão e dos seus princípios ético-políticos na sociedade. O objetivo dessa visibilidade social não se restringe aos muros profissionais, mas está conectado à luta por um projeto societário emancipatório” (RAMOS, 2005, p. 137).

Entre outros mecanismos de abordagem do CFESS, destaca a presidente da gestão 2017/2020 por meio de questionário em 28 de maio de 2017:

- Em 2016 publicamos o volume 5 da série “trabalho profissional e projeto profissional nas políticas públicas”, intitulado: “Atuação de assistentes sociais na política Urbana”;
- Publicamos a matéria: “CFESS divulga nota de movimento atingido pela construção da Usina de Belo Monte”;
- Publicamos uma edição do “CFESS Manifesta” em 5/06/2012;
- Publicamos o texto da Professora Joaquina Barata sobre “Economia global destrutiva e ameaças ao meio ambiente: efeitos para os povos indígenas e os desafios para o Serviço Social”. O mesmo foi apresentado na Conferência Mundial de Serviço Social de 2008;
- Temos também algumas moções ou notas aprovadas nos Encontros Nacionais e outros eventos que demarcam nossa posição crítica sobre

---

<sup>117</sup> Sobre a formalização dos conselhos profissionais, Abramides (2016, p. 458) afirmou, “o governo ditatorial de Vargas, durante o Estado Novo, foi obrigado a regular as relações entre capital e trabalho, para o crescimento econômico do capitalismo e, conseqüentemente, para ampliar suas taxas de lucro”.

o tema, como foi o caso do “Manifesto de Mariana”, aprovado pela plenária do 5º Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social.

O CFESS pode contribuir continuamente com o aprofundamento da discussão ao promover “debates coletivos e também de publicações que incluem matérias no site e outros tipos de publicação disponíveis para consulta e constante aprimoramento intelectual”, segundo a presidente da gestão 2017/2020, em 28 de maio de 2017.

Espaços de discussão e aprofundamentos teóricos são importantes, pois ampliam o debate com reflexos no desenvolvimento de um senso crítico para a compreensão da realidade; influenciam a posição adotada na atuação profissional; agregam possibilidades de analisar a questão ambiental em sua totalidade, inserida nos processos contraditórios entre capital e natureza, para além de uma intervenção, por exemplo, restrita à mitigação dos impactos provenientes da construção de usinas hidrelétricas.

Diante dos desafios que se apresentam na lógica neoliberal para materializar as conquistas históricas do projeto ético-político, Ramos (2005, p. 98) atesta que cabe à ABEPSS contribuir para:

manter o pluralismo com hegemonia, ou seja, consolidar a direção social do projeto de formação profissional; avaliar o processo de implantação das Novas Diretrizes Curriculares, tendo por base o enfrentamento da questão social face às novas demandas colocadas à profissão pela conjuntura nacional; aprofundar o debate sobre a pós-graduação e a pesquisa; ampliar a promoção de eventos para aprofundar a discussão sobre a situação da universidade, com destaque para o debate sobre o crescimento dos cursos privados e a questão da avaliação, na perspectiva de contribuir na luta contra a reforma universitária; continuar a realização de eventos qualificados para debater as polêmicas e os desafios que envolvem a formação profissional do(a) assistente social.

O contexto de intensificação do ideário neoliberal, que vem orientando o ensino superior brasileiro, estimula a privatização e o submete à lógica de mercado. A predominância do ensino privado entre os cursos de graduação em Serviço Social na Amazônia Legal, conforme abordamos no item 4.1, reflete, assim, as tendências da educação superior no país, a qual “configura-se pelo aumento quantitativo dos cursos de Serviço Social privados” (ABREU, 2016, p. 241). Implica, portanto, muitos desafios para a formação profissional empenhada na materialização do projeto crítico do Serviço Social - especialmente no âmbito da organização política das entidades de luta da profissão.

Entre essas entidades a ABEPSS, “como organismo acadêmico-político e associação científica” (ABREU, 2008, p. 174), exerce função importante na defesa do

projeto pedagógico crítico da formação profissional direcionada à perspectiva emancipatória (ABREU, 2016). Como um dos principais sujeitos da construção da formação profissional possui um protagonismo

desde os anos 1980 pela busca de articulação com as demais entidades da categoria e estudantis nos âmbitos nacional, como dito, e internacional e com outras entidades sindicais e de organização da classe trabalhadora, como Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), entre outras, a partir de um plano de lutas que privilegia as questões da formação e do exercício profissional (ABREU, 2016, p. 245).

A Associação tem como uma marca de sua trajetória histórica o estímulo à participação dos sujeitos que constroem a formação profissional por meio de debates nas UFASS, nas regionais e em âmbito nacional. Segundo o seu sítio eletrônico<sup>118</sup>, a entidade realiza o acompanhamento das Diretrizes Curriculares (1996) e da Política Nacional de Estágio, aprovada em 2012, por meio das seguintes atividades:

- Oficinas regionais e nacional de Graduação e Pós-graduação;
- Fóruns locais, regionais, estaduais e nacional de Estágio;
- Projeto ABEPSS Itinerante;
- Pesquisas realizadas pelos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs);
- Debates realizados nos ENPESS, promovidos a cada dois anos pela entidade.

Esses espaços formativos e fóruns são estratégicos para o fortalecimento da formação profissional e para assegurar a implementação das Diretrizes Curriculares e o estágio como espaço formativo no tocante à graduação. Quanto à pós-graduação, a atuação da ABEPSS, “volta-se para a reafirmação e a consolidação da articulação dos programas de pós-graduação de forma autônoma em relação às agências de fomento” (ABREU, 2008, p. 179).

Nos anos 1990, a ABEPSS consolidou um dos mais importantes eventos da categoria profissional, o ENPESS, “cuja primeira versão em 1983, ainda como I Seminário Nacional de Pesquisa em Serviço Social, realizou-se em São Luís/MA” (ABREU, 2016, p. 245), substituiu as Convenções Nacionais, que ocorriam de dois em dois anos, mantendo as Assembleias Gerais da ABEPSS no ensejo da realização do ENPESS, a cada dois anos. A ABEPSS tem abordado a temática, a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, em eventos como o CBAS, realizado com

---

<sup>118</sup> Disponível em: [www.abepss.org.br](http://www.abepss.org.br)

o CFESS, e o ENPESS, por meio do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

A presença desse GTP possibilita dar visibilidade ao tema articulado à discussão sobre questão urbana e agrária. A Associação promove debates nesse e nos outros GTPs, como entidade representativa da formação profissional (graduação e pós-graduação). O processo de maturação sobre os GTPs percorreu uma trajetória histórica com um marco no amadurecimento da ideia no ano de 2009 quando foram estruturados 7 (sete) GTPs<sup>119</sup>, além do Estatuto, aprovado na Assembleia Geral da ABEPSS de 2008. Ademais, a ABEPSS tem abordado a temática em mesas coordenadas dos ENPESS e na revista *Temporalis*, a qual publicou em 2012 um volume dedicado ao debate, indicada no plano de trabalho apresentado pelas professoras coordenadoras da área no Colóquio organizado no XIII ENPESS (BEZERRA, 2014).

Com a revisão do Estatuto, em 2008, foi incorporada à estrutura da entidade a Coordenação de Relações Internacionais, criada dois anos antes (ABREU, 2016). A “coordenação se justificou com base na luta emancipatória no confronto com a mundialização inerente ao capital e à classe burguesa”, luta que é importante “como referência para o ensino, a pesquisa e a extensão na formação acadêmica e prática interventiva do assistente social” (ABREU, 2016, p. 246).

A Coordenação de Relações Internacionais compõe a Diretoria Executiva Nacional, que também “é integrada pelos cargos acadêmico-políticos nucleares da administração da entidade, ou seja: presidente, vice presidentes regionais, secretário e tesoureiro, e as Coordenações Nacionais de graduação e pós-graduação” (ABREU, 2008, p. 177). Além da Diretoria Executiva Nacional, constituem a estrutura da ABEPSS: a Assembleia Geral, Diretorias Regionais e Conselho Fiscal (ABREU, 2008).

Como espaços de articulação, destacam-se também as Oficinas Regionais e Nacional de Graduação e Seminários de Pós-graduação, mecanismos de capacitação

---

<sup>119</sup> De acordo com informações disponíveis no sítio eletrônico da ABEPSS, os GTPs “congregam pesquisadores para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade”. Estão vinculados de forma orgânica a ABEPSS, mas com autonomia, e possuem como eixos principais: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

e promoção do debate político-acadêmico. Quanto à particularidade da penetração da temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável, constatamos que a ABEPSS pode contribuir com o debate dessa temática no Serviço Social ao “continuar com debates via GTP, criar possibilidades na revista *Temporalis* de publicações com viés crítico”, segundo a presidente da gestão “Quem é de luta, resiste”, 2017-2018, por meio de questionário em 23 de maio de 2017. Ainda conforme a referida presidente:

O tema tem um forte apelo em várias áreas do conhecimento com uma penetração forte no debate ambientalista. No entanto, carece ser amadurecido em uma perspectiva crítica, coerente com as Diretrizes Curriculares. Aparentemente há uma predominância de abordagens sistêmicas e outras pós-modernas sobre a questão, reduzindo o debate às formas de conciliação com o desenvolvimento capitalista e sua face predatória e incompatível com qualquer forma de “sustentabilidade”.

Enquanto questionamentos e desafios postos para a ABEPSS, destacamos: a busca permanente para atualizar estratégias coletivas em defesa do projeto crítico do Serviço Social; formas de penetração e apreensão crítica da dinâmica contraditória da vida social, a exemplo da intensificação da questão ambiental na contemporaneidade, e o enfrentamento do avanço do conservadorismo que incide na profissão. Apesar de um quadro adverso, a ABEPSS tem contribuído criticamente

em relação a várias medidas da política de educação que colidem com o projeto de formação sustentado pela perspectiva de construção de uma educação emancipadora, como evidenciam documentos e comunicados da entidade em relação ao ensino de graduação a distância; à avaliação institucional implementada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (graduação) – e, a desenvolvida pela CAPES (pós-graduação); aos cursos sequenciais e ao mestrado profissional; entre outros (ABREU, 2016, p. 247).

A ENESSO, entidade de representação estudantil tem contribuído, assim como a ABEPSS, nos espaços de mobilização da formação acadêmica e na organização política em defesa do projeto de formação crítico. A historicidade do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) expressa a resistência permanente dos estudantes na vida política deste país e, por isso, se entrelaça aos fatos políticos e com eles interage, reagindo contra o autoritarismo, a repressão e a opressão.

O MESS participou ativamente das lutas pela redemocratização do país e continua lutando, com outros sujeitos coletivos; agora, contra o projeto neoliberal e todas as formas de humilhação e exploração. No contexto da “abertura lenta e gradual”, malgrado a ditadura empresarial-militar, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), em 1978, na cidade de Londrina

(PR). A partir daí os estudantes das diferentes regiões do país passaram a se reunir anualmente para unificar a luta, debater sobre a profissão, a formação profissional, a universidade, entre outros. O MESS esteve representado na União Nacional dos Estudantes (UNE) através da criação, no ano de 1981, da Subsecretaria de Serviço Social na UNE (SESSUNE); doze anos depois passou a se chamar ENESSO.

A participação estudantil, na década de 1990, contribuiu com o processo de elaboração do código de ética profissional de 1993 e das diretrizes curriculares de 1996. O MESS, através da Executiva Nacional (ENESSO), tem se inserido na dinâmica da construção da organização política dos(as) assistentes sociais, onde os estudantes participam de diferentes fóruns (na formação e no exercício profissional). Resultante da reorganização do MESS, testifica Ramos (2005, p. 101),

No percurso dessas duas últimas décadas, algumas questões têm particularizado, de modo marcante, a trajetória da organização estudantil em Serviço Social, destacando-se a atuação em torno da formação profissional, da formação política e da questão cultural.

Os assuntos em torno da formação profissional têm pautado as atividades da ENESSO de forma prioritária no sentido de reforçar a direção social crítica assumida no projeto profissional, assim como busca mobilizar os estudantes e os dirigentes estudantis no âmbito da formação política a se inserirem no movimento político e na importância da organização coletiva (RAMOS, 2005). No que se refere à questão cultural, tem-se debatido sobre a construção de “um projeto cultural para o movimento que discuta valores, comportamentos, preconceitos” (RAMOS, 2005, p. 102).

Apesar da existência de algumas temáticas específicas, como as setoriais de combate às opressões por orientação sexual, gênero e étnico-raciais, está em discussão a inserção nos encontros regionais e nacionais do debate ambiental, conforme afirmaram os representantes estudantis da Coordenação Nacional e da Coordenação da Região I<sup>120</sup> da ENESSO, quando questionados sobre a penetração da temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável nessa entidade. Desse modo, indicam a necessidade de “construção de fóruns de discussão que busquem formular o debate e intensificar que a categoria estudantil se aproprie da

---

<sup>120</sup> São sete as regionais da ENESSO divididas por grupos de estados com seus respectivos representantes estudantis e Unidades de Formação Acadêmica. A região I é composta por estados do Norte e do Nordeste do país, quais sejam: Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia, Pará, Piauí e Maranhão.

temática, visando à construção de uma futura atuação profissional”, de acordo com o representante estudantil da região I, em 2 de junho de 2017.

Além desses fóruns, os estudantes sinalizam como mecanismo para abordar a questão, a divulgação por meio de vídeos e documentários e a criação de grupo de trabalho. Entretanto, o representante estudantil da região I, em 2 de junho de 2017, reconhece que “a efetivação deste grupo de trabalho encontra empecilhos por conta da grande extensão da Região I, o que dificulta possíveis encontros presenciais deste grupo de trabalho, as reuniões online são prejudicadas pela falta de recursos adequados”.

Para o representante estudantil acima mencionado, os estudantes propõem que a questão seja aprofundada e inserida nos “espaços de discussão como os encontros regionais e nacionais e promovendo campanhas de conscientização para que as instituições de ensino insiram questão ambiental como disciplina na grade curricular”.

Uma representante da regional I, em 31 de maio de 2017, considera que a abordagem da temática ainda é tímida, ocorrendo de forma pontual “nos encontros nacionais realizados anualmente”, nos quais

A questão ambiental é abordada primeiramente com depoimentos de pessoas (na sua maioria estudantes) que vivenciam a realidade do desenvolvimento que mata e desabriga, retirando direitos. Em seguida, apontamos para os casos reais que estão presente na região, mas também no Brasil como um todo, pois acreditamos (região 1) que o Brasil em todas as respectivas regiões ainda presencia lutas envolvendo a questão ambiental, seja pelas lutas, pelos conflitos e pelo direito à terra, seja pelo direito à moradia, que também não está dissociada da dimensão que abarca a temática.

Segundo o entendimento dessa representante estudantil, há “resistência de grande parte da executiva em reconhecer que a temática da questão ambiental precisa, necessariamente, tornar-se um eixo na executiva para ser discutida em todas as regiões”, tendo em vista que

as outras regiões (a executiva é composta por 7 regiões) entendem essa temática como extremamente particular a realidade da região 1. Em defesa da temática, a região 1 resiste com discussões calorosas, enfatizando que a raiz da formação sócio-histórica do país parte do modelo agro-exportador. Modelo sustentado em uma visão de desenvolvimento que devastou nossas matas e, essencialmente, modificou modos de vidas de povos e comunidades tradicionais (segundo questionário realizado com a representante estudantil da região I, em 31 de maio de 2017).

Assim, afirma que



Precisamos discutir a questão ambiental e a questão agrária, por exemplo, com mais intensidade na executiva, tendo em vista o pouco interesse dos estudantes em se apropriarem da temática, como se fossem alheias a ela, o que na verdade é um equívoco e uma falta de leitura crítica diante da atual realidade brasileira (segundo questionário realizado com a representante estudantil da região I, em 31 de maio de 2017).

Os desafios para a consolidação dessa temática estão relacionados com os limites e com as dificuldades em torno da ação política do movimento estudantil e da estrutura da ENESSO, que correspondem a aspectos financeiros, condições de funcionamento da executiva,

necessidade de maior qualificação teórico-política da maioria dos(as) dirigentes estudantis; a tradição de pouco registro da memória histórica do movimento; a existência de algumas posturas sectárias na disputa política entre os indivíduos e grupos presentes no movimento; a expressão de um certo corporativismo por parte de alguns dirigentes e entidades estudantis; além da apatia presente no cotidiano da maioria dos(as) estudantes, gerada pela lógica individualista que nega as experiências coletivas, engendradas pela sociabilidade capitalista (RAMOS, 2005, p. 104).

Desde sua elaboração o projeto ético-político profissional vincula-se a um determinado projeto societário: defende os anseios da classe trabalhadora e do movimento democrático, contrapondo-se a qualquer forma de opressão e humilhação. O compromisso com a classe trabalhadora e a luta contra o projeto hegemônico capitalista se expressam através da mediação das dimensões profissionais, nos processos de resistência, na luta e defesa da perspectiva emancipatória da classe trabalhadora.

Dentre as estratégias para a consolidação do projeto ético-político, encontram-se: a ampliação dos debates críticos e da organização política e a participação na dinâmica da sociedade a partir da inserção nos movimentos sociais. A inserção nas lutas sociais é fundamental para a afirmação desse projeto profissional que sofre na contemporaneidade graves reatamentos. A tendência imposta pela dinâmica capitalista incide nas dimensões profissionais desafiando permanentemente os(as) assistentes sociais a resistirem ao conservadorismo, que requer reflexão crítica e empenho político dos profissionais em articulação com o movimento democrático e emancipatório da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese que ora defendemos, O Serviço Social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal: “velhas” e “novas” demandas profissionais, consiste em um esforço de desvendar as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável e a incidência no Serviço Social.

O significado fetichizado do desenvolvimento sustentável está contido nas contradições fundamentais do capital e nas saídas estratégicas para as suas crises. Essas saídas, entre as quais concebemos o desenvolvimento sustentável, objetivam proteger a sua produção e reprodução, posto que em essência o capital tenta ocultar a sua natureza destrutiva. E o avanço da consciência crítica popular em relação à questão ambiental vem desnudando a contradição e o fetiche do desenvolvimento sustentável. O discurso em defesa dos recursos naturais deve-se ao acirramento da questão ambiental e o acirramento da questão social, que mobilizou Organismos Internacionais, Governos, cientistas, entre outros, para formulação do conceito de desenvolvimento sustentável no final da década de 1980.

O capital em ação contra a sua crise estrutural se expande através da capacidade de produção ainda mais exploradora e voltada às exigências mercadológicas. Em seu ímpeto voraz à conquista de territórios, que representem novos mercados para produção intensa de mercadorias, gera instabilidade, conflitos, ameaças e destruição a grupos sociais e a países inteiros, com a imposição de seus interesses em relação aos interesses desses grupos e países. Contudo, de forma contraditória, cria “válvulas de escape” (MÉSZÁROS, 2002, p. 586) como, por exemplo, no enfoque aparente da questão ambiental sem ceder absolutamente nada do fundamental de sua constituição.

O conceito de desenvolvimento sustentável é, assim, um conceito fetichizado, pois o seu objetivo não é a compatibilidade entre crescimento econômico e preservação da natureza para o usufruto das gerações futuras, mas, a subjugação dos recursos naturais pelos interesses econômicos do capital. A natureza é entendida, sob o domínio dos métodos espoliativos do capital, como coisa e valorizada como mercadoria. O pensamento fetichista transforma as relações sociais em coisas, em mercadorias, “na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção, mais

as relações sociais se alienam dos próprios homens, confrontando-se como potências externas que os dominam” (IAMAMOTO, 2012, p. 30).

Os fetiches estão presentes no processo de produção e reprodução do capital como relação social, e o Serviço Social, assim como outras profissões, atua nesses processos de produção e reprodução das relações sociais. Encontramos que os liames entre o Serviço Social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável incidem nas diferentes dimensões da profissão: formação profissional, produção do conhecimento, intervenção profissional e organização política. Nesse rumo, as demandas que convocam o Serviço Social em suas diferentes dimensões profissionais, bem como as próprias contradições profissionais, decorrem das contradições dos processos de acumulação capitalista. A dinâmica da sociabilidade capitalista aprofunda e radicaliza as desigualdades e as lutas sociais, na qual se concentram as manifestações da questão ambiental e da questão social.

Contudo, conforme constatamos na pesquisa realizada, incidem de forma diferenciada em cada dimensão profissional, mas é, sobretudo, na intervenção profissional, onde os profissionais se deparam com “velhas” demandas profissionais de reprodução de práticas históricas através de instituições do **velho sistema capitalista**, nas quais os profissionais são chamados a atuar na condição de trabalhadores(as) assalariados(as). Ao mesmo tempo, “novas” demandas profissionais são colocadas, e desafiam também as demais dimensões da profissão no movimento de resistência contra as velhas práticas históricas, de **estrita** reprodução dos interesses das instituições empregadoras.

Essas “novas” práticas profissionais são demandadas pela realidade concreta da questão ambiental e exigem, ao mesmo tempo: compreensão crítica da questão ambiental na relação com a questão social como totalidade complexa e contraditória e a especificidade da estratégia do desenvolvimento sustentável; respostas adequadas à crítica. Assim, as “novas” demandas não são sinônimo de superação das “velhas” demandas. Mas, há possibilidades de ruptura com as velhas práticas se direcionadas pela perspectiva crítica do projeto societário emancipador e de enfrentamento às lutas.

No tocante à problemática da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável, verificamos a reafirmação do que está posto na teoria geral do Serviço Social, de que a formação profissional, a produção do conhecimento e a organização política das profissionais de Serviço Social, através de entidades de luta da categoria

profissional, têm sido, em geral, o lugar de expressão de resistência no campo teórico-político ideológico ao conservadorismo. E, ainda que os processos desenvolvidos nessas dimensões sejam orientadores das práticas profissionais, na dimensão interventiva, e sejam nela referenciadas é aí onde as contradições da prática profissional se expressam com mais força.

O modo de produção capitalista com “sua inexorável tendência de transformar tudo em mercadoria, levando a mercantilização às últimas consequências” (BRANDÃO, 2010, p. 44), tem exaurido o uso do território e de seus recursos (minérios, água, energia), e o faz também através da privatização de muitos desses recursos antes patrimônio público (BRANDÃO, 2010). A busca intensa por novos territórios e riquezas naturais nos marcos do capitalismo globalizado resulta na exploração da biodiversidade da Amazônia Legal.

O grande potencial hídrico dessa região interessa ao projeto de desenvolvimento capitalista, que possui no setor elétrico um dos seus principais aliados. Desse modo, essa região tem ocupado centralidade na expansão da geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica. Contudo, permanece a inserção da economia brasileira nos moldes de um desenvolvimento desigual e combinado (MARINI, 2000; LÖWY, 2012) ao atender aos interesses do capital e usurpar as riquezas do país com fins de acumulação privada.

Os processos de geração de energia elétrica na Amazônia Legal, tendo como base as usinas hidrelétricas Tucuruí, Estreito, Santo Antônio e Jirau, nos permitem afirmar que o desenvolvimento sustentável consiste em um fetiche. A exploração desse território avolumou-se no período da ditadura militar com a iniciativa dos grandes projetos desenvolvimentistas e no atual contexto, sobretudo, com a implementação de usinas hidrelétricas.

A questão da energia no desenvolvimento capitalista no Brasil é marcada por conflitos e pela apropriação privada do território. E expressa o caráter arbitrário característico da história brasileira, a qual “pode ser sintetizada em movimentos em que todas as heterogeneidades estruturais e as diversidades produtiva, urbana, social e ambiental estiveram subordinadas à lógica econômica da valorização fácil e rápida, isto é, de natureza imediatista, rentista e patrimonialista” (BRANDÃO, 2010, p. 49).

O Estado brasileiro, atendendo e ocultando que privilegia os interesses econômicos dos empreendimentos, justifica a expansão das hidrelétricas na região com o discurso da necessidade de energia elétrica para o desenvolvimento nacional.

No entanto, apesar de elevada potência gerada na região, parte da população afetada diretamente e residente no entorno das barragens permanece sem acesso à energia elétrica. Ademais, ainda que seja grande gerador de energia, o valor da tarifa no Brasil é um dos mais altos do mundo para o consumidor individual, pois há subsídios e isenções no valor pago pela energia por parte das empresas.

Assim, a expansão de energia hidrelétrica tem-se destinado à produtividade do capital a custo de muitas “vidas inundadas”. As empresas do setor elétrico aderem à formulação hegemônica do desenvolvimento sustentável na medida em que, contraditoriamente, se apropriam do recurso hídrico para gerar mais produção, mais mercadorias, que, por sua vez, resultam em destruição.

As empresas do setor elétrico se instalam no interior da floresta Amazônica perpetuando formas de destruição do território, ao ser dominado por uma elite mercantil, patrimonialista, transnacional, e, na maioria das vezes, povoado por uma massa de trabalhadores despossuídos de seus modos de ser e viver. As decisões estratégicas para expropriação dos recursos naturais, particularmente no caso da energia, são, na nossa história, determinadas de fora e impostas de modo vertical com o apoio do poder público na garantia de segurança para os capitalistas (BRANDÃO, 2010).

As ações propostas pela concepção hegemônica do desenvolvimento sustentável têm-se apresentado insuficientes para efetivar o discurso em defesa do ambiente, dentre as quais captamos as suas contradições: a) o argumento de que a tecnologia é solução para a questão ambiental, porém, o investimento em processos técnicos sequer problematiza as relações sociais e resulta no reforço a processos industriais e ao mercado dominados pela lógica de acumulação privada; b) a tendência a assumir e culpabilizar a pobreza como uma das causas da crise ambiental, no entanto, se a sua causa residisse na pobreza, poderíamos considerar que onde há riqueza não haveria manifestação da questão ambiental.

Por meio das tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável tecemos crítica à dinâmica capitalista, na qual os empreendimentos do setor de exploração hidrelétrica prometem a promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, provocam elevada mortalidade de espécies vivas (fauna e flora), em todas as fases de implementação das usinas; as ofertas de empregos quando ocorrem são em sua maioria informais, concentram-se em contratações terceirizadas e limitam-se à fase de construção das usinas; aumento nos índices de violência e prostituição sexual,

sobretudo nos canteiros de obras; intensificação de doenças à população de todas as idades e perda dos vínculos afetivos entre as pessoas, e delas com a terra. O território materializa, a partir das memórias, as lembranças familiares.

Os rios cumprem função social fundamental para os grupos sociais, haja vista que no seu entorno as famílias garantiam a sobrevivência (material e social) por meio da agricultura nas vazantes; com o cultivo de roças; do extrativismo vegetal; do garimpo e da pesca. Para a construção das barragens foram deslocadas compulsoriamente, expropriadas dos seus direitos, tiveram seus meios de subsistência interrompidos e a fragmentação das comunidades, posto que extensos hectares desapareceram, inundando muitas ilhas, além de moradias, escolas, a fauna e a flora nativas. Mais do que o sustento, o rio é eixo estruturador na Amazônia Legal, possibilita a circulação de utensílios e de pessoas, e das suas funções decorrem as principais atividades para as localidades situadas nas suas margens ou mais distantes.

Ademais, como os empreendimentos vêm de fora, não possuem relação nem compromisso com as particularidades da região. Alteram a dinâmica do território (urbano e rural) em todas as fases da construção das usinas, que se prolonga no sentido de que os impactos interferem de radical maneira nas esferas da vida social.

São diversos os impactos no âmbito da implementação das hidrelétricas, apesar de exigidos os procedimentos técnicos do licenciamento ambiental, com o propósito de minimizá-los. O licenciamento ambiental, ainda que represente um avanço institucional, tem sido questionado sob diferentes perspectivas: a) entre os que defendem os projetos das hidrelétricas, pois consideram que a “morosidade e o excesso de burocracia” impedem a realização desses projetos e b) entre os grupos sociais atingidos, pois consideram que possuem fragilidades em suas formulações e efetividade (ZHOURI, 2011, p. 13). Para que não se deixe dominar pela aparência dos fenômenos e, assim, decifrar as tramas do fetiche, entendemos que esses instrumentos não trazem a solução dos conflitos em sua elaboração técnica, pois tendem a reproduzir a lógica mercantilista das possibilidades de uso do meio ambiente natural ao mesmo tempo que negam aos grupos sociais afetados a condição de sujeitos ativos e os seus modos de vida.

Os processos de construção de usinas hidrelétricas geram conflitos e contradições, vez que o discurso da necessidade de energia elétrica para o desenvolvimento do país agrava e precariza as condições de vida e as formas de

sobrevivência das populações afetadas pelas hidrelétricas. A racionalidade econômica, demonstrada em sua lógica exploratória é, portanto, incompatível com o modo de ser e viver dos grupos sociais historicamente vinculados ao território.

Assim, o confronto de racionalidades manifesta-se na geração de energia hidrelétrica na Amazônia por meio de um “campo de lutas em que as diferentes posições sustentam forças desiguais, perpetua-se um modelo de desenvolvimento que promove políticas socialmente injustas e ambientalmente insustentáveis” (ZHOURI, 2011, p. 16). Os processos industriais controlados pelo capital (nacional e internacional) determinam a expansão da geração de energia, de modo que as hidrelétricas servem aos interesses da acumulação capitalista.

Contudo, não ocorrem sem controvérsias e sem resistência e luta dos grupos sociais atingidos contra as violações de direitos; contra a apropriação privada da natureza; contra os usos do território na perspectiva do mercado. Os conflitos eclodem quando são contraditórias a apropriação e a utilização dos recursos naturais entre diversos segmentos sociais. De acordo com Teixeira (2011, p. 145), os

atingidos lutam para explicitar esse cenário de conflito, de forma que se evidencie o caráter arbitrário dos sentidos hegemônicos que são oficialmente atribuídos ao território [...] a emergência política dos “atingidos” significa a negação da ausência, a recusa do silenciamento e a ampliação das experiências, dos agentes e dos saberes constituintes do campo.

A organização dos atingidos em sua condição de sujeitos ativos, muitas vezes negada, é considerada obstáculo ao desenvolvimento do país. Estes reagem, protestam e reivindicam o direito de permanecer em seus lugares de origem, bem como a proposição de uma outra política energética para o país, ao mesmo tempo que, contraditoriamente, há resistência dos empreendimentos com seus métodos espoliativos para conservar e aprofundar a lógica do desenvolvimento econômico.

Atinente à disputa entre as classes sociais na sociedade capitalista, Cardoso e Abreu (2014, p. 316) afirmam que as classes sociais,

em suas relações de luta, no enfrentamento de seus interesses, constroem e desenvolvem projetos políticos específicos que expressam concepções de mundo distintas, que englobam e articulam as formas particulares de manifestações da práxis nos diferentes domínios da vida social.

Desse modo, a racionalidade econômica do capital e a racionalidade dos grupos sociais afetados são dialeticamente antagônicas e expressam projetos de classes em disputa. A conservação ou construção de projetos hegemônicos de classes dependem da dinâmica da realidade concreta, das forças em disputa de um

lado, para manutenção e reprodução dos interesses da classe dominante, e, de outro lado, em direção a um projeto societário emancipador da classe trabalhadora.

A classe trabalhadora enfrenta as estratégias forjadas pelo capital de dispersar suas formas de resistência e luta com o aprofundamento da barbárie neoliberal sob a dominância do capital financeiro e seus fetiches, que “conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro” (IAMAMOTO, 2012, p. 37). Assim, as estratégias do capital impõem medidas restritivas aos que se contrapõem às políticas econômicas neoliberais, além do enfraquecimento do movimento de resistência, a fragmentação das formas de mobilização e da luta social da classe trabalhadora.

Nesse contexto, o mercado de trabalho - por meio do qual particulariza o Serviço Social como profissão nas relações sociais - sofre ataques em sua regulamentação para que se adeque às formas de flexibilização a fim de extrair mais sobretrabalho. Essas formas resultam em desemprego estrutural, intensificação do trabalho, precarização dos salários e das condições de trabalho, e incidem no âmbito do Serviço Social, mediante a subcontratação, a terceirização, os vínculos temporários e a insegurança no trabalho.

Essa condição de precariedade está presente não só entre os trabalhadores das empresas privadas, mas no cenário atual ocorre, também, para os trabalhadores assalariados considerados “estáveis”. Os(as) assistentes sociais se deparam na prática interventiva com um volume maior de exigências para as quais precisam responder em condições adversas nas empresas, com um quadro enxuto de trabalhadores, baixa remuneração e corte dos recursos para execução de projetos e serviços sociais.

Nessa dimensão da profissão, fundamentalmente, constatamos a tensa e contraditória relação entre o Projeto Ético-político profissional e as requisições do poder institucional nas empresas. Implica, pois, uma prática interventiva com possibilidades minadas diante de uma dinâmica laboral determinada pelos empregadores. A mediação do mercado de trabalho, sob a lógica empresarial, expõe o Serviço Social às contradições da ordem burguesa, cercea o “*pensamento crítico* dos assistentes sociais” (MORAES, 2016, p. 592) e se apropria do fazer profissional segundo a racionalidade econômica do capital predominante no setor elétrico.

Essa referência nos remete ao entendimento de que a autonomia profissional é cada vez mais relativizada (MORAES, 2016), vez que as determinações econômicas



e políticas incidem na prática interventiva. O que requer, por outro lado, que os profissionais formulem propostas distantes das reproduções acríticas dos empregadores.

Nessa realidade complexa, as possibilidades da relativa autonomia profissional têm sido tensionadas, também, diante da insegurança no trabalho, tendo em vista que

o assistente social depende da venda de sua força de trabalho para a manutenção de sua sobrevivência e, enquanto trabalhador assalariado, tem que responder às prescrições, que redesenham o caminho da burocracia, do empirismo e do imediatismo (MORAES, 2016, p. 591).

Os(as) assistentes sociais encontram-se, enquanto trabalhadores(as) assalariados(as) e “dotados(as) de estatuto intelectual”, envolvidos(as) em uma rotina institucional onde as atividades, os prazos e as finalidades dos empregadores limitam as respostas profissionais e ameaçam “a capacidade de pensar a realidade social com bases firmes e seguras no projeto profissional atual, sendo materializadas na realidade através de ações pautadas no imediatismo, no bom senso, na submissão às regras, normas e mandos institucionais” (MORAES, 2016, p. 592).

Esses processos desafiam os avanços da teoria social crítica no âmbito do Serviço Social e as formas de enfrentamento ao conservadorismo, sobretudo, no campo da intervenção profissional. No sentido de controlar os conflitos de classes ou nos termos empresariais para “administrar” os impactos das hidrelétricas, o Serviço Social intervém para esclarecer e convencer a população afetada sobre as medidas compensatórias realizadas pelo empreendimento, bem como intervém nas questões do trabalho em atividades voltadas para os trabalhadores do setor elétrico via programas socioassistenciais. Os(as) assistentes sociais, entre os interesses de classes antagônicas no mercado de trabalho capitalista, são restringidos(as) para reproduzirem as relações capitalistas de produção dominante e para responder às demandas do trabalho.

O Serviço Social, em seu processo histórico, buscou romper com o pensamento conservador no Brasil desde a “vertente crítica de renovação da profissão” (NETTO, 2004), porém, “o conservadorismo permanece tensionando as finalidades profissionais no espaço ocupacional, embora não de modo absoluto” (SANTOS, 2006, p. 47). Desse modo, o conservadorismo que está na origem da profissão “é, portanto, um componente ideo-teórico de peso no Serviço Social do Brasil e sua presença decorre de movimentos mais amplos que o estrito círculo que remete à intencionalidade profissional” (SANTOS, 2006, p. 42). Significa que não basta a

intencionalidade dos profissionais para dar respostas às demandas da classe trabalhadora; cabe ao Serviço Social construí-las na totalidade de suas quatro dimensões em relação às lutas sociais, na perspectiva de superação das relações de dominação e destruição do capital nas contradições que marcam a inserção profissional na sociedade.

As tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável, como afirmamos anteriormente, incidem nas diferentes dimensões da profissão, através da combinação entre “velhas” e “novas” demandas profissionais. E no movimento contraditório da realidade social há dilemas que ocorrem, fundamentalmente, na intervenção profissional entre as “velhas” requisições institucionais - os(as) assistentes sociais são demandados(as) pelo mercado de trabalho capitalista sob o pressuposto da conciliação e consenso entre trabalhadores e empresa, ou seja, para conservar os interesses do capital - e o Projeto Ético-político profissional, na vertente pautada e orientada pela necessidade histórica de emancipação da classe trabalhadora e da humanidade.

As análises realizadas demonstram a penetração da temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável e as inquietações de uma profissão inserida na realidade concreta. Daí que, na vinculação do Serviço Social à luta fundante do movimento concreto contra a destruição do meio ambiente natural, emergem “novas” demandas em cada dimensão profissional.

As “novas” demandas estão relacionadas, de forma geral, às transformações no mundo do trabalho e são também colocadas pela demanda da temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável no setor elétrico. Decorrem do acirramento das manifestações da questão ambiental; das estratégias reatualizadas das empresas capitalistas para aprisionar a subjetividade dos trabalhadores do setor elétrico e dos sujeitos afetados com medidas de mitigação dos impactos causados pelas hidrelétricas; do manejo dos instrumentos da legislação ambiental, como as medidas de licenciamento ambiental; dos processos de resistência e luta nos espaços acadêmico-políticos contra a devastação do meio ambiente natural.

Nas diferentes dimensões profissionais mediações entram no debate. Os avanços decorrentes da aproximação da profissão com a tradição marxista possibilitaram aos(as) assistentes sociais - na formação profissional, na produção do conhecimento e na organização política - um acúmulo de recursos teórico-

metodológicos para uma atuação com visão crítica nos espaços sócio-ocupacionais como campos de contradição.

Constatamos que entre os cursos de graduação presenciais na região da Amazônia Legal predomina o ensino privado, enquanto expressão da tendência da educação superior no Brasil. A temática a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável tem sido abordada nas atividades curriculares (como eventos e seminários) e inserida na grade curricular com a oferta de disciplinas. Entretanto, ainda são restritas a oferta e a presença da discussão nos fóruns acadêmicos.

Existem resistências aos processos de dominância do mercado no âmbito da intervenção e da formação profissional, mas, sobretudo, na produção do conhecimento e na organização política. A cultura crítica na profissão ganha força através da defesa do projeto ético-profissional e da resistência ao discurso político-ideológico capitalista que enfatiza a focalização e a responsabilização dos indivíduos pelas manifestações da questão ambiental e da questão social.

A vinculação do Serviço Social, em suas diferentes dimensões, à luta contra a destruição do meio ambiente pelos grandes projetos de desenvolvimento capitalista, filia-se à perspectiva crítica e pode somar com os avanços teórico-políticos da profissão. Embora incipiente, o percentual de teses e dissertações publicadas na área temática, quando comparada com a totalidade da produção do Serviço Social, verificamos também um esforço, na maioria dos artigos dos periódicos que abordam a temática em estudo, de compreensão sobre esses processos com base na tradição teórica marxista. As entidades de luta da categoria profissional têm incorporado, ainda que de modo elementar, o debate crítico a respeito da destruição do ambiente, através da promoção de eventos nacionais e regionais, capacitações profissionais, apoio às entidades sindicais e de organização da classe trabalhadora, comunicação e divulgação de moções e manifestos que demarcam a posição sobre o tema, como demonstramos na pesquisa realizada.

Essa é uma questão desafiadora para a cultura crítica marxista, bastante desenvolvida no Serviço Social, no contexto atual de avanço do conservadorismo, de profundos retrocessos na totalidade das relações sociais. Esses retrocessos incidem em todas as práticas sociais e, evidentemente, no Serviço Social, favorecendo o fortalecimento de velhas demandas e velhas práticas profissionais a serem confrontadas na resistência e sustentação do Projeto Ético-Político Profissional na

vertente pautada e orientada pela necessidade histórica de emancipação da classe trabalhadora e da humanidade (LOPES, 2016a, p. 248).

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, n. 7. São Paulo: Cortez, 1997.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. Movimento sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional?. **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). São Paulo: Cortez, p.230-244, 2014.

\_\_\_\_\_. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social e Sociedade**. n.127. São Paulo: Cortez, p.456-475, 2016.

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. n.79, ano XXV, especial. São Paulo: Cortez, p.43-71, 2004.

\_\_\_\_\_. Abepss: a perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. n.95, ano XXIX. São Paulo: Cortez, p.173-188, 2008.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

\_\_\_\_\_. SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E LUTAS SOCIAIS: inflexões na cultura profissional. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Universidade Federal do Maranhão, 2011b.

\_\_\_\_\_. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes

curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.). São Paulo: Cortez. p.235-263, 2016.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. Formação profissional e diretrizes curriculares. **Inscrita**. Ano VII, n. X. Brasília: CFESS, p. 11-16, 2007.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p.593-608, 2009.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. Estratégias de intervenção em Serviço Social na perspectiva emancipatória na atual fase do capitalismo. **XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**. Natal, 2014.

ACSERALD, Henry; LEROY, Jean-Pierre. Novas premissas da sustentabilidade democrática. **Cadernos de Debate Brasil Sustentável e democrático**. Rio de Janeiro, FASE, n.1, 1999.

ACSERALD, Henri; HERCULANO, Selene; Pádua, José Augusto. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Refugiados do desenvolvimento”: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia**. p.30-35, 1996.

AMARAL, Angela Santana do; CESAR, Monica. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p.411-427, 2009.

ANA (Agência Nacional de Águas). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: regiões hidrográficas brasileiras - Edição Especial**. Brasília: ANA, 2015a. Disponível em: <http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/snirh-1/conjuntura-dos-recursos-hidricos/regioeshidrograficas2014.pdf> Acesso em: 26 de abril de 2016

ANA (Agência Nacional de Águas). **Conjuntura dos recursos hídricos: informe 2015 / Agência Nacional de Águas**. Brasília: ANA, 2015b. Disponível em: [http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/snirh-1/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conjuntura\\_informe\\_2015.pdf](http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/snirh-1/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conjuntura_informe_2015.pdf) Acesso em: 26 de abril de 2016.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). **Atlas de energia elétrica do Brasil/ Agência Nacional de Energia Elétrica**. 3. ed. Brasília: ANEEL, 2008.

\_\_\_\_\_. **Banco de Informações de Geração (BIG)**. 2016a. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Banco de Informações de Geração (BIG)**. 2016b. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/ResumoEstadual.asp>. Acesso em: 31 de julho de 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SILVA, Maria das Graças e. Economia Verde: A nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo. **Temporalis**. Brasília, ano 12, n. 24, p. 127-143, 2012.

BECKER, Bertha Koiffmann. Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 783-790, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.). São Paulo: Cortez. p.119-140, 2016.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BERMANN, Célio. **Indústrias eletrointensivas e autoprodução: propostas para uma política energética de resgate do interesse público**. São Paulo: USP, 2003.

Disponível em:  
[http://www.ilumina.org.br/zpublisher/materias/Estudos\\_Especiais.asp?id=15872](http://www.ilumina.org.br/zpublisher/materias/Estudos_Especiais.asp?id=15872)

BERMANN, Célio; et al. **Usinas Hidrelétricas na Amazônia - o futuro sob as águas.** s/a. Disponível em: [www.inesc.com.br](http://www.inesc.com.br)

BEZERRA, Cristina Simões; et al. GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. **Temporalis**. Brasília, ano 14, n.27, p.223-232, 2014.

BIANCHETTI, Lucídio. O Processo de Bolonha e a intensificação do trabalho na universidade: entrevista com Josep M. Blanch. **Educação Social**. Campinas, v.31, n.110, p. 263-285, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n110/14.pdf>

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.124, p.637-651, 2015.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil Contemporâneo. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, p.39- 69, 2010.

BRASIL. Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 de setembro de 1981.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e dá Outras Providências (Lei de Regulamentação da Profissão).

\_\_\_\_\_. Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética**. Brasília: MME/EPE, 2015.

BRAZ, Marcelo. O papel social dos Conselhos Profissionais. **Inscrita**. Ano VII, nº X. Conselho Federal de Serviço Social, p.60-64, 2007.



CABRAL, Lígia Maria Martins. **Eletronorte: 30 anos de pura energia brasileira**. Coordenação Lígia Maria Martins Cabral. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2004.

CAMARGO, Beatriz; HASHIZUME, Maurício. Atingidos pelas obras de hidrelétrica enfrentam incertezas. **Repórter Brasil**. 2008a. Publicada em 31/07/2008. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/07/atingidos-pelas-obras-de-hidreletrica-enfrentam-incertezas/>

\_\_\_\_\_. Sob suspeita, compensações substituem políticas públicas. **Repórter Brasil**. 2008b. Publicada em 04/08/2008. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/08/sob-suspeita-compensacoes-substituem-politicas-publicas/>

\_\_\_\_\_. Barragem muda o ambiente e a vida de quem depende da bacia. **Repórter Brasil**. 2008c. Publicada em 08/08/2008. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/08/barragem-muda-o-ambiente-e-a-vida-de-quem-depende-da-bacia/>

\_\_\_\_\_. Hidrelétrica é só uma das várias obras previstas para a região. **Repórter Brasil**. 2008d. Publicada em 13/08/2008. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/08/hidreletrica-e-so-uma-das-varias-obras-previstas-para-a-regiao/>

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis**, Brasília, n. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. A reestruturação dos processos de trabalho e a ação das classes e do Estado, no capitalismo. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, v.5, p. 56-89, 2001.

\_\_\_\_\_. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. **Temporalis**. Brasília, ano VII, n. 14, p. 31-53, 2007.

\_\_\_\_\_. Aportes da teoria social de Marx e da tradição marxista para pensar o Serviço Social em sua configuração totalizante no Brasil contemporâneo. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, número especial, p. 377-386, 2016a.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura**

**com o conservadorismo.** SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.). São Paulo: Cortez. p.141-163, 2016b.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendência no Brasil. **Revista Políticas Públicas.** São Luís, número especial, p. 313-321, 2014.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JQ.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. A ideologia persistente do desenvolvimento. Entrevista. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea.** Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2013.

CARVALHO, Edmilson. A totalidade como categoria central na dialética marxista. **Outubro.** v. 15. São Paulo, p. 177-193, 2007.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** Tradução José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Caderno CRH,** v. 25, n. 64. Salvador, p. 45-61, 2012.

CAPES. **Documento de área: Serviço Social.** Ministério da Educação, 2016.

\_\_\_\_\_. <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/> Acesso em 05 de março de 2017.

CERVINSKI, Gilberto. O que querem as empresas de energia elétrica?. **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).** Publicada em 19/07/2016. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/que-querem-empresas-energia-el-trica>

CESTE – Consórcio Estreito Energia. **Estreito: o novo cenário da água.** Organização Ana Luiza Coelho Netto. Rio de Janeiro: E-papers: CESTE, 2012.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, n.16, p.39-75, 2003.

CLOSS, Thaísa Teixeira. Questão Social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área. **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 253-266, 2015.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGEM (CMB). **Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens**. Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil). Relatório Final, novembro de 2000a.

\_\_\_\_\_. **Barragens e Desenvolvimento – Um novo modelo para Tomada de Decisões**. Tradução de Carlos Afonso Malferrari, 2000b. Disponível em: [http://www.fboms.org.br/old/doc/resumo\\_barragens.pdf](http://www.fboms.org.br/old/doc/resumo_barragens.pdf)

COLITO, Maria Clementina Espiler; PAGANI, Angela Maria de Melo. Conversando sobre as questões ambientais e o Serviço Social. **Serviço Social em Revista**. v. 1, n. 2, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p.243-251, 1999.

CORTEZ, José Xavier. Nota do editor. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.). São Paulo: Cortez. p.11-14, 2016.

COUTINHO, Ronaldo. “Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”. **Praia Vermelha**. v.19, n. 2, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 21-36, 2009.

DUTRA, João Marcos Rodrigues. **Jaci Paraná: no centro dos problemas**. Publicado em: 17/09/2013. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/jaci-paran-no-centro-dos-problemas>

EIA/RIMA, **CNEC Engenharia**, 2001.

ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a contribuição à crítica da economia política, de Karl Marx. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 271- 283, 2008.

EPE (Empresa de Pesquisa Energética). **Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2015 – ano base 2014**. Rio de Janeiro, 2015.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, p. 59-83, 2000.

FASE (Fórum das Associações do Setor Elétrico Brasileiro). **Uma agenda propositiva para o setor elétrico brasileiro - 2016**. Disponível em: <http://gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/IFES/BV/fase1.pdf>

FEARNSIDE, Philip M. Impactos sociais da hidrelétrica de Tucuruí. **Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia**. Manaus. 2002. Disponível em: [http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/mss%20and%20in%20press/tuc-soc-por-inpa.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/tuc-soc-por-inpa.pdf)

\_\_\_\_\_. Belo Monte: A ponta de lança de construção de barragens na Amazônia? **Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia**. Manaus. 2012. Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br>

FEARNSIDE, Philip M.; PUEYO, Salvador. **Barragens Tropicais e Gases de Efeito Estufa 1: Emissões Subestimadas**. 2015. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/barragens-tropicais-e-gases-de-efeito-estufa-1-emissoes-subestimadas>

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. Tradução do castelhano de Patricia Vieira Trópia. **Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, n.4, p. 140-161, 1997. Disponível em: [www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo29Artigo8.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo29Artigo8.pdf)

\_\_\_\_\_. Marxismo e meio ambiente. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, n.25, p. 82-92, 1999.

FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, Humberto. La solución técnica a los problemas ambientales. **Katálisis**. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 79-83, 2012.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GLASS, Verena. Complexo do Rio Madeira seria embrião de megaprojeto de infra para exportação. **Agência Carta Maior**. 2006. Publicada em 23/09/2006. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2006/09/complexo-do-rio-madeira-seria-embriao-de-megaprojeto-de-infra-para-exportacao/>

\_\_\_\_\_. Alternativa econômica a novas hidrelétricas, repotenciação tem prazo. **Agência Carta Maior**. 2007. Publicada em 08/05/2007. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2007/05/alternativa-economica-a-novas-hidreletricas-repotenciacao-tem-prazo/>

GOMEZ, André Villar; BLANK, Javier. Crítica das forças produtivas: guerra, destruição ecológica e criação do mundo pós-natural. **Em Pauta**. v.10, n.29. Rio de Janeiro, p. 49-64, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Amazônia, Amazôniaas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2012.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje**. São Paulo: Viramundo, 2003.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17.ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010. Característica da População e dos Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2013. Disponível em: [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)

\_\_\_\_\_. **Mapa Amazônia Legal**. Disponível em: [ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial/amazonia\\_legal/amazonia\\_legal\\_2014.pdf](ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/amazonia_legal/amazonia_legal_2014.pdf) Acesso em 26 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Mapa Político-Administrativo do estado do Pará**. 2015. Disponível em: [mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/estaduais](http://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/estaduais) Acesso em 20 de julho de 2016.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. Tese doutorado em Serviço Social. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2008.

LATRUBESSE, Edgardo. **Quem liga para o rio Madeira?**. Entrevista concedida em 07/10/2014. Disponível em: <http://viajeaqui.abril.com.br/materias/edgardo-latrubesse-rio-madeira-amazonia-usinas-de-jirau-e-santo-antonio>

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?. **Proposta**, n.25, 1997.

\_\_\_\_\_. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. e CASTRO, R.S. (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: [http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca/files/2011/05/MUITO-ALEM-DA-NATUREZA\\_EDUCACAO-AMBIENTAL-E-REPRODUCAO-SOCIAL.pdf](http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca/files/2011/05/MUITO-ALEM-DA-NATUREZA_EDUCACAO-AMBIENTAL-E-REPRODUCAO-SOCIAL.pdf)

\_\_\_\_\_. Das margens ao centro: desafios do Serviço Social frente à questão socioambiental. **Katálysis**. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 09-13, 2012.

LEAL, Aluísio Lins. **Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política)**. Belém, 1995.

LEFF, Enrique. La insoportable levedad de la globalización: La capitalización de la naturaleza Y las estrategias fatales de la sustentabilidad. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 7, n. 1, p. 149-160, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio” da pobreza**. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. Prefácio - Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, p. 7- 19, 2012.

LEME, Engenharia Ltda. **RIMA Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau**. 2005.

LEMOS, Chélen Fischer de. **O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações e contradições entre Estado, capital e território (1890 a 1990)**. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, fase superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, Sérgio. Serviço Social e trabalho: do que se trata? **Temporalis**. ABEPSS: Brasília. n.2., p. 35-58, 2000.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O Processo de Bolonha, a Avaliação da Educação Superior e algumas Considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba. v. 13, n. 1, p.7-36, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772008000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000100002)

LIMA, Cristiana Costa. O modelo de desenvolvimento da América Latina e suas implicações na formação profissional em Serviço Social. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, número especial, p. 401-405, 2014a.

\_\_\_\_\_. **A formação profissional em Serviço Social nos países amazônicos da América Latina sob o neoliberalismo: tendências no movimento de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Colômbia**. Tese de Doutorado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014b.

LOPES, Josefa Batista. **O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. 50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, v.20, n.1, p. 237-252, 2016a.

\_\_\_\_\_. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.). São Paulo: Cortez. p.311-344, 2016b.

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro: Quartet. 2.ed. 2006.

LÖWY, Michael. De Marx ao ecossocialismo. **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?**. SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Orgs). 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 90-107, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.



\_\_\_\_\_. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. COUTINHO, Joana Aparecida; LOPES, Josefa Batista (Orgs). São Paulo: Xamã, p.53-60, 2012.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). **Documentário: Tucuruí, A Saga de um Povo**. Direção e produção: Setor de Comunicação do MAB. Realização MAB. Novembro, 2010.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Lamento e Dor. **Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. SADER, Emir (Org.). Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

\_\_\_\_\_. A crise do desenvolvimentismo. **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. CASTELO, Rodrigo (Org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas, p. 103-118, 2010.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira**. Tese (Doutorado). UFRRJ, 2007.

MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da economia política. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 235- 270, 2008.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (I - Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 8. ed. São Paulo. Hucitec, 1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Sistema e-MEC - Instituições de ensino superior e cursos cadastrados**. 2017. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Ecomarxismo e capitalismo. **Revista de Ciências Humanas**. n.28. Florianópolis: EDUFSC, p. 107-132, 2000.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serviço Social e Sociedade**. n.127. São Paulo: Cortez, p. 587-607, 2016.

MOTA, Ana Elisabete. **O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa**. São Paulo: Cortez, 1985.

\_\_\_\_\_. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 51-67, 2009.

\_\_\_\_\_. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.). São Paulo: Cortez. p.165-182, 2016.

MOTA, Ana Elisabete; SILVA, Maria das Graças e. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. **Praia Vermelha**. Rio de Janeiro. v. 19. n. 2, p. 37-50, 2009.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Capacitação em serviço social e política social. Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

\_\_\_\_\_. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**. n. 3. Brasília: ABEPSS, p. 41-50, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e saúde: Formação e trabalho profissional**. MOTA, Ana Elizabete et. al.(Orgs.). 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 141-160, 2009.

NOBREGA, Renata da Silva. Os atingidos por barragem: refugiados de um guerra desconhecida. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, Ano XIX, n. 36, p. 125-143, 2011.

NUNES, Letícia Soares; SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. O debate em torno da questão socioambiental na formação profissional do assistente social. **Congresso Catarinense de Assistentes Sociais**. Florianópolis, p.1-11, 2013.

O'CONNOR, James. Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction. **Capitalism, Nature, Socialism**. p.11-38, 1988. Disponível em: <http://www.vedegylet.hu/okopolitika/O'Connor%20-%20Capitalism,%20Nature,%20Socialim.pdf>

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Katálysis**. Florianópolis. v. 12. n. 2. p. 268-277, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewFile/11911/11156>

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIRES, Valdemir. Fetichismo na teoria marxista: um comentário. **Impulso**, 1999.

POIRIER, Christian. **Uma história trágica se repete no rio Madeira**. Publicado em: 03/08/2009. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/artigo/uma-hist-ria-tr-gica-se-repete-no-rio-madeira>

RAFAEL, Paula Raquel Bezerra; SILVA, Maria das Graças e. A “questão ambiental” e Serviço Social no Brasil: uma curta história, novos desafios profissionais. **XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)**. Rio de Janeiro, 2010.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

\_\_\_\_\_. A mediação das organizações políticas. **Inscrita**. Ano VII, n. X. Conselho Federal de Serviço Social, p.41-46, 2007.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, p. 117-131, 2000.

SADER, Emir. Apresentação. **Dialética da dependência**. SADER, Emir (Org.). Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canal: questão agrária, assistência e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Socioambientalismo e desenvolvimento na Amazônia: o caso do Acre. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 9, n. 2, 2005.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; MUNIZ, Lenir Moraes. Desenvolvimento Sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. **Ecos dos conflitos sócio-ambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA/GEDMA, p. 255-276, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. Projeto ético-político e o enfrentamento do conservadorismo como componente ontológico da profissionalidade do Serviço Social. **Temporalis**. Recife: ABEPSS, ano VI, n.11, p. 39-50, 2006.

SAUER, Mariane; RIBEIRO, Edaléa Maria. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v.11, n.2, p.390-398, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. v. 6, n. 10, p.117-124, 2002.

\_\_\_\_\_. A pesquisa na pós-graduação em Educação. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos: UFSCar. v. 1, n. 1, p. 31-49, 2007.

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, p. 300-316, 2000.

SILVA, Andréa Lima da. “**A morada do(a) teimoso(a)**”: **As práticas sócioambientais de resistência em mãe Luiza/Natal – um território (in)sustentável**. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; et al. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs.). São Paulo: Cortez, p. 69-131, 2005.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. Serviço Social no Brasil: referências aos 80 anos. Apresentação. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.). São Paulo: Cortez. p.25-48, 2016.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. Disponível em: <http://www2.snirh.gov.br/home/arquivos/atlasrh2013/1-l.pdf> Acesso em: 1 de maio de 2016.

SOARES, Luana Soares; QUARESMA, Mayara. Reconfiguração dos territórios e cidades da região de integração do lago de Tucuruí-PA. **VI Colóquio Organizações, Desenvolvimento & Sustentabilidade**. p. 119-129, 2015.

SPOSATI, Aldáiza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Katálisis**. Florianópolis. v. 10, n. especial, p. 15-25, 2007.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A implantação da UHE-Tucuruí e o acesso à Rede de Energia Elétrica no Estado do Pará/Amazônia**. p. 401-411, s/a.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. A “rua” e o “nosso lugar”: processos de reterritorialização no licenciamento da usina hidrelétrica de Murta. **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. ZHOURI, Andréa (Org.). Belo Horizonte: UFMG, p.127-150, 2011.

VAINER, Carlos Bernardo. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. **Workshop “Social Movements in the South”**. Harvard University, 2002.

\_\_\_\_\_. **O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes**. 2003. Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br>

\_\_\_\_\_. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Revista Estudos Avançados**, v. 21, n. 59. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

VASAPOLLO, Luciano. Crescimento, guerra, meio ambiente e imperialismo: contradições capitalistas do século 21. **Outubro**. n. 16. p. 35-73. 2007.

VERDUM, Ricardo. **Obras de infra-estrutura no contexto da integração sul-americana**. 2007.

ZAGALLO, José Guilherme Carvalho; LISBOA, Marijane Vieira. Violações de direitos humanos nas hidrelétricas do rio Madeira: Relatório preliminar de missão de monitoramento. **Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos Sociais Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca Brasil)**. Curitiba, 2011.

ZHOURI, Andréa. Introdução. **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. ZHOURI, Andréa (Org.). Belo Horizonte: UFMG, p.11-19, 2011.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. **A insustentabilidade leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 49-64, 2005.

WCED - World Commission on Environment and Development. **Our Common Future**. Oxford, 1987.